



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

BRYAN MARQUES MORAES

A CONCEPÇÃO GEOPOLÍTICA DE HALFORD MACKINDER (1861 – 1947): UMA
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

CAMPINAS

2023

BRYAN MARQUES MORAES

A CONCEPÇÃO GEOPOLÍTICA DE HALFORD MACKINDER (1861 – 1947): UMA
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO CARLOS VITTE

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO BRYAN
MARQUES MORAES E ORIENTADA PELO PROF. DR.
ANTONIO CARLOS VITTE

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

M791c Moraes, Bryan Marques, 1995-
A concepção geopolítica de Halford Mackinder (1861 - 1947) : uma contribuição à história do pensamento geográfico / Bryan Marques Moraes. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Antonio Carlos Vitte.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Mackinder, Halford John, 1861-1947. 2. Imperialismo. 3. Geopolítica. 4. Estratégia Militar. I. Vitte, Antonio Carlos, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The geopolitical conception of Halford Mackinder (1861 - 1947) : a contribution to the history of geographical thought

Palavras-chave em inglês:

Mackinder, Halford John, 1861-1947

Imperialism

Geopolitics

Military strategy

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora:

Antonio Carlos Vitte [Orientador]

Ricardo Abrate Luigi Júnior

Carlos Gustavo Poggio Teixeira

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim

Data de defesa: 14-04-2023

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: orcid.org/0000-0002-9366-7191

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0852615539740997>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

AUTOR: Bryan Marques Moraes

**A CONCEPÇÃO GEOPOLÍTICA DE HALFORD MACKINDER (1861 – 1947):
UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

Aprovado em: 14 / 04 / 2023

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte - Presidente

Prof. Dr. Ricardo Abrate Luigi Junior

Prof. Dr. Carlos Gustavo Poggio Teixeira

Prof. Dr. Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 14 de abril de 2023.

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, Luiz e Siléia, pelo suporte, carinho e amor dedicado ao longo de toda a minha vida. Agradeço aos meus irmãos, Rebecca e Matheus, pela paciência e incentivo, bem como agradeço ao Bil, mascote caramelo da família, que traz alegria para todos em sua volta. Essa pesquisa resulta do apoio familiar expresso diuturnamente.

Ao professor Dr. Antônio Carlos Vitte, pela orientação e consideração demonstrada por anos no Instituto de Geociências, da graduação ao mestrado, passando também por pesquisas de iniciação científica e monografia.

Aos demais professores e funcionários do Instituto de Geociências, pela disposição e atenção dispensada desde o primeiro dia em que estive na universidade.

Aos meus amigos e companheiros de graduação, por todas as discussões futebolísticas e políticas, em especial ao Fábio Mota, Guilherme Crispim e Edvaldo Santos Júnior. Agradeço ao meu grande amigo, Álvaro Donegá, parceiro de pesquisa científica, de docência e de toda a rotina do dia a dia.

Aos produtores de podcast que acompanhei nos últimos anos, sobretudo em tempos de pandemia. Aos camaradas da Central 3, equipe da Trivela e Xadrez Verbal. Agradeço ao São Paulo Futebol Clube, por me proporcionar noites em claro em que pude refletir sobre a pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é avaliar a concepção geopolítica do geógrafo britânico Halford Mackinder (1861 – 1947). O foco analítico foi balizado pela transição entre os séculos XIX e XX, caracterizado pela ascensão dos Estados Unidos da América na economia-mundo, a unificação territorial alemã, a partilha da África, a Revolução Bolchevique de 1917 e a Primeira Guerra Mundial. No plano geopolítico e geopolítico e geoeconômico, esse foi o período marcado pela Segunda Revolução Industrial, pelo monopolismo e a financeirização da economia, surgimento e expansão das corporações transnacionais. Nessa pesquisa, fizemos uso do método histórico-geográfico para compreender a concepção geopolítica de Mackinder, pois a sua reflexão geográfica ontologicamente está ancorada nas tensões e prognósticos específicos do contexto do momento histórico e geográfico marcado pelo acirramento da disputa imperialista entre as principais potências. Para Mackinder, este acirramento marcava a disputa secular entre dois poderes, terrestre e marítimo. Mackinder compreendia o impacto estratégico do desenvolvimento dos meios de transporte e tecnologias de comunicação, situação que modificou as condições de poder dentro do sistema político-fechado, que interliga econômica e militarmente todos os Estados do globo. Em sua teoria, Mackinder introduz conceitos geoestratégicos relevantes na discussão geopolítica atual, como a *área pivô*, em seguida transformada em *coração continental*, o *crescente interno* e *externo*. Argumenta-se que a teoria de Mackinder lida com a questão do controle e ocupação física de territórios, sobretudo no cenário em que todo o espaço do planeta já está dividido. Britânico, Mackinder reflete sobre a disputa entre os poderes terrestre e marítimo pela ótica ocidental liberal, formulando ideias geopolíticas para o uso das potências ocidentais. Na visão de Mackinder, a Alemanha e a Rússia são os principais Estados capazes de conquistar a massa continental da Eurásia. Para Mackinder, as potências disputam o jogo por poder em um tabuleiro global, em que há um grande oceano e as disposições continentais oferecem oportunidades aos jogadores. A sua teoria expressa o temor provocado pela agenda imperial e a competição econômica/militar entre as potências no plano internacional.

Palavras-chave: Mackinder, Halford John, 1861-1947; Imperialismo; Geopolítica; Estratégia Militar.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to evaluate the geopolitical conception of the British geographer Halford Mackinder (1861 – 1947). The analytical focus was marked by the transition between the 19th and 20th centuries, characterized by the rise of the United States of America in the world-economy, the German territorial unification, the Scramble of Africa, the Bolshevik Revolution of 1917 and the First World War. In the geopolitical and geoeconomic level, this was the period symbolized by the Second Industrial Revolution, monopolism and the financialization of the economy, the rise and expansion of transnational corporations. This research used the historical-geographical method to understand Mackinder's conception, since its geographic reflection is ontologically anchored in the specific tensions and prognoses of the context of the historical and geographical moment marked by the intensification of the imperialist dispute between the great powers. For Mackinder, this intensification marked the centuries-old dispute between two powers, land and sea. Mackinder understood the strategic impact of the development of means of transport and communication technologies, a situation that changed the conditions of power within the closed political system, which economically and militarily interconnects all the states of the globe. In his theory, Mackinder introduces relevant geostrategic concepts in the current geopolitical discussion, such as the *Pivot Area*, later transformed into the *Heartland*, the *Inner* and *Outer Crescent*. It is argued that Mackinder's theory deals with the issue of control and physical occupation of territories, especially in the scenario in which all space on the planet is already divided. British, Mackinder reflects on the dispute between land and sea powers from a liberal Western perspective, formulating geopolitical ideas for the use of Western powers. In Mackinder's view, Germany and Russia are the main States capable of conquering the Eurasian continental mass. For Mackinder, the powerful nations dispute the game of power on a global board, in which there is a great ocean and the continental dispositions offer opportunities to the players. His theory expresses the fear provoked by the imperial agenda and the economic/military competition between the powers at the international level.

Keywords: Mackinder, Halford John, 1861-1947; Imperialism; Geopolitics; Military Strategy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Capa do livro de Mackinder sobre a Índia produzido pelo COVIC.	13
Figura 2. Fotografias retiradas do livro de Mackinder (1910) sobre a Índia.	14
Figura 3. Oficial da BEIC cavalgando em uma procissão indiana.	21
Figura 4. Os domínios britânicos na Índia.	22
Figura 5. A extensão do império napoleônico em 1812.	25
Figura 6. As lideranças do Congresso de Viena.	27
Figura 7. Mapa da Europa do Congresso de Viena (1814 – 1815).	28
Figura 8. Representação de John Bull e o isolacionismo britânico.	32
Figura 9. A Exposição Universal de 1851 em Crystal Palace.	35
Figura 10. Máquinas em movimento na Exposição Universal de 1851.	35
Figura 11. Representação cartográfica do canal de Suez.	40
Figura 12. Distribuição espacial das ferrovias na Índia no século XIX.	41
Figura 13. Comparação entre embarcações marítimas produzidas entre 1870 e 1911.	43
Figura 14. Representação cartográfica do trajeto do canal do Panamá.	45
Figura 15. Mapa da Alemanha entre 1871 e 1918.	50
Figura 16. Representação caricata de Bismarck como um mestre de marionetes.	54
Figura 17. Representação espacial da partilha da África entre as principais potências imperialistas europeias.	56
Figura 18. Mackinder no topo do Monte Quênia em 1899.	58
Figura 19. Fotografia do topo do Monte Quênia e o vale Teleki.	59
Figura 20. Fotografia do topo do Monte Quênia e a geleira Tyndall.	59
Figura 21. Mapa das regiões geoestratégicas, segundo Mackinder.	72
Figura 22. Mapa das principais redes de drenagem continental e ártica da Eurásia, segundo Mackinder.	73
Figura 23. Mapa da expansão da Rússia entre 1300 e 1796.	77
Figura 24. Estátua de bronze de Pedro I, o Grande, em São Petersburgo.	79
Figura 25. Mapa do expansionismo russo sobre a Sibéria e a Ásia Central entre os séculos XVI e XIX.	81
Figura 26. Foto do porto de Sebastopol na Crimeia.	83
Figura 27. Mapa da expansão anglo-russa através da Ásia no século XIX.	86
Figura 28. Afegãos em guerra contra os britânicos em 1842.	87
Figura 29. Charge sobre o Grande Jogo na Ásia Central.	88
Figura 30. A distribuição geográfica das indústrias no Império Russo em 1900.	95
Figura 31. Mapa das ferrovias Transiberiana e Transcaspiana.	96
Figura 32. A ferrovia Transiberiana sobre o rio Irxite, na Rússia.	97
Figura 33. O Japão moderno, segundo Mackinder.	99
Figura 34. Representação da rede ferroviária no Império Russo e dos domínios coloniais russo, alemão e britânico no Extremo Oriente em 1900.	101
Figura 35. Mapa da localização geográfica de Lüshunkou, Wei-Hai-Wei e Kiauchau.	101
Figura 36. Cartão-postal japonês celebrando a vitória do país na guerra contra a Rússia.	103
Figura 37. Navio russo destruído pela marinha japonesa em Lüshunkou.	104

Figura 38. Representação satírica da saída de Bismarck do poder alemão sob a influência de Guilherme II.	108
Figura 39. Representação da China no contexto das potências europeias.	110
Figura 40. Fotografia do HMS Dreadnought.	114
Figura 41. John Bull e a francesa Marianne em oposição ao Kaiser.	117
Figura 42. Representação geográfica da partilha do Irã após a Entente Anglo-Russa de 1907.	120
Figura 43. Mapa do coração continental, segundo Mackinder.	124
Figura 44. Mapa comparativo entre a área pivô de 1904 e o coração continental de 1919, segundo Mackinder.	125
Figura 45. Representação geográfica dos Estados-tampões propostos por Mackinder em 1919.	127
Figura 46. Representação de John Bull atirando em balões dirigíveis na Grande Guerra.	129
Figura 47. A nova geometria territorial da Europa após a Grande Guerra.	132
Figura 48. Mapa da ilha-mundial, segundo Mackinder.	134
Figura 49. Mapa do contexto militar do sul da Rússia ao Cáucaso entre 1918 e 1920.	138
Figura 50. Mapa dos Estados-tampões propostos por Mackinder entre a Europa Oriental e o Cáucaso em 1919.	140
Figura 51. Mapa das pan-regiões, segundo Haushofer.	144
Figura 52. Sátira sobre John Bull e a concorrência econômica na Europa.	148
Figura 53. Sátira sobre o declínio do poder britânico.	148
Figura 54. “American Progress”.	150
Figura 55. Representação gráfica do Tio Sam e John Bull “guiando” o mundo.	152
Figura 56. Representação geográfica da evolução do coração continental de Mackinder.	160
Figura 57. Mapa do coração continental e o Oceano Central, segundo Mackinder.	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Gastos militares estimados na Alemanha e na Grã-Bretanha (1890 – 1914) em milhões de £.	115
Tabela 2. Tipologias e números absolutos de navios de guerra que compunham as frotas da Alemanha, França, Grã-Bretanha e Rússia entre 1900 e 1914.	115
Tabela 3. Produção de ferro e aço em toneladas das potências imperialistas entre 1890 e 1920.	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO PODER MARÍTIMO BRITÂNICO	18
1.1 O Concerto Europeu	19
1.2 O zênite britânico	31
1.3 A teoria do poder marítimo, segundo Mahan	42
CAPÍTULO 2 – A UNIFICAÇÃO TERRITORIAL DA ALEMANHA	47
2.1 Bismarck e a implosão do Concerto Europeu	48
2.2 O Congresso de Berlim (1884 – 1885) e a partilha da África	55
2.3 Mackinder e o conceito ratzeliano de Lebensraum	60
2.4 O surgimento da geopolítica	66
CAPÍTULO 3 – MACKINDER E A QUESTÃO RUSSA	70
3.1 O fim da era colombiana	71
3.2 A posição russa na Eurásia	76
3.3 Mackinder e o Grande Jogo	84
3.4 Mackinder em Vladivostok	91
3.5 Conflitos no extremo-orient	98
CAPÍTULO 4 – MACKINDER E A QUESTÃO ALEMÃ	107
4.1 Da Realpolitik à Weltpolitik	107
4.2 Alianças e o isolamento alemão	116
4.3 Mackinder e a Conferência de paz de Versalhes	121
4.4 Mackinder e a questão do Cáucaso	137
4.5 A recepção de Mackinder por Haushofer	142
CAPÍTULO 5 – A CRISE DO SISTEMA BRITÂNICO E A ASCENSÃO GEOECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

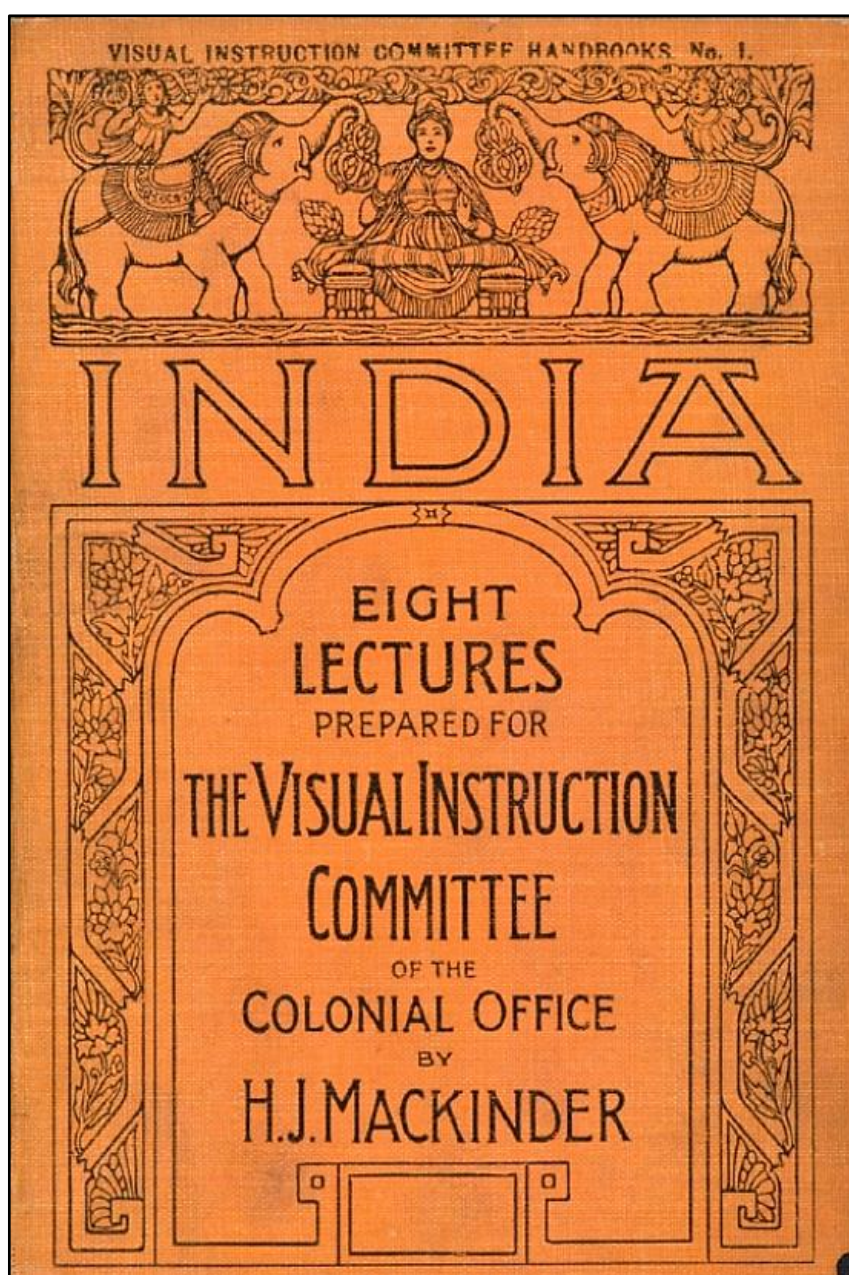
Halford John Mackinder (1861 – 1947) se tornou teórico da geopolítica e ator da vida política britânica no seio de uma sociedade que aspirava manter a sua posição hegemônica. Em Oxford, Mackinder se dedicou aos estudos da ciência natural e da história moderna. Para Blouet (2004), Mackinder se interessou por ideias da evolução natural e a sua aplicação aos estudos sobre o desenvolvimento humano. Na década de 1880, Mackinder percorreu o país palestrando sobre uma “nova geografia”, em oposição à tradição enciclopédica (KEARNS, 2009). Segundo Mackinder (1887), a geografia deve se ater não somente a fenômenos físicos, mas também a fatos histórico-políticos. Nesse sentido, Mackinder compreende a geografia como uma ciência só, em oposição ao modelo tradicional da geografia na Grã-Bretanha, que dividiu a geografia em duas áreas distintas: a geografia física, subordinada à geologia, e a geografia política, ligada à história. O esforço de Mackinder em defesa de uma educação geográfica fez parte do trabalho partilhado entre membros da RGS (*Royal Geographical Society*) e das universidades de Oxford e Cambridge, visando utilizar a geografia como ferramenta para defender interesses nacionais e criar um sentimento de pertencimento imperial (RIBEIRO, 2014).

Mackinder (1890b) argumenta que a geografia deve promover o desenvolvimento da imaginação geográfica, permitindo que o sujeito possa ler mapas e compreender as relações da economia e política em diferentes escalas, graças às necessidades internas e externas do império britânico. De acordo com Ó Tuathail (2005), Mackinder valoriza a ideia da eficiência nacional, uma vez que a Grã-Bretanha enfrentou a concorrência mundial entre outros poderes pela posse de maiores recursos e insumos para as suas indústrias. Dessa maneira, na visão de Mackinder, o ensino de geografia imperial valoriza a capacidade de visualização, sobretudo na relação entre Estados na corrida imperialista do sistema internacional. Mackinder (1911b) diz que a geografia deve estimular o “pensar geográfico”, em que estadistas, comerciantes e cidadãos do império pensem e imaginem o mundo de forma escalar, reconhecendo-o como o teatro da ação britânica.

Nesse sentido, para fortalecer a capacidade de visualização, Mackinder cooperou no processo de criação do COVIC (*Visual Instruction Committee of the Colonial Office*), órgão do Estado que visou colaborar na construção de um sistema de ensino útil à sua agenda imperial. Ribeiro (2014) mostra que Mackinder sugere o uso de imagens como elemento articulador entre o espaço da metrópole e as suas posses coloniais, promovendo a construção de uma unidade imperial através da imaginação geográfica. Moser (2017) e Ryan (1994) pontuam que o COVIC

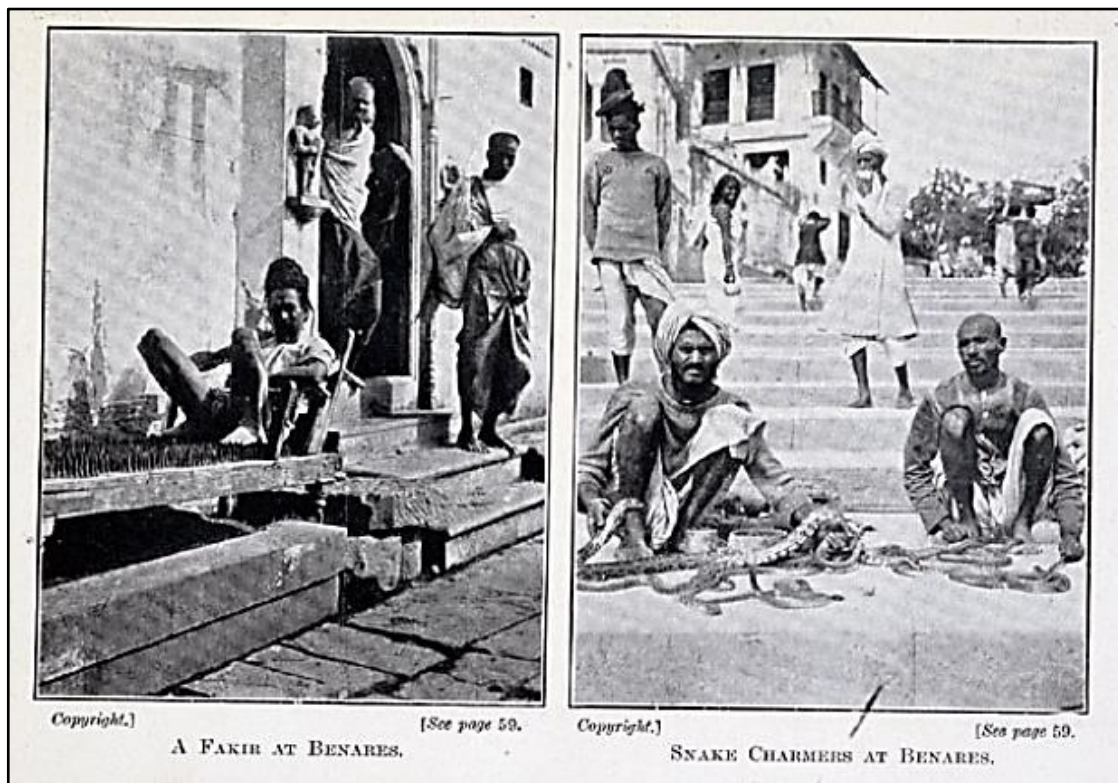
produziu ilustrações e fotografias enviesadas, valorizando preconceitos raciais e a repulsa pelo exotismo. Mediante as orientações de Mackinder, o fotógrafo oficial do COVIC, Alfred Hugh Fisher (1867 – 1945), buscou capturar em imagens a variedade cultural das colônias britânicas, opondo a suposta civilidade europeia aos povos nativos e suas excentricidades. Nota-se que em um dos livros publicados pelo COVIC, Mackinder (1910) diz que a Índia é um “império dentro de um império”, e que a unidade imperial britânica só pode ser mantida pela compreensão dos povos que compõem o império. Para Mackinder, a construção dessa compreensão passa pelo COVIC e a produção de conhecimentos da história e geografia de suas colônias.

Figura 1. Capa do livro de Mackinder sobre a Índia produzido pelo COVIC.



Fonte: Moser (2017, p. 195).

Figura 2. Fotografias retiradas do livro de Mackinder (1910) sobre a Índia.



Fonte: Moser (2017, p. 206).

Para Mackinder, através de uma educação geográfica imperial, a Grã-Bretanha poderia ampliar a sua eficiência nacional. Nessa linha, Mackinder (1905; 1909; 1914; 1919) pondera sobre a ideia de *man-power*, a capacidade humana de trabalho e a geração de riqueza. Para Mackinder, seja na indústria ou no comércio, o Estado se beneficia da organização interna da sociedade e de sua força mecânica. Sloan (2013) diz que *man-power* se traduz como a eficiência e habilidade do país em se industrializar e operar na disputa de poder entre os Estados. Segundo Hochberg & Sloan (2019), Mackinder discorre que a crescente militarização das potências na virada de século ordenou, em contrapartida, maior competência de cada Estado para produzir riqueza e financiar os aparatos militares. Por fim, pode-se dizer que o conceito de *man-power* não se refere apenas ao dado quantitativo da mão de obra envolvida na organização industrial do país, mas também ao aspecto da eficiência nacional e do ensino de geografia e a capacidade de visualização dos cidadãos imperiais. Pelo seu *man-power*, a nação se defende de ameaças externas. No caso britânico, quanto maior o *man-power*, maiores as possibilidades de defesa contra a ameaça do poder terrestre eurasiático. Mesmo Mackinder se considerou parte do *man-power* britânico, tendo em vista a sua atuação no ensino de geografia, assumindo a função de *Reader* em Oxford, em 1899.

Percebe-se que, além da ação de Mackinder no campo educacional e o seu papel ativo na política britânica, enquanto representante do Partido Conservador do Parlamento entre 1910 e 1922, Mackinder defendeu o *status quo* imperialista da Grã-Bretanha. Em seu olhar, o início do século XX marcou o fim da supremacia marítima frente à ascensão do poder terrestre sobre a Eurásia, modificando a ordem da geopolítica global (BLOUET, 1987). Dessa maneira, o autor reflete a luta histórica entre os poderes marítimo e terrestre, este último sediado no interior do continente eurasiático. Por séculos, por meio de uma ação centrípeta, o poder marítimo manteve o poder terrestre encurralado no centro da Eurásia. Mas, mediante as transformações territoriais possibilitadas pela Segunda Revolução Industrial, que permitiu o processo de urbanização e a expansão das indústrias, além da expansão de linhas férreas transcontinentais, o poder terrestre encontrou as condições viáveis de subjugar o poder marítimo. Logo, Mackinder (1904; 1919) defende a função primordial da Grã-Bretanha e das potências ocidentais em impedir a expansão do poder terrestre em defesa dos valores da democracia liberal.

O trabalho almeja contribuir na discussão sobre as reflexões geopolíticas produzidas por Mackinder. Para tal, deve-se observar com esmero o contexto histórico do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, período marcado pelo acirramento da disputa militar, econômica, industrial e política entre as grandes potências. Com base na teoria de Mackinder, pretende-se apresentar a **evolução** do modelo da *Pivot Area*, termo original cunhado pelo autor, trazido no trabalho como *área pivô*, ao modelo do *Heartland*, aqui apresentado como o *coração continental*, conceito apresentado por Mackinder no período das negociações de paz em Paris, em 1919, no momento em que a centralidade do sistema-mundo se deslocou da Europa para os Estados Unidos da América.

Nossa pesquisa se baseia na premissa de que, logo nas primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha e a Rússia simbolizavam dois extremos na política europeia, opondo os valores liberais ao conservadorismo czarista. Nesses polos antagônicos, a modernidade seria representada pela modernização industrial e urbana britânica, enquanto a estrutura agrária russa, associada ao atraso tecnológico, seria a síntese de uma tradição já ultrapassada pela Europa Ocidental. Essa construção simbólica se materializaria no campo da geopolítica, em particular no chamado *Grande Jogo*¹ entre os dois Estados, cujo teatro era a Eurásia, tendo em vista a

¹ O *Grande Jogo* se marcou pela disputa por controle político e militar efetivo de territórios na Eurásia entre os domínios coloniais da Grã-Bretanha e a fronteira terrestre da Rússia ao longo do século XIX (FRASER, 2018).

extensão continental da Rússia, que possuía interesses do Cáucaso ao extremo-leste da Ásia, além dos interesses coloniais da Grã-Bretanha no subcontinente indiano.

Entretanto, após o revés do império russo na guerra Russo-Japonesa (1904 – 1905), o país se mostrou distante daquela potência idealizada por Mackinder, que temia a capacidade de expansão russa pela Eurásia (MACKINDER, 1904). Porém, após a catástrofe do império russo no conflito contra o Japão, as potências europeias iniciaram uma relativa aproximação política, estreitando laços diplomáticos, com destaque para a *Entente Cordiale*, organizada em 1904 por Londres e Paris, bem como o acordo anglo-russo de 1907, que concentrou forças contra o poder da Alemanha, dado o seu crescimento industrial e militar, além da sua estratégia de expansão sobre a Europa Centro-Oriental e a Ásia. Tendo em vista a reflexão de Mackinder sobre a luta histórica entre os poderes marítimo e terrestre, Mackinder vê a Rússia como o maior aspirante a dominar o continente. Entretanto, após a Grande Guerra, Mackinder situa a Alemanha como o Estado que impõe maior risco ao *coração continental* da Eurásia. Em linhas gerais, busca-se compreender o desenvolvimento da diplomacia enquanto instrumento de poder dos Estados, as disputas por território e as lutas por influência em regiões periféricas da Eurásia, sobretudo o *Grande Jogo* entre britânicos e russos.

Nessa pesquisa, utiliza-se o método histórico-geográfico para compreender a trajetória da teoria geopolítica de Mackinder, investigando episódios históricos e a sua influência na visão de Mackinder. A pesquisa destaca que, atualmente, assume um caráter instrumental para os Estados-Nação, oferecendo suporte para as suas ações estratégicas no plano internacional, vide a eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia em 2022 e a disputa pelo controle de territórios na Europa Central. Argumenta-se que a teoria de Mackinder se baseia em princípios geográficos ainda pertinentes, como a *localização* e a *posição geográfica*, uma vez que essas categorias são influentes na organização geográfica dos Estados.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. Discutimos no primeiro capítulo as bases do poder marítimo, ilustrando a ascensão do poder da Grã-Bretanha e o seu intenso processo de industrialização; ademais, abordamos a relevância política do Concerto Europeu², consenso definido no Congresso de Viena, em 1815, após o triunfo britânico sobre o exército napoleônico em Waterloo. No segundo capítulo, discutimos o processo de unificação territorial da Alemanha e o conceito ratzeliano de *Lebensraum*, que corrobora a compreensão de Mackinder sobre a relação entre a posse de territórios e o poder econômico e militar que

² Consenso diplomático que enfatizou a necessidade de mediação e negociação para sanar disputas de poder entre as potências, sobretudo as disputas por território no continente europeu (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968).

deriva dos seus recursos naturais e humanos. O objetivo do terceiro capítulo é demonstrar a concepção de Mackinder sobre a unidade geoestratégica da *área pivô*, marcada pelo comando czarista, beneficiada pela expansão das ferrovias transcontinentais que aproximou o interesse da Europa Centro-Oriental sobre o leste da Ásia e a região do Pacífico, além do fim do período histórico denominado por Mackinder de era colombiana. No quarto capítulo, discutiremos os efeitos da ascensão alemã na disputa geopolítica mundial. Além disso, argumentaremos o papel desempenhado pelo ocidente vitorioso na Primeira Guerra Mundial e o problema advindo da reorganização das fronteiras internas da Europa, em especial o problema da fronteira alemã e soviética, a partir da visão geopolítica de Mackinder, segundo o modelo do *coração continental*. Pretendemos também avaliar a proposta de Mackinder sobre a criação de Estados-tampões como estratégia para isolar a Alemanha e a União Soviética (URSS), além da sua visão sobre o processo de alteração da centralidade do sistema-mundo que se deslocava da Grã-Bretanha em direção aos Estados Unidos da América.

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO PODER MARÍTIMO BRITÂNICO

A expansão colonial que se iniciou no século XVI com os países da península ibérica e posteriormente pela França e Grã-Bretanha, reorganizou o imaginário geográfico europeu e possibilitou o surgimento do eurocentrismo. Essa epopeia oceânica, composta pelo triângulo geográfico formado pela conjunção entre a África, América e Europa, mediada pelo Atlântico Sul, permitiu a acumulação de riqueza no continente europeu. Ali, seus intelectuais buscaram, por meio de estudos filosóficos, religiosos e científicos, descaracterizar qualquer contribuição e valorização da natureza e das mais diversas culturas nativas no seu sucesso econômico e científico, constituindo aquilo que Quijano (2005) denomina ser um epistemicídio colonial. Por meio da expansão transoceânica, a zona ocidental atlântica europeia organizou as bases do seu poder econômico e militar, fortalecendo as suas identidades nacionais.

Para Mackinder (1902), por meio das expedições ultramarinas, os mares e oceanos se transformaram em verdadeiras vias de circulação com intenso trânsito de bens e indivíduos. Ao longo dos tempos, a dialética escalar próximo-distante, lugar-região foi sendo alterada em todos os cantos do mundo, visto que, com a aceleração da mundialização do capital, em grande parte implementada pelos avanços e inovações da ciência moderna, os lugares e suas especificidades foram cada vez mais sendo ordenados e hierarquizados segundo as imposições da centralidade do sistema-mundo. De mito, mares e oceanos se tornaram vias de circulação, na medida em que grandes extensões continentais e ilhas, até então desconexas, foram interligadas a uma única unidade geográfica. Historicamente, pode-se dizer que, durante o reinado de Elizabeth I (1533 – 1603), que a Inglaterra e depois Grã-Bretanha, se posicionou no centro do palco das relações internacionais, investindo no seu poder marítimo para dominar os mares e encerrar a época de hegemonia ibérica e dos Países Baixos na conquista de novas terras.³

Na concepção mackinderiana, a entrada da Grã-Bretanha na conquista e definição do seu *status quo* como potência hegemônica formou o período denominado por Mackinder de

³ Durante o reinado de Elizabeth I, foram desenvolvidas um conjunto de crenças como a Doutrina dos Dois Corpos de Reis e a crença no Toque das Escrófulas, que legitimava o poder dos reis ingleses às expensas do poder papal. Entre 1558 e 1559, foram publicados o *Elizabeth's Supremacy Act* e o *Restoring Ancient Jurisdiction*, atos reais onde os súditos eram exonerados das extorsões e imposições do pagamento a Santa Fé de Roma, assim como os funcionários públicos e os políticos deveriam jurar fidelidade à rainha. Com isto, Elizabeth refutava o catolicismo institucional de Roma que havia sido incorporado por sua meia-irmã Maria Tudor (1496 – 1533). Tais atos reais abriam dois flancos que seriam importantes para a geopolítica imperial inglesa, pois com a proibição de pagamentos de impostos à Roma, foi possível que o país passasse por uma estabilização financeira, favorecendo com isto o financiamento de expedições marítimas como as de Francis Drake (1540 – 1596) que em 1577 realizou uma circunavegação pelo mundo, descobriu o estreito de Magalhães e a passagem noroeste ligando o Pacífico ao Índico (FETT, 2018; JOHNSTON & WILLIAMS, 2003).

era colombiana, período em que os britânicos alteraram as relações econômicas, políticas, culturais e científicas no mundo (MACKINDER, 1904). Palco de grandes transformações na política e na ciência, como a Revolução Gloriosa (1668 – 1669) e a revolução newtoniana, que efetivou o empirismo mecanicista, a Grã-Bretanha encontrou condições de se efetivar nesse contexto político-revolucionário. Além disso, instituições científicas como a *Royal Society*, fundada em 1666, que além de coordenar as ações da comunidade científica formada pelos mecanicistas newtonianos, prestou relevantes serviços a burguesia e ao imperialismo britânico ao impor o método de Isaac Newton (1643 – 1727) na pesquisa científica e no desenvolvimento industrial e comercial do país como uma condição necessária para o sucesso do imperialismo britânico frente a concorrência francesa. Portanto, do ponto de vista científico, econômico e político, a Grã-Bretanha possuía uma ampla vantagem em relação aos seus rivais europeus, com exceção da França, enquanto sua situação e posição geográfica a manteve relativamente distante dos conflitos político-econômicos e religiosos que aconteciam no continente europeu, o que a levou a formular a política do Isolamento Esplêndido.

1.1 O Concerto Europeu

No reinado de Elizabeth I, a Grã-Bretanha almejou desenvolver o seu poder marítimo para disputar econômica e militarmente com outras forças coloniais europeias, como a Espanha, Portugal, França e os Países Baixos (LOBANOV-ROSTOVSKY, 1948). Bem como Mackinder (1900a) argumenta, naquela época, a cidade de Londres possuía um papel secundário no plano internacional, em comparação com Antuérpia, cidade portuária neerlandesa situada próxima ao canal da Mancha. Com o tempo, ocorreu uma relativa aproximação anglo-holandesa, haja vista a conquista de colônias a partir de recursos privados, um modelo distinto do projeto colonial do Estado ibérico. Deste modo, surgiram duas companhias unificadas para financiar a exploração colonial: a *Dutch East India Company* (DEIC) e a *Dutch West India Company* (DWIC), criadas em 1602 e 1621, respectivamente (BUZAN, LAWSON, 2013). Segundo Ferguson (2002), pelo controle da DEIC e DWIC, os Países Baixos controlaram feitorias no litoral sul-africano, além do Sudeste Asiático, próximo à Indonésia, e áreas da América Latina, em Suriname e no Brasil, em Pernambuco, atuando no comércio e transporte de produtos coloniais, possibilitando que o país investisse em expedições ultramarinas, repassando as companhias os riscos operacionais. Além disso, foi definido um sistema de dívida pública, possibilitando ao governo neerlandês oferecer empréstimos com taxas de juros mais baixas. Logo, esse cenário facilitou a circulação de capital, de investimentos

em companhias privadas e o surgimento de estruturas similares aos bancos modernos, capazes de financiar o comércio em larga escala.

Entre meados do século XVII, após os investimentos da Coroa para formação da sua força naval, a frota britânica mais que dobrou de tamanho. Após a Revolução Gloriosa, ocorreu um intenso intercâmbio cultural, econômico e político entre britânicos e neerlandeses, enquanto o príncipe Guilherme III de Orange (1650 – 1702) assumiu a liderança do Parlamento britânico. Com a aprovação da autoridade parlamentar sobre o domínio do rei, a Coroa exerceu um poder simbólico, pois os membros de Westminster assumiram a função de ditar e controlar a política e as finanças do reino. Após a Revolução Gloriosa, o poder britânico construiu a sua hegemonia mundial através dos oceanos e da adoção das práticas mercantis de comércio. Para Mackinder (1900a), dada a proximidade entre Londres e Amsterdã, os britânicos importaram os conceitos de organização institucional dos seus parceiros neerlandeses. Deste modo, em 1694, foi criado o Banco da Inglaterra, designado para gerenciar a moeda nacional e os empréstimos oferecidos pelo governo, de modo a facilitar e organizar o ambiente de negócios, investimentos comerciais e o próprio desenvolvimento do capitalismo, visto que “com o mercado nacional unificado, com a hegemonia nos mares e com recursos energéticos [...] a Inglaterra pôde acumular capitais para detonar o processo pioneiro de industrialização acelerada” (LESSA, 2008, p. 59).

Quanto às relações entre o Estado e a economia da Grã-Bretanha, é exemplar o caso da colonização na Índia que ficou a cargo da *British East India Company* (BEIC), a partir de 1600. Caracterizada como o grande modelo da empresa mercantil privada britânica, a BEIC teve sob o seu comando uma marinha e um exército próprio (KILLINGRAY, 2004). No século XVIII, a BEIC atuou na construção de fortalezas e definiu áreas para o comércio britânico na Índia, em Bombaim, Calcutá e Madras. Com base na potencialidade econômica da região, britânicos e franceses estabeleceram uma rivalidade pelo direito de exercer influência nesse território. Black (2008) diz que, a partir de 1750, os colonizadores britânicos ampliaram o uso da força para garantir a incorporação de hierarquias e consolidar a sua autoridade na região. Inicialmente, a ordem Mughal⁴ autorizou a presença dos europeus na periferia da Índia para a realização do comércio e a construção de ferrovias. Porém, a crescente força naval da metrópole britânica lhe permitiu aumentar gradativamente o seu poder no interior indiano, ao ponto de incorporar os territórios de Calcutá, Bangladesh e uma ampla porção da região de Bengala. Em

⁴ A dinastia Mughal, de origem turca-otomana muçulmana e não árabe, formalmente governou a Índia a partir do século XVI (BLACK, 2008).

Bengala, foi introduzida, de forma mandatória, o cultivo do ópio, tendo em vista a demanda do produto pelo mercado chinês. Além de impor a troca de produtos manufaturados por insumos coloniais, os europeus estabeleceram bases mercantis no subcontinente indiano para escoar o comércio entre Europa e China, que exportava produtos como seda, porcelanas, chá e objetos de alto valor ornamental (BUZAN, LAWSON, 2013; HEADRICK, 1981).

Figura 3. Oficial da BEIC cavalgando em uma procissão indiana.



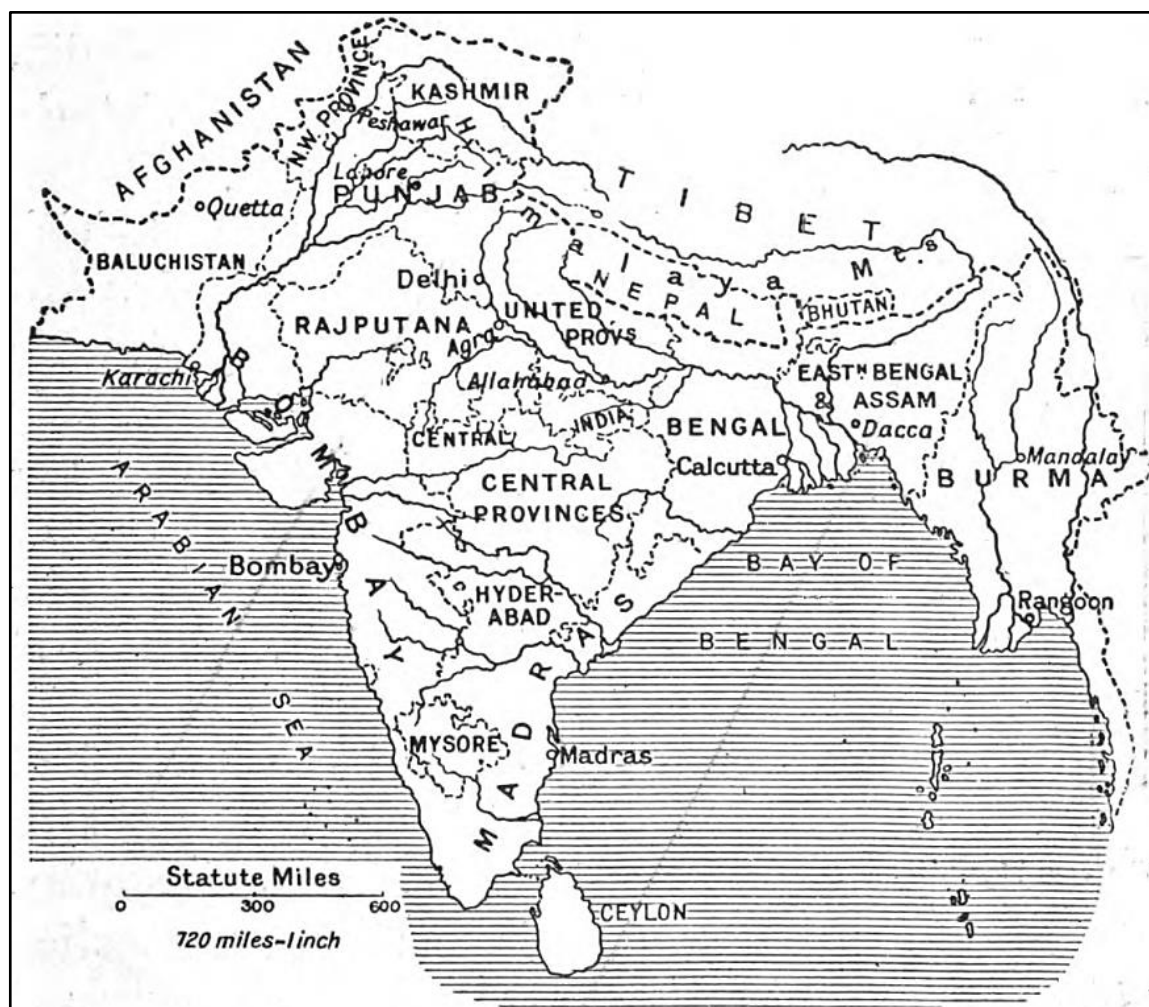
Fonte: Encyclopedia Britannica (1830)⁵.

Apesar do aspecto comercial, no qual a BEIC foi o ponto focal do comércio de chá, ópio e especiarias, o processo contínuo de colonização da Índia foi justificado como parte de uma missão civilizatória da Grã-Bretanha (NAYAK, JEFFREY, 2013). Para Kennedy (1987), com o sucesso do empreendimento colonial britânico, foi consolidada a ideia de que o país possuía, de certa maneira, uma posição natural no centro do sistema internacional. Bem como diz Lambert (2004), a Grã-Bretanha defendeu que o desenvolvimento da navegação e as ações exploratórias em alto mar deveriam ser controladas por uma força superior, no caso, o próprio Estado britânico. Em meados de 1720, a BEIC superou, em termos econômicos, seus rivais da

⁵ Disponível em <<https://cdn.britannica.com/73/152473-050-F8E3E857/Official-paper-watercolour-procession-East-India-Company.jpg>> Acesso em Janeiro de 2023.

DEIC, tendo em vista, em grande medida, a alteração do comércio de especiarias por tecidos produzidos em território indiano. Assim, a sede asiática da BEIC foi transferida de Surat para Calcutá, tendo em vista a sua localização nas margens do rio Hugli e as atividades marítimas correlatas, como o transporte de navios em direção ao interior do vale do rio Ganges e a Baía de Bengala. Antes da navegação em barcos a vapor, a rota mais curta entre Londres e Dehli cruzava, invariavelmente, a cidade de Calcutá (HEADRICK, 1988).

Figura 4. Os domínios britânicos na Índia.



Fonte: Mackinder (1911a, p. 275).

Após vencer a armada da Espanha na guerra da Sucessão Espanhola⁶, a Grã-Bretanha se dispôs a construir uma frota marítima capaz de lhe dar vantagem sobre os franceses e garantir o controle do estreito de Gibraltar, assegurando o domínio do Mediterrâneo. Formou-

⁶ A disputa entre os Bourbons e Habsburgos pelo trono da Espanha se estendeu entre 1702 e 1714, envolvendo os principais reinos ocidentais da Europa. De um lado, estavam espanhóis e franceses, apoiadores da força Bourbon, do outro, estavam austríacos, neerlandeses, suecos, alemães e britânicos, defensores da casa Habsburgo (BLACK, 2008).

se, nessa época, a rivalidade entre o poder marítimo britânico e o poder terrestre francês (FERGUSON, 2002). A França, apesar de possuir notáveis recursos econômicos e militares, se sentia exposta do ponto de vista territorial e marítimo. Essa condição geográfica exigiu que o país dividisse seus recursos entre a construção de uma esquadra e um exército. A Grã-Bretanha, por sua vez, se beneficiou da sua condição insular e conduziu política externa e comercial mais conveniente. Pois, conforme Aron (2002) pontua, dada a condição geográfica do país, a ilha se baseou em uma política defensiva, se mantendo fora dos conflitos da Europa e reservando as suas forças para construir uma supremacia naval e expandir o seu imperialismo. Com a intensificação da corrida colonial, Londres e Paris conseguiram se impor como líderes do capitalismo na época, reestruturando as bases do comércio mundial (ARRIGHI, 2010). Quanto a eficácia em termos de mobilização de recursos econômicos e políticos para a expansão colonial, a Grã-Bretanha era superior à França, uma vez que o seu Parlamento oferecia subsídios para os mercadores formarem apoios comerciais em áreas coloniais estratégicas. Essa política estava ancorada em uma ampla rede científica e de espionagem que procurava organizar as trocas comerciais e a coleta de informações (BLACK, 2008).

Durante o reinado de Luís XV (1710 – 1774), a França atuou para se tornar um Estado hegemônico e assertivo na política internacional, restando-lhe concorrer com a Grã-Bretanha no cenário das guerras de coalizão do século XVIII, conflitos que envolveram os britânicos, franceses, austríacos e prussianos, tendo em vista o anseio de controlar territórios na Europa Central. Todavia, após a derrota francesa na guerra dos Sete Anos (1756 – 1763⁷) para a aliança composta entre Grã-Bretanha e Prússia, a França perdeu territórios para o seu rival insular, como posses na Índia e no Canadá. Com base na sua força naval, o poder britânico absorveu as colônias francesas e neerlandesas na África, América e no Sudoeste Asiático, enfraquecendo seus adversários. Nas décadas seguintes, os britânicos se promoveram como poder hegemônico (ARRIGHI, 2010).

No final do Antigo Regime, a França de Luís XVI (1754 – 1793) ofereceu auxílio aos norte-americanos em sua luta por independência contra a Grã-Bretanha, acirrando a rivalidade entre as margens do canal da Mancha (HOBSBAWM, 2014a). Na Europa, a França deu cabo a uma corrida no campo armamentista contra os britânicos, pois Paris ansiou

⁷ Esse conflito foi motivado pela disputa entre dois grandes blocos de países europeus que disputavam o controle da geoeconomia colonial no século XVIII. Havia um bloco formado pelos reinos da França, Áustria, Rússia, Suécia Saxônia, Espanha, Nápoles e o ducado de Württemberg, que acabou derrotado pelo bloco liderado pela Grã-Bretanha e os reinos da Prússia, Portugal, Hanover e Hesse-Cassel (BARTLETT, 1996; BRIDGE & BULLEN, 2005).

desenvolver uma preponderância militar terrestre e naval para superar a supremacia de Londres no continente (WU, 2018). Contudo, destaca-se que essa postura bélica gerou um alto custo para a economia da França, ao passo que o sistema de exploração da classe mais pobre pelo *status quo* vigente do absolutismo provocou uma crise econômica e social, aproximando a burguesia ascendente, também insatisfeita com a Coroa francesa, dos ideais iluministas. Para Knutsen (1992), já no final do século XVIII, diversas regiões da Europa absorveram os conceitos iluministas na defesa dos direitos do homem, em resposta ao processo de expansão da industrialização no continente. Segundo Wallerstein (2011b), o levante popular por uma sociedade menos desigual, opressora e injusta compôs uma ação natural, ainda mais em uma época tão inserida na lógica da produção capitalista.

Portanto, pode-se dizer que a Revolução Francesa reflete uma inflexão histórica, pois permitiu, por meio das suas várias fases da revolução, a consolidação do iluminismo e seus conceitos de cidadania e sociedade, visto que foi garantido ao terceiro estamento uma função importante a ser respeitada pela constituição (HOBSBAWM, 2014a). Mesmo após a ascensão de Napoleão Bonaparte (1769 – 1821), a França manteve os princípios básicos da Revolução, ainda que garantidos por meios ditatoriais. Para exportar ao continente europeu a sua doutrina revolucionária, a França de Napoleão se expandiu, lutando contra os países do antigo regime, antirrevolucionários e absolutistas. Ao ampliar a sua influência política, a França antagonizou as forças austríacas, prussianas, russas e britânicas. Em razão da Revolução Francesa, o poder militar francês, terrestre e marinho, se tornou efetivamente nacional e controlado pelo Estado (BUZAN, LAWSON, 2013).

Na frente externa, Bonaparte logrou realizar o sonho do domínio francês sobre a Europa, acalentado desde o reinado de Luís XIV. De alguma maneira, representou a continuidade e a expansão dos ideais revolucionários, apesar da sua ambiguidade política na frente doméstica e, particularmente, nas relações com as demais nações europeias. Nesse campo, a expansão do Império Napoleônico representou a ruptura com o sistema de equilíbrio de poderes que caracterizava as relações entre os estados europeus a partir do século XVI (LESSA, 2008, p. 47-8).

Em 1805, na batalha de Trafalgar, a frota britânica, liderada pelo almirante Horatio Nelson (1758 – 1805), derrotou a marinha franco-espanhola, protegendo os britânicos contra uma possível invasão francesa. Além disso, foi organizado um bloqueio naval para impedir o acesso de produtos coloniais na França, asfixiando a atividade comercial do país. Porém, apesar da derrota franco-espanhola em alto mar, a tropa napoleônica venceu a disputa no continente, sobretudo na batalha de Austerlitz de 1805, na qual os aliados franceses suplantaram a força da coalizão britânica, austríaca e russa, permitindo que Napoleão anexasse territórios nos Países Baixos, na Bélgica e ao norte da Itália. Não obstante, o território da Prússia foi desmembrado,

bem como o Sacro Império Romano Germânico e as 120 entidades soberanas definidas na Paz de Vestfália, em 1648. Em seu lugar, Napoleão apoiou a criação da Confederação do Reno, que foi, de fato, um Estado-satélite francês (HODGE, 2008). Em reação à expansão territorial dos franceses na Europa, surgiu uma aliança anti-hegemônica para restaurar o equilíbrio de poder no continente, rejeitando a ideologia imperialista da França e a falta de legitimidade dos seus Estados satélites (KNUTSEN, 1992).

Figura 5. A extensão do império napoleônico em 1812.



Fonte: Encyclopedia Britannica (2022)⁸.

Após derrotar os austríacos e prussianos, o exército de Napoleão avançou em direção à Rússia. Esse cenário forçou a negociação entre os invasores franceses e o czar Alexandre I (1777 – 1825), resultando na paz de Tilsit, em 1807. Nesse acordo, a França

⁸ Disponível em <<https://www.britannica.com/event/Napoleonic-Wars#/media/1/403224/139570>> Acesso em julho de 2022.

manteve a Rússia intacta, mas exigiu, em contrapartida, que o país boicotasse os produtos britânicos, graças ao bloqueio continental imposto por Napoleão entre a Grã-Bretanha e a Europa. Contudo, o czar Alexandre I deixou o sistema continental em 1810, encerrando o boicote russo aos produtos de origem britânica. Segundo Lessa (2008), em razão do bloqueio continental, foi fortalecido em toda a Europa um forte sentimento anti-francês, sobretudo nos Estados dominados pela França. Em reação ao fim da paz de Tilsit e do bloqueio continental, Napoleão marchou contra a Rússia para invadi-la. Entretanto, o inverno russo dizimou as tropas francesas que, abatidas, retornaram em direção ao rio Reno. Entre 1813 e 1814, a coalizão anti-napoleônica se uniu para derrotá-lo, no episódio histórico conhecido como a batalha de Leipzig. Em sequência, ao tomar Paris, os aliados forçaram a abdicação de Napoleão e o seu exílio na ilha de Elba. Todavia, Napoleão encerrou seu exílio e organizou um novo exército, somente para ser derrotado novamente, dessa vez na Bélgica, pela batalha de Waterloo, em 1815 (WALLERSTEIN, 2011a). Após a derrota de Napoleão, a diplomacia europeia se reuniu em Viena para debater o reordenamento do poder no continente.

O Congresso de Viena, realizado entre 1814 e 1815, encerrou um período distinto por diversos conflitos e amplas transformações sócio-políticas na Europa. Nesse período, a Grã-Bretanha se beneficiou da relativa desordem internacional e do advento da industrialização no seu território, acumulando poder para se tornar o Estado hegemônico do século XIX. Do ponto de vista estratégico, nota-se que com o fim das guerras napoleônicas e da Revolução Francesa, os Estados europeus assumiram uma condição centralizada, atenuando a relevância das antigas fragmentações feudais, bem como adotou-se o princípio do recrutamento universal, ampliando numericamente as tropas e a capacidade de agressão e destruição militar. Em Viena, monarcas e representantes de Estado se reuniram para deliberar sobre a política externa que iria conduzir a Europa nas décadas seguintes. Os aliados vencedores, caso da Áustria, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia, conduziram as negociações, organizando o tratado de paz e a formação de uma nova aliança defensiva, reverberando o seu caráter conservador e antirrevolucionário. No Congresso de Viena, o mapa político da Europa foi redefinido, do mesmo modo em que o poder do Antigo Regime foi restaurado, legitimando as monarquias absolutistas. Sob a influência do príncipe da Áustria, Klemens Metternich (1773 – 1859), a paz de Viena priorizou os valores conservadores e antinacionais para evitar uma nova revolução popular no continente europeu (HOLBRAAD, 1971; WALLERSTEIN, 2011a).

Figura 6. As lideranças do Congresso de Viena⁹.



Fonte: The British Museum (1815)¹⁰.

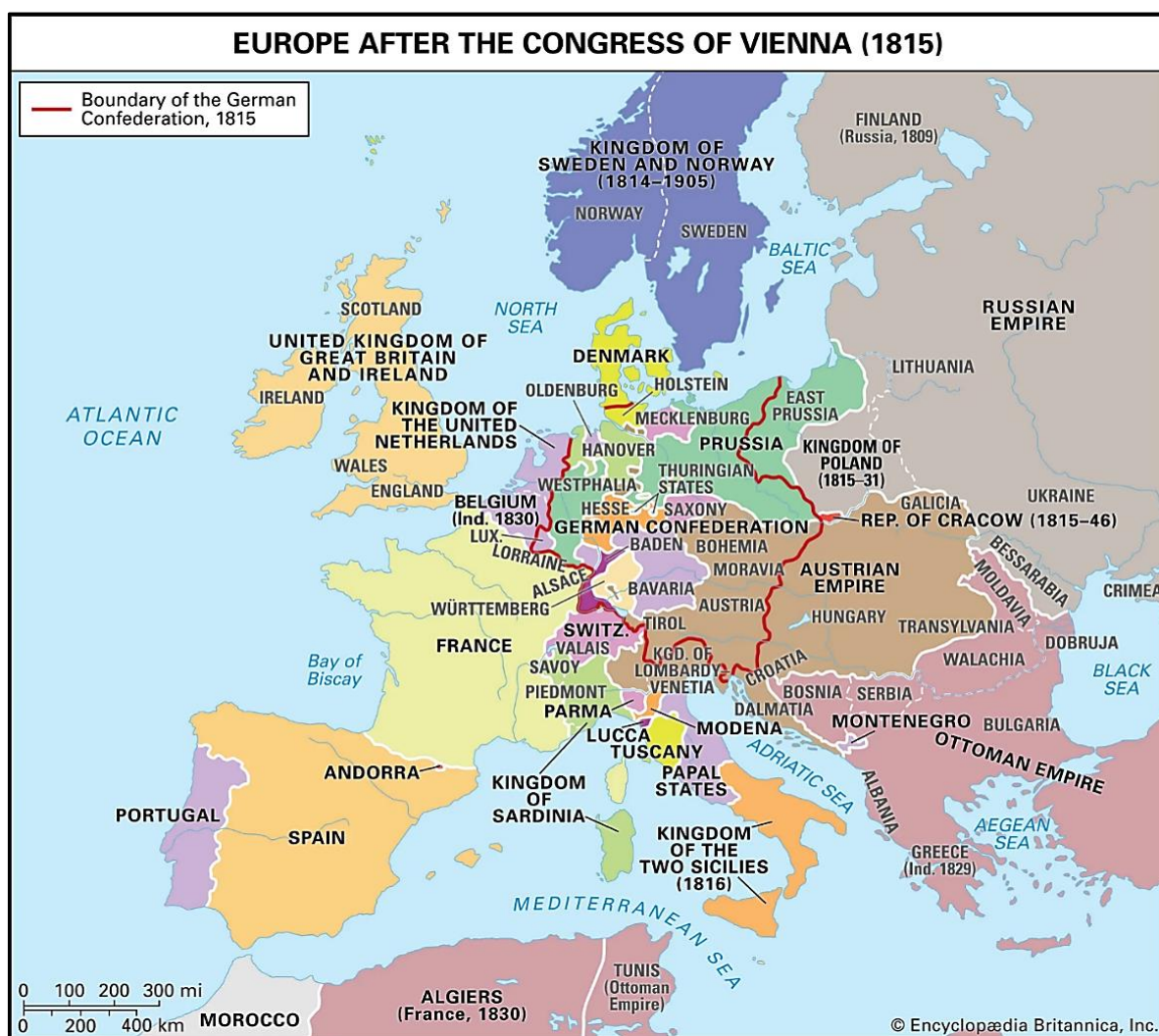
Valorizada após superar o poder terrestre francês, a Grã-Bretanha utilizou a sua força comercial como trunfo para sustentar a sua acelerada industrialização. Durante a conferência de paz, o país intercedeu acordos para assegurar o domínio de territórios ultramarinos na Ásia, África e Américas, os seus espólios da guerra. Em suma, Londres atuou em prol da proteção e expansão do seu comércio global (HODGE, 2008). Na visão dos representantes britânicos, era vital impedir que as demais potências europeias expandissem o seu poder indevidamente, visto que elas não partilhavam os mesmos interesses políticos e econômicos que Westminster. Do lado vencido, destaca-se que a engenhosidade diplomática de Charles Talleyrand, líder francês nos acordos de paz, garantiu a relativa leniência e a

⁹ A charge produzida em 1815 mostra os líderes do Congresso de Viena dançando; no centro, percebe-se o Czar, Alexandre I, à sua esquerda, está o imperador da Áustria, Francisco I (1768 – 1835), à sua direita, está o rei da Prússia, Frederico III (1770 – 1840); juntos, dançam um *pas de trois*, um passo do balé. À esquerda do trio, o britânico Lorde Castlereagh (1769 – 1822), observa os monarcas. Na extrema esquerda, o príncipe francês Charles-Maurice de Talleyrand (1754 – 1838) assiste a dança, encostado na parede com os braços cruzados.

¹⁰ Disponível em <https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1993-1107-58> Acesso em janeiro de 2023.

manutenção das fronteiras do país após a derrota de Napoleão. Além do desempenho diplomático de Talleyrand, a própria Grã-Bretanha compreendeu que era oportuno estabilizar o regime do rei Luís XVIII (1755 – 1824). Segundo Wallerstein (2011a), a própria reabilitação da França ocorreu, em parte, pelo plano hegemônico praticado pelos britânicos.

Figura 7. Mapa da Europa do Congresso de Viena (1814 – 1815).



Fonte: Encyclopedia Britannica (2022)¹¹.

Após o Congresso de Viena, fundou-se uma paz relativamente duradoura, baseada na gestão das grandes potências da política internacional, garantido moderação e a emergência de um sistema coletivo de poder, projetado para conter agressões e prevenir ameaças dominantes na Europa (BEST et al., 2015). Assim, permitiu-se a evolução da diplomacia e a formação de uma conduta orquestrada entre os Estados. Gray (2007) pontua que se adotou um

¹¹ Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Congress-of-Vienna/images-videos#Images>> Acesso em julho de 2022.

tom moderado nos termos de Viena, pois a França não foi excluída da mesa das grandes potências. Ademais, o Congresso definiu novas fronteiras na Europa, impondo a política da compensação territorial. Segundo Sheehan (2005), os limites fronteiriços foram redefinidos para equilibrar o continente europeu, de uma forma em que Paris não buscasse uma campanha revanchista posteriormente. Para contrapor o poder territorial francês, a Prússia absorveu a Renânia e parte da Saxônia, os Países Baixos absorvem uma fração de território de interesse belga e a Rússia anexou uma área da Polônia e da Finlândia. Os britânicos assumiram bases navais no Mediterrâneo, mar do Norte e no Índico. Por fim, a paz de Viena organizou uma nova Confederação Alemã, aglomerando 38 Estados soberanos sob o comando da monarquia austríaca (LESSA, 2008).

A divisão territorial imposta pelo Congresso de Viena demonstra a tentativa europeia de institucionalizar a razão na partilha territorial, por meio de territórios mais coesos, além de desenvolver o sistema diplomático, que estabeleceu a criação de embaixadas, congressos de paz e uma hierarquia no sistema internacional. A política de Viena definiu que somente um acordo estabelecido entre as grandes potências conseguiria demarcar novas modificações fronteiriças, instaurando um contínuo caráter antirrevolucionário. Nessa linha, o acordo de Viena operou para representar um equilíbrio ideal entre cada Estado, uma vez que se utilizou a redistribuição territorial como instrumento para criar um balanço relativamente mais justo e igualitário no âmbito legal. Obviamente, pela visão britânica, coube ao equilíbrio europeu manter o poder francês enfraquecido pela presença de outras potências no continente, uma vez que, desse modo, Londres teria maior liberdade para intervir, ou não, nos assuntos internos da Europa mediante os seus interesses próprios (SCHROEDER, 1992). Nesse sentido, a Grã-Bretanha se apresentou como uma parte interessada no equilíbrio entre as nações, ainda que livre para deliberar sobre as questões continentais europeias.

Para conservar a estabilidade na Europa após a paz de Viena, formou-se o Concerto Europeu. Por meio do Concerto, surgiu uma nova pentarquia¹², composta por Estados liberais, como a Grã-Bretanha e a França, e forças conservadoras, como a Áustria, Prússia e Rússia. No Concerto, privilegiou-se o entendimento entre as potências, endossando a paz e o equilíbrio de poder entre as potências europeias, gerando estabilidade e uma gestão compartilhada da política na esfera continental e global (LESSA, 2008). Para Agnew (2002; 2003), sob a influência do Concerto, o século XIX marcou o equilíbrio de poder territorial na Europa. Esse período viu o

¹² A pentarquia é um sistema de poder baseado em cinco sedes de poder. Inseridas em uma pentarquia, as potências passaram a deliberar em conjunto (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968; BARTLETT, 1996).

apogeu da ordem geopolítica britânica que, por meio do poderio militar e comercial obtido pelo seu poder marítimo, se impôs coercitivamente em todo o mundo, apoiando a doutrina do livre comércio. Sob a ordem do Concerto, nenhum Estado liderou a Europa autocratamente, pois a hegemonia britânica não se manifestou numa hegemonia continental direta. Entre os poderes dominantes da Europa, definiu-se que nenhum Estado poderia dominar o continente, da mesma forma que guerras deveriam ser evitadas, uma vez que conflitos poderiam desencadear forças revolucionárias.

Segundo Gray (2007), as potências evitaram ações militares unilaterais, valorizando a busca por diálogo prévio entre elas, uma vez que cada Estado deveria ser sensível a preocupação defensiva de seus pares. De acordo com Elrod (1976), a partir do Concerto, foi designada uma norma conceitual entre os Estados, criando métodos mais permissíveis no âmbito da política internacional. É importante ressaltar que, mesmo nesse cenário, cada potência operou em prol da sua agenda particular, pois não houve uma preocupação legítima com nações menores e menos poderosas no jogo de poder europeu. Ademais, definiu-se no âmbito do Concerto que, para discutir e definir ajustes da compensação territorial, seria necessária uma cooperação e participação dos governos em conferências e congressos, no anseio de construir um consenso no qual a proteção de uma potência não remetesse, basicamente, na eliminação de outra (BEST et al., 2015). Lessa (2008) diz que, em contraponto as outras potências europeias, obstinadas com a lógica das compensações territoriais, os britânicos operaram em favor de expandir a sua influência em termos políticos e econômicos.

Na visão de Cervo (2008), todo o mundo esteve sob o domínio do Concerto, uma vez que os valores europeus definiram os modos de comércio e a exploração de recursos naturais. Para Agnew (1994), através da ordem do Concerto, a ascendência econômica, política, naval e cultural da Grã-Bretanha permitiu a substituição do sistema mercantilista por práticas próprias do capitalismo liberal. Taylor (1994) diz que, por meio do pioneirismo britânico na Primeira Revolução Industrial e do ordenamento do sistema interestatal do Concerto, Londres exportou para o mundo uma doutrina econômica e política favorável aos seus interesses. Esse cenário cristalizou no imaginário coletivo que apenas o grupo das grandes potências, sobretudo a Grã-Bretanha, possuía os meios, o prestígio e a visão para enfrentar desafios, estabilizar conflitos e instaurar a paz, encerrando a desordem no plano internacional. Nesse sentido, as potências possuíram um senso civilizatório comum (ELROD, 1976).

Salienta-se que, entre 1793 e 1815, a Grã-Bretanha aspirou consolidar o domínio dos mares, sustentando o seu poder com numerosos estaleiros, bases navais e uma grande

marinha mercante. Com base nesse poder marítimo, o país assumiu a dianteira na corrida colonial e no controle do comércio exterior. Após o colapso francês em sua luta pela mudança do *status quo* vigente, a industrialização britânica progrediu expressivamente (KENNEDY, 1976a). Segundo Wallerstein (2011a), esse período inaugurou a *Pax Britannica*.

1.2 O zênite britânico

Após as guerras napoleônicas, a política externa britânica adotou uma postura mais isolacionista em relação à Europa. Ao defender a sua soberania econômica e os investimentos na expansão da sua marinha, a Grã-Bretanha impôs ao mundo a política do imperialismo de livre mercado. Para Howard (1962), a política do Isolamento Esplêndido fez com que Londres não construísse nenhuma aliança significativa no cenário internacional até o início do século XX. Mackinder (1904) pontua que, nos oceanos, a Grã-Bretanha explorou recursos naturais e produziu os meios para expandir seus princípios além de suas fronteiras. Na visão britânica, por mais que o país fosse parte da Europa, a Grã-Bretanha não *estava* na Europa. Desse modo, Mackinder (1908b) diz que, somando a insularidade britânica a política do isolamento, surgiu uma combinação singular de conjunturas geográficas favoráveis, na medida que o país não sofreu invasões no período da era colombiana, da mesma forma em que a sua posição insular permitiu-lhe consolidar suas forças no mar, algo impossível para outros Estados marítimos na costa ocidental da Europa. Porém, Mackinder valoriza também a aproximação relativa entre a Grã-Bretanha e a Europa, pois, em sua visão, isso permitiu que a ilha utilizasse determinados elementos da civilização europeia e, em seguida, difundir para o mundo a suposta civilização europeia. Frisa-se que, para Mackinder (1909), a política britânica no século XIX agiu para manter o poder na Europa equilibrado e evitar que as regiões costeiras dos continentes fossem dominadas por um poder despótico militar.

O cartum abaixo retrata John Bull, um personagem histórico que personifica os valores britânicos, isolado e sentado em uma fortaleza que representa a Grã-Bretanha, observando, por meio de um telescópio, a batalha travada entre os Estados Unidos da América e a Espanha pelo controle da ilha de Cuba, no final do século XIX. Na borda do continente europeu, estão quatro dos seus representantes políticos: o imperador alemão Guilherme II (1859 – 1941), o imperador austríaco Francisco José I (1830 – 1916), o rei da Itália, Humberto I (1844 – 1900) e o presidente da França, Félix Faure (1841 – 1899). No cartum, os líderes europeus indagam John Bull sobre o que ele está fazendo. Em resposta, Bull diz: “Nada! Só estou olhando!”.

Figura 8. Representação de John Bull e o isolacionismo britânico.



Fonte: Library of Congress (1898)¹³.

Mackinder (1900a) pontua que a Grã-Bretanha se tornou a primeira força industrial do mundo pelo capital comercial e financeiro acumulado pelo comércio de produtos coloniais. Com base nisso, surgiu a “Oficina do Mundo”. Palco da Primeira Revolução Industrial, entre 1760 e 1830, a Grã-Bretanha ampliou a sua participação na economia internacional, visto que, nesse período, cerca de 2/3 das manufaturas europeias possuíam origem britânica, bem como a sua participação na produção mundial de manufaturados foi de 2% para 9,5%, chegando em quase 20% no final da década de 1840, produzindo variados bens de relativa qualidade com preços baixos (LESSA, 2008). À vista disso, se baseando em sua força econômica e extenso poder naval, os britânicos dominaram o mercado de bens coloniais, controlando o transporte e comércio de produtos de origem tropical consumidos na Europa. Para Kennedy (1976a), esse processo de industrialização permitiu a ascendência comercial, financeira e marítima do país, sustentando uma autêntica supremacia naval. Landes (1998) indica que a Revolução Industrial alterou o equilíbrio de poder entre as nações, ampliando o poder de influência dos países mais

¹³ Disponível em <<https://tile.loc.gov/storage-services/service/pnp/ppmsca/28700/28702v.jpg>> Acesso em julho de 2022.

industrializados nas formas de pensar e de fazer, resultando em uma maior desigualdade entre os Estados.

Para Hodge (2008), a prática do livre comércio é fruto do domínio naval britânico, dada a necessidade de expansão do seu comércio, por meio da importação de matérias-primas e exportação de produtos industrializados. Na visão britânica adepta ao livre comércio, essa prática estimulou boas relações globais e, por fim, a manutenção da paz, por meio das trocas comerciais. Nessa linha, se tornou essencial exportar o livre comércio para todo o mundo, ao passo que a guerra entre Estados foi considerada desnecessária (TAYLOR, 1993). Agnew & Corbridge (2003) dizem que não somente a Grã-Bretanha se beneficiou primeiro da Primeira Revolução Industrial que outros países europeus, como também fez comércio e investimentos em outros continentes numa escala muito maior que qualquer outro Estado europeu, pois a inovação organizacional e a técnica britânica possibilitou investimentos de um grande volume de capital no exterior, tornando a ilha a força motriz da economia mundial. Já em 1800, a Grã-Bretanha possuía uma forte indústria têxtil, metalúrgica e estaleira. Logo, agregando a política internacional aos seus interesses econômicos, promoveu-se uma expansão capitalista, cultural e política (CERVO, 2008).

O processo expansionista do império britânico ocorreu paralelamente ao aumento da velocidade e alcance dos meios de transporte e comunicação, sobretudo as ferrovias, o barco a vapor e o telégrafo, possibilitando o desenvolvimento da indústria do aço, ferro e a geração de energia, tanto que a produção de ferro gusa, o principal formador do aço, quadruplicou no país entre 1796 e 1830, quadruplicando novamente entre 1830 e 1860 (BUZAN, LAWSON, 2013; HEADRICK, 1988). A economia britânica se desenvolveu integradamente, uma vez que o país incorporou atividades de diversas regiões do planeta pelo comércio e poder financeiro, além da infraestrutura de transporte e comunicação (LESSA, 2008). Agnew & Corbridge (2003) dizem que a economia britânica se dinamizou a partir das atividades mercantis, criando condições para a formação de um sistema financeiro capaz de financiar o país na esfera comercial e militar. Ao incentivar a prática unilateral do livre comércio, os britânicos criaram uma rede mundial de fluxos comerciais e financeiros. Na visão de Arrighi (1990), a Grã-Bretanha atuou para garantir a dependência da rede mundial de comércio em relação ao seu poder financeiro, mantendo, assim, o equilíbrio de poder e o controle do mercado em larga escala. Logo, consolidou-se uma hegemonia global, fenômeno do sistema interestatal moderno inerente ao desenvolvimento do capitalismo e o seu modo de acumulação de capital em escala global.

Para Harvey (2014), por meio do processo de acumulação de capital, o imperialismo explora todas as vantagens possíveis em favor da obtenção de recursos e assimetrias que o poder do Estado pode manter. Nesse sentido, o poder exercido pelo Estado hegemônico surge de um equilíbrio na relação, ainda que instável, entre coerção e consenso. Com base nessa relação, a acumulação de poder coletivo forma a base que estrutura a força hegemônica no âmbito do sistema global, uma vez que a hegemonia no capitalismo se estrutura pelo capital, capacidade produtiva e força militar. Em seu apogeu, a Grã-Bretanha usou o livre comércio como método basilar de guerra, enquanto o país se isolou diplomaticamente, porém, esteve protegido pela *Royal Navy*, situação que lhe permitiu comandar os oceanos e as rotas de circulação de produtos manufaturados e insumos de origem colonial (HUGILL, 2003). A industrialização pioneira do território britânico lhe possibilitou arquitetar o seu império ultramarino, protegido pelo poder marítimo que controlava as vias comerciais (PAPATRATIGAKIS, 2011). Conforme elucida Arrighi (1990), o imperialismo de livre comércio definiu que as leis que operam a dinâmica interna e externa dos Estados estavam sujeitas ao mercado mundial, este, em sua vez, liderado pela Grã-Bretanha.

Hugill (1988) argumenta que o sucesso britânico se baseou na concepção da empresa industrial capitalista, que teve acesso aos insumos tropicais de origem colonial. Lênin (2008) [1917] diz que a Grã-Bretanha se transformou no primeiro país capitalista, pois transformou até mesmo a força de trabalho em mercadoria. A Oficina do Mundo definiu que, ao fornecer bens manufaturados em escala global, outros Estados deveriam produzir os insumos necessários para a sua indústria, criando uma relação de força desigual que favoreceu somente o imperialismo de livre mercado britânico. Nessa linha, a partir do surgimento de inovações no setor industrial e agrícola, o país produziu riqueza para aumentar a sua força militar e estratégica (GRAY, 2007). Como expressão do enriquecimento industrial nos países ocidentais, surgiram as grandes feiras, verdadeiras “exposições internacionais”, como forma de autopromoção dos Estados, ao passo que exaltavam o seu processo econômico e industrial. Em especial, destaca-se a Exibição Universal, também denominada Grande Exibição, em 1851, simbolizando o orgulho vitoriano sobre o seu avanço científico, material e tecnológico. Sediada na capital londrina, a exposição de Crystal Palace exibiu ao planeta o milagre industrial anglo-saxão (TAYLOR, 1993).

Figura 9. A Exposição Universal de 1851 em Crystal Palace.



Fonte: The British Library (1854)¹⁴.

Figura 10. Máquinas em movimento na Exposição Universal de 1851.



Fonte: The British Library (1854).

¹⁴ Disponível em <<https://www.bl.uk/victorian-britain/articles/the-great-exhibition>>. Acesso em julho de 2022.

Após as guerras napoleônicas e o advento da Primeira Revolução Industrial, a Grã-Bretanha reforçou os seus laços econômicos com países da América Latina, África, Ásia e Oceania, atraindo-os para uma economia mundial centrada em Londres, cidade que já possuía conexões econômicas na América do Norte e no subcontinente indiano. Entre 1840 e 1870, o império britânico se beneficiou da riqueza oriunda do comércio internacional, ampliando a sua força para além do campo industrial, assumindo destaque no setor dos serviços, como o frete, seguros e investimentos em territórios estrangeiros (KENNEDY, 1976a). Arrighi (2010) indica que o imperialismo de livre mercado praticado pelos britânicos se baseou no princípio de que as leis aplicadas a outros países eram sujeitas à autoridade do mercado mundial conduzido por leis próprias. Logo, pode-se argumentar que a Grã-Bretanha concebeu o seu domínio global como a personificação da entidade metafísica do mercado mundial, ampliando o seu poder no sistema interestatal com a coerção exercida pelo poder marítimo.

Kubicek (2004) diz que o poder hegemônico impôs o seu domínio estrutural através de suas preferências, bem como na capacidade de proteção obtida pela marinha. Nesse caso, vale a pena destacar a função estratégica exercida pela *Royal Navy* no plano militar e cultural. De modo geral, a cultura britânica compreendeu que os mares deveriam ser utilizados não só para projetar poder e amedrontar rivais, mas também oferecer proteção aos cidadãos imperiais e assegurar a prática do comércio (GRAY, 2018). Sobre esse aspecto cultural do poder marítimo britânico, nota-se que a sua importância extrapola o campo da defesa militar. Na tradição liberal anglo-americana, a marinha é percebida como um instrumento de poder benéfico, se opondo as forças terrestres. Essa visão permite a construção de uma ideia liberal em que o poder marítimo é “menos imperial” do que o poder terrestre. Portanto, a *Royal Navy* compõe um aspecto central na concepção da psique do império e de seus valores morais (BLACK, 2005).

Com o advento das inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial, o poder ocidental se fortaleceu, pois surgiram novos meios de produção em larga escala na indústria do aço, bem como a indústria química introduziu novos elementos e, por fim, a indústria adotou novas fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo. Além disso, a partir dessa miríade de técnicas modernas, a vida cotidiana se transformou a partir do intenso processo de urbanização (LESSA, 2008). Moreira (2016) elucida que essa revolução científica impactou a estrutura do capitalismo, desenvolvendo a engenharia e o setor industrial petroquímico e metalúrgico. É possível afirmar que o avanço das tecnologias de produção, agora capazes de consumir energia em maior escala, permitiu a expansão territorial da Europa Ocidental sobre à Europa Central, Ásia e África. Para Hugill (2003), ao assumir o papel de motor do

desenvolvimento capitalista, a ciência e a tecnologia se tornaram parceiras de uma mesma empreitada. Após 1870, os Estados investiram na formação de infraestruturas adequadas para a exportação de produtos domésticos aos mercados internacionais. Para isso, foram construídos novos canais, docas, portos, sistemas de saneamento, redes de energia elétrica e telégrafos, estaleiros e ferrovias. Eichengreen (1995) diz que se investiu em todo esse aparato para facilitar a expansão do capitalismo. Sobre esse tema, Mackinder (1890a; 1902) apresenta o conceito de **nodalidade** (grifo meu). A nodalidade de Mackinder é um nó espacial formado pela convergência de sistemas de circulação de bens e pessoas, como as estradas, rodovias, ferrovias e hidrovias. A partir desses pontos nodais, pode-se ampliar a circulação de fluxos materiais e imateriais, surgindo novos elementos no conjunto da infraestrutura de comunicação, transporte e energia¹⁵.

Tendo em vista essa intensa industrialização, os padrões de necessidade do comércio europeu foram alterados, modificando até políticas coloniais, haja vista que cada vez mais as metrópoles se tornaram exportadoras de capital e bens industrializados. Segundo Hunt (2013), mediante a natureza do capitalismo imperialista, as economias nacionais buscaram encontrar oportunidades de investimento para os excedentes de capital. Argumenta-se que o imperialismo se caracteriza pela expansão do capital, por meio da industrialização e acentuada reprodução de capital, que concentra e centraliza os fluxos de capitais industriais e bancários em algumas áreas de seu interesse. Após repartir mercados internos, o capital centralizado opera para garantir o controle de mercados globais, enquanto esse processo introduz uma nova etapa do capitalismo imperialista, visto que “as grandes potências passaram às disputas pelo controle de mercados e territórios, em especial os coloniais” (COSTA, 1992, p. 59-60). Portanto, pode-se indicar que a estratégia imperialista-territorial das potências foi marcada pela disputa de poder hegemônica na Europa e em seus territórios de controle e influência, as colônias.

Knutsen (1992) diz que, ao lado da industrialização, a demanda por matérias-primas coloniais forçou o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e comunicação, uma vez que as metrópoles visaram assegurar a importação contínua de insumos para suas indústrias. Dessa forma, os centros urbanos-industriais passaram a consumir produtos de origem tropical em uma escala crescente, como o petróleo, algodão, lã, madeira, índigo, óleo de palma, cobre, estanho, açúcar, chá, cacau e café. Contudo, destaca-se que o avanço tecnológico no setor de transporte

¹⁵ Segundo Ozouf-Marignier & Robic (2007), a nodalidade mackinderiana se refere a noção de “encruzilhada”, pois esses nós são mensuráveis quantitativamente. Kennedy (1976a) diz que, nessa linha, a cidade de Londres acumulou uma vasta nodalidade por séculos, por meio da sua mobilidade marítima e do seu caráter financeiro estratégico.

e comunicação não buscou, somente, suprir necessidades de mercado. Em áreas de interesse colonial, como a Índia e a Argélia, britânicos e franceses organizaram a instalação de sistemas telegráficos para garantir o controle e a proteção militar da região (HEADRICK, 1988). Para Millward (2004), os investimentos na indústria de infraestrutura de comunicação derivam do potencial do telégrafo e das ferrovias para conectar regiões díspares, promovendo a unificação sociopolítica dos lugares, bem como permitir o envio de tropas, informações e auxílio para fins militares. Percebe-se, dessa maneira, o interesse dos Estados em controlar efetivamente o fluxo de bens, pessoas e informações. Para melhor conduzir operações comerciais e ações militares defensivas, as malhas ferroviárias europeias receberam investimentos para a sua expansão. Na Grã-Bretanha, a infraestrutura ferroviária compôs um aspecto elementar da economia nacional, dada a relação entre o capital, tecnologia e a mão de obra necessária para a construção das linhas férreas e a conexão de locais de caráter estratégico ao país. Não obstante, Londres coordenou a criação de ferrovias e portos em locais de interesse colonial, como a Índia, ampliando o valor das atividades ligadas ao setor de serviços e da engenharia na sua economia imperial (CASSON, 2009; STEVENSON, 1999).

Pode-se dizer que a construção e expansão de ferrovias viabilizou a projeção de poder da Grã-Bretanha, tendo em vista a condição financeira do país, pois, para Lessa (2008, p. 62), o investimento em linhas férreas transformou o “mercado de capitais, criando uma saída para a poupança acumulada pela expansão mercantil advinda dos ganhos de produtividade trazidos pela industrialização”. Mediante o excedente de capital, Londres fez investimentos diretos em outros países, disseminando capitais, produtos, modos de organização política e econômica de origem ocidental em uma escala até então sem parâmetros. Esse processo marcou a extensão do poder ocidental em um grau mais abrangente que o processo visto na Primeira Revolução Industrial (KNUTSEN, 1992). Para Kennedy (2014), tendo em vista a questão estratégica sobre o acesso às informações das diversas partes do império, os britânicos reconheceram o valor da infraestrutura de comunicação, com ênfase no telégrafo, visando manter a unidade e proteção das suas colônias. Com fins estratégicos, ocorreu a instalação de cabos telegráficos entre as cidades de Londres e Lisboa, Alexandria, Adem, Suez, Gibraltar, Malta e Bombaim, locais de valor central para o controle britânico no sudoeste da Ásia e o Oriente Médio; logo, adotaram uma função geoestratégica.

Headrick (1988) diz que, para baratear os custos de transporte, aumentar a agilidade e confiabilidade dos serviços de deslocamento, a Grã-Bretanha investiu não só na construção de ferrovias, mas em toda a sua estrutura bancária e o mercado de capitais, tolerando a

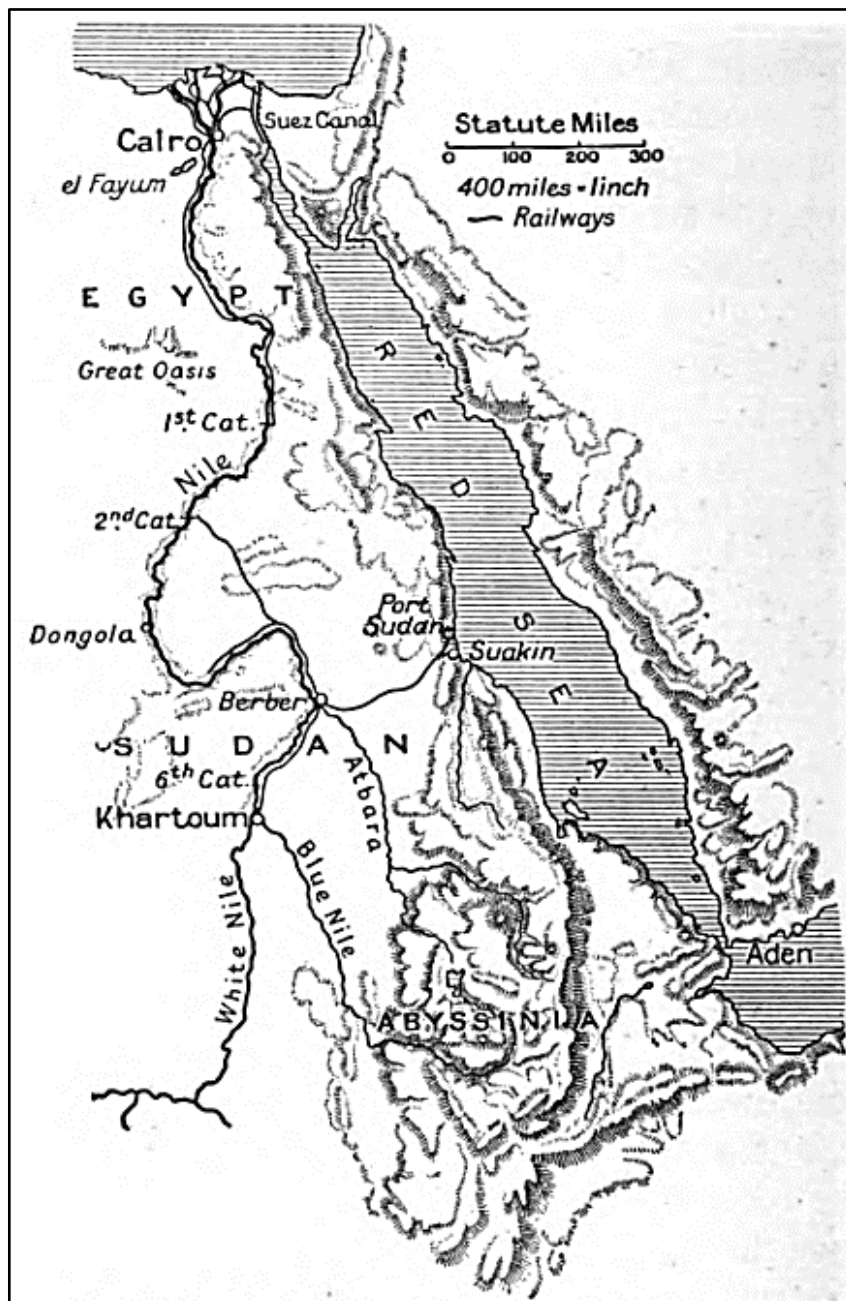
participação de sujeitos em investimentos especulativos e a geração de empréstimos ao governo. Além disso, tornou-se necessário garantir o domínio de territórios em grande escala, ao mesmo tempo, em que as indústrias nacionais forneceram maquinários e combustíveis para a produção ininterrupta de produtos. Nota-se que o estabelecimento das ferrovias uniu diferentes organizações, como a estrutura política do Estado, os bancos, as indústrias e o comércio. Nesse panorama econômico, político e militar favorável, o reinado da rainha Vitória (1819 – 1901) presenciou a consolidação da Grã-Bretanha como o grande poder hegemônico do mundo. O apogeu britânico ocorreu em meados de 1850, quando, em termos relativos, o país produziu 53% do ferro e 50% do carvão mundial, consumindo metade de toda a produção de algodão cru do mundo, insumo diretamente ligado a indústria têxtil. Nessa época, o país consumiu cinco vezes mais energia que os Estados Unidos ou a Alemanha. Nos oceanos, um terço de toda a marinha mercante do mundo navegou sob a flâmula britânica. Sobre a produção industrial mundial, nota-se que a participação relativa da Grã-Bretanha saltou de 1,9% em 1750 para 4,3% em 1800, 9,5% em 1830, 19,9% em 1860, 22,9% em 1880 e 18,5% em 1900. Argumenta-se que o declínio da produção industrial britânica entre 1880 e 1900 ilustra o acirramento da disputa imperial e industrial das potências, sobretudo entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e os Estados Unidos, responsáveis por 13,2% e 23,6% da produção industrial em 1900, respectivamente (KENNEDY, 1987; LESSA, 2008)¹⁶.

Para Mukherjee & Banerjee (2018), através das inovações industriais e o crescimento tecnológico do setor petrolífero, as distâncias entre os continentes foram reduzidas, da mesma forma em que o solo e as suas fronteiras se tornaram fonte de recursos cruciais para a contínua industrialização. Em face disso, os Estados assumiram uma função central no capitalismo, uma vez que reforçou a busca por lucros e a expansão territorial em áreas periféricas da Ásia e África (BRENNER, 1998). Para Hunt (2013), o capitalismo é exercido pela força capitalista do Estado. Desse modo, o domínio do capital financeiro não dependeu somente da estrutura bancária e das indústrias, mas também pelo controle e ação do Estado. Lessa (2008) pontua que, através dos investimentos externos na infraestrutura de transporte e comunicação, ocorreu a inserção de regiões desconectadas até então dos circuitos econômicos capitalistas. Dali em diante, ampliou-se a pressão do ocidente sobre territórios africanos e asiáticos, tendo em vista o maior poder de imposição e coerção dos europeus, munidos com o arsenal tecnológico da Segunda Revolução Industrial. Além disso, com a conclusão da abertura

¹⁶ Kennedy (1987, p. 149) detalha a participação relativa das potências na produção industrial mundial entre 1750 e 1900.

do canal de Suez, em 1869, os setores do comércio e transporte foram beneficiados, dada a redução dos custos de transporte e o tempo de deslocamento.

Figura 11. Representação cartográfica do canal de Suez.

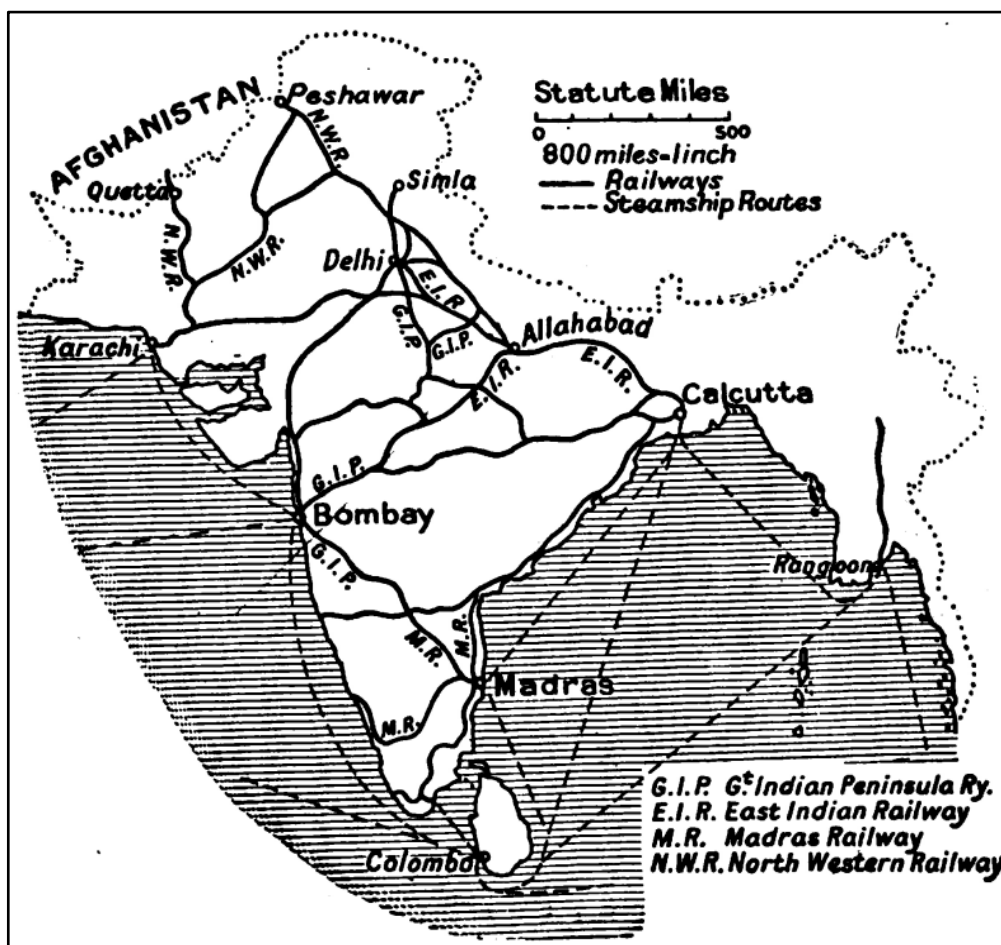


Fonte: Mackinder (1911a, p. 256).

Além de aproveitar a rota do mar Vermelho e o canal de Suez, a Grã-Bretanha ampliou a infraestrutura ferroviária da Índia, enquanto Bombaim se tornou o entreposto do transporte de cargas orientais entre Calcutá e os portos da Europa. A colônia britânica na Índia priorizou a produção de *commodities* como índigo, seda crua, ópio e algodão. Em contrapartida, importou aço, ferro, equipamentos para uso nas ferrovias, bem manufaturados e carvão, em

grande parte bens produzidos na metrópole (HEADRICK, 1988). De acordo com Gray (2018), o declínio do império otomano fez com que o poder britânico agisse para blindar as regiões próximas ao mar Mediterrâneo e Vermelho, especialmente contra o assédio da França e da Rússia. Em 1882, para proteger o canal de Suez e as rotas comerciais da Índia, a Grã-Bretanha impôs o controle efetivo do Egito (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968; WILLIAMSON, 2009). Nota-se que a abertura do canal de Suez influenciou a geopolítica britânica, ao passo que o Oriente Médio se tornou um elemento chave do eixo imperial anglo-indiano (BLACK, 2008). Em suma, a Grã-Bretanha se beneficiou da relativa estabilidade política na Europa, ao mesmo tempo em que exerceu sua expansão econômica em escala global. Entretanto, após 1870 e a inserção de novos atores na política internacional e a expansão territorial da industrialização, alterou-se, paulatinamente, o equilíbrio de forças no tabuleiro mundial (KENNEDY, 1987). Para Lessa (2008), o aumento da produtividade provocado pelas inovações tecnológicas estimulou a busca por novas fontes de matérias-primas e mercados consumidores, iniciando a disputa por posse e exploração direta de zonas de influência político-econômica.

Figura 12. Distribuição espacial das ferrovias na Índia no século XIX.



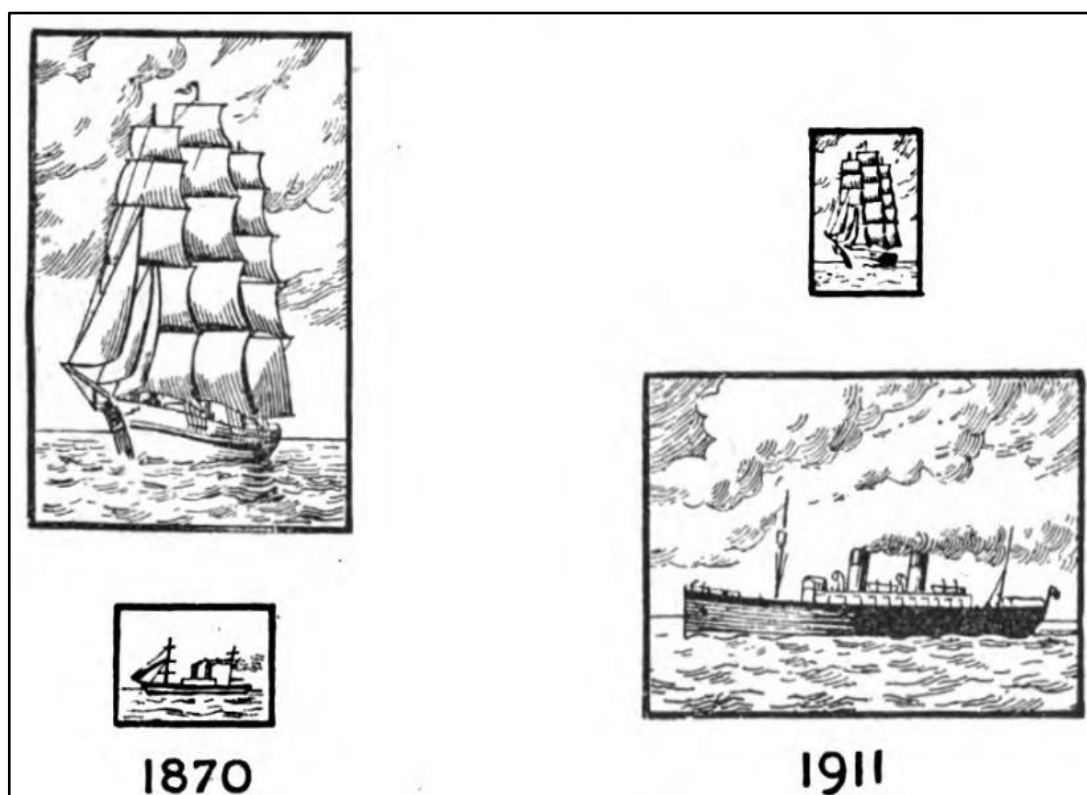
Fonte: Mackinder (1911a, p. 281).

1.3 A teoria do poder marítimo, segundo Mahan

Segundo o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840 – 1914), a riqueza de um país se forma pela produção manufatureira em larga escala, intensa exploração colonial e o comércio assegurado pela força naval. Holmes (2004) e Sumida (1999) pontuam que Mahan entende o oceano como ator superior ao continente para a realização de transporte e a conexão entre pontos distantes do planeta. De acordo com Mahan (1900), há nos mares uma vantagem “permanente” em relação ao continente, visto que, no contexto do século XIX, se comparado ao transporte ferroviário, o transporte marítimo permitiu deslocamentos menos custosos e, por ser mais barato, pela abundância da água, se torna mais vantajoso. A concepção geopolítica de Mahan argumenta que o poder marítimo de um país engloba uma relação conjunta entre a força naval, representada pela força de ataque e defesa militar das frotas, uma economia nacional bem desenvolvida, baseada na industrialização e na contínua expansão geográfica, anexando novas áreas de exploração colonial. Logo, compete a força naval defender as suas frotas mercantes de ataques estrangeiros, garantindo a fluidez do comércio marítimo. Na visão de Mahan, quando se controla os mares e oceanos, se controla o mundo (ARQUILLA, NOMURA, 2015).

Ashworth (2014) diz que Mahan vê a competição por poder como resultado de forças naturais. Nesse sentido, naturalizou-se a competição entre europeus e os habitantes do mundo não europeu, compondo uma hierarquia civilizatória que justificou, na esfera moral e política, a ascendência da Europa em territórios alheios. Ao desenvolver uma autoafirmação nacional ligada a aspectos políticos, culturais, econômicos e militares, as potências visaram dominar os mares, se projetando como o auge da modernidade (ACHARYA, BUZAN, 2019). A teoria do poder marítima de Mahan foi construída a partir de um olhar histórico para a Europa, sobretudo em relação ao processo de formação do poder marítimo da Grã-Bretanha. Para Kennedy (1974), o avanço econômico e industrial britânico, paralelo a contínua evolução tecnológica dos meios de transporte marítimos, possibilitou a exploração de mercados e insumos ultramarinos, tendo em vista a importação de matérias-primas coloniais e a exportação de produtos manufaturados vitorianos. Nessa linha, a *Royal Navy* protegeu seus navios mercantes e impediu interrupções na atividade comercial marítima no século XIX.

Figura 13. Comparação entre embarcações marítimas produzidas entre 1870 e 1911.



Fonte: Mackinder (1911a, p. 185).

Na teoria de Mahan, são seis as condições que afetam o poder marítimo: a localização geográfica, a geografia e extensão física dos territórios; a demografia, o caráter nacional e a política dos Estados. Em relação aos três primeiros aspectos, percebe-se que possuem um claro aspecto geográfico. Na leitura histórica realizada por Mahan, o Estado que não necessita se defender, nem se expandir por terra, pode concentrar a construção do seu poder marítimo, diferentemente do Estado que, cercado de ameaças terrestres, deve dividir a sua atenção entre os seus limites fronteiriços. Desse modo, frente a uma posição geográfica privilegiada, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América¹⁷, o país pode abrir vias navegáveis e proteger seus flancos e portos litorâneos. Sobre a questão da extensão territorial apontada por Mahan, além da área total em quilômetros quadrados, deve-se considerar a área litorânea e os atributos de seus portos. A respeito da demografia, Mahan não trata do número

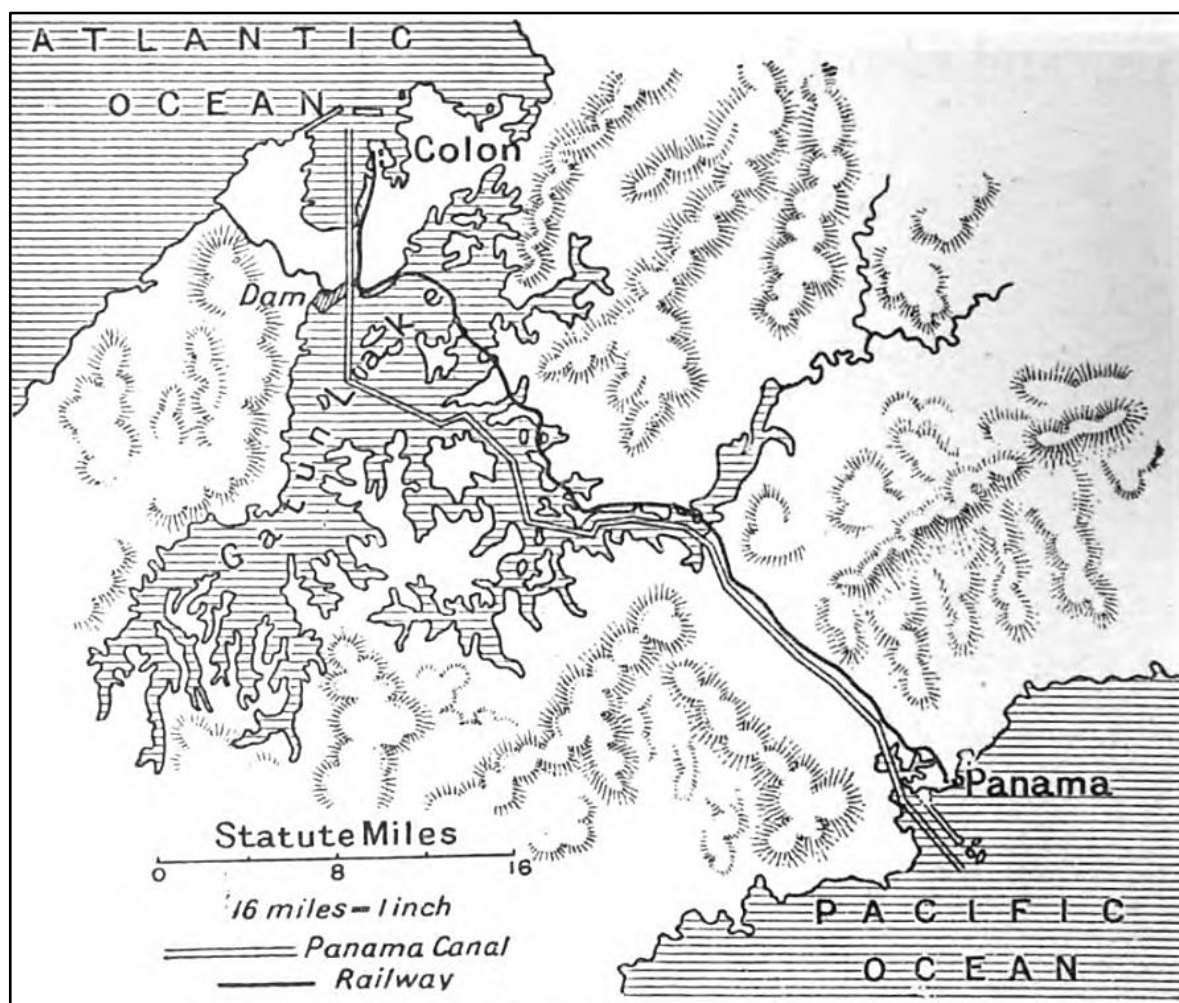
¹⁷ Embora Mahan considere privilegiada a posição geográfica dos Estados Unidos da América, o autor reflete a existência de uma possível fraqueza norte-americana, pois a sua força naval se fragmentava entre o litoral do Atlântico e o Pacífico, questão similar enfrentada pelo território da França, que possui o seu litoral banhado pelo mar Mediterrâneo e o Atlântico. Com base nessa questão geográfica, Mahan reforçou a necessidade da abertura do canal do Panamá, permitindo que o país aliasse o seu potencial econômico, territorial e marítimo em um poder estratégico, equiparando o Caribe ao estreito de Gibraltar e o canal de Suez, áreas controladas pelas potências da Europa Ocidental (COSTA, 1992).

total de habitantes de um país, mas sim da proporção relativa que “segue o mar”, dedicando-se ao comércio marítimo e a defesa naval do Estado. Pode-se dizer que a concepção de Mahan agrega no poder marítimo todas as atividades humanas relacionadas ao mar. Sobre o papel do Estado na construção do poder marítimo, Mahan diz que é pela política que o país fomenta o potencial naval e o comércio em tempos de paz. Na guerra, contudo, o poder marítimo deve explorar vantagens e acumular poder. Por fim, Mahan indica que deve-se compreender a natureza e o grau de envolvimento da população do país nas atividades relacionadas ao poder marítimo, pois é a partir desta base que o Estado constrói de fato o seu poder (COSTA, 1992; KENNEDY, 1976a).

Comparando os casos da Inglaterra, França e Holanda, [Mahan] conclui que a posição da primeira é a mais favorável sob todos os aspectos. Além da sua configuração insular (com portos protegidos), que lhe propicia ganhos de concentração de sua frota naval, conta com um vasto império colonial de apoio e uma marinha mercante altamente desenvolvida. Neste país, comércio marítimo, domínio colonial e poder naval formariam um todo harmônico, verdadeiro modelo de poder marítimo (COSTA, 1992, p. 72).

Para Mahan (1889), a infraestrutura naval precisa ser inabalável, tendo em vista o seu papel estratégico na proteção de rotas comerciais. Na teoria mahaniana, o poder marítimo deve ampliar o poder de fogo dos navios, reforçando a sua capacidade de destruir frotas rivais, além de criar linhas de comunicação marítimas, definindo postos estratégicos de valor comercial e defensivo. Através das linhas de comunicação, são planejadas operações estratégicas em alto mar; nelas, ocorrerem reparos e o abastecimento das frotas, sobretudo pela recarga de ponto a ponto (HOLMES, 2004). Não só, Mahan (2004) pontua que cabe ao Estado determinar a função e o uso das linhas de comunicação, pois a sua existência é natural, ocorre à revelia da vontade humana.

Figura 14. Representação cartográfica do trajeto do canal do Panamá.



Fonte: Mackinder (1911a, p. 212).

Durante o século XIX, o poder britânico comandou diversos pontos estratégicos na Ásia e na África, reforçando sua supremacia naval. Por exemplo, em 1819, ao tomar posse de Cingapura, Londres controlou a entrada principal do Mar da China ao oeste; em 1833, o país capturou as Malvinas, denominadas Falklands na visão da Grã-Bretanha, um ponto relevante na rota do Cabo Horn; em 1839, o porto de Áden foi tomado para proteger a entrada ao sul do mar Vermelho; já em 1841, os britânicos anexaram Hong Kong, um relevante porto comercial e logístico no mar da China Meridional (KENNEDY, 1976a). Portanto, sustentar pontos de apoio em estações navais em partes distantes do mundo tornou-se um atributo crucial da política naval imperial (ST. JOHN, 1971). Mahan, nesse sentido, diz que o controle de linhas marítimas compõe uma prerrogativa vital do poder marítimo, pois a força naval de um Estado depende “da sua capacidade em instalar e manter em funcionamento essa rede de ‘pontos de apoio’ (colônias e postos coloniais), que possui um valor econômico e estratégico” (COSTA, 1992, p.

71-2). Não obstante, Holmes (2004) pontua que, quanto mais longas as linhas de comunicação, maior o benefício usufruído pelo poder marítimo dominante. Nessa linha, a posição geográfica central da Grã-Bretanha facilitou o sistema de defesa das suas próprias linhas de comunicação, além de ameaçar as linhas dos seus rivais, enfraquecendo-as comercial e militarmente.

Mahan, se baseando no contexto histórico britânico, indica que o poder marítimo é um elemento chave na formação do comércio, tanto em tempo de paz, como em períodos de guerra, dada a sua capacidade de atuação contra poderes rivais, vide o triunfo da Grã-Bretanha contra a França de Napoleão em Trafalgar. Para Strachan (2007), a teoria mahaniana se forma com base na estratégia oriunda da economia política, uma vez que considera o comércio marítimo uma condição *sine qua non* para a prosperidade nacional. Desse modo, a superioridade naval foi compreendida como elemento basilar para a proteção dos interesses do Estado. Destaca-se que Mahan reflete sobre o poder marítimo a partir de uma visão militar, que justifica a guerra enquanto ferramenta legítima para alcançar objetivos estratégicos (TARLTON, 1965). Segundo Mahan, portanto, a guerra resulta de forças naturais que forçam o combate entre Estados que, por sua vez, anseiam garantir a sua sobrevivência. Assim, as potências buscavam organizar seus poderes coercitivos sob a forma de temidas frotas navais, capazes de aniquilar forças inimigas em alto mar. Destaca-se que Mahan vê a guerra como extensão da política, concebida como forma e instrumento da diplomacia. Russell (2006) diz que é através dessa percepção que surge a importância do poder marítimo no cerne do imperialismo, tendo em vista o seu papel na defesa das sociedades hegemônicas e os seus interesses comerciais, estratégicos e geopolíticos.

CAPÍTULO 2 – A UNIFICAÇÃO TERRITORIAL DA ALEMANHA

O final do século XIX presenciou a consolidação territorial de potências relevantes na Eurásia. Para Costa (1992), a ascendência dos impérios alemão, austro-húngaro, russo e turco-otomano concretiza, em linhas gerais, a formação dos chamados impérios territoriais, marcados pela necessidade expressa de controlar territórios contíguos. Além da razão comum partilhada entre eles, cada império territorial possuiu a sua particularidade. No caso da Rússia, o país se expandiu em direção ao leste europeu, ao Cáucaso e ao extremo-oriental, até o litoral do oceano Pacífico, tensionando a sua relação com o Japão, que tinha interesse em territórios continentais na região. Somando-se aos russos, alemães e austro-húngaros disputaram o controle dos Balcãs. Percebe-se que uma grande porção do continente eurasiático estava ocupado por forças imperiais que possuíam, invariavelmente, desavenças sobre a proteção de suas zonas de influência. Desse modo, ao surgir no centro da Europa como uma potência unificada, a Alemanha significou uma ameaça territorial, industrial e militar imediata aos seus rivais imperiais.

O segundo capítulo busca discorrer sobre o processo de unificação territorial alemão, já que, devido ao clima de tensão na Europa pela disputa entre as potências, a emergência de um novo ator no plano internacional europeu representou um novo desafio aos Estados tradicionais, como a França e a Grã-Bretanha, tendo em vista o seu potencial militar e industrial. Logo, nota-se o papel central exercido pelo território na reflexão geográfica produzida na Alemanha, em especial pela sua formação tardia enquanto Estado, em comparação com outros países europeus. Não obstante, vale a pena apontar a relevância do papel da Prússia na formação do Estado alemão, uma vez que o reino prussiano adotou conceitos extraídos do imaginário iluminista ocidental, impondo uma educação escolar que formasse, em crianças e jovens, o sentimento coletivo de pertencimento ao Estado. Rejeitando o *ethos* liberal de conceitos ocidentais, a Prússia enfatizou a construção de um Estado forte, industrializado e militarizado. De acordo com Berman (2001), esse cenário exibiu o desafio de manter integrada uma estrutura composta por grupos possuíam agendas distintas: a aristocracia *Junker*, de perfil conservador e agrário, e a classe trabalhadora, que surgia nos centros industriais do país. Para solucionar essa questão da coesão interna na Alemanha, Otto von Bismarck (1815 – 1898) defendeu a unificação territorial do país, pois, em sua visão, a disputa internacional exigia o esforço particular de cada Estado em sua proteção e defesa (KNUTSEN, 1992). Mackinder (1914) pontua que Bismarck observou a experiência e a formação da capacidade comercial e

industrial de potências como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, uma vez que são exemplos de potências construídas pela exploração de riquezas e da capacidade intelectual de seus povos.

2.1 Bismarck e a implosão do Concerto Europeu

Bismarck unificou o território alemão utilizando a política e o poder militar da Prússia. O processo de unificação se concretizou em 1871, após as derrotas da Áustria, Dinamarca e da França de Napoleão Bonaparte III (1808 – 1873). Mackinder (1908a) diz que, no último terço da década de 1860, a Europa recebeu o entusiasmo francês de retificar suas antigas fronteiras, além do espírito revolucionário exposto pela Prússia e pelos reinados da Itália. Com base na revolução industrial e científica do período, a tecnologia inflou o poder bélico e a velocidade da guerra. Exércitos e tropas de comando se deslocavam por territórios de forma mais fluída, prontos para agredir o lado inimigo com rapidez. Através da maior capacidade de mobilização militar, planejamento de guerra e o potencial armamentista, a natureza da política externa dos Estados foi alterada, enfraquecendo os hábitos de cooperação e moderação em meio ao temor e desconfiança recíproca (BEST et al., 2015). Desse modo, cada Estado agiu para assegurar a sua influência, segurança e sobrevivência. Em 1862, ao ser designado o Chanceler da Prússia, Bismarck atuou pelo fortalecimento das forças militares prussianas, de modo que o principado pudesse desafiar as forças vizinhas para exercer maior liderança na região.

Em 1864, a Prússia se aliou à Áustria para desafiar a Dinamarca pela posse do reinado de Schleswig e Holstein. Após derrotar os dinamarqueses, os prussianos derrotaram as forças austríacas, antiga aliada, pela posse de Schleswig e Holstein, em 1866, além do principado de Hanover e a cidade de Frankfurt. Nota-se que Bismarck utilizou o poder diplomático e militar da Prússia astutamente, aproveitando da organização prussiana no campo de batalha. Até 1867, não havia uma Alemanha unificada como Estado, mas uma confederação de 39 Estados alemães dominada pela Prússia e Áustria (KNUTSEN, 1992). Através da organização militar prussiana, Bismarck se dispôs a resolver a questão da unidade territorial alemã. Entre 1864 e 1866, as tropas da Prússia anexaram diversos reinos da Renânia, permitindo o avanço do militarismo *Junker*. Em 1866, após vencer a guerra contra a Áustria, a Prússia fundou a Confederação da Alemanha do Norte, composta por reinos setentrionais que optaram por seguir a liderança da Prússia, excluindo a autoridade austríaca na região (HUTTO, 2014). Mackinder (1919) diz que Bismarck favoreceu a Hungria na formação do governo dual austro-húngaro, enfraquecendo a posição de Viena, extraindo do país a região de Veneza, ao norte da Itália, área ligada ao mar Adriático.

Por sua vez, a França compreendeu ser o seu papel frear a possível unificação alemã, restando ao país guerrear contra a Prússia (WILLIAMSON, 2009). Ciente dessa possibilidade, Bismarck arquitetou, de modo estratégico, que o exército prussiano não adotasse o papel de agressor ou o ator responsável por ameaçar o equilíbrio de poder europeu. Enquanto Bismarck agiu para consolidar seu poder no norte da Alemanha, a Prússia atuou no plano internacional para persuadir outras potências, garantindo que o reino não buscava mais ganhos territoriais. Além disso, era essencial que os alemães do sul se aliassem na batalha de forma voluntária, unindo-os sob a ordem prussiana contra os opositores franceses. Na visão de Paris, qualquer alteração territorial constituiria guerra, já do lado alemão, não se propôs lutar até que suas forças estivessem efetivamente preparadas (BARTLETT, 1996). Segundo Albretch-Carrié (1968), o sentimento nacionalista e as ambições prussianas auxiliaram o poder alemão em sua vitória na guerra Franco-Prussiana, entre 1870 e 1871. Hugill (2005) diz que o Estado alemão possuía raízes profundas, ressoando uma tradição histórica consolidada durante décadas.

Para Hutto (2014), Bismarck convenceu a Prússia e a Confederação do Norte de que o caminho seguro para garantir a unificação territorial alemã seria através da derrota da França. Por meio desse cenário bélico, Bismarck aproveitou o sentimento de medo e a rivalidade entre os alemães contra os franceses, recordando o período de domínio napoleônico e a criação da Confederação de Estados satélites (KNUTSEN, 1992). Porém, similarmente, após derrotar a força de Paris, a Prússia unificou pequenos Estados alemães sob a sua sombra. No Tratado de paz de Frankfurt, em 1871, o derrotado lado francês aceitou indenizar os alemães em troca da saída do exército prussiano do norte do país (WILLIAMSON, 2009). Além disso, a Prússia anexou a região da Alsácia e Lorena, território rico em recursos minerais na margem do Reno, insumos vitais para a industrialização alemã (WUSTEN, DIJKINK, 2002). Além das questões territoriais, a França foi submetida a uma última humilhação, pois Guilherme I (1797 – 1888) se tornou imperador da Alemanha em pleno Palácio de Versalhes.

Figura 15. Mapa da Alemanha entre 1871 e 1918.



Fonte: Encyclopædia Britannica (2022)¹⁸.

Bartlett (1996) diz que um membro da diplomacia britânica da época definiu a Prússia como o coração e os pulmões do “corpo” alemão. Por meio do potencial militar e organizacional da Prússia, Bismarck compreendeu que somente pela via da guerra o Estado da Alemanha seria unificado. Pode-se dizer que Bismarck articulou aspectos históricos, elementos nacionalistas e o potencial industrial do país para assegurar a unificação territorial alemã, além de aproveitar o sucesso prussiano para concentrar poder e administrar recursos financeiros e militares do novo Estado (KNUTSEN, 1992; MACKINDER, 1911a). Aliado da elite *Junker*, Bismarck favoreceu uma política autoritária e conservadora (BRIDGE, BULLEN, 2005).

Schroeder (1986) diz que, apesar da rápida transformação territorial provocada pelas guerras de unificação na Alemanha e Itália¹⁹, a política externa europeia se manteve

¹⁸ Disponível em <<https://www.britannica.com/place/German-Empire/images-videos#Images>> Acesso em julho de 2022.

¹⁹ A unificação italiana ocorreu em 1870, resultando na transferência da capital, de Florença para Roma (BRIDGE, BULLEN, 2005).

inclinação a inibir outros conflitos e incentivar resoluções pacíficas entre os Estados, gerando estabilidade. Porém, as grandes potências não ficaram indiferentes ao advento da Alemanha como o mais novo e relativamente poderoso personagem da Europa. Recém consolidado, o poder alemão já nasceu possuindo uma força militar, ascendendo econômica e industrialmente sob influência da ciência e da tecnologia, possuindo ricas reservas de insumos para a sua indústria, como as fontes de carvão e minérios do vale do Ruhr e da Alta Silésia, transportados pelas ferrovias do país (LESSA, 2008; WILLIAMSON, 2009). Estruturada pela siderurgia e metalurgia, a economia alemã se beneficiou da industrialização de setores recentes, como a petroquímica e a elétrica (COSTA, 1992; LANDES, 1998). Para Epkenhans (2003), a Alemanha aproximou interesses militares e industriais, gerando investimentos na indústria do aço, bens de capital, química e eletricidade e em tecnologias bélicas.

Segundo Döpcke (2008), além de estimular a industrialização na Europa, a unificação alemã significou, em termos práticos, o surgimento de uma potência no centro do continente, afetando diretamente os interesses de Estados poderosos. Agnew (1994) indica que Bismarck utilizou a política econômica alemã para apoiar suas ambições políticas, pois, na fase inicial do capitalismo industrial, a divisão espacial do trabalho ocorreu em uma base territorial estatal. Para Harvey (2014), o papel forte do Estado foi essencial para a acumulação de capital no território alemão. Lenin (2008) [1917] pontua que, entre o fim do século XIX e o início do XX, a produção e a acumulação de capital passou a se concentrar em monopólios e oligopólios. Nesse período, a Alemanha vivenciou a absorção de pequenas empresas de energia elétrica por empresas maiores, tendo em vista o suporte de instituições bancárias que, por sua vez, estavam ligadas à indústria e seus interesses de nível macroeconômico. Nessa linha, o crescente papel dos monopólios e oligopólios em oposição à livre concorrência capitalista indicou a transição do capitalismo para um regime superior: o imperialismo. Logo, pode-se dizer que o processo de fortalecimento da Alemanha ocorreu em paralelo à imposição do imperialismo, devido à estabilização da concentração da produção, do capital e o decorrente surgimento de monopólios, além da fusão entre o capital bancário e industrial.

Schroeder (1989) argumenta que, evocando a política do equilíbrio de poder, alemães e italianos justificaram a extinção de uma série de pequenos reinos na Europa, ressignificando a ideia de que Estados menores e autônomos auxiliavam na manutenção do equilíbrio de forças entre os maiores poderes. Para Lessa (2008), em razão da unificação alemã e italiana, além da ascensão concomitante dos Estados Unidos da América como potência fora do eixo europeu, novos atores foram inseridos no sistema de poder mundial. Assim, a sucessiva

dinamização da sociedade, permitida pela universalização da tecnologia científica de produção e o controle do espaço, atuou no aumento da competitividade industrial e militar das grandes potências.

Após se consolidar como a nova potência continental da Europa, a Alemanha atuou para persuadir os britânicos, observadores temerosos do novo *Reich* e o seu apetite territorial, de que o país estava satisfeito com as suas novas fronteiras, permitindo a coesão interna e uma posição geográfica estratégica no centro da Europa. Ainda baseada na política do Isolamento, a Grã-Bretanha se sentia relativamente protegida, enquanto a França se recuperava da guerra recém-perdida. Segundo Bridge & Bullen (2005), praticamente todas as potências europeias aceitaram o novo *status quo* territorial, exceção feita as ressalvas da França. Bartlett (1996) diz que uma das motivações da Comuna de Paris, em 1871, foi a compreensão na França de que o país foi punido de maneira mais severa após a guerra Franco-Prussiana do que em 1815, após as guerras napoleônicas, pois Berlim impôs os seus termos unilateralmente, anexando a Alsácia e Lorena. Para evitar uma revanche, Bismarck operou para isolar a França, se aproximando de possíveis aliados franceses e convencendo-os a colaborar com a Alemanha, caso da Rússia de Alexandre II (1818 – 1881).

Essa nova configuração política da Europa, composta por membros criados a partir da fissão e fusão dos seus membros originais, não possuía nenhum compromisso com a dinâmica estabelecida pela pentarquia de Estados em Viena: impedir uma segunda onda revolucionária no continente (CERVO, 2008). No entanto, ao final do século, não existiu uma política contrária a ordem vigente, até mesmo pelo perfil pragmático e conservador de Bismarck (AGNEW & CORBRIDGE, 2003). A era do Concerto Europeu se distinguiu pela ascendência britânica na política externa europeia, tendo em vista o uso da diplomacia para conservar a relativa paz entre os Estados (ARRIGHI, 1990). Döpcke (2008, p. 96-7) diz que “o sistema de concerto, com suas raízes na tradição anti-hegemônica de um equilíbrio de poder, baseava-se em normas e consenso entre amigos, e não na ameaça dos vizinhos”. Portanto, a diplomacia do Concerto defendeu a manutenção da paz entre as potências, evitando conflitos e assegurando os direitos considerados legítimos pelas potências (ELROD, 1976). Para Sheehan (2005), o Concerto foi o mecanismo de conservação da força imposta pelas potências em direção à Estados menores, mas não atuou para decidir disputas territoriais entre mais de uma grande potência. Langhorne (1981) pontua que a necessidade de os líderes de cada potência comparecerem as conferências exigia um certo grau de disposição, algo que não ocorreu com

frequência após 1870, uma vez que, na esteira dos nacionalismos, cada Estado visou atender seus interesses particulares.

O crescimento constante da produção industrial alemã e norte-americana, sobretudo as inovações das indústrias elétrica e química, provocou um processo gradativo de diminuição da força da indústria britânica, visto que o mundo passou a ser mais competitivo. Para Mackinder (1904), formou-se um sistema-político fechado que dividiu o planeta em zonas de interesse de acumulação de território e capital. Com base nisso, Estados que possuíam recursos industriais e militares puderam iniciar um relativo desafio a ordem imposta pela Grã-Bretanha (AGNEW, 2002). Isto posto, pode-se dizer que a Alemanha bismarckiana desenvolveu a sua economia, bem como reforçou a coesão interna do território, atuando para eliminar “as resistências das minorias absorvidas [...] das províncias francesas da Alsácia e da Lorena, mas também das minorias polonesas e dinamarquesas incorporadas na guerra contra a Áustria” (LESSA, 2008, p. 133-4). Após a unificação do país, a política externa da Alemanha mirou assegurar a sua integridade territorial, evitando a revanche francesa e o desmantelamento de suas fronteiras. Para manter a integridade do território alemão, Bismarck formou coalizões, isolando a França e subvertendo o *modus operandi* da diplomacia cristalizada após o Congresso de Viena.

Para Best et al. (2015) e Gray (2007), a política externa de Bismarck blindou a nação alemã recém-unificada, pois buscou alcançar de curto prazo sem afetar a estabilidade entre as potências no longo prazo. Nessa linha, foram definidas novas alianças defensivas, alterando a ordem das relações internacionais e tornando Berlim o centro diplomático europeu (HEALY, STEIN, 1973). Bartlett (1996) diz que Bismarck estabeleceu acordos e tratados para manter o *status quo* ou prever com antecedência mudanças ordenadas e limitadas. Segundo a ótica alemã, foi importante evitar demonstrar força de maneira excessiva, impedindo que a França reunisse argumentos mais sólidos para persuadir aliados a cercar uma Alemanha hostil (WILLIAMSON, 2009). Em contraponto, Bismarck tranquilizou as potências ao dizer que o país estava satisfeito com a sua situação fronteiriça (BRIDGE, BULLEN, 2005).

Lessa (2008) e Döpcke (2008) dizem que Bismarck atuou para prevenir aproximações dos Estados europeus com a França, formando alianças e vinculando possíveis aliados franceses a Berlim. Para Albretch-Carrié (1968) e Bartlett (1996), visando isolar a França, Bismarck teceu uma série de alianças diplomáticas, envolvendo as principais potências da Europa pela projeção de poder alemão. O primeiro *Dreikaiserbund*, formado em 1873 entre alemães, russos e austro-húngaros, compôs a pedra angular da política externa bismarckiana.

Na visão de Bismarck, era dever da diplomacia alemã impedir conflitos entre austro-húngaros e russos. Para tal, Berlim definiu uma série de acordos por toda a Europa. Em 1876, foi criada a *Doppelte Allianz*, aliança entre Alemanha e Áustria-Hungria, com base no compromisso alemão de defender seus aliados no caso de um ataque russo ao território dos Balcãs, região estratégica e objeto de interesse de Viena e São Petersburgo. Em 1882, formou-se o *Dreibund* entre a Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, da mesma forma que se definiu em 1887 um pacto secreto entre alemães e russos, o Tratado de Resseguro. Em linhas gerais, pela ótica alemã, a segurança interna do país e a paz na Europa no longo prazo seria assegurada pelo isolamento francês (GRAY, 2007). Langhorne (1981) pontua que Bismarck esteve ciente da fraqueza estratégica localizacional da Alemanha, sobretudo pela ameaça em seus flancos: a oeste, a França; a leste, a Áustria-Hungria e a Rússia. Para Sheehan (2005), a diplomacia bismarckiana reduziu a possibilidade de guerra entre Viena e São Petersburgo pelo comando dos Balcãs.

Figura 16. Representação caricata de Bismarck como um mestre de marionetes²⁰.



²⁰ Na tirinha, Bismarck é retratado como mestre de marionetes, controlando as cordas dos imperadores da Alemanha, Rússia e Áustria. A representação realizada pela revista britânica Punch ilustra a compreensão interna

Fonte: Punch Magazine (1884)²¹.

2.2 O Congresso de Berlim (1884 – 1885) e a partilha da África

Schroeder (1989) argumenta que os líderes europeus do final de século compreenderam a necessidade de dar estabilidade ao sistema europeu para manter a paz na Europa. Bismarck, desse modo, trabalhou para conservar o equilíbrio europeu, mantendo os ganhos territoriais da Alemanha, visando “conservar as condições do poder alemão e não dispersá-las em aventuras como a expansão colonial, à qual outras potências se entregaram com ânimo” (LESSA, 2008, p. 141). Segundo Agnew (1994), após 1870, a rivalidade imperial se expandiu pelo continente eurasiático, ampliando os ideais de dominação territorial e o fortalecimento das indústrias e das forças militares. Para Sheehan (2005), esse cenário reforçou a agressividade militar e industrial na formulação de políticas externas. Para amenizar o tensionamento entre as potências e afastar da Alemanha uma possível desordem territorial, Bismarck liderou as negociações diplomáticas do Congresso de Berlim, realizado entre 1884 e 1885. Ali, a diplomacia imperialista planejou a partilha colonial da África (BEST et al., 2015).

Com a ampliação da capacidade produtiva das indústrias, ocorreu uma crescente disputa entre os Estados por acesso aos recursos naturais e mercados consumidores, resultando em uma corrida imperialista por territórios na Ásia e África, afastando da Europa os temores de novos conflitos territoriais. Para isso, as potências ocuparam o território de países considerados não desenvolvidos, segundo a visão europeia. Na visão imperialista, o tamanho geográfico de um Estado determina a sua capacidade militar e industrial. Em razão disso, surgiu uma corrida pela ocupação direta do espaço e a extração dos seus recursos (GRAY, 2007; HEFFERNAN, 2000). Para Holmes (2004), o Congresso de Berlim inaugurou o período em que as potências aspiraram fracionar o mundo não-europeu em zonas de influência e controle imperial. Block (1970) diz que a partilha da África expôs a ansiedade imperialista de assegurar mercados futuros, fontes de insumos e áreas para exploração. Segundo Kennedy (1987), ao conduzir as negociações em Berlim e agir em defesa do *status quo* posto após a guerra Franco-Prussiana, Bismarck assumiu o papel do “honesto corretor”, pois protegeu o colonialismo exercido por outras potências para desviar a atenção sobre a Alemanha. Para Mackinder (1911a), a intensificada corrida comercial e industrial levou a uma demanda de expansão colonial, sobretudo na África, pois grandes áreas territoriais na América e na Ásia estavam dominadas

do país sobre a habilidade política de Bismarck em controlar os interesses do Estado alemão frente aos desafios da política internacional europeia, sobretudo a rivalidade entre russos e austro-húngaros pelo controle de territórios no continente.

²¹ Disponível em < <https://magazine.punch.co.uk/image/I000079815UMAXnk> > Acesso em janeiro de 2023.

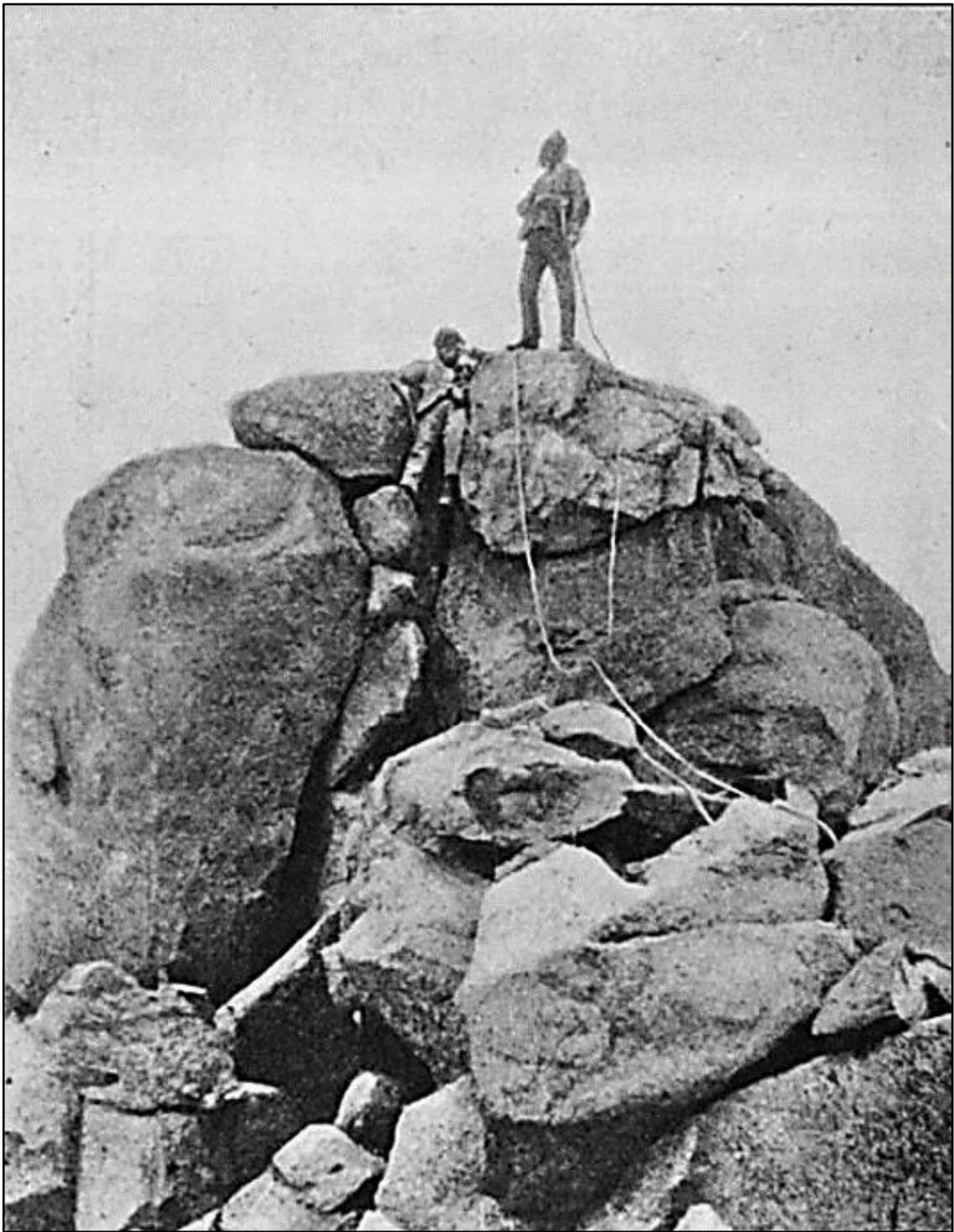
orgulho para os europeus, através do surgimento de instituições imperialistas em classes políticas e civis para difundir ideais colonialistas (Ó TUATHAIL, 2005). Sob uma justificativa científica, a África foi palco de diversas explorações. Por exemplo, os dois pontos mais elevados do continente, os montes Kilimanjaro e Quênia, foram explorados por europeus que aspiravam garantir acesso às regiões de interesse colonial, como o leste africano. Em 1889, o explorador alemão Hans Meyer (1858 – 1929) se tornou o primeiro europeu a alcançar o topo do Kilimanjaro. A expedição de Meyer foi resultado de várias tentativas anteriores em expedições alemãs no interior da África. Por sua vez, em 1899, Mackinder designou uma equipe para explorar o Monte Quênia, para se tornar o primeiro europeu a escalar o topo, reverberando a rivalidade anglo-alemã pelo controle direto de territórios no continente africano. No Quênia, a expedição de Mackinder produziu e organizou fotografias, observações cartográficas, recolheu dados meteorológicos e frações de rocha (KEARNS, 2009; MACKINDER, 1900b, 1900c).

Sobre a expedição de Mackinder ao Monte Quênia, é interessante destacar que, em seus anos de formação acadêmica em Oxford, o geógrafo entrou em contato com a tradição científica e exploratória do império britânico, por meio do professor de biologia da universidade, Henry Nottidge Moseley (1844 – 1891), e de notórios exploradores e oficiais da RGS, como Douglas Freshfield (1845 – 1934), Henry Bates²² (1825 – 1892) e Clements Markham²³ (1830 – 1916). Ao explorar o interior da África, Mackinder teve a liberdade para agir e escrever a sua história imperial numa página em branco, utilizando a estrutura imposta pelo imperialismo britânico na África Oriental, como a ferrovia Uganda, que ligava o litoral do país ao interior do continente, especialmente ao Quênia e territórios que comportam nascentes do rio Nilo (BLOUET, 2004).

²² Henry Bates foi um notório naturalista e explorador, autor do livro *Naturalism on the Amazons*, publicado em 1863 como resultado da expedição de Bates a bacia do rio Amazonas em meados do século XIX.

²³ Clements Markham explorou a região peruana dos Andes, em 1852, levando para a Inglaterra diversos espécimes vegetais, como a Chichona, cuja casca produz quinina, substância utilizada no tratamento contra a malária (BLOUET, 2004).

Figura 18. Mackinder no topo do Monte Quênia em 1899.



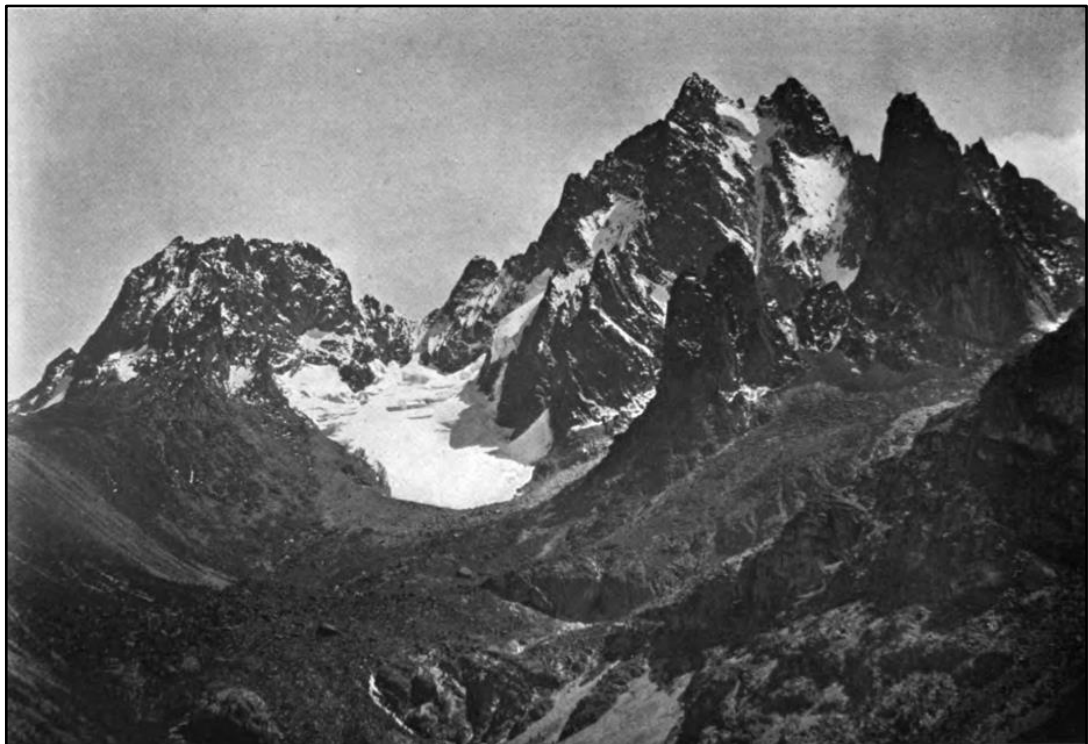
Fonte: Mackinder (1900b, p. 469).

Figura 19. Fotografia do topo do Monte Quênia e o vale Teleki.



Fonte: Mackinder (1900c, p. 102).

Figura 20. Fotografia do topo do Monte Quênia e a geleira Tyndall.



Fonte: Mackinder (1900c, p. 108).

Considerada *terra incógnita* pelo imperialismo europeu, a África foi partilhada segundo uma visão arbitrária, gerando um mapa marcado por fronteiras desconexas dos padrões culturais econômicos originais do continente. Como pano de fundo do Congresso de Berlim, ocorreu a convergência de diversos interesses europeus no interior da África, além da sua porção mais ao leste e as áreas próximas à bacia do rio Nilo (ALBRETCH-CARRIÉ, 1968). Segundo Kennedy (1987), o Congresso de Berlim simboliza o ápice da velha ordem europeia sobre os assuntos da ordem global. Outros países, como o Japão, embora modernizado pela restauração Meiji, foram excluídos; os Estados Unidos, por sua vez, exerceram um papel secundário, se atentando aos aspectos de comércio e navegação, pontos sensíveis ao poder de Washington; já a Rússia, ainda que tenha participado do Congresso, possuía maiores interesses na Ásia.

2.3 Mackinder e o conceito ratzeliano de *Lebensraum*

Considera-se que Ratzel, Mahan e Mackinder conceberam teorias geopolíticas durante a ascensão do imperialismo; logo, suas concepções contêm traços comuns à sua época; no caso de Ratzel, as particularidades da recém-unificada Alemanha. Costa (1992) diz que, mesmo após a unificação territorial, o II *Reich* manteve uma relativa fragmentação interna, tanto social como em sua organização político-territorial. Para Bassin (2003), apesar da formação bem-sucedida da Alemanha, a fronteira do país excluiu uma parcela considerável da população alemã sediada na Europa Centro-Oriental. Mediante essa questão, argumenta-se que o ímpeto expansionista do território alemão se tornou, com o tempo, um aspecto vital para a classe política do país, indicando uma urgência geográfica específica. Envolto nesse cenário, Friedrich Ratzel (1844 – 1904) refletiu o papel da geografia como ciência de Estado. Ratzel se formou em geologia em Heidelberg, sendo influenciado pela teoria darwinista. Entre 1874 e 1875, Ratzel viajou para a América do Norte, episódio que teve grande relevância na sua reflexão geográfica. Na obra de Ratzel, destaca-se a Antropogeografia (*Anthropogeographie*) [1882], que aborda a relação entre o indivíduo e o meio geográfico, e a Geografia Política (*Politische Geographie*) [1897], estudo político-geográfico que reflete a relação entre Estado e território.

Para Acharya & Buzan (2019), a teoria ratzeliana fez parte da escola realista alemã, que defende a integridade territorial do país. Martin (2005) pontua que a unificação territorial alemã teve forte impacto na formação de Ratzel, fortalecendo seu orgulho nacional e o estimulando a compreender o povo alemão e a sua relação com o solo e o uso dos recursos nele contido. A produção de Ratzel vê o mundo de uma forma mais ampla, em que a Terra é palco

da ação do imperialismo e a concorrência pelo controle e uso de territórios. Bilbao (2015) diz que a teoria de Ratzel compôs uma tentativa de interpretar o mundo mediante uma concepção geográfica em que o território não é apenas palco de ação de forças políticas, mas sim um próprio poder político. A partir disto, percebe-se que dois elementos são indispensáveis na teoria de Ratzel: território e Estado, pois “os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima relação com o espaço” (COSTA, 1992, p. 32). De acordo com Agnew (2002), a concepção de Ratzel entende que o Estado se une ao espaço em que ele se forma; expressando uma relação material com esse espaço, por meio do solo, e uma relação espiritual, se ligando ao povo e a nação dominante. Destaca-se que Bismarck fez uso desses argumentos sobre o Estado e o solo em sua defesa da unificação territorial alemã.

A visão do Estado como organismo deriva da influência darwinista na geografia, tendo em vista o cenário de competição nacionalista acirrado a partir de 1870, pois a conquista pela via da guerra e a luta por poder entre nações e grupos sociais foi uma ideia amplamente aceita na sociedade europeia (AGNEW & CORBRIDGE, 2003). Nesse sentido, obras de naturalistas influentes como Charles Darwin (1809 – 1882) e Jean-Baptiste de Lamarck (1744 – 1829), e filósofos como Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831), endossaram, ainda que de forma distorcida, o nacionalismo em sociedades cada vez mais industrializadas e competitivas. Bassin (2003) e Osterud (1988) argumentam que Ratzel utilizou a teoria de Darwin sobre a evolução natural, embora não fosse um darwinista *stricto sensu*, visto que Ratzel não absorveu o conceito da seleção natural. Bassin (1987a) diz que, dado o contexto capitalista e a luta por poder entre as potências, as teorias sociais produzidas nesse período refletem ideias do darwinismo social, ao passo que a biologia darwinista modelou os argumentos científicos vigentes. Name (2010) pontua que, pela leitura de Darwin, ocorreu um tensionamento no pensamento sobre a natureza, pois o indivíduo foi inserido no sistema da natureza em que somente os mais fortes sobrevivem.

Para Black (2016), Ratzel teceu suas ideias no contexto em que argumentos darwinistas eram relevantes, dada a sua capacidade de explicação universal, algo que fomentava a criação de leis e conceitos universais. Destaca-se que a geografia política concebida na virada de século justificou uma agenda política belicista e competitiva (DEUDNEY, 2000). Segundo Ratzel, a tese de Darwin falha por não considerar a relevância do espaço, ainda que a ideia da luta pela existência, *Kampf uns Dasein*, possa se igualar a disputa pelo espaço (HEFFERNAN, 2000). Desse modo, pode-se afirmar que Ratzel utilizou seletivamente argumentos e termos oriundos da teoria de Darwin, sobretudo a noção de evolução, para legitimar a sua reflexão

geográfica (NAYAK, JEFFREY, 2013). Na antropogeografia de Ratzel, os grupos humanos dependem de todas as formas de vida orgânicas presentes no ambiente natural externo. Nesse sentido, Ratzel visou criar uma geografia humana que tivesse autoridade explicativa, como as ciências naturais (BASSIN, 2003). Ashworth (2013) pontua que a geografia política de Ratzel elucidou o sucesso e fracasso de certas formas de Estado a partir do seu território físico. Na antropogeografia de Ratzel, os povos mais sucedidos são aqueles que se expandem para novas regiões, controlando-as e introduzindo na natureza a sua cultura, criando paisagens naturais distintas (Ó TUATHAIL, 2005). Para Ratzel, o ato expansionista não constitui apenas a conquista militar, mas também a colonização e a imposição da cultura e política sobre o solo. A geografia de Ratzel lida com as colonizações e as expansões territoriais dos Estados (CHIANTERA-STUTTE, 2018).

De acordo com Bassin (1987b) e Martins (1992), Ratzel concebe a sua teoria segundo o modelo das ciências naturais, situando fatos geográficos a um arcabouço simplificador, graças a sua visão metafórica da sociedade como um organismo, sujeitando-a as leis naturais da vida, passando pelo estágio de crescimento, desenvolvimento e declínio. Bassin (2003) diz que Ratzel defende a unidade essencial da vida orgânica na Terra, na qual o ser humano está incluso. Com base nisso, a sua reflexão geográfica entende que o funcionamento das sociedades abrange as mesmas leis que regem o mundo natural. Deste modo, Martins (1992, p. 110) pontua que, para Ratzel, “comparar o Estado a um organismo não significava assimilar um ao outro. Tratava-se apenas de indicar ser possível avançar na formulação de grandes construções explicativas”. Segundo Bassin (1987a) e Chiantera-Stutte (2018), a difusão das ideias de Darwin e Lamarck influenciou a interpretação da história humana produzida no cenário de condições geográficas desiguais. Conforme Mackinder e Ratzel atestam, a partir da expansão colonial e as anexações territoriais, toda a unidade do planeta estava ocupada.

Para Ratzel, o território de um Estado não é uma área permanentemente fixa, uma vez que, sendo um organismo vivo, não pode ser contido em limites rígidos. O Estado é definido como organismo, pois é nele em que se articula a vida do povo sobre o solo. Essa relação entre homem e solo é reforçada de modo recíproco, compondo uma união inseparável (RATZEL, 1896; 2011b). Portanto, povo e solo possuem predicados necessários para a ação de um sobre o outro, enquanto se exige do território uma contínua expansão para que o organismo prospere (KEARNS, 2009). Stogiannos (2019) defende que o conceito de Estado-organismo de Ratzel vê o Estado como um agregado, uma estrutura mecânica que combina partes individuais numa unidade. Para Bilbao (2015), a teoria do espaço vital de Ratzel trata de espaços geográficos em

que os organismos se desenvolvem, uma vez que a dimensão do espaço geográfico depende das capacidades do Estado que, por sua vez, é a instituição formada pelo povo sustentado por um território e história comuns. Entretanto, bem como Costa (1992) afirma, ainda que Ratzel faça uma analogia em que o solo pode beneficiar ou não o desenvolvimento do Estado, não há um determinismo estreito, uma vez que o solo e seus atributos naturais são uma *base* concreta, um elemento potencial capaz de proporcionar, ou não, a transformação dessa potencialidade em um avanço mais palpável, conforme a lógica capitalista imposta.

Knutsen (1992) diz que Ratzel compôs a teoria sobre a natureza territorial do Estado a partir da relação próxima entre o *Volk* e o espaço geográfico ocupado por ele historicamente. Logo, o Estado ratzeliano se expande ou retrai segundo as capacidades dos seus habitantes. Para Ratzel, o Estado possui uma relação material com o espaço por meio do solo e da relação entre o solo e povo (nação) que o ocupa. Para que o Estado prospere, é necessário que a sua área se amplie sobre outros territórios, expressando a sua vitalidade e superioridade cultural. Portanto, a dimensão física do Estado é uma das medidas do seu nível cultural (AGNEW, 2002). Smith (1980) diz que, segundo a principal forma de adaptação do homem é através da cultura, ou seja, a tecnologia, a intelectualidade e uma organização social coesa. Para Ratzel (2011a), a área do Estado se expande juntamente a sua cultura, pois a expansão dos horizontes geográficos resulta da histórica contribuição física e intelectual do seu povo.

Sobre as particularidades do conceito de *Lebensraum*, Costa (1992, p. 41) diz que a *Lebensraum* de Ratzel se limita “aos aspectos biogeográficos do desenvolvimento natural das plantas e animais”. Bassin (2003) diz que a *Lebensraum* considera o mundo não-humano, pois organismo vivo depende de uma porção determinada de território para se desenvolver. De acordo com Owens (1999), a teoria do Estado como entidade orgânica possui influência direta do darwinismo, aplicada por Ratzel como metáfora na descrição do Estado como organismo. Ou seja, ainda que Ratzel entenda o desenvolvimento dos Estados pela lógica evolucionista, a biologia é empregada para construir uma analogia geográfica. Conforme Ashworth (2013) diz, para Ratzel, o Estado se forma pela cultura e espiritualidade dos indivíduos. Para Heffernan (2000), a teoria de Ratzel se baseia na premissa de que as formas de vida estão, invariavelmente, envolvidas em uma disputa por *Lebensraum*. Bassin (1987a) argumenta que, para Ratzel, como o Estado segue as leis de desenvolvimento da biologia, quando a *Lebensraum* se torna escassa, possivelmente pelo ao aumento da população interna e a necessidade de maiores insumos para a atividade agrícola e industrial, o Estado deve anexar territórios e formar uma *Lebensraum* mais nova e ampla. Ó Tuathail (2005) diz que toda *Lebensraum* possui necessidades espaciais,

pois todo Estado batalha para sustentar a sua população, sobretudo as nações imperialistas em sua ânsia de conquistar novas colônias e impor seus meios políticos, sociais e industriais.

Ressalta-se que o conceito de *Lebensraum* compreende o Estado como um organismo, porém, não se trata de um organismo de unidade homogênea. Na teoria ratzeliana, o Estado se forma por um agregado de organismos independentes que possuem objetivos próprios. Logo, o organismo do Estado se baseia numa determinada área do território, na qual a sociedade humana se consolida e cresce a partir desse nível estabelecido. Por fim, cada Estado possui requisitos específicos para se desenvolver. Assim, Ratzel (2011a) discorre sobre as leis de crescimento espacial dos Estados, observando a vitalidade social e a demografia das sociedades ao longo do tempo, pois cada povo fixado em uma área representa um corpo vivo que se estendeu sobre uma parte do planeta, diferenciando-os historicamente de outros povos que se expandiram no espaço. Segundo Agnew (2002) e Ó Tuathail (2005), em relação às leis naturais que regem a expansão territorial dos Estados proposta por Ratzel, podemos destacar:

- (1) o tamanho do Estado cresce a partir da sua cultura;
- (2) o crescimento do Estado ocorre pelo desenvolvimento da agricultura e a amplitude dos seus horizontes geográficos;
- (3) o Estado pode se expandir anexando outros Estados menores;
- (4) a fronteira é o órgão periférico do Estado, responsável pelo seu crescimento e proteção;
- (5) a partir do seu crescimento, o Estado se envolve em questões geopolíticas mais amplas;
- (6) o primeiro estímulo à expansão espacial do Estado vem de fora do organismo estatal;
- (7) há uma tendência geral em prol da anexação territorial.

Sobre a influência exterior que provoca o crescimento territorial, Bilbao (2015) indica que toda expansão territorial encoraja outro Estado a fazê-lo e, se ambos possuem condições para realizar a expansão, a guerra se torna o mecanismo espacial de alocação territorial. Pode-se dizer, portanto, que Ratzel reflete sobre a necessidade de cada Estado ampliar o seu espaço geográfico como condição necessária para a sua viabilidade, sobretudo na disputa imperial do final do século XIX, quando a guerra foi compreendida como um elemento natural, inevitável (BLACK, 2016).

Para Ashworth (2010), as leis naturais de Ratzel corroboram a compreensão do poder europeu sobre o uso da terra e de que maneira isso indicava o sucesso ou atraso de diferentes Estados. Bilbao (2015) diz que Ratzel teoriza a expansão territorial dos Estados pela

absorção de unidades territoriais menores, além de ações no limite de fronteiras pela cultura, comércio e acesso aos recursos naturais. Além disso, Ratzel afirma que, enquanto um Estado se expande, ele continua a fazê-lo repetidamente até atingir os seus limites naturais, atendendo as suas demandas internas. Essa leitura ratzeliana traz luz a um tema importante: os alemães que não foram integrados ao *Reich*, especialmente os povos da Europa Centro-Oriental (COSTA, 1992). Na concepção de Ratzel, era crucial que o povo alemão soubesse identificar e conhecer a área do seu país, pois assim seus laços com o solo seriam fortalecidos. Nessa linha, a área natural dos alemães, de acordo com Ratzel, se situa entre os rios Reno e Vístula, que cruzam o atual território da Polônia, os Alpes e o mar do Norte. A Alemanha, localizada entre rivais a leste e oeste, só se tornou possível como Estado graças a sua força militar, uma vez que o país não possui fronteiras naturais incontestáveis (DIJKINK, 1996).

Para Agnew (2002), os predicados naturais do território alemão eram mais vulneráveis que os da Grã-Bretanha, pois a insularidade britânica lhe oferecia uma considerável proteção natural. Segundo Ratzel, a união entre e a vulnerabilidade geográfica do país e a vitalidade do povo alemão produziu um importante mecanismo que naturalmente impulsionou a Alemanha a se expandir territorialmente. Para Ratzel, visto que as leis da natureza e da reprodução orgânica interferiam na dimensão da população e, esta, por sua vez, era designada para definir o tamanho dos Estados, a conclusão lógica é que necessariamente teria que haver uma disputa entre os Estados em busca da expansão de sua *Lebensraum*, condição esta imanente para que assim não ocorresse o declínio territorial do Estado, cuja consequência seria a sua dominação por outro Estado mais forte (BASSIN, 2003).

The extension of the geographical horizon, a consequence of the corporeal and mental efforts of numberless generations, has continually provided new domains for the territorial growth of nations. To obtain political control over these, to fuse them and keep them together, has demanded ever fresh forces, which could only be developed with the slow growth of civilization. Civilization constantly supplies new foundations and bonds by which the sections of a people may be built up into a connected whole, and increases the number of those who are knit together by a consciousness of their interdependence. Ideas and material possessions spread out from small centres, and gradually extend their domains. We see the close connection between religious and political expansion, but this is far surpassed by the immense influence of commerce, which now gives a mighty impulse to efforts of expansion (RATZEL, 1896, p. 351-352)²⁴.

²⁴ A extensão do horizonte geográfico, consequência de esforços físicos e mentais de inúmeras gerações, tem proporcionado continuamente novos domínios para o crescimento territorial das nações. Para obter controle político sobre eles e mantê-los unidos, se exige sempre novas forças desenvolvidas pelo lento crescimento da civilização. A civilização fornece constantemente novos fundamentos e laços no qual os povos podem construir em um todo conectado, aumentando o número daqueles que estão unidos pela consciência de sua interdependência. As ideias e bens materiais se espalham a partir de pequenos núcleos e, gradualmente, estendem seus domínios. Vemos a estreita conexão entre expansão política e religiosa, mas isso é superado pela imensa influência do comércio, que agora impulsiona novas expansões (RATZEL, 1896, p. 351-352, tradução nossa).

Para Smith (1980), a *Lebensraum* de Ratzel expõe os ares científicos e ideológicos do contexto da virada de século. Em linhas gerais, a *Lebensraum* exibe um caráter conceitual do campo da biologia, bem como defende interesses coloniais, justificando expansões territoriais. Destaca-se que Ratzel concebe o Estado como um organismo dotado de atributos, que são as suas fronteiras, linhas de comunicação, capitais aplicados e a sua cultura. Assim, a dimensão de um Estado e os seus recursos conferem a sua força (RUSSELL, 2006). Desse modo, pode-se inferir que, mediante as questões específicas do território alemão, como a tardia unificação territorial e a exclusão de grupos alemães de suas fronteiras, além da insegurança fronteiriça, a atividade expansionista do país assumiu o caráter de autodefesa (HERB, 2008). Ó Tuathail (2005) diz que é necessário compreender a reflexão ratzeliana no contexto em que se aceitou a ideia de que a disputa por territórios entre diferentes culturas permitia o progresso dos valores civilizatórios. Para Ratzel:

‘O ideal nacional’, ou a ‘política nacional’ são fenômenos que devem expressar, mais que a raça e língua comuns, um território comum. É o caso do povo alemão, continua, que aspira a dar uma forma política à sua comunidade, procurando agrupar-se em um território determinado, ‘espaçoso’ e ‘próprio’. É fundamental, portanto, resgatar esse detalhe do pensamento do autor, isto é, de que a sua ideia do Estado como *organismo* está baseada antes de tudo nesse seu caráter de agente *articulador* entre o povo e o solo. Dessa articulação, diz ele, participam o *povo* com o seu ‘espírito’, cultura e, sobretudo, com o seu ‘sentimento territorial’ obtido na sua ligação permanente com o solo, sua região ou país; e o *solo*, um invariante, um elemento de permanência face ao Estado, que é transitório (COSTA, 1992, p. 34).

Segundo Ratzel, é através do solo, elemento fundador do Estado, que o povo age para explorar e ampliar suas potencialidades territoriais. Para Ratzel, o Estado se forma a partir da simbiose entre solo e povo (HAGAN, 1992; RAFFESTIN, 1993). Costa (1992) diz que, embora *a priori* a concepção ratzeliana tenha defendido a manutenção de políticas territoriais em prol da coesão interna do Estado, os seus escritos sobre as questões coloniais da Alemanha na África, a defesa do pangermanismo europeu e a necessidade de o país ter acesso ao litoral, fortalece a ideia de que o desenvolvimento dos povos ocorre pela expansão dos horizontes geográficos, a partir da conquista de novas posses territoriais.

2.4 O surgimento da geopolítica

Pode-se dizer que as ideias de Ratzel e Mackinder se basearam no contexto de intensa industrialização e utilização de insumos coloniais. Portanto, as suas teorias expressam o que acreditavam ser a realidade geográfica dos seus países, justificando, de certo modo, as ações imperiais praticadas por Berlim e Londres. Para Bassin (2003), a agenda imperialista se impôs através de anseios pela expansão territorial, além do permanente compromisso com os ideais nacionalistas. Nesse cenário, naturalizou-se que cada Estado possuía, ou deveria possuir,

suas “fronteiras naturais”, implicando, por fim, que nem todas as fronteiras eram adequadas para atender as necessidades específicas dos Estados. Ademais, surgiram nessa época novos atores na política internacional, como a Alemanha e os Estados Unidos, países marcados por políticas econômicas protecionistas, em oposição a política de livre mercado britânica. Esse panorama intensificou a corrida pela expansão econômica e territorial das fronteiras imperiais no mundo (AGNEW, 2002).

Para Ashworth (2014), a industrialização em larga escala alterou o âmago das relações globais, pois, do ponto de vista das grandes potências, a expansão dos seus domínios coloniais não apenas justificou o imperialismo, mas também atestou a necessidade de agir em face das demandas industriais. Segundo Black (2016), Jeffrey (2015) e Osterud (1988), cristalizou-se, desse modo, uma competição interestatal com objetivos políticos e territoriais conflitantes, da mesma forma que conceitos biológicos, como evolução, disputa e decadência, se interligaram as manobras imperiais impostas pelas potências em suas incursões em Estados menores e menos poderosos. Observou-se, na virada de século, uma maior organização político-militar, em face do acirramento do imperialismo e a expansão das fronteiras na América do Norte e na Sibéria, além da profunda inserção europeia na África e no Sudeste Asiático.

Para Hu & Lu (2016), as teorias geopolíticas produzidas por Ratzel, Mahan e Mackinder expõem os diferentes contextos vividos entre os autores, uma vez que a geografia de Mackinder se interessa pela política e pela história; Mahan atuou como oficial da Marinha dos EUA e se baseia na história naval para estudar o impacto e a formação da supremacia do poder marítimo; já Ratzel se aproxima de analogias biológicas para estruturar suas ideias. Além disso, os países onde as suas teorias foram produzidas enfrentavam dilemas distintos: do lado britânico, buscou-se resistir à ameaça do poder terrestre russo e proteger o seu domínio colonial; o problema nos EUA era garantir a segurança do seu comércio exterior e aumentar a sua projeção internacional; do lado alemão, era vital lidar com a manutenção de suas fronteiras recém-estabelecidas e dar estabilidade ao Estado frente à competição imperialista.

Na Alemanha, Ratzel refletiu a necessidade prática do país manter, em primeiro lugar, a sua unidade territorial e, posteriormente, se lançar à corrida colonial. Para Arrighi (2010), o conceito da *Lebensraum* surge, de forma sistêmica, no pano de fundo em que foi imprescindível construir capacidades militares e industriais a partir de recursos territoriais. Na teoria de Ratzel, o Estado é produto da evolução orgânica e deve estreitar ao máximo os laços de coesão entre o homem e o solo (COSTA, 1992; OSTERUD, 1988). Ashworth (2013) diz que, para Ratzel, os Estados lutam pelo espaço como organismos. Segundo Heffernan (2000),

a concepção de Ratzel compreende que a força de um Estado se expressa pela manifestação da sua capacidade cultural, demográfica e econômica. Nos Estados Unidos, Mahan notou os aspectos geográficos do país e, tomando como exemplo a história do poder exercido pela Grã-Bretanha, desenvolveu a teoria do poder marítimo, defendendo investimentos em frotas navais para proteger os interesses do Estado no comando dos mares e oceanos (GOUGH, 1998; STRATCHAN, 2007). Conforme o terceiro capítulo aborda, Mackinder observa os avanços tecnológicos continentais, sobretudo a expansão rododiferroviária na Eurásia, questionando a manutenção do poder marítimo enquanto força hegemônica contra o poder terrestre emergente no interior do continente (MELLO, 1999).

Esse panorama favoreceu a produção de reflexões geográficas que buscavam responder aos desafios de uma competição imperial em diferentes escalas, do local ao global. Com isso, assumiu-se que o mundo precisaria ser entendido em sua totalidade, visto que a ampla utilização de tecnologias de transporte e comunicação modernas estavam encurtando distâncias, tornando o mundo um lugar “menor” (HEFFERNAN, 2000). Mackinder reverbera esse ponto ao apontar para a formação do sistema político-fechado, no qual eventos outrora isolados iriam provocar repercussões e desdobramentos em todo o planeta (MACKINDER, 1904). Kearns (2008) diz que o conceito de geopolítica se desenvolveu nesse meio, concentrando-se nos Estados e no uso da força de uns contra os outros. Como Ó Tuathail (2005) resume, a disputa por poder produziu uma geografia enquanto resultado da luta entre forças concorrentes pelo poder de administrar e ocupar o espaço. Para Acharya & Buzan (2019), os pensadores geopolíticos do período atuaram na defesa de suas nações, pois era necessário ter força para sobreviver e crescer como potência. Para Costa (1992, p. 15), a geografia política lida com a política territorial dos Estados, sendo responsável por “examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos *negócios territoriais* e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral”. Pode-se dizer, portanto, que a geografia política engloba as discussões da geografia entre o espaço e o Estado, bem como aspectos ligados à sua posição geográfica e fronteiriça. Já a geopolítica, por sua vez, trabalha com a formulação de teorias e estratégias de ação do Estado em sua relação de poder com outros Estados. Agnew (2002) indica que a virada de século viu a fusão de objetos científicos da disciplina geografia política com os interesses particulares das potências. Segundo Aron (2002), a geopolítica “combina uma esquematização geográfica das relações diplomáticas-estratégicas com uma análise geográfico-econômica dos recursos, e uma interpretação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio”. Nesse sentido, teorias geopolíticas, como

a de Mackinder, vê a posse de recursos – tecnológicos, humanos e naturais, como instrumentos de uso do Estado para garantir a sua segurança ou expansão.

Venier (2011) diz que o primeiro uso do termo geopolítica é atribuído ao sueco Rudolf Kjellén (1864 – 1922), que compreendeu o Estado como um organismo geográfico. De acordo com Moisiu (2015), o termo geopolítica se baseou em teorias da evolução e no pensamento de caráter sócio-biológico comum aos círculos acadêmicos da Europa na época. A concepção de Estado produzida por Kjellén se dirige diretamente as grandes potências, tendo em vista o seu interesse em discussões imperialistas. Segundo Costa (1992, p. 56-7), Kjellén toma da geografia política os seus “aspectos passíveis de instrumentalização, submetendo-a aos requisitos das estratégias de conquista e domínio. Com isso, inaugura a mais controversa de suas vertentes, a *geografia política da guerra*, ou a geopolítica”. Kjellén operacionalizou a teoria de Ratzel, aplicando-a na compreensão dos interesses dos Estados, instituições cada vez mais sedentas por informações e estratégias baseadas em fundamentos geográficos. Holdar (1992) diz que Kjellén defendeu a ideia de que Estados são organismos preparados para crescer. Para Kjellén, o Estado deve ser compreendido como um ser vivo, sujeito à lei do crescimento; para crescer, o Estado precisa expandir seu espaço, anexando e conquistando outros territórios.

Para Heffernan (2000), o Estado na teoria de Kjellén é um organismo que personifica a vontade popular e a interação histórica entre o povo e o seu ambiente natural. De acordo com Mamadouh (2005), as concepções geopolíticas da virada de século reverberam os interesses e necessidades nacionais particulares. Geógrafos alemães, como Ratzel, defenderam a unidade e a expansão territorial do novo Estado alemão; o sueco Kjellén apoiou a agenda de Estocolmo, que pregava a defesa do país contra o avanço czarista no norte da Europa. Osterud (1988) diz que Kjellén defendeu políticas conservadoras anti-russa e aderentes ao poder de Berlim, de certo modo, acomodando a autoafirmação sueca no pangermanismo alemão. Segundo Raffestin (1993, p. 19), a geopolítica precede a mundialização do Estado, visto que beneficiou as ciências geográficas nacionais que, em sua vez, pensaram o Estado como organismo ativo e dependente de territórios e recursos, iniciando “o jogo sem vencedores dos Estados do século XX”. Para Ó Tuathail (2005), a agenda imperialista pressupôs a superioridade das nações europeias, tomadas como civilizadas, sobre nações não europeias ou ocidentais. Em suma, consolidou-se a defesa de um Estado unido e eficiente como condição indispensável da luta imperialista de poder.

CAPÍTULO 3 – MACKINDER E A QUESTÃO RUSSA

O início do século XX marcou o fortalecimento do imperialismo que pregava a divisão do mundo pela competição e formação de zonas de monopólio territorial, atendendo interesses econômicos, industriais e militares (AGNEW, 2002). Convém reforçar que, para Ratzel, mesmo que um grupo de Estado compartilhe estratégias expansionistas, a superfície terrestre é finita, suportando, portanto, uma quantidade de território para esses propósitos (BASSIN, 2003). Se os sociais darwinistas teorizaram a ideia do *Kampf ums Dasein*, a luta pela existência, Ratzel teceu o conceito de *Kampf um Raum*, a luta pelo espaço, pois a superfície terrestre é limitada e apenas alguns Estados concretizam as suas expansões territoriais simultaneamente (RATZEL, 1897). Segundo Jones et al. (2004), produzida no contexto particular alemão, a teoria geopolítica de Ratzel visou justificar de maneira científica os anseios expansionistas e a adoção de uma postura mais assertiva do país no palco internacional.

A pesquisa discorre sobre a produção ratzeliana com maior ênfase no segundo capítulo visto que, da mesma maneira que Ratzel, Mackinder reflete sobre a competição pela posse de territórios entre o grupo das potências, pois a expansão territorial de um significaria a perda de território de outro. Biesteker (2000) e Lênin (2008) [1917] pontuam que, com o surgimento de novas potências e uma área terrestre limitada para expansão, com exceção das regiões polares, territórios já conquistados estariam ameaçados. Nota-se, portanto, que a teoria geopolítica de Mackinder compreende a competição por territórios ocupados, dada a demanda por estratégias que pudessem protegê-los. Do ponto de vista imperialista da época, esse contexto opôs países em ascensão e aqueles considerados em declínio. Para Sloan (2013), a teoria do poder terrestre de Mackinder expressa uma finalidade militar, pois, ao transformar a geografia em algo abstrato e esquematizado, Mackinder defende que a estratégia pode utilizar os aspectos geográficos que lhe são mais relevantes. Aron (2002, p. 264) corrobora essa ideia, apontando que Mackinder vê o meio geográfico como o “terreno em que se desenrola o jogo diplomático e militar. O meio se simplifica, tornando-se uma moldura abstrata”.

Dessa maneira, o controle direto do espaço se tornou uma medida mensurável de poder. Além disso, a rivalidade imperialista, influenciada pelo darwinismo social e o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, alterou os patamares da disputa geográfica por poder. Costa (1992) diz que esse momento histórico atingiu todo o mundo, configurando o surgimento do imperialismo enquanto forma histórica na relação dos Estados no plano internacional. Nesse cenário, as potências se tornaram globais, assim como os seus projetos de poder. Vale destacar que, com a emergência de novos Estados no grupo das grandes

potências, como a Alemanha e os Estados Unidos e o Japão, novos atores se juntaram as velhas forças, a Grã-Bretanha, França e Rússia, estabelecendo um renovado vigor expansionista, especialmente na Ásia e na África. Diante disso, o terceiro capítulo propõe discorrer sobre a concepção geopolítica produzida por Mackinder, cuja obra foi influenciada pelo ambiente de expansão do capitalismo industrial e a reprodução de capital em sua forma monopolista, além da consolidação disputa espacial entre as grandes potências. A pesquisa argumenta que, no momento em que Mackinder publica a sua teoria do poder terrestre e o pivô geográfico, o autor identifica a Rússia como a principal ameaça à soberania do poder marítimo, sobretudo pelo fim da era colombiana, período histórico em que o poder marítimo se manteve hegemônico, pela emergência da era pós-colombiana e a primazia do transporte terrestre transcontinental (MACKINDER, 1904).

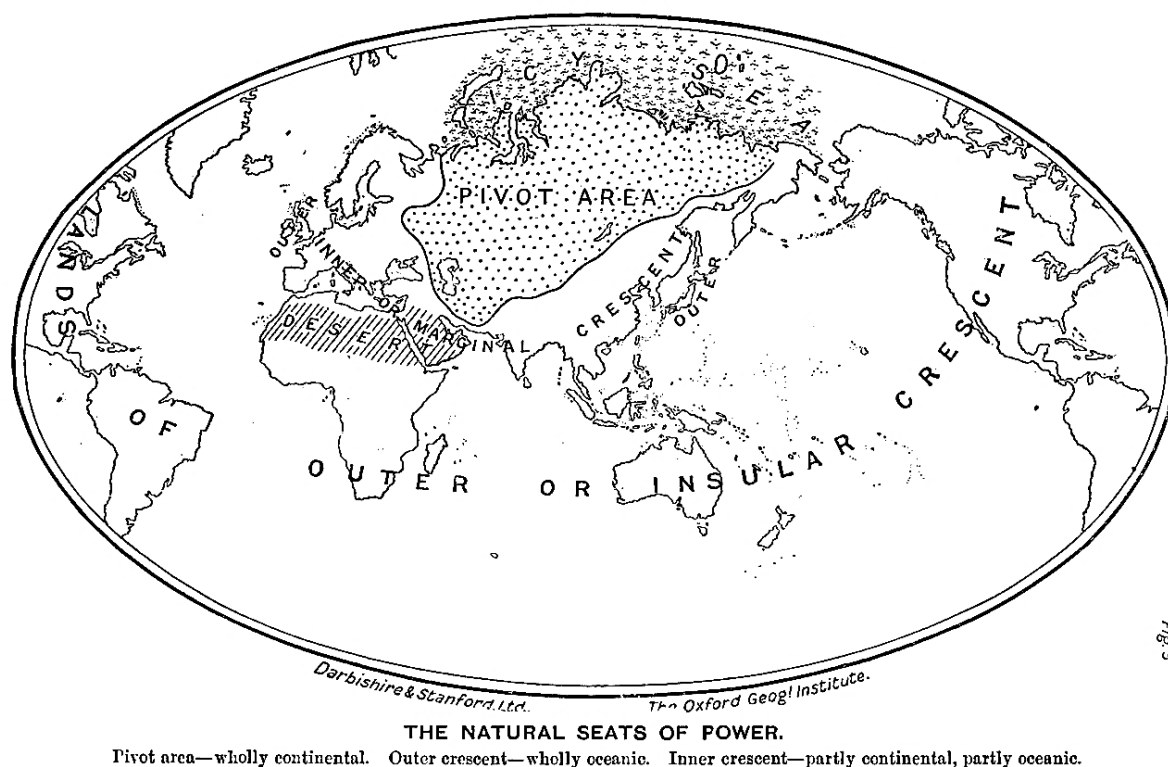
3.1 O fim da era colombiana

De acordo com Mackinder (1904), as expedições marítimas do século XV neutralizaram as vantagens estratégicas das rotas de comércio terrestres. Através da rota do Cabo, que conecta o Ocidente ao Oriente pelo Cabo da Boa Esperança, o poder marítimo favoreceu a conquista de novos territórios por séculos, fundando a era colombiana. Contudo, o século XX apontou, para Mackinder, o fim de um período histórico em que o poder marítimo se estabeleceu como poder hegemônico. Para Mackinder, há uma disputa secular entre os poderes terrestre e marítimo pelo controle da Eurásia, unidade continental composta pela Europa e Ásia (BASSIN, AKSENOV, 2006). Em relação à essa luta histórica entre os poderes terrestre e marítimo, pode-se dizer que a Europa foi palco de origem de dois movimentos expansionistas no século XV: um em direção ao ocidente, singrando oceanos e desencadeando a tomada de posses coloniais nas Américas, África e Ásia; o segundo, em direção ao oriente, partiu de Moscou, cruzando os montes Urais e alcançando as vastas estepes da Sibéria. Segundo Mello (1999, p. 28), “essa dupla expansão – o controle dos mares pelos europeus ocidentais e a posse da mais extensa massa territorial do planeta pelos russos – demarcou [...] a oposição oceanismo *versus* continentalismo”.

Kaplan (2009) diz que, enquanto os europeus ocidentais cruzaram mares e oceanos com suas embarcações, os russos se expandiram em terra, conduzindo camponeses para semear trigo nas estepes do sudoeste, compondo uma história de aversão entre europeus, ligados ao poder marítimo liberal, contra os russos, próximos do poder terrestre conservador. Pode-se dizer que, baseando-se na história de conflitos entre os povos nômades da Eurásia, Mackinder compreende que, pelo aspecto histórico, a Rússia tende a ultrapassar as suas fronteiras e

conquistar as regiões marginais da Eurásia. Desse modo, a teoria de Mackinder consolida a dinâmica em que o poder terrestre, sediado na porção central da Eurásia, procura se expandir e garantir acesso aos mares quentes, em um movimento centrífugo. Já o poder marítimo, sediado nas regiões marginais do continente eurasiático, busca assegurar o controle da linha circunferencial costeira do continente, mantendo o poder terrestre encurralado através de uma pressão centrípeta (MELLO, 1999).

Figura 21. Mapa das regiões geoestratégicas, segundo Mackinder.

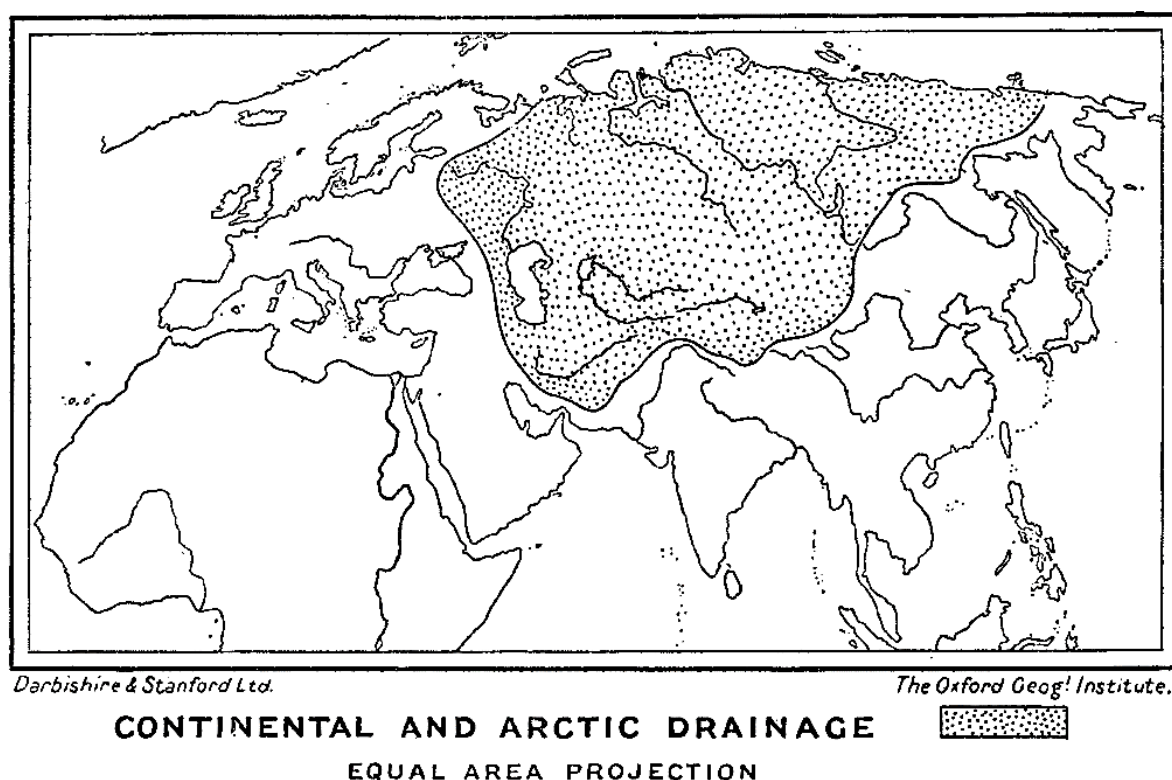


Fonte: Mackinder (1904, p. 435).

O mapa das sedes de poder de Mackinder exibe três grandes regiões geoestratégicas: a *área pivô* (*Pivot Area*), situada no centro da Eurásia, possui a maior planície do planeta e está totalmente isolada do mundo exterior; o *crescente interno* (*Inner Crescent*), composto por um conjunto de zonas amortecedoras nas áreas limítrofes entre os poderes terrestre e marítimo; o *crescente externo* (*Outer Crescent*), localizado na periferia do *crescente interno*, protegido do poder terrestre pelos oceanos (MACKINDER, 1904; MELLO, 1999). Segundo Braun (2008), Mackinder utilizou os aspectos da geografia física e da localização geográfica estratégica para estabelecer as sedes de poder. Designado segundo a projeção de Mercator, o mapa-múndi de Mackinder se consolidou como uma representação visual histórica e não neutra, pois nuances foram sacrificadas para a definição de um esquema simplificado.

Assim, Mackinder produziu uma identidade macrogeográfica que espacializou a história e estabeleceu disputas atemporais entre povos do leste e oeste, opondo terra e mar. Ao privilegiar a massa continental eurásiana, a projeção de Mercator reduziu a representação visual das Américas, do continente africano e da Índia, como situou a Europa no centro do mundo (DODDS, 2005; Ó TUATHAIL, 2005).

Figura 22. Mapa das principais redes de drenagem continental e ártica da Eurásia, segundo Mackinder.



Fonte: Mackinder (1904, p. 429).

Para Mackinder (1919) e Mello (1999), a *área pivô* se caracteriza pelo seu isolamento e proteção contra o poder marítimo, pois, de forma geral, a sua drenagem corre para os mares fechados, caso do mar de Aral e o mar Cáspio, ou então ao litoral do Ártico. Ao norte da *área pivô*, o acesso ao mar é dificultado nos meses de inverno pelo congelamento dos estuários, uma vez que os rios Ob, Ienissei e Lena drenam em direção ao gélido litoral da Sibéria. Já o Volga, que drena em direção ao Cáspio, o Amu Dária e o Sir Dária, que correm em direção ao mar de Aral, são sistemas fluviais que drenam para mares de água salgada. Logo, a geografia física da *área pivô*, desde o trecho de planícies congeladas da Sibéria, até as porções tórridas e íngremes do Paquistão e Irã, tornaram-na naturalmente reclusa e intransponível aos assédios do poder marítimo. Blouet (2005) e Meinig (1956) atestam o valor da drenagem hidrográfica no conceito geopolítico de Mackinder. Por sua vez, o *crescente interno* se localiza

nas regiões marginais bifrontes da Eurásia, formando regiões anfíbias na periferia da *área pivô*. Portanto, os territórios da Europa e da Ásia, sobretudo a Índia, China e a região do Oriente Médio, estão suscetíveis a ação dos poderes terrestre e marítimo, pois essa área compõe o espaço natural de expansão do poder terrestre e, logicamente, a barreira física de contenção do poder marítimo. O *crescente externo*, situado nos limites exteriores da Eurásia, se atrela totalmente ao poder marítimo, sendo imune aos avanços do poder terrestre, sobretudo as grandes potências insulares, como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América e o Japão.

Segundo Aron (2002), a *área pivô* de Mackinder se marca pela presença de elementos físicos e políticos que atuam em conjunto. Encontra-se na Eurásia a maior planície do planeta, bem como grandes redes hidrográficas que correm para o Ártico ou para mares interiores. Na estrutura da concepção de Mackinder, há um elemento contínuo: a oposição entre terra e mar; entre os poderes terrestre e marítimo. Além desse elemento constante, coexistem outros três elementos variáveis: as tecnologias de transporte terrestre e marítima; o uso do potencial dos grupos humanos e os recursos naturais do espaço; as ações da diplomacia no campo político internacional. Na era colombiana, o poder marítimo deteve o poder terrestre limitado a região interior da Eurásia, visto que as potências marítimas organizaram rotas comerciais e definiram colônias, consolidando seus poderes políticos, culturais e econômicos. Taylor (1994) diz que, apesar da hegemonia marítima se manter por séculos, Mackinder compreendeu que a expansão do transporte terrestre ferroviário transcontinental permitiu ao poder terrestre reabilitar a força das sociedades continentais da Eurásia. Dessa forma, embora a abertura do canal de Suez tenha fortalecido a mobilidade do poder marítimo, a construção de ferrovias transcontinentais alterou as condições do poder terrestre, permitindo o alcance e exploração de vastos territórios e seus recursos naturais (MACKINDER, 1904). Black (2016) mostra que, por meio da revolução do transporte ferroviário transcontinentais, foi possível unir continentes, tendo em vista a ferrovia do Transpacífico na América do Norte e a ferrovia Transiberiana na Eurásia.

Percebe-se que Mackinder pensa a política internacional e a relação entre os Estados por meio de uma divisão temporal de três eras distintas: a era pré-colombiana, a era colombiana e a era pós-colombiana, períodos protagonizados por povos do oriente e ocidente, como gregos e romanos, europeus e asiáticos, e as suas tecnologias de transporte (Ó TUATHAIL, 2005). Para Mackinder (1904), a mobilidade no oceano é a rival permanente da mobilidade continental. Na era pré-colombiana, o poder terrestre esteve em vantagem, visto que as cavalarias dominaram a Eurásia e se expandiram para as regiões periféricas do continente. Nesse sentido,

surgiram as cidades de Damasco e Palmira, situadas em pontos nodais de grandes rotas de comércio, como os primeiros centros comerciais e símbolos do poder terrestre no norte da África, Oriente Médio e Ásia Central. Contudo, a emergência da era colombiana sagrou a ascensão do poder marítimo e sua expansão oceânica, enfraquecendo o poder terrestre. Segundo Mackinder (1900a), a base do poder marítimo britânico se forma pela unidade do oceano, pois os continentes são, de certa forma, ilhas, e os oceanos são, em última escala, um só. Pela navegação, os Estados insulares utilizaram o poder marítimo no comércio e defesa dos seus territórios. Nessa linha, Mackinder (1902) diz que quase todas as partes do mundo são acessíveis pelos mares, logo, as expedições colombianas permitiram, no longo prazo, que a Grã-Bretanha pudesse se tornar a estação central do mundo.

Todavia, o início da era pós-colombiana na virada de século possibilitou o retorno do domínio terrestre da Eurásia, dada a construção de extensas ferrovias que interligou territórios e facilitou a extração e utilização de recursos naturais. Assim, a era pós-colombiana desafiou o poder marítimo britânico, pois a Grã-Bretanha se sentiu vulnerável territorialmente, em razão da sua insularidade e a dispersão das suas posses coloniais, em comparação ao fortalecimento de Estados continentais dotados de amplos domínios territoriais, como a Alemanha, a França e a Rússia (HEFFERNAN, 2000; KEARNS, 2006; Ó TUATHAIL, 2005). Dessa maneira, pode-se considerar que a previsão de Mackinder sobre o declínio do poder marítimo expõe um traço da tentativa britânica de responder ao contexto do século XX. Na visão de Mackinder (1890a), o curso da política se forma pela ação conjunta de duas forças: as impulsionadoras, cujo ímpeto procede do passado, da tradição histórica, e as orientadoras, que conduzem o presente em razão da necessidade econômica e das oportunidades geográficas.

Para Mackinder, a era pós-colombiana consolida a formação de um sistema político-fechado, onde os movimentos sociais, políticos, econômicos e militares são sentidos em todo o planeta. Nessa linha, Mackinder nota que, com o fim das descobertas geográficas e a dispersão econômica e comercial do mundo em escalas crescentes, formou-se um circuito fechado no qual tudo se conecta (MACKINDER, 1900a). Nesse sistema político-fechado, o desenvolvimento das tecnologias de transporte e redes de comunicação permitiu que países sem acesso ao litoral pudessem explorar os seus territórios e transportar indivíduos e recursos naturais com maior fluidez. A partir das ferrovias transcontinentais, a expansão das cidades e da industrialização, a *área pivô* estava pronta para reaver o seu poder histórico de outrora (KENNEDY, 1974; 1976a). Para Black (2016), através dessas inovações tecnológicas, o imperialismo fortaleceu o seu poder terrestre em termos militares e comerciais. Heffernan

(2000) diz que o sistema político-fechado descrito por Mackinder antecipou o aumento da probabilidade de conflito entre as potências ao longo de suas fronteiras. Segundo Ó Tuathail (2005), nesse cenário, os Estados compreenderam que todas as suas lutas faziam parte de um único sistema espacial fechado; logo, era necessário pensar uma geografia de escala global. Sem o espaço para as potências dissiparem suas forças, o Estado moderno deve, na visão de Mackinder, ampliar a sua eficiência interna para substituir antigos ímpetus expansionistas (KENNEDY, 1976a). Todavia, ainda que Mackinder alertasse sobre a falta de novos territórios para conquistar, as relações entre os europeus e o mundo não se tornou um jogo de soma zero, uma vez que a Europa continuou explorando novos recursos de novos espaços na periferia do sistema-mundo (KEARNS, 2006). Fettweis (2000) pontua que a tradição estratégica militar pensa no controle de posições-chave no mapa em termos de guerra. Por sua vez, Mackinder reconhece o mundo como campo de batalha, identificando a região que possuía os atributos ideais para a construção de uma supremacia global: a *área pivô*, ocupada pela maior potência continental do mundo, a Rússia.

3.2 A posição russa na Eurásia

No período em que Mackinder se dirigiu aos membros da RGS e palestrou sobre o que denominou ser o *pivô geográfico*²⁵, a Rússia se destacava pelo seu potencial crescimento militar e industrial, em razão da expansão czarista em regiões inexploradas da Eurásia. Observando os movimentos da Rússia no interior do continente eurasiático, Mackinder discorreu sobre a ameaça do poder terrestre sobre o poder marítimo, sobretudo o poder continental russo e alemão. Para Taylor (1994), a teoria geopolítica de Mackinder reflete, em parte, a rivalidade anglo-russa na Ásia no século XIX, pois, enquanto Londres almejou consolidar o seu domínio na Índia e suas rotas de comércio, São Petersburgo mirou expandir suas fronteiras ao sul e ao leste, formando zonas de conflito potencial na região do Afeganistão, Irã e Turquia. Essa relação conflituosa no campo diplomático, ideológico e militar foi nomeada *Grande Jogo*.

Para compreender a posição de Mackinder sobre a Rússia, é importante discorrer sobre o processo de formação e expansão do território russo, visto que, desde o século XVI, a Rússia se expandiu ao norte, sul, leste e oeste, em um movimento centrífugo. Em oposição ao território britânico, que é circundado pelo oceano, a Rússia não possui fronteiras naturais claras. Entre os séculos XIII e XV, emergiu o principado da Moscóvia, que, com o passar do tempo, desafiou o poder dos seus antigos dominadores mongóis. Sob Ivan, o Terrível (1533 – 1854),

²⁵ A apresentação de Mackinder na RGS se tornou o artigo *O Pivô Geográfico da História* (MACKINDER, 1904).

os domínios russos se expandiram em direção ao mar Cáspio, pelo rio Volga, tomando as cidades de Kazan, em 1552, e Astrakhan, em 1556, territórios vitais para o comércio e a abertura territorial ao leste (COHEN, 1996). Em seguida, os russos atacaram posses tártaras, iniciando a conquista de terras para além dos Urais, partindo para leste em direção a Sibéria e ao litoral do Pacífico (PERDUE, 1996). Foust (1961) expõe que a Rússia se formou pela absorção de diversos territórios na Ásia, consolidando um domínio multiétnico. No século XVII, haja vista a orientação mercantilista do período, a Rússia deu ênfase ao comércio exterior, priorizando a construção de relações comerciais com a China e ampliando o seu poder na Sibéria, região rica em recursos naturais e alvo de ambições imperialistas (BANERJEE, 2004; BASSIN, 1988).

Figura 23. Mapa da expansão da Rússia entre 1300 e 1796.



Fonte: Encyclopedia Britannica (2022)²⁶.

²⁶ Disponível em <<https://cdn.britannica.com/48/3848-050-2473BB98/russia-expansion-1300-1796.jpg>> Acesso em julho de 2022.

Durante a dinastia dos Romanov, entre 1613 e 1917, a Rússia se transformou, passando por um relativo processo de ocidentalização e ampliação de suas fronteiras. No reinado de Pedro I, o Grande (1672 – 1725), suas esferas administrativa, financeira, militar e tecnológica foram modernizadas, para transformar a Rússia em uma potência. Segundo Perdue (1996), as reformas petrinas reforçaram as estruturas militar e burocrática, ampliando o domínio do czar sobre elas. Hill (2006) pontua que o governo russo investiu na produção de armamentos bélicos, bem como agiu em favor da instalação de novas siderúrgicas pelo país, todas localizadas no interior, para impedir invasões de exércitos rivais e interrupções em sua produção industrial. Bassin (1998) diz que o Czar implementou princípios mercantis similares aos de impérios marítimos da época, tanto que, após a vitória russa contra a Suécia na Grande Guerra do Norte (1700 – 1721), o país foi proclamado um império moderno, segundo o modelo da Europa Ocidental. Após vencer os suecos, a Rússia anexou territórios a norte e oeste, áreas que hoje compõem a Estônia e Letônia, além da Carélia, região que faz fronteira com a Finlândia e permanece como domínio russo até hoje (BUSCH, 2008). Não obstante, a força czarista se dirigiu ao Báltico, antes controlado pela Suécia, e o mar Negro, controlado pelos turco-otomanos.

Figura 24. Estátua de bronze de Pedro I, o Grande, em São Petersburgo.



Fonte: Mackinder (1911a, p. 218).

Armada no rio Voronej entre 1695 – 1996, a primeira marinha russa estimulou a ciência e o desenvolvimento tecnológico no país. Nessa época, a Rússia possuía três rivais territoriais: os poloneses, suecos e turco-otomanos. Para vencê-los e conquistar o selo de grande potência, a Rússia utilizou sua força militar reformada e marinha recém-concebida como instrumentos de expansão imperial. Contudo, ressalta-se que as reformas czaristas foram impostas de cima para baixo, isolando as classes dominantes do restante da população. Projetada por Pedro I, a cidade de São Petersburgo se tornou a capital da Rússia em 1713, simbolizada como a “janela para a Europa” e o início de uma nova fase na política do país (COHEN, 1996). De acordo com Busch (2008), os investimentos da administração petrina em tecnologia e construção de estradas visou fortalecer o controle imperial sobre a política regional e proteger o interior do país.

Com a morte de Pedro I, ocorreu uma reação aristocrática avessa ao poder absoluto do czar, causando a desaceleração da política expansionista. Entretanto, no reinado de Catarina II, a Grande (1729 – 1796), a Rússia retomou o ímpeto imperial de avançar sobre a Ásia e a Europa Central, reforçando a sua autoridade sobre os cossacos dos Urais, dos rios Volga e Don, e das províncias ucranianas e bálticas que perderam sua autonomia por decisão da czarina (COHEN, 1996). Mesmo após se espelhar na eficiência militar ocidental e organizar seus recursos naturais e força de trabalho, a Rússia manteve ainda uma estrutura social feudal (MCNEILL, 1982). Suri (2000) diz que, ao impor uma forma de poder mais racionalizada, Catarina II refletiu as ideias da ocidentalização petrina. Segundo Sanborn (2014), com a expansão do principado moscovita sob ordens de Ivan, o Terrível, os russos ampliaram a sua força e influência na Eurásia. Durante o governo de Pedro I, abriu-se caminho para o norte, a fundação de uma nova capital na orla do Báltico. No reinado de Catarina II, a Rússia avançou ao centro da Europa e ao mar Negro, se apoiando em sua força agrícola, comercial e industrial.

No século XVIII, a Rússia anexou a Crimeia e a maior parte da Polônia, ampliando suas fronteiras; ao oeste, atingiu o Cáucaso; ao leste, as margens do rio Dniester. Após vencer a força otomana na região de do mar Negro, a Rússia assinou o Tratado de Kuchuk Kainarji, em 1774, adquirindo acesso aos estreitos de Bósforo e Dardanelos, resultado que beneficiou o seu tráfego marítimo e influência sobre as populações ortodoxas dos Balcãs (MCNEILL, 1982). Segundo Coones (2005), emulando Pedro I, que fundou São Petersburgo após vencer os suecos, Catarina II fundou Odessa, cidade portuária nas margens do mar Negro, após o revés otomano. Conforme Suri (2000) aponta, ao conquistar territórios de elevado valor estratégico, a czarina propiciou segurança, prestígio e uma capacidade de navegação sem precedentes até então na história do país. Busch (2008) pontua que a Rússia de Pedro I e Catarina II construiu estradas para aumentar a conexão entre as regiões internas do território, permitindo que o país superasse a imagem de um território composto de aldeias isoladas, sem nenhum ordenamento. Sanborn (2014) indica que a Rússia manteve o seu projeto expansionista, mesmo após a sucessão dos grandes czares, pois buscou controlar maiores porções do Cáucaso, Ásia Central e o norte da China. De fato, a expansão russa alcançou os confins da Sibéria até a América do Norte. Segundo Bassin (1991), a conquista da Sibéria fez parte do florescimento imperial da Rússia no final do século XVIII. No imaginário coletivo das elites russas, a Sibéria foi vista como “*zolotoe dno*”, uma “mina de ouro”, pelo seu potencial de exploração, com destaque para o comércio de peles, o principal item comercializado no mercado siberiano.

Contudo, Banerjee (2004) argumenta que, embora a Sibéria tenha sido uma importante colônia russa, nos moldes do que a Índia representava para os britânicos, a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso à região impediu a entrada dos russos nas porções mais interiorizadas. Assim, diferentemente da Grã-Bretanha, a Rússia não converteu a sua expansão territorial em uma expansão comercial, visto que a infraestrutura de mercado das estepes asiáticas era menos lucrativa que a da Índia, por exemplo (SURI, 2000). Bem como Coones (2005) diz, ainda que os grandes czares tenham buscado recriar padrões europeus na Rússia, a geografia do país era fundamentalmente diferente daquela encontrada na Europa. Logo pode-se dizer que a Rússia possuía uma desvantagem relativa do campo econômico e tecnológico, sobretudo em relação à infraestrutura de transporte.

Figura 25. Mapa do expansionismo russo sobre a Sibéria e a Ásia Central entre os séculos XVI e XIX.



Fonte: Encyclopædia Britannica (2022)²⁷.

²⁷ Disponível em <<https://cdn.britannica.com/50/3850-050-460382BE/Russian-expansion-Asia.jpg>> Acesso em julho de 2022.

Em meados do século XIX, o czar Nicolau I (1796 – 1855) declarou que a Rússia era a protetora dos interesses cristãos em Jerusalém, que, até então, era uma posse territorial otomana. Para Hodge (2008), a partir de uma justificativa de ordem religiosa, a Rússia buscou, de modo estratégico, explorar os territórios turco-otomanos e garantir acesso ao mar Mediterrâneo. Após invadir áreas otomanas próximas ao rio Danúbio, no centro da Europa, o sultão turco-otomano rejeitou as pretensões czaristas, declarando guerra contra a Rússia. Dijk (2015) diz que a Rússia marchou em direção aos estreitos, cruzando Constantinopla para conectar o mar Negro as águas do Mediterrâneo. Andersen (2018) pontua que a eclosão da guerra da Crimeia (1853 – 1856) é um ponto importante na deterioração da política do Concerto Europeu, pois interesses coletivos foram sobrepostos por objetivos particulares.

Em resposta ao movimento russo, Grã-Bretanha e França atuaram na guerra da Crimeia, visando impedir o sucesso militar na Rússia; nessa linha, lutaram para destruir a marinha russa e isolar Sebastopol, a base naval czarista no mar Negro (LOBANOV-ROSTOVSKY, 1948). Para McNeill (1982), a estratégia anglo-francesa buscou proteger Constantinopla de possíveis ataques navais da Rússia. Sobre esse episódio, Mackinder (1911a) diz que, apesar disso, o cerco na Crimeia não aconteceu de forma rápida e precisa, pois, nem São Petersburgo, nem Londres e Paris possuíam poder o suficiente para encerrar o conflito rapidamente. Os russos recebiam suprimentos dos seus aliados ao norte, por vias terrestres, já os britânicos e franceses recebiam suporte pelo mar, ao sul. Segundo Kennedy (1987), a guerra da Crimeia expôs as fragilidades logísticas, economias e estratégias da Rússia, enquanto as suas forças militares não conseguiram se encontrar, devido às operações militares próximas ao rio Danúbio, aos Balcãs, a Bessarábia e ao Cáucaso, além da disputa ocorrida no mar Negro. Militarmente, além da dificuldade de coordenação das tropas terrestres, dada a ausência de ferrovias ao sul de Moscou e as precárias condições das estradas de terra nas estepes, a força marítima russa se defasou em comparação aos seus inimigos, pois o setor naval anglo-francês possuía capacidade industrial para construir e armar as suas frotas. Para Bartlett (1996), apesar do clima frio dos mares prejudicar a comunicação anglo-francesa, os russos sofreram ainda mais para mover tropas e suprimentos pelo transporte terrestre em direção a península da Crimeia.

Figura 26. Foto do porto de Sebastopol na Crimeia.



Fonte: Mackinder (1911a, p. 106).

Wallerstein (2011a) diz que a guerra da Crimeia ilustrou a tentativa russa de ampliar a sua influência e expandir o seu território para o sul, uma região controlada pelos turco-otomanos e dividida entre zonas de interesse econômico por britânicos. Fisher (2018) pontua que o golpe definitivo contra a campanha russa ocorreu no porto de Sebastopol. Com o fim do conflito, em 1856, a paz foi selada em Paris, garantindo a independência e a integridade territorial das posses turco-otomanas, ainda que britânicos e franceses tenham, de certa maneira, institucionalizado o direito de intervir em terrenos otomanos para proteger os seus interesses e privilégios. Além disso, o mar Negro foi neutralizado, definindo que apenas navios mercantes possuíam direito de navegar e acessar os portos, acesso negado à navios de guerra. Não só, a Rússia foi impedida de manter fortificações ou bases navais na costa do mar Negro (COONES, 2005). Mackinder (1911a) diz que, do lado britânico, além derrotar a Rússia, o país garantiu passagem marítima pelo Mediterrâneo até o Egito, em uma localização próxima ao futuro canal de Suez, conectando a Europa ao oceano Índico.

Sheehan (2005) indica que a guerra da Crimeia alterou o equilíbrio de poder criado entre as potências após o Congresso de Viena. Em oposição aos britânicos, defensores da estabilidade territorial no continente, a Rússia expôs um viés revisionista em sua política

externa, da mesma forma que a França, pois, décadas após as restrições impostas pela paz de Viena, Napoleão III (1808 – 1873), operou para conquistar apoio na disputa sobre os direitos de proteção da Terra Santa, utilizando o suporte de grupos católicos em benefício da figura do imperador (FISHER, 2018). Percebe-se que, mesmo tendo vencido a guerra, a Grã-Bretanha estava cercada de países com renovados desejos de expansão, como a França e a Rússia, e outros Estados em ascensão, como a Alemanha, que passava pelo seu processo de unificação territorial, e os Estados Unidos, em plena expansão industrial e militar.

Bassin (2004) pontua que a derrota russa na guerra da Criméia reforçou a compreensão geopolítica do país sobre o risco de estar restrito a mares estreitos e fechados. Mesmo as suas bases navais dos mares Báltico e Negro passaram a ser consideradas insuficientes, pois, em boa parte do ano, seus portos gelados interrompiam as operações marítimas. Kagarlitsky (2008) diz que, a partir dessa compreensão, o país buscou ocupar novos espaços, expandindo o seu próprio mercado interno para superar o atraso técnico e social do país, com destaque para a abolição do sistema de servidão feudal em 1861. Encerrada a guerra da Criméia, a Rússia se preparou para enfrentar uma nova ofensiva britânica em escala mundial, restando-lhe reforçar a sua posição na Ásia Central e no Cáucaso a partir da década de 1860 (BRIDGE, BULLEN, 2005).

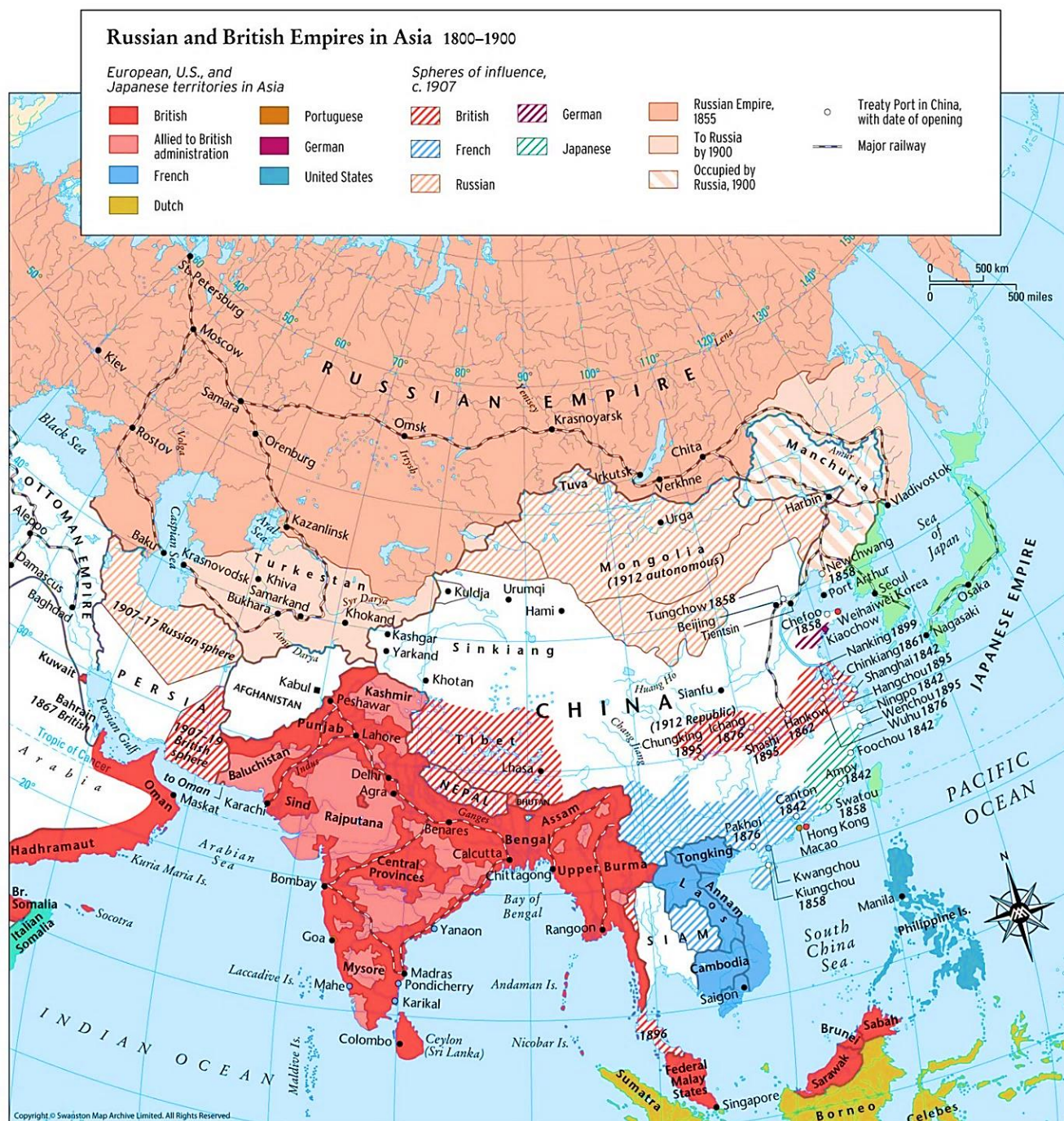
3.3 Mackinder e o Grande Jogo

Para Dijk (2015), após a derrota sofrida na Crimeia, a política externa russa se inclinou em direção a Ásia Central, se aproximando de áreas próximas ao Afeganistão e ao Cáucaso, em poses ao leste e ao sul do mar Cáspio e o atual Irã. Mediante o temor russo de enfrentar outra escalada contra os britânicos, o país demonstrou força no centro da Eurásia, ocasionando risco até mesmo para a Índia. Assim, o subcontinente indiano assumiu relevância chave no tabuleiro de poder imperial, tendo em vista os interesses defensivos de Londres na região, e a abordagem especulativa da Rússia, que possuía interesses nos Estreitos. Na visão de Bassin (1988), embora a movimentação russa ao sul possa ser entendida como parte de uma resistência para proteger seus privilégios na região do mar Negro, também pode ser vista como um avanço da sua política externa, projetando poder na Ásia.

Bem como Taylor (1994) argumenta, o embate anglo-russo pelo domínio de territórios e a imposição de influência no campo político, diplomático, econômico, militar e cultural na Eurásia fez parte do *Grande Jogo*. Edwards (2003) diz que o termo *Grande Jogo* foi difundido graças ao romance *Kim*, de 1901, do escritor britânico Rudyard Kipling (1865 – 1936), que se baseou em eventos políticos e ações militares reais. Segundo Fromkin (1980), a

Rússia sempre demonstrou interesse em controlar as suas fronteiras meridionais, especialmente contra os povos islâmicos da Ásia Central. Perdue (1996) e Rezun (1986) dizem que, de maneira sistemática, as potências competiam, conspiravam e ameaçavam umas às outras, utilizando os povos e suas posses territoriais como peões no seu jogo de poder, envolvendo afgãos, chineses, indianos e tibetanos. Tripodi (2010) mostra que as lideranças britânicas na Índia viam a Rússia como uma ameaça estratégica, considerando que as duas potências buscavam poder e territórios na Ásia Central. Nessa linha, o objetivo do *Grande Jogo* era controlar ao máximo os territórios, gerando segurança militar e influência política e econômica.

Figura 27. Mapa da expansão anglo-russa através da Ásia no século XIX.



Fonte: The Map Archive (2023)²⁸.

Segundo Berryman (2012), historicamente, a Rússia estabeleceu esferas de influência e tutelou protetorados. Com a anexação de territórios nas regiões do Cáucaso e da Ásia Central, o império russo consolidou a criação de um conglomerado multiétnico.

²⁸ Disponível em <<https://www.themaparchive.com/product/russian-and-british-empires-in-asia-18001900>> Acesso em janeiro de 2023.

Concomitantemente a expansão territorial russa, aumentou o receio britânico em relação à manutenção do seu *status* de grande império, resultando em uma disputa por influência no interior da Eurásia, do Irã até o extremo oriente (BRIDGE, BULLEN, 2005). Stone (2015) pontua que, a cada nova conquista territorial russa, Londres expressava maiores apreensões pela segurança do império, sobretudo a Índia. Para Hooson (2005), a rivalidade anglo-russa influenciou a concepção de Mackinder, pois a contínua penetração da Rússia na Ásia Central reverberou, de certo modo, a diferença entre as aptidões políticas e militares entre a maior potência continental e a potência marítima do Velho Mundo.

Figura 28. Afegãos em guerra contra os britânicos em 1842.

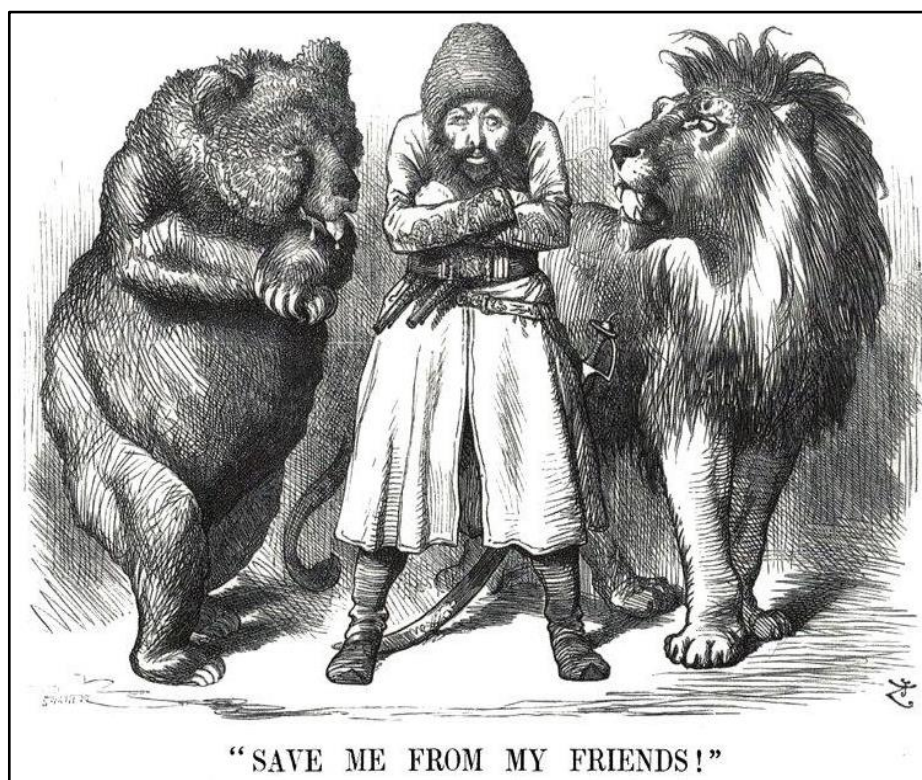


Fonte: Barnes (2009, p. 29).

Como o primeiro capítulo da pesquisa discorre, entre os séculos XVII e XVIII, a Grã-Bretanha levantou fortificações e bases de comércio na Índia, ocupando as cidades de Calcutá, Bombaim e Madras, atual Chennai, ao passo que, na década de 1820, a região estava sob controle britânico. Para invadir o território indiano, os britânicos utilizaram o mar, ocupando Bombaim, no mar da Arábia, Calcutá e Chennai nas proximidades da Baía de Bengala, em uma estratégia diferentes de antigos invasores, que cruzavam a cordilheira do Himalaia e as

planícies férteis irrigadas pelo rio Indo até Punjab, uma região ao norte, próxima ao Paquistão. Já a Rússia, por sua vez, visando encerrar o seu estado de confinamento territorial, se opôs ao poder otomano, partindo em direção ao sul e ao leste, nos Estreitos. Com a aproximação da Rússia ao território do Irã, os britânicos definiram o Afeganistão como uma área estratégica na contenção do poder russo. Conhecido como o “Cemitério de Impérios”, o Afeganistão se organizou pelo comando de Dost Mohammad (1793 – 1863), do clã Baraquezai, que impôs sua autoridade às lideranças tribais do país, profundos conhecedores do terreno local e suas particularidades, dando-lhes uma vantagem considerável contra invasores. No âmbito do *Grande Jogo*, forças rivais anglo-russas visavam controlar a cidade histórica de Herat, situada a leste do Afeganistão, tendo em vista a sua proximidade com o território iraniano e sua posição histórica enquanto parte da rota de comércio britânico em direção à Índia. Logo, a posse de Herat assumiu um teor estratégico para ambos. Para os russos, capturar Herat significava confirmar a presença do país na região e consolidar seu domínio na Ásia Central (FRASER, 2018).

Figura 29. Charge sobre o *Grande Jogo* na Ásia Central.



Fonte: Punch Magazine (1878)²⁹.

²⁹ Disponível em < <https://magazine.punch.co.uk/image/I0000XVOrVmIDeRE>>. Acesso em julho de 2022.

Uma vez que, desde meados do século XIX, a classe política, mercadora e exploradora da Grã-Bretanha já compreendia a relevância geoestratégica da Ásia Central, a expansão dos russos na região fez com que Londres monitorasse o progresso czarista no interior das estepes desérticas (O'HARA et al. 2005). Após invadir o Cáucaso e avançar ao sul da Ásia Central, a Rússia se baseou na premissa de que o domínio colonial indiano havia se fragilizado, tendo em vista a Rebelião Indiana entre 1857 e 1859 (MORRISON, 2017; SEARIGHT, 1992). Para Yapp (1987), aos olhos da metrópole, a insatisfação interna na Índia representou, além de uma ameaça militar, uma possível crise financeira em sua principal colônia, restando-lhe repelir a presença e a influência de um poder hostil em sua fronteira colonial.

Pode-se dizer que a marcha russa na Ásia Central na década de 1860 contribuiu para a formação de duas escolas de pensamento militar e diplomático com influência direta na ação política de Westminster: a '*Forward School*', conduzida por Henry Rawlinson (1810 – 1895), militar alinhado a ideologia anti-russa, defensor da interferência militar no Afeganistão para a proteção da Índia; e a '*Lawrence School*', liderada por John Lawrence (1811 – 1879), vice-rei da Índia entre 1863 e 1869, adepto da não intervenção militar na Ásia Central, visto que, em sua visão, já ocorria na prática a separação dos domínios britânicos e russos na região. Entre 1870 e 1880, a Rússia tomou o oásis de Marve, situado no atual Turcomenistão, possibilitando-lhe avançar sobre Herat e, depois, a Índia. Assim, o *fin-de-siècle* aproximou de modo sensível os poderes continental russo e o marítimo britânico, já não mais separados por quilômetros de desertos. Apesar do grupo político de Rawlinson defender uma intervenção militar britânica na Ásia Central, até meados da década de 1870, seus argumentos pouco ressoaram no gabinete do liberal William Gladstone (1809 – 1898). Porém, após a eleição geral de 1874, o conservador Benjamim Disraeli (1808 – 1881) deu razão aos apelos da *Forward School* (O'HARA et al., 2005). Nesse ambiente histórico, as políticas externas assumiram propósitos claros de agressão e proteção das fronteiras das potências. Essa postura foi defendida por Disraeli, Bismarck e por Alexandre II (KNUTSEN, 1992; WALLERSTEIN, 2011a).

Para Ó Tuathail (2005), quando Mackinder compreende que a hegemonia britânica seria desafiada na era pós-colombiana, a sua teoria expõe uma avaliação pessimista sobre a posição do império na nova configuração da ordem global, regulada pela eficiência e alcance superior do poder terrestre. Pode-se dizer que, além da transformação tecnológica dos transportes e das comunicações, o objetivo da política externa das potências, outrora pragmática e estável, havia se tornado agressivo. Para Hooson (2005), o poder marítimo britânico foi desafiado por novos rivais, como os alemães e norte-americanos, além de antigos antagonistas,

como os franceses e russos, todos dispostos a conquistar novas colônias e extrair os seus recursos. É válido recordar que, após o Congresso de Viena, o lado vencedor britânico estabeleceu a política do Isolamento Esplêndido como estratégia para lidar com as disputas continentais (KENNEDY, 1976a). Vale a pena pontuar que a política do Isolamento foi adotada para proteger interesses e possessões coloniais britânica (VELDEMAN, 2012). Dijkink (1996) diz que, por séculos, o comércio e o controle de colônias ultramarinas formou o ponto basilar do poder econômico britânico. Desse modo, o país adotou uma postura conciliadora, orientada para o não conflito, tendo em vista a compreensão de que a guerra impacta negativamente a economia do Estado, pois gera custos e perturba o funcionamento do mercado internacional.

Nessa linha, tendo em vista os seus interesses estratégicos, a política externa britânica assumiu ares pragmáticos, tolerando soluções pacíficas para impedir novas escaramuças. Pela política do apaziguamento, a estratégia adotada pela ‘Oficina do Mundo’, a diplomacia visou permitir a manutenção da posição britânica como centro do sistema econômico global; para tal, foi garantida a importação de insumos e a exportação de produtos industrializados, além do financiamento de empreendimentos exteriores e o frete e negociação de *commodities*. Sob uma razão econômica, Londres agiu para impedir uma corrida militar-armamentista. A preservação da paz teve, nessa ótica, uma finalidade prática (KENNEDY, 1976b). Após a guerra da Crimeia, a Grã-Bretanha deu ênfase ao Isolamento, ainda que, por sua estratégia global, tenha atuado no bloqueio da expansão czarista sobre o Cáucaso e a Ásia Central (DÖPCKE, 2008). Schroeder (1989) diz que, tendo em vista a influência britânica, a visão liberal consolidada na paz de Viena definiu que a composição formada por todos os Estados conservava o equilíbrio de forças na Europa. Portanto, em certo momento, era necessário defender Estados mais vulneráveis, como os países dos Balcãs e as posses turco-otomanas, do avanço russo na Europa Centro-Oriental e na Ásia Central.

Entretanto, ao fim do século XIX, com a aceleração do imperialismo, ocorreu a implosão do Concerto, após a adoção de políticas agressivas para garantir expansões territoriais, *pari passu* as rápidas transformações urbanas e industriais, corroborando o senso de urgência das potências em lidar com a crescente complexidade social, política, econômica e tecnológica do período (MUSCARÀ, 2015). Na Grã-Bretanha, sobretudo, ampliou-se a compreensão de que a outrora duradoura excepcionalidade do país estava desaparecendo, em razão da pressão oriunda da competição industrial alemã e norte-americana. Não só, a corrida por novas colônias entre as potências pôs em risco o monopólio colonial do país (KENNEDY, 1975; 1987). Veldeman (2012) diz que, nesse ambiente, a lógica do Isolamento perdeu força, pois a Grã-

Bretanha já não detinha o *status* de principal potência industrial do mundo e, além disso, os seus interesses imperiais e marítimos foram diretamente ameaçados por outras potências. Para Dijkink (1996), as políticas do isolacionismo e o liberalismo se tornaram muito arraigadas no sistema social britânico, dificultando a tarefa de modificar os alvos da política externa do país. De acordo com Heffernan (2000) e Mayhew (2000), Mackinder transmite essa crise de confiança ao defender que a política do Isolamento não iria resistir aos desafios impostos pela era pós-colombiana, restando ao país desenvolver um contragolpe capaz de proteger o seu futuro e os valores da civilização europeia.

Tendo em vista o imaginário coletivo da sociedade vitoriana em que Mackinder esteve introduzido, a Rússia foi apontada como a grande ameaça ao poder marítimo, fomentando um ambiente russofóbico na vida pública do país (DIJKINK, 1996). Para Dijk (2015) e Fromkin (1980), a russofobia fez parte da justificativa de Londres para obstruir a expansão russa na Ásia, tendo em vista o temor de uma incursão czarista na Índia, reforçando a rivalidade anglo-russa pela posse de territórios na região. A russofobia, enraizada na geopolítica e cultura britânica, fortaleceu a ideia de uma luta entre uma sociedade liberal e outra considerada rude e bárbara, reforçando o patriotismo britânico e o apelo pelo uso da força militar (HUGHES 2009). Butlin (2005) diz que a postura expansionista da Rússia na Ásia, aliada a construção de linhas férreas transcontinentais no continente, compôs uma ameaça direta aos domínios britânicos na região, alimentando a russofobia e a ânsia de um conflito entre os poderes.

3.4 Mackinder em Vladivostok

Segundo Hooson (2005), a disputa do *Grande Jogo* influenciou Mackinder a refletir sobre a inacessibilidade do poder marítimo no interior do continente, pela presença de mares fechados e uma drenagem ártica. Mackinder notou que, da mesma maneira que o poder marítimo foi favorecido pelo advento do navio a vapor e a abertura do canal de Suez, situações que ampliaram a sua mobilidade e alcance, o poder terrestre no interior da Eurásia se fortaleceu por meio da construção de ferrovias transcontinentais (KAPLAN, 2009). Heffernan (2000) diz que a teoria de Mackinder prestigiou as dimensões físicas do Estado, uma vez que o seu solo e seus recursos determinavam o seu nível de importância e relevância no cenário internacional. Com base nisso, as potências buscaram conquistar territórios pela via da imposição militar.

Considerando a questão da mobilidade do poder marítimo, é importante discorrer sobre a guerra dos Bôeres (1899 – 1902), disputada na África do Sul entre britânicos e os africanos. Black (2008) e Le Billon (2005) articulam que, com a descoberta de ouro e

diamantes no sul do continente africano, a Grã-Bretanha enfatizou a obrigação de controlar os recursos da região, dado o uso do ouro na conversão de moedas no comércio internacional. Entretanto, para manter a posse e controle desses recursos, as lideranças locais resistiram as ameaças do poder colonial de Londres. Para Best et al. (2015) e Kearns (2010), apesar de possuírem vantagem no campo militar, industrial e econômico, os britânicos derrotaram os seus oponentes bôeres com relativa dificuldade, ainda que o seu poderio tenha impedido a participação direta de outras potências no conflito.

Gray (2007) diz que, embora a guerra dos Bôeres tenha sido disputada no continente, a logística oriunda das linhas de comunicação marítimas permitiu que os britânicos pudessem organizar e controlar as suas tropas no sul da África. Dito isso, pode-se dizer que essa guerra fez parte de uma campanha de expansão e consolidação da Grã-Bretanha na África, por meio da organização marítima e do uso das ferrovias no interior para transportar suprimentos e suas tropas. Todavia, esse contexto deu luz ao debate sobre alguns aspectos da estratégia e técnicas de guerra utilizadas (BUTLIN, 2005). Taylor (1994) pontua que a guerra dos Bôeres originou um momento de inflexão na política externa britânica, caracterizada por décadas pela defesa do Isolamento Esplêndido, pois, mesmo no plano doméstico, a sociedade vitoriana não apoiou por completo a guerra na África do Sul.

Para Sloan (2013), a teoria do pivô geográfico de Mackinder reverbera a incerteza dos britânicos em relação à segurança nacional da Grã-Bretanha e ao papel exercido pelo país no novo século. Na teoria de Mackinder, é imperativo compreender a interação entre a geografia e o poder militar, bem como os efeitos políticos e estratégicos resultantes dessa interação. Na virada do século, o poder militar, consistia, em linhas gerais, na disputa entre o poder terrestre e marítimo. Nesse passo, pela visão mackinderiana, entender a interação entre os poderes é a tarefa chave da geopolítica. Kearns (2010) pontua que, considerando esses aspectos, a teoria de Mackinder expressa a apreensão britânica em relação ao seu futuro em termos geopolíticos, em razão da concorrência imperialista e a relação promovida entre tecnologia e estratégia com a expansão das ferrovias transcontinentais. Assim, Mackinder refletiu sobre a logística da guerra dos Bôeres e o início da era pós-colombiana, que encerrou a luta por espaços vazios e promoveu a procura por maior eficiência industrial e melhores estratégias militares entre as potências (Ó TUATHAIL, 2005). Essa nova fase da geopolítica possibilitou a união do discurso geográfico dito científico e de caráter universal com interesses particulares dos Estados.

Nessa perspectiva, ainda que Mackinder (1904; 1919; 1943) destaque a força do poder marítimo britânico, que transportou suas tropas para batalhar no sul da África, outro

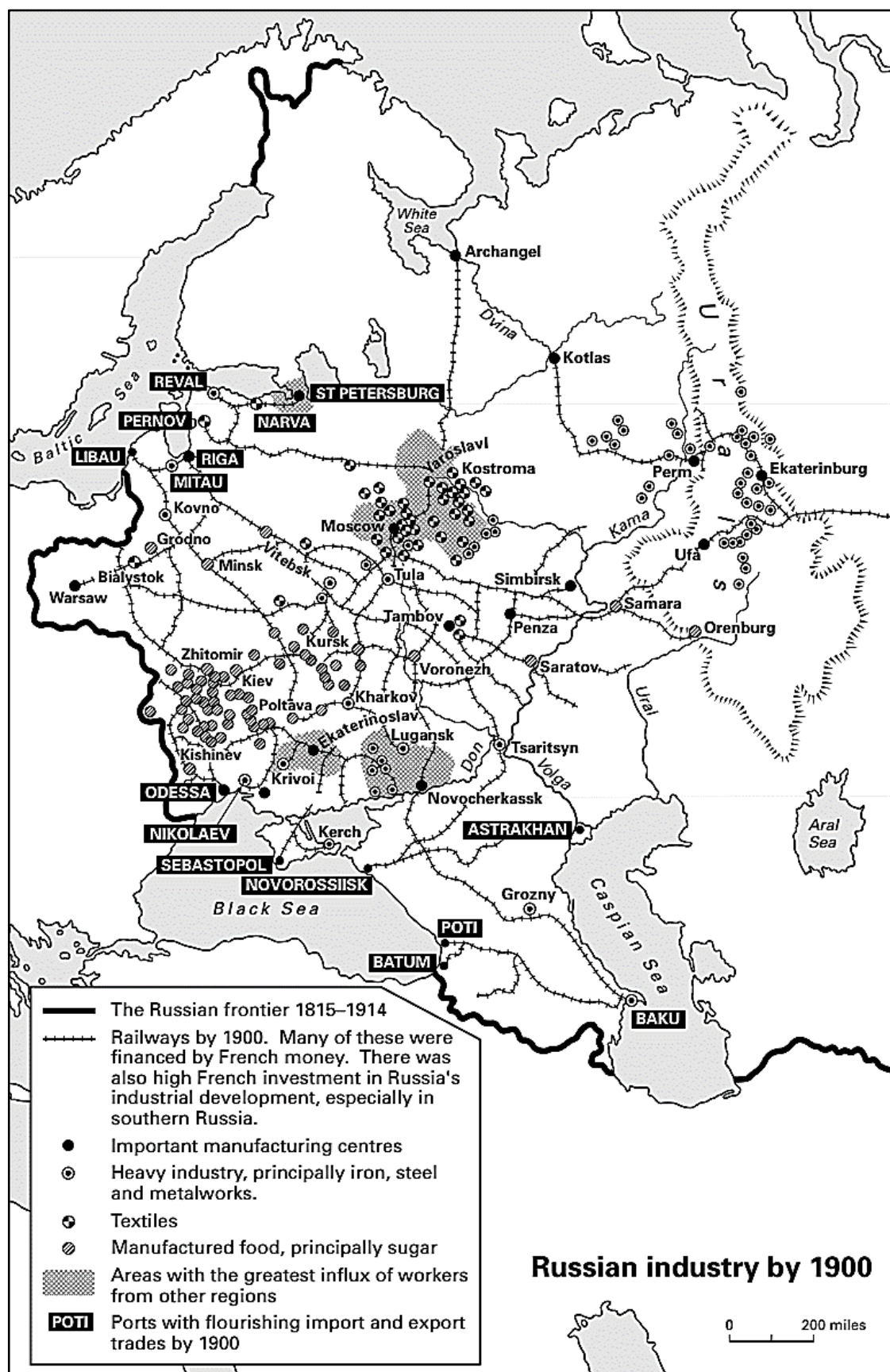
evento no extremo oriente mereceu um destaque ainda maior. Na guerra Russo-Japonesa (1904 – 1905), a Rússia mobilizou suas forças militares e transportou milhares de combatentes em direção a Manchúria, evidenciando a mobilidade do poder terrestre. Para Mackinder, do ponto de vista estratégico, o transporte das tropas czaristas pela Eurásia demonstrou uma nova dinâmica entre as forças terrestre e marítima. No auge do poder marítimo, as ferrovias desempenhavam uma função secundária, atuando como vias de conexão entre o interior do continente e suas regiões portuárias, alimentando o tráfego marítimo. Todavia, tornando-se transcontinentais, as ferrovias fortaleceram o poder terrestre, graças a sua velocidade e capacidade de transporte (COSTA, 1992; MACKINDER, 1900a). Fromkin (1980) diz que, ao cobrir extensas distâncias e ser mais veloz e capilar que os meios de transporte marítimos, as ferrovias proporcionaram alternativas no campo das estratégias militares, reduzindo as extensões entre os campos de combate.

Para Mackinder, a construção da ferrovia Transiberiana marcou um divisor de águas na relação entre os poderes marítimo e terrestre, visto que o surgimento dessa linha férrea ampliou a mobilidade do poder terrestre no interior da Eurásia (COSTA, 1992). Segundo Mello (1999), a teoria de Mackinder se baseia no condicionamento exercido pela política e a geografia física sobre os processos históricos, pois a atividade humana se vincula aos atributos geográficos do ambiente, como o espaço geográfico e sua localização, o relevo, clima e os recursos naturais. Apesar disso, as realidades físicas permanentes podem ser contornadas relativamente pelo uso da ciência e da tecnologia. Em razão da disputa do *Grande Jogo* e as potencialidades da planície eurásiana, Mackinder compreende que a Rússia deteve os meios para utilizar as ferrovias que atravessam o continente para explorar seus recursos naturais estratégicos, como algodão, grãos, trigo, minérios e petróleo, ampliando, ao fim, a sua força econômica, industrial e militar; além disso, Mackinder observou que a Rússia reformulou grande parte de suas estradas, expressando o esforço de modernizar a infraestrutura de transporte do país (MACKINDER, 1904; 1911a).

Durante a década de 1890, sob a orientação de Sergei Witte (1849 – 1915), o Ministro das Finanças da Rússia, o país estabeleceu uma política de Estado favorável a industrialização e a construção de ferrovias (SNOW, 1994). Liliopoulou et al. (2005) diz que o czar Alexandre III (1845 – 1894) almejou, por meio das ferrovias transcontinentais, consolidar um sistema de comunicação e transporte confiável para a administração e controle do interior russo. Segundo Kagarlitsky (2008), além da reforma de Witte, a Rússia estimulou a construção de indústrias e a circulação de maquinários e capital. Entre 1890 e 1900, o país passou por uma

expressiva expansão industrial, sobretudo pelo aumento da produção das indústrias, química com 274%, mineradora, 372% e metalúrgica, 793%. O mapa abaixo exhibe que a produção industrial russa se concentrou em algumas regiões estratégicas, como Moscou, com a indústria manufatureira, têxtil e de base; a área próxima à Odessa, produtora de alimentos industrializados; e as zonas da indústria pesada ao leste, próxima a Ecaterimburgo e os Urais. Essa porção mais ocidental da Rússia já possuía uma conexão interna formada pelas ferrovias, possibilitando o transporte de bens, insumos e trabalhadores pelas regiões internas do país.

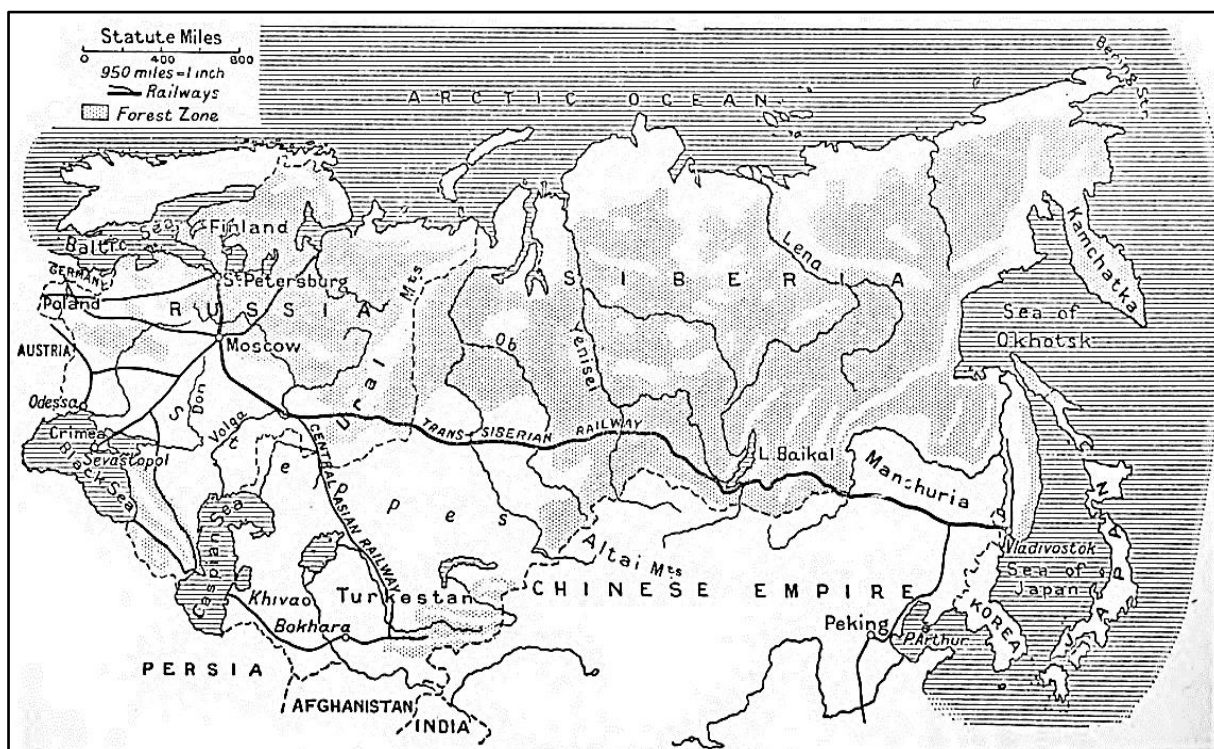
Figura 30. A distribuição geográfica das indústrias no Império Russo em 1900.



Fonte: Lieven (2006, p. xxvi).

Ames (1947) argumenta que, até 1860, grande parte dos projetos ferroviários russos se concentraram em áreas próximas de Moscou, criando um sistema radial no seu entorno, como as linhas férreas em direção à Brest, na atual Belarus, e Vologda e Rostov, ao norte da região de Moscou. Além disso, o governo russo estabeleceu ferrovias nas margens do rio Volga até o mar Báltico, bem como em Odessa, atual território da Ucrânia, no litoral do mar Negro, para escoar a produção de grãos da região. De certo modo, percebe-se a função chave das ferrovias nas atividades de exportação do país. Na última década do século XIX, a Rússia promoveu a construção de ferrovias em territórios ao leste, caso do Cáucaso e Ásia Central. À vista disso, as obras da ferrovia Transiberiana começaram em 1891; ao longo do seu trajeto, destaca-se o trecho que liga Vladivostok à Khabarovsk, regiões situadas ao norte da Manchúria e próximas do mar do Japão; o trecho que liga Cheliabinsk, nos Urais, as regiões centrais cortadas pelo rio Ob; e o trecho que alcança Irkutsk, na costa leste do lago Baikal. Dijk (2015) pontua que a Transiberiana fez parte do esforço russo em promover a sua expansão pela Ásia, conectando o norte da costa do Pacífico a São Petersburgo.

Figura 31. Mapa das ferrovias Transiberiana e Transcaspiana.



Fonte: Mackinder (1911a, p. 222).

Liliopoulou et al. (2005) pontua que Vladivostok se tornou, rapidamente, uma grande cidade portuária, de modo que a falta de conexão de transporte e comunicação adequada entre a porção europeia da Rússia e suas províncias no extremo oriente cristalizou uma séria

questão político-militar. É válido dizer que a construção da Transiberiana apresentou notáveis desafios logísticos para o governo russo, tendo em vista as baixas temperaturas e as difíceis condições do solo da região da Sibéria. Em relação aos materiais utilizados na construção da ferrovia, a Rússia substituiu o uso da bitola padrão de 4 pés (1,22 m), adotada pelos países europeus, pela bitola de 5 pés (1,52 m), visando proteger o seu território de possíveis invasões. Michelsen (1899) diz que o uso da bitola de 5 pés (1,52 m) foi comum nas ferrovias russas, construídas à maneira das ferrovias dos Estados Unidos da América, distintas pela presença de vias únicas, uso de lastro de cascalho e pontes de treliça sobre cursos d'água menores e pontes de aço sobre os rios maiores.

Figura 32. A ferrovia Transiberiana sobre o rio Irxite, na Rússia.



Fonte: Michelsen (1899, p. 137).

Na Rússia, a expansão de ferrovias transcontinentais forneceu possibilidades militares e organizacionais valiosas, promovendo o desenvolvimento de regiões até então remotas. Para Banerjee (2004), a construção da Transiberiana permitiu, de modo inédito, a conexão entre a Rússia metropolitana e territórios situados ao leste dos Urais, tornando possível conquistar e controlar a região da Sibéria. Cohen (1996) alega que a Transiberiana se justificou pelo anseio czarista de explorar economicamente o extremo oriente. Para Ames (1947), a Transiberiana foi arquitetada para abastecer as tropas russas na Ásia, ligando o seu interior ao centro industrial do país. Bassin (2004) diz que, após anexar territórios na Sibéria, o Estado russo promoveu a ocupação dessa região, utilizando suas planícies e o seu elevado potencial agrícola, formado pela presença de solos férteis e clima temperado; caso da região do Amur, da Transbaikal e a Manchúria, situada na região nordeste da China.

Mackinder (1911a) indica que, *vis-à-vis* à abertura da Transiberiana, a Rússia atuou em prol da criação de outras duas ferrovias transcontinentais, em meados das décadas de 1870

e 1880. A construção da ferrovia Trans-Caucasiana ocorreu nas proximidades dos campos de extração petrolífera de Baku, no Azerbaijão. Já a ferrovia Transcaspiana, localizada na Ásia Central, conectou o Turcomenistão ao Uzbequistão, colocando à disposição das indústrias de Moscou o cultivo de algodão cru produzido nos oásis uzbeques de Khiva e Bucara. Percebe-se que o final do século XIX foi um período prolífico na construção de ferrovias sob as ordens de São Petersburgo. Por meio dessas ferrovias, a capital czarista interligou as regiões da costa do Báltico, da Ásia Central, em territórios uzbeque e tadjique, no interior da Eurásia, além do litoral norte do Pacífico, facilitando o envio de tropas e a execução de estratégias militares de maneira mais efetiva, explorando os recursos naturais da planície eurasiática. Na geopolítica, a construção das ferrovias transcontinentais permitiu a Rússia impor pressão nos territórios da Grã-Bretanha próximos da Ásia Central e do subcontinente indiano, reforçando a rivalidade do *Grande Jogo* (KEARNS, 2014; O'HARA et al., 2005; O'HARA, HEFFERNAN, 2014).

Snow (1994) pontua que, além da questão anglo-russa na Eurásia, a expansão das linhas férreas transcontinentais teve como objetivo a penetração russa nas fronteiras da China para garantir maiores ganhos econômicos, bem como possibilitar a presença de tropas militares na Manchúria, ao norte do país. Liliopoulou et al. (2005) mostra que, entre 1896 e 1903, China e Rússia deliberaram a construção de mais de mil quilômetros de linhas férreas na Manchúria, encurtando a distância até Vladivostok e conectando a ferrovia Transiberiana na porção mais central e ocidental da Sibéria. A aliança sino-russa permitiu a construção da ferrovia Oriental da China, integrando o projeto de Witte que visou consolidar a presença russa na Manchúria (ROSEMBAUM, 1976). Para Lee (2014), o expansionismo arquitetado por Witte marcou uma relação imperial da Rússia em relação ao continente asiático, na medida em que as ferrovias transcontinentais foram compreendidas como ferramentas do poder civilizatório europeu para encerrar o isolamento do Oriente e trazer “progresso” para a China, um território de tradição e história milenar. Nesse sentido, ao projetar na Ásia uma visão condescendente, a Rússia operou, através das ferrovias, para “russificar” a Sibéria e protegê-la de invasões.

3.5 Conflitos no extremo-orient

Pode-se dizer que a Rússia se dispôs a competir no extremo orient para ampliar a sua ascendência militar e comercial na região, enfraquecendo, em oposição, a influência britânica (COHEN, 1996). Sob a política de Witte, a Rússia se engajou no processo de industrialização e construção de ferrovias transcontinentais, para melhorar a sua posição no interior da Eurásia e consolidar o seu poderio econômico e militar. Para tal, o país considerou ser crucial integrar a Sibéria e outros territórios asiáticos, consideradas posses relativamente

intocadas por outras potências europeias. De toda maneira, a penetração russa no leste asiático se baseou em fins econômicos e político-militares, dado o anseio da Rússia em promover a segurança nacional e regional, utilizando ferrovias transcontinentais para ordenar e transportar a sua força militar (PAINE, 2010). No entanto, Banerjee (2004) diz que, dada a intromissão das forças russas na Manchúria, não obstante, o estresse político provocado em Londres, o Japão se tornou um ator avesso ao poder czarista, em razão dos seus interesses no território manchú.

É válido salientar que, no fim do século XIX, o Japão passou por um processo rápido de modernização, baseando-se, de certo modo, em bases ocidentais, pois a restauração Meiji de 1868 fundou um país moderno, em seu aspecto industrial, militar e nacionalista (ACHARYA, BUZAN, 2019; DIJK, 2015). Mackinder (1911a) defende que o Japão utilizou táticas e meios ocidentais para enfrentar o Ocidente, valorizando os valores do patriotismo e da modernização territorial. Para isso, o país investiu em sua força bélica, visando construir uma frota naval no modelo britânico e um exército pelo modelo alemão, reorganizando o seu poder político interno nos moldes da constituição alemã. Segundo Aydin (2007) e Knutsen (1992), o poder Meiji foi consolidado por políticas de incentivo as indústrias, eletricidade e uso de petróleo.

Figura 33. O Japão moderno, segundo Mackinder.

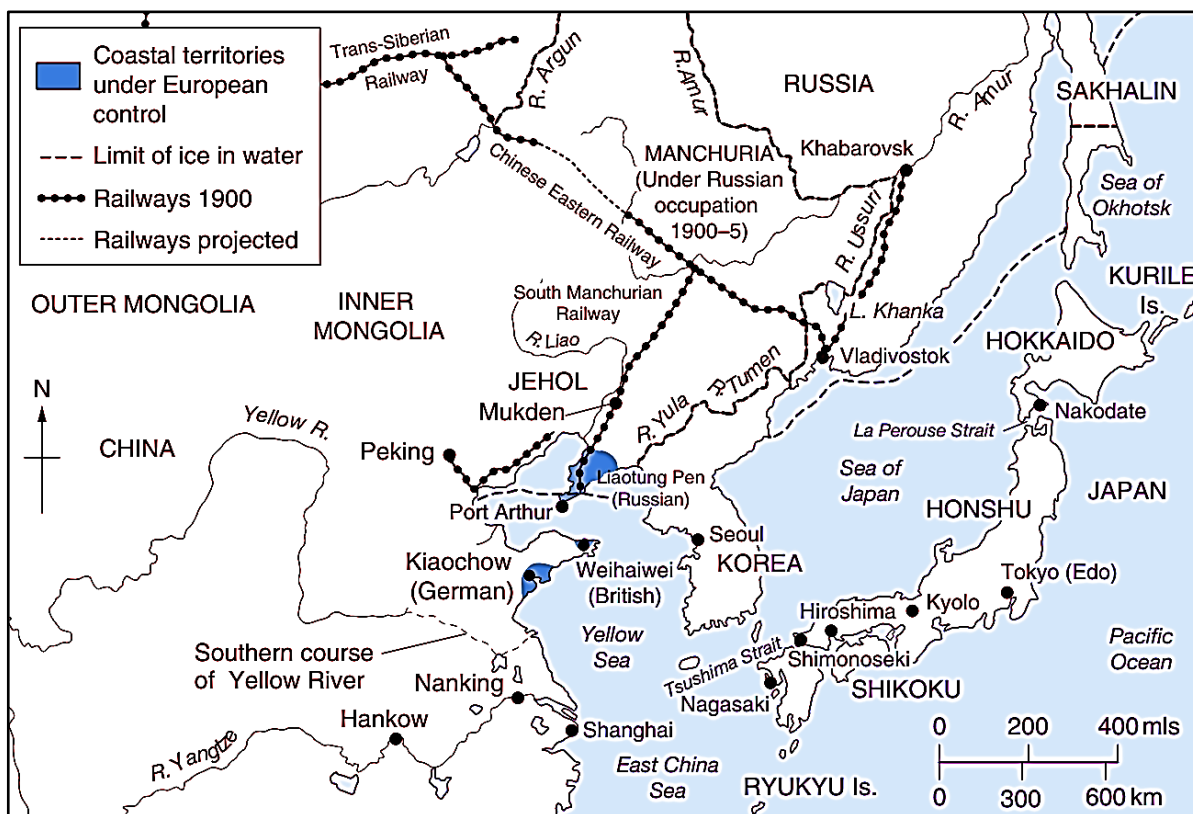


Fonte: Mackinder (1911a, p. 229).

Kennedy (1987) salienta que a modernização do Japão afetou vários elementos da vida cotidiana, do calendário à educação da população, mas não só, já que estimulou a construção de uma infraestrutura interna, por meio de ferrovias e redes telegráficas, além da indústria de base, do aço e do ferro, e a construção naval, fortalecendo o slogan nacional *fukoken kyohei*, “país rico, exército forte”. Baseada no seu novo poder industrial e naval, a política externa do Japão adotou um tom imperialista, iniciando uma série de atividades belicosas na Ásia visando expandir a sua influência econômica e militar. Ao se tornar parte das potências internacionais, o Japão emulou o ímpeto expansionista europeu. Portanto, o imperialismo fundamentou uma visão de progresso ligada a princípios industrializantes e nacionalistas (BUZAN, LAWSON, 2013).

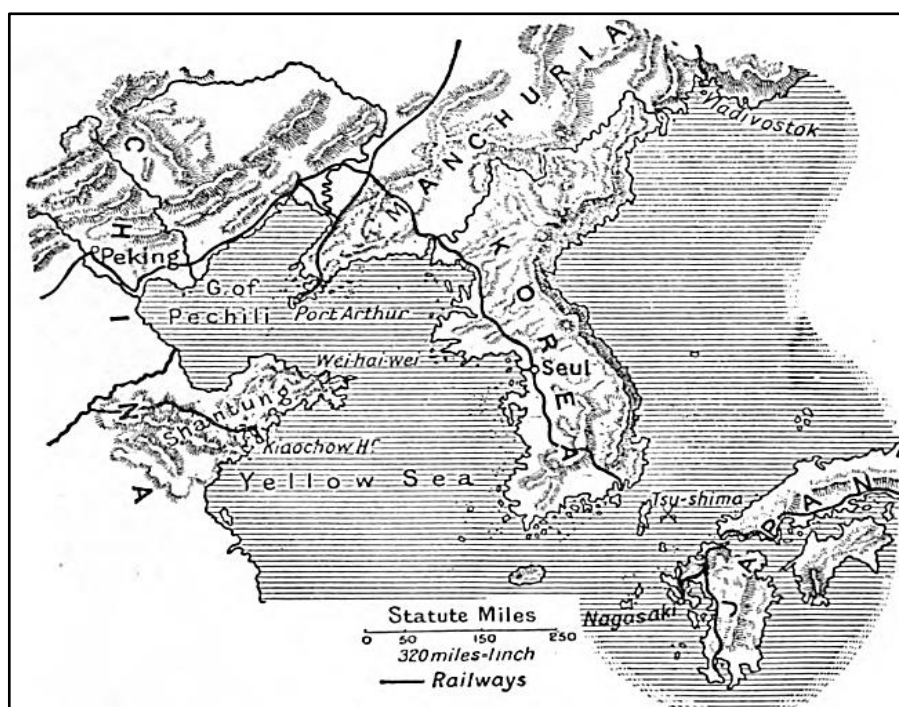
Hodge (2008) mostra que a recém-construída marinha japonesa conseguiu derrotar as forças chinesas na guerra Sino-Japonesa entre 1894 e 1895. Encerrado o conflito, o tratado de Shimonoseki consumou o triunfo do Japão, garantindo-lhe a posse dos territórios de Taiwan, as Ilhas Pescadores e a península de Liaotung, na China, situada nas margens do mar Amarelo e da península coreana. O êxito japonês contra a China possibilitou o reconhecimento do país como um poder em ascensão (ACHARYA, BUZAN, 2019). Para Best et al. (2015), a pujança financeira, industrial e militar de potências, como o Japão, ameaçou a existência de sociedades consideradas decadentes, caso dos chineses e turco-otomanos. Nesse pano de fundo, a Coreia foi marcada pelo Japão como a sua área de influência, da mesma maneira que outras potências haviam definido seus domínios na Ásia, caso da França na Indochina, que hoje compõe o Laos, Vietnã e Camboja, da Grã-Bretanha em Myanmar e da Rússia que, utilizando a Transiberiana, se aproximou excessivamente da Coreia, segundo o Japão. Esse cenário aproximou as zonas de influência de Japão e Rússia, criando atritos geopolíticos na região (D’AGOSTINO, 2012).

Figura 34. Representação da rede ferroviária no Império Russo e dos domínios coloniais russo, alemão e britânico no Extremo Oriente em 1900.



Fonte: Williamson (2009, p. 36).

Figura 35. Mapa da localização geográfica de Lüshunkou, Wei-Hai-Wei e Kiauchau.



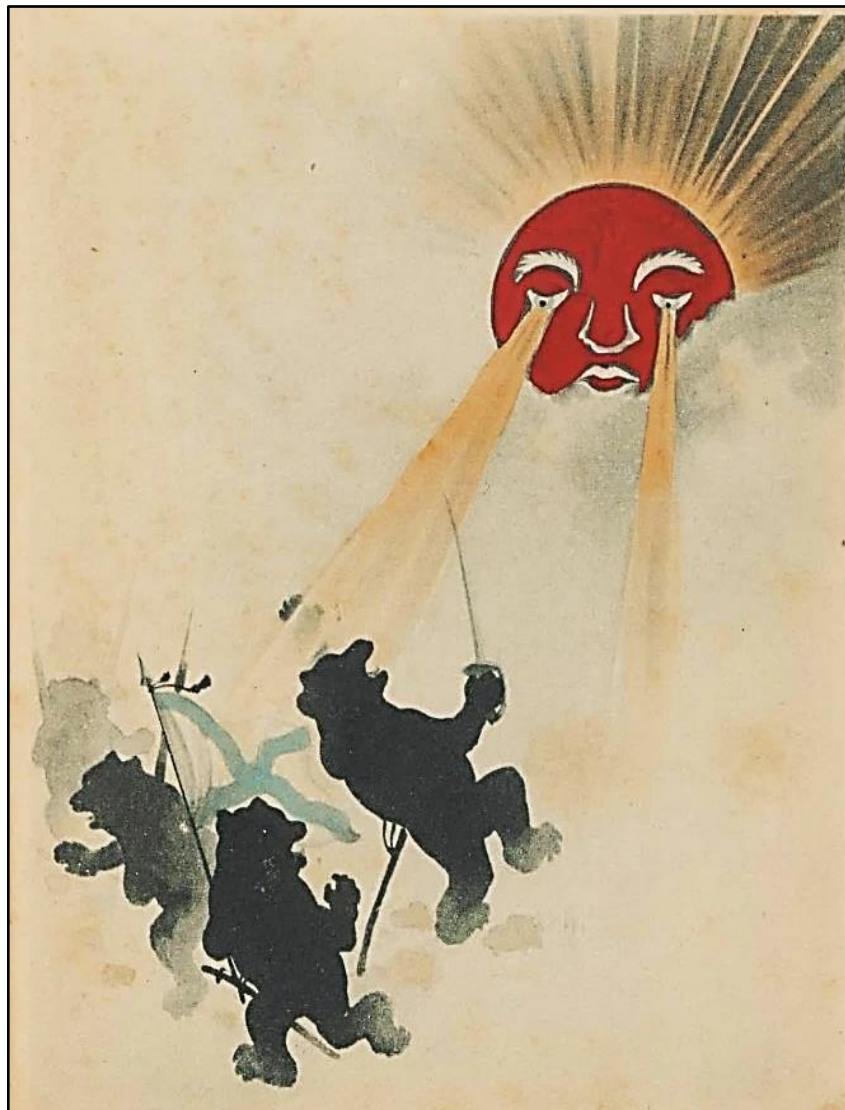
Fonte: Mackinder (1911a, p. 231).

Dijk (2015) diz que a guerra Sino-Japonesa resultou do anseio japonês em dominar a Coréia, pois o país almejou ser considerado uma potência assertiva por direito próprio, capaz de competir política e economicamente contra as potências ocidentais. Para Paine (2010), essa querela pôs fim ao equilíbrio de poder no leste da Ásia, consolidando o Japão como o grande poder dominante à custa da China. De acordo com Langhorne (1981), após derrotar a China, o Japão impôs aos seus rivais a condição de Estado satélite, garantindo ao poder nipônico maior segurança e a manutenção de privilégios econômicos na Coréia e em Liaotung. Entretanto, a expansão geopolítica do Japão provocou uma reação das potências europeias, na forma de uma intervenção tríplice entre Alemanha, França e Rússia, atores interessados na expansão dos seus mercados no extremo oriente. Para os interventores europeus, caso o Japão confirmasse os seus ganhos previstos segundo o tratado de Shimonoseki, o país poderia dominar os territórios da Manchúria e de Pequim. Diante disso, Witte utilizou a força dos seus aliados europeus para forçar o Japão a deixar a península de Liaotung e a cidade portuária de Porto Arthur, conhecida hoje como Lüshunkou (BANERJEE, 2004). É importante salientar a relevância geoestratégica de Lüshunkou, que não sofre o congelamento das águas no período de inverno, permitindo a navegação constante durante todo o ano; situação que difere da drenagem russa, marcada pela falta de acesso aos mares quentes, além de uma drenagem interna fechada, pois os rios Volga e Ural correm para o mar Cáspio, o Amu Dária e o Sir Dária, drenam para o mar de Aral, enquanto outros rios drenam em direção ao Ártico, enfrentando o congelamento total dos seus estuários, caso do Lena, Ienissei e o Ob (MACKINDER, 1911a; 1919).

Ao enfrentar a Rússia em Lüshunkou, numa reação do Japão contra as imposições dos poderes europeus, ocorreu a guerra Russo-Japonesa, disputada entre 1904 e 1905, de maneira isolada, sem a ação direta de outras potências, pois, alemães, britânicos e franceses temiam que uma situação de guerra no Pacífico pudesse torná-los vulneráveis na Europa. Sob orientação do almirante Heihachiro Togo (1848 – 1934), o Japão desafiou a marinha russa, vencendo a batalha de Tsushima e exterminando a frota czarista (SONDHAUS, 2001; WILLIAMSON, 2009). Para Butlin (2005), mesmo utilizando a ferrovia Transiberiana para transportar equipamentos e suas tropas para o leste da Ásia, a Rússia não foi hábil o suficiente para triunfar no Pacífico. Coones (2005) rememora que, no continente, inicialmente o exército russo resistiu as forças japonesas ao longo do rio Yalu, que delimita a fronteira entre a China e a península coreana. Contudo, Cohen (1996) pontua que, ao final de 1904, a cidade portuária de Lüshunkou se rendeu ao poder japonês, permitindo o avanço das tropas nipônicas sobre a

Manchúria, derrotando os russos em Mukden, atual cidade de Shenyang, capital da província de Liaoning. Em alto-mar, a frota russa foi aniquilada pela marinha do Japão.

Figura 36. Cartão-postal japonês celebrando a vitória do país na guerra contra a Rússia.



Fonte: Visualizing Cultures (1906)³⁰.

³⁰ Disponível em <https://visualizingcultures.mit.edu/asia_rising/gallery/pages/2002_3405.htm> Acesso em julho de 2022.

Figura 37. Navio russo destruído pela marinha japonesa em Lüshunkou.



Fonte: Visualizing Cultures (1904)³¹.

De acordo com Gray (2007), a vitória do Japão contra os russos representou a força do poder marítimo contra o poder terrestre, visto que uma potência insular empregou a sua força marítima para exercer poder no plano internacional, driblando o poder continental da Rússia. Coones (2005) pontua que a guerra Russo-Japonesa confirmou o primeiro triunfo de um poder não europeu sobre uma grande potência ocidental, colaborando ainda mais no sentimento de

³¹ Disponível em <https://visualizingcultures.mit.edu/throwing_off_asia_01/gallery/pages/2000_070.htm> Acesso em janeiro de 2023.

incertezas geopolíticas que atingiu a Europa Ocidental. Mackinder (1909) diz que a conquista japonesa foi considerável, contudo, o seu rival continental não usufruiu de todo o potencial da infraestrutura ferroviária, em razão da falta de estações de carvão ao longo das ferrovias para reabastecimento, nem mesmo portos no litoral para facilitar o acesso aos suprimentos de guerra. Segundo Cohen (1996), o fim da guerra encerrou a era Witte e da sua política de expansão no extremo oriente. Para Laruelle (2008), a Ásia e os territórios da China e do Japão faziam parte do discurso e da imaginação imperial do czar Nicolau II (1868 – 1918) que, apoiado por Witte, se tornou um defensor ferrenho do papel messiânico da Rússia na Ásia. A cizânia entre russos e japoneses se encerrou de fato no tratado de paz de Portsmouth, firmado em New Hampshire, nos Estados Unidos, no qual a Rússia concordou em retirar suas tropas da Coreia e da região da Manchúria, uma vez que esses territórios foram cedidos ao império japonês (DICKINSON, 2014; WILLIAMSON, 2009). Além disso, Paine (2010) pontua que os russos reconheceram as zonas de influência do Japão na Coreia, cedendo ao país vencedor os portos de água quente de Lüshunkou e Dalian. Langhorne (1981) destaca a participação do governo norte-americano na mediação do acordo de paz, atuação que pôs fim à crise do extremo oriente até o estopim da Grande Guerra.

Convém recordar que, para Mackinder (1909; 1911a), haja vista a maior mobilidade da infraestrutura de comunicação e do transporte transcontinental e interoceânico, e o acirramento da competição industrial e comercial, consolidou-se um sistema político-fechado, marcado por complexas relações econômicas e sociopolíticas no campo internacional. Dessa forma, do ponto de vista de Mackinder, surgiram conflitos locais que poderiam deflagrar uma guerra em ampla escala, pois todo o mundo estava unido sob condições geográficas próximas (MELLO, 1999). Butlin (2005) pontua que, desse modo, as potências repensaram as suas alianças diplomáticas e estratégias militares, além dos níveis de eficiência e produtividade de suas indústrias. Logo, pode-se dizer que, tanto a ideia de *Lebensraum* de Ratzel, como o conceito de sistema político-fechado de Mackinder, reverberam uma questão prática indissociável da rivalidade imperialista da época: adquirir territórios ao mesmo tempo em que há relativa falta de espaço para expansão.

Segundo Dijkink (1996), a abertura de ferrovias transcontinentais expandiu a força e a eficácia do poder terrestre, pois dinamizou o transporte de tropas para locais distantes. Nesse sentido, perante o florescimento de dúvidas sobre a defesa do poder britânico e a sua capacidade de proteger o território do país, alianças diplomáticas e militares se tornaram aceitáveis, tanto que o artigo de Mackinder (1904) expõe um *script* geográfico para a política britânica barrar a

expansão do poder terrestre. Conforme a teoria mackinderiana, para bloquear o avanço terrestre do centro da Eurásia em direção às regiões periféricas e suas saídas para mares quentes, compete ao poder marítimo se unir na região do *crescente interno*. Adotando uma tática similar, a Grã-Bretanha encerrou a política do Isolamento Esplêndido, pois assinou a aliança anglo-japonesa em 1902, atestando a ação conjunta de duas potências para defender conjuntamente os seus interesses no Pacífico e no extremo oriente da Eurásia. Ao confirmar uma aliança defensiva, os britânicos ampliaram a possibilidade de participar de um conflito direto contra outro poder, sobretudo os russos (NEILSON, 2011). D’Agostino (2012) argumenta que o fim da guerra dos Bôeres e a formulação da aliança anglo-japonesa deu força ao poder britânico, já o poder russo, por outro lado, foi enfraquecido pela derrota contra o Japão e as hostilidades impostas na luta na Manchúria. Vale a pena destacar que esse contexto teve peso direto na decisão futura firmada entre o poder anglo-russo, conforme o próximo capítulo aborda.

Destaca-se que, segundo a aliança anglo-japonesa, o lado britânico ofereceria suporte aos japoneses indiretamente, especialmente por meio de apoio financeiro ao poder Meiji. Para Tóquio, esse acordo simbolizou a conquista do *status* de nação civilizada do país após décadas de reformas modernizantes (AYDIN, 2007; HODGE, 2008). Lessa (2008) e Williamson (2009) dizem que, por sua vez, o lado nipônico reconheceu os interesses britânicos na China, da mesma forma que a Grã-Bretanha aceitou os interesses comerciais e industriais do Japão na Coreia. Entretanto, a aliança anglo-japonesa previu que, no caso de um conflito entre o Japão e outra potência, os britânicos manter-se-iam neutros, dada a possibilidade de uma escalada bélica ao nível global. Neilson (2011) diz que, tendo em vista o tratado anglo-japonês, era vital para os britânicos impedir a expansão russa para leste, afetando diretamente os interesses czaristas na região. Sob ordens de Arthur Balfour (1848 – 1930), o Primeiro-Ministro conservador britânico, o país atuou diplomaticamente para isolar o poder russo, mantendo-o encurralado no interior da Eurásia. Para Best et al. (2015), a renovação da aliança anglo-japonesa, assegurada em 1905, resultou da destreza diplomática mútua, pois, o Japão se esquivou do dever de enviar tropas para a Índia, no caso de uma luta entre britânicos e russos na região, garantindo apenas o envio de tropas para a Manchúria em caso de uma guerra na China. Segundo Sondhaus (2001), o acordo entre Grã-Bretanha e Japão representou, simbólica e estrategicamente, o encerramento da *Pax Britannica*, visto que, ao se comprometer no palco internacional, Londres aceitou que não caberia ao país se defender com forças próprias; era necessário realizar concessões e formar alianças estratégicas.

CAPÍTULO 4 – MACKINDER E A QUESTÃO ALEMÃ

A teoria do pivô geográfico de Mackinder exhibe um prognóstico realista sobre a situação da geopolítica no novo século. Para enfrentar os desafios da era pós-colombiana, a geoestratégia de Mackinder entende ser imprescindível construir uma unidade imperial, visando fortalecer a estrutura de poder do império (VENIER, 2004). Conforme o terceiro capítulo expõe, em 1904, Mackinder considerou a Rússia capaz de explorar os recursos presentes na Eurásia e arquitetar um poder terrestre invencível. Contudo, Mackinder compreende a Rússia uma força *potencial*. Após o revés czarista na guerra contra o Japão e a inflexão da diplomacia britânica, que superou a política do Isolamento Esplêndido e firmou um acordo defensivo com o poder de Tóquio, Mackinder viu a ameaça do poder terrestre sob outra perspectiva, haja vista o projeto de poder alemão e a sua busca por um lugar ao Sol.

O capítulo aborda, além da ascensão alemã e sua política externa ambiciosa no cenário internacional, os movimentos diplomáticos realizados na Europa, consolidando a formação de *Ententes* e acordos defensivos, além das discussões de paz em Versalhes após o final da Grande Guerra, evento histórico que modificou as bases de poder no mundo inteiro, sobretudo no Velho Mundo. A pesquisa discorre sobre as reflexões de Mackinder e as disputas de poder na Eurásia, com destaque para as propostas geoestratégicas apresentadas pelo autor, defensor da criação de Estados-tampões entre a força terrestre russo-alemã. Em linhas gerais, nota-se que a geopolítica mackinderiana prevê a preparação do Estado, pela geopolítica, para enfrentar os desafios de um sistema internacional instável e interligado por interesses comuns entre as potências.

4.1 Da *Realpolitik* à *Weltpolitik*

Perante o exposto no segundo capítulo, nota-se que Bismarck deu ênfase ao desejo de consolidar as recém-estabelecidas fronteiras alemãs, resultando em uma política colonial menos ambiciosa. Segundo Lessa (2008), o Congresso de Berlim operou como uma válvula de escape das tensões da política europeia, tornando-as administráveis e, na visão alemã, menos propensa a alterar o equilíbrio europeu. Para Schroeder (1989), a *Realpolitik* de Bismarck visou controlar a acumulação de poder na Europa pela política da compensação territorial, conservando a paz e estabilizando o continente. Kennedy (1987) diz que, pela *Realpolitik*, a nova potência alemã agiu para garantir a sua existência sem desafiar a antiga ordem do Concerto. Para tal, o II *Reich* se esforçou para convencer as outras potências da posição satisfeita da Alemanha em relação às outras pretensões territoriais; de tal modo, o país adotou uma política conservadora e realista. No entanto, o recrudescimento das tensões imperialistas

na virada de século deu espaço para a formulação de uma nova política externa alemã, tanto que, após a exclusão de Bismarck da cena de poder e a ascensão do novo Kaiser, Guilherme II, a Alemanha construiu uma política externa mundializada, fundamentada na ideia de que o poder é reflexo das ações internacionais do país; ou seja, nação deve se impor política, econômica e industrialmente (DÖPCKE, 2008).

Figura 38. Representação satírica da saída de Bismarck do poder alemão sob a influência de Guilherme II.



Fonte: Punch Magazine (1890)³².

³² Disponível em < <https://magazine.punch.co.uk/image/I0000bGR0frkcUfg> > Acesso em janeiro de 2023.

Em oposição à *Realpolitik*, surgiu a *Weltpolitik*, a política externa mundial que pregou o desenvolvimento do país a partir da expansão do poder alemão, extrapolando as fronteiras da nação (LESSA, 2008). Todavia, a partilha do mundo pelas potências já ao final do século XIX tornou escassos os territórios aptos para divisão, conforme a noção do sistema político-fechado refletida por Mackinder. Para Best et al. (2015), a *Weltpolitik* traduz o espírito da época de que para fazer parte do grupo das grandes potências, era preciso colonizar. Dijk (2015) defende que a *Weltpolitik* se baseou no crescimento industrial e econômico da Alemanha no último terço do século XIX, pois, quando as indústrias de mineração de carvão, do aço e do ferro ampliaram os seus níveis de produtividade, o país liderou a produção mundial, além de assumir a vanguarda no setor químico e elétrico. Segundo Döpcke (2008), no plano interno, a *Weltpolitik* defendeu o sistema político tradicional e tentou diluir a influência da classe política trabalhista e social-democrata. Bartlett (1996) indica que o caráter patriótico da *Weltpolitik* reverberou os esforços políticos de Guilherme II de combate à ascensão dos representantes da esquerda no Parlamento, visto que uma fração da população, formada pela classe média mais baixa, se sentia pressionada entre o avanço do sindicalismo e o poder das grandes empresas. Na visão do Kaiser, o renovado ímpeto colonial ajudaria a reestruturar a sociedade alemã, unindo-a por um sentimento nacional imperial.

Para Agnew & Corbridge (2003), pode-se refletir sobre a *Weltpolitik* em consonância ao conceito da *Lebensraum* de Ratzel, pois ambas as ideias possuem uma lógica análoga que prevê a expansão territorial para adquirir novos mercados e fontes de insumos industriais. Na visão de Bassin (1987a), se fundamentando na teoria de Ratzel em que o Estado elege as áreas geográficas mais vantajosas para ocupar, a política externa alemã planejou conquistar novas colônias para permitir seu pleno desenvolvimento. Desse modo, o ato de expandir assumiu em si o papel de condição *sine qua non* para a prosperidade e a manutenção do poder das potências. Segundo Muscarà (2001), uma vez que a Europa já possuía grande parte da sua área territorial superpovoada e ocupada, a expansão colonial em ultramar representou o único meio em que os Estados europeus pudessem expandir sua *Lebensraum*, arranjo defendido por Ratzel. Da mesma maneira em que a Rússia se expandiu sobre o Pacífico em direção à China, a Alemanha definiu uma colônia na baía de Kiauchau, em 1898, atual Jiaozhou, na península de Shandong. No olhar de outras potências, como o Japão e a Grã-Bretanha, a expansão do limite colonial russo-alemão provocou tensões. No caso japonês, esse tensionamento culminou na guerra Russo-Japonesa. Já os britânicos, avessos ao domínio alemão de Kiauchau, anexaram Wei-Hai-Wei, atual área de Weihai, ao norte da península de

neutralizar a força marítima da Grã-Bretanha. Dessa forma, com apoio de Guilherme II, do chanceler von Bülow e do comandante do exército Karl Wilhelm Paul von Bülow (1846 – 1921), o almirante Alfred Peter Friedrich von Tirpitz (1849 – 1930) liderou as estratégias de desenvolvimento do poder marítimo alemão. Hodge (2008) diz que Tirpitz presenciou o momento histórico marcado pela produção e utilização maciça de poderosos navios de guerra, pela influência do navalismo³⁴ incitado pelas potências, que visavam ampliar a capacidade de proteção de suas embarcações navais, bem como destruir forças inimigas, projetando ao mundo um forte poder marítimo. Bem como Bartlett (1996) pontua, Tirpitz atuou como chefe da Marinha Imperial Alemã entre 1873 e 1883, possibilitando ao almirante refletir sobre a rivalidade comercial e colonial anglo-alemã. Em 1897, quando empossado Secretário da Marinha, Tirpitz identificou a Grã-Bretanha como o maior inimigo do poder de Berlim. Segundo Bönker (2013), Tirpitz compreendeu que, pelo progresso industrial e militar alemão, era natural que o país aspirasse uma posição de destaque no grupo das grandes potências, habilitando-o no jogo da expansão colonial interimperial. Para Seligmann (2012), mesmo que o país já fosse visto como um poder europeu, internamente, seus líderes o viam apenas como um ator marginal no cenário internacional. Para compor a mesa das grandes potências, restou a Alemanha participar do processo de expansão do colonialismo pelo mundo.

Bönker (2012) diz que Tirpitz se baseou na teoria geopolítica de Mahan para conceber os parâmetros basilares do poder marítimo alemão, dada a divisão do globo pelas potências em sua luta por territórios e acesso aos mercados. Na concepção de Mahan, o poder econômico de um país é protegido por meio de uma frota naval, ou seja, a força marítima faz parte do poder marítimo. Para Holmes (2004), a *Weltpolitik* expressou a busca alemã pelo seu lugar ao Sol. À vista disso, Bülow e Tirpitz agiram perante a ideia de que um império marítimo global reflete o poder econômico, militar e político de sua nação. Na visão de Epkenhans (2000), o incentivo ao navalismo pode ser visto como o esforço do poder alemão em apoiar o comércio e a indústria naval, garantindo, em retorno, a cooperação relativa de uma parte da burguesia alemã, em razão de oportunidades de mercado para o campo bélico e militar. Logo, compreendeu-se que o poder marítimo depende da contínua produção industrial, do controle direto de colônias e a posse de grandes navios de guerra. Nesse sentido, o navalismo foi visto como um conceito influente na política internacional, por defender que as potências constroem

³⁴ O navalismo pode ser compreendido como o apoio direto ao poder marítimo para garantir a sobrevivência e manutenção de um poder nacional. O conceito do navalismo entende que uma poderosa frota naval é um elemento fundamental para a segurança nacional. Logo, o navalismo defende gastos com a construção e desenvolvimento de navios grandes e preparados para destruir frotas inimigas (PAPATRATIGAKIS, 2011).

e mantêm seu *status* de potência através de uma força marítima robusta (MURRAY, 2010). Bridge & Bullen (2005) dizem que a *Weltpolitik* expressou um viés agressivo nas ações externas da Alemanha, encerrando a estável política pragmática imposta por Bismarck.

A política naval de Tirpitz se baseou na “teoria do risco”, almejando que a esquadra do país estivesse em condições de desafiar o poder britânico em alto mar. Apesar do lado alemão não projetar igualar a força marítima de Londres, buscou-se arquitetar uma frota que, mesmo em caso de derrota, conseguisse impor danos aos britânicos, expondo-os em algum grau. Tirpitz avaliou que, mediante o risco proporcionado pela expansão naval alemã, a Grã-Bretanha iria respeitar, ainda que relativamente, os interesses alemães (BEST et al., 2015; MCNEILL, 1982). De todo modo, Tirpitz não planejou desafiar o poder marítimo britânico de imediato, mas sim apoiar o desenvolvimento constante da sua marinha (HOERBER, 2011). Döpcke (2008) pontua que a teoria do risco fez parte da *Weltpolitik*, posto que reivindicou a igualdade de direitos entre os alemães e outras potências, se tornando um instrumento capaz de extrair concessões políticas da Grã-Bretanha. Para Bönker (2012), o plano naval de Tirpitz designou o uso da força militar para assegurar vantagens político-econômicas, expandindo as esferas de influência alemãs e, simultaneamente, protegendo-as da competição industrial e comercial em nível imperial. Para tal, exigiu-se a posse de armamentos maciços e investimentos na força naval para mediar as relações entre as potências. Portanto, pode-se dizer que, do ponto de vista de Tirpitz, o país não desafiou propriamente a liderança britânica; entretanto, suscitou algum grau de paridade entre os Estados.

Tendo em vista as questões da segurança marítima e do comércio, a região do mar do Norte exerceu uma relevância estratégica nas relações anglo-alemãs (MAURER, 1997). Para Williamson (2009), ao conduzir suas novas esquadras em direção às bases marítimas britânicas no mar do Norte, Tirpitz atestou o teor nacionalista do seu plano naval. Para Murray (2010), ao posicionar a sua força naval nessa região, o poder de Berlim modificou a ordem de sua relação com os britânicos, pois projetou força aos seus rivais ao norte. Logo na virada do século, a Grã-Bretanha temeu, em certo grau, o sucesso comercial alemão, visto que, no âmago mercantilista, é salutar manter o comércio exterior saudável para permitir o crescimento econômico, industrial e militar (ROCK, 1988). Nesse sentido, o avanço naval alemão pôs em xeque aspectos sensíveis a geoestratégia de Londres. Bönker (2012) pontua que, paralelamente a *Weltpolitik*, a Alemanha presenciou a expansão do interesse coletivo sobre o poder marítimo o seu efeito nas indústrias, comércio e transporte. Mediante a noção de *Weltreichslehre*, a doutrina imperial, onde o poder militar e econômico em escala mundial são elementos inseparáveis, os alemães compreenderam

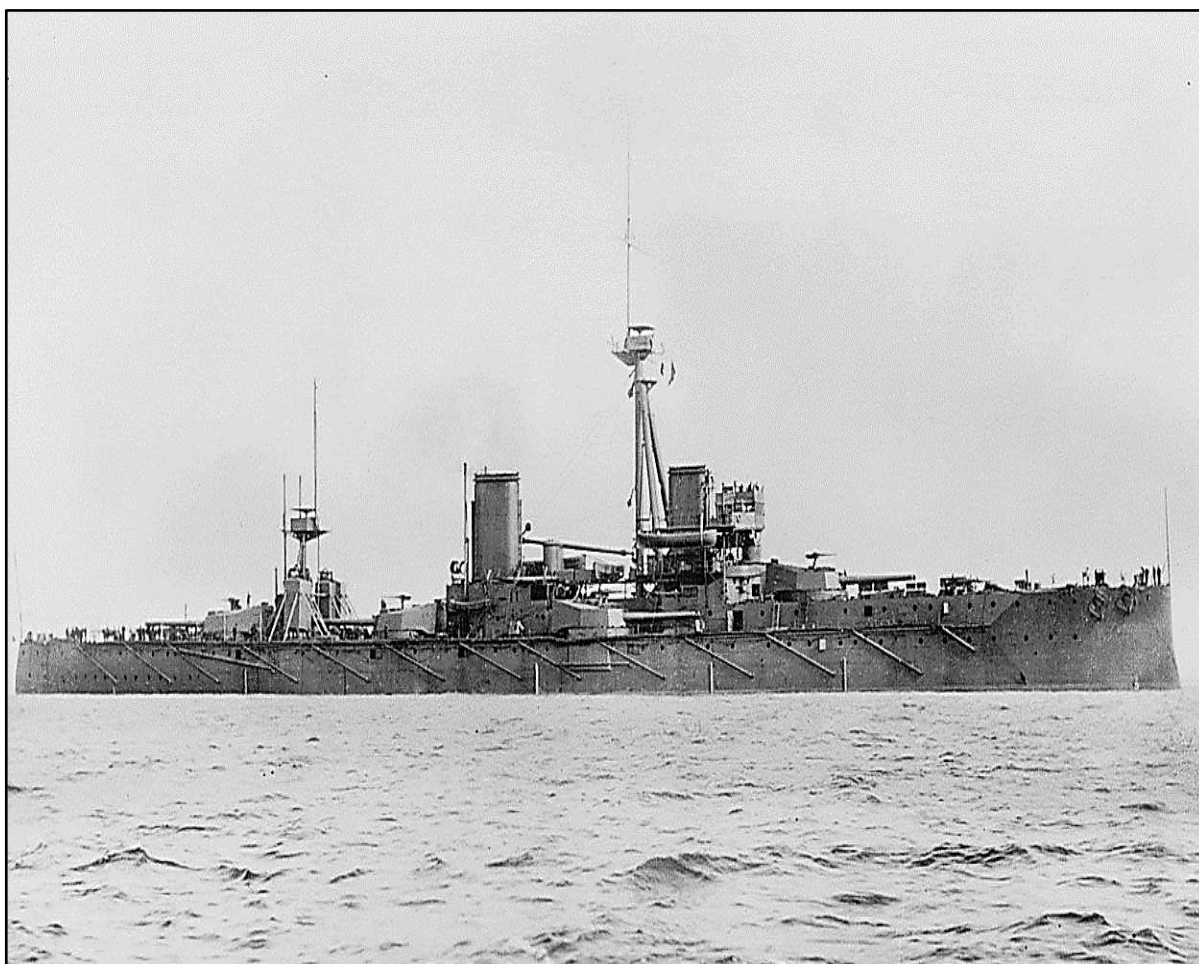
que a ordem global deriva de um grupo seletivo de impérios, como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Rússia e, porventura, a própria Alemanha.

Para Hoerber (2011) e St. John (1971), Tirpitz operou pela criação da marinha alemã, pois, mediante o poder marítimo, o país poderia encerrar o cerco político-econômico imposto pelas potências em seu entorno. Assim, Tirpitz coordenou a modernização e desenvolvimento da frota alemã. De acordo com Bönker (2013), uma vez que Tirpitz se pautou na ideia de que há uma relação intrínseca entre interesses de níveis globais e a posse de uma frota naval de primeira classe, era vital projetar força nos mares. Desse modo, sob o comando de Tirpitz e o suporte político direto de Guilherme II, foram concebidos os Planos Navais da Alemanha. Com base nas novas diretrizes postuladas por Tirpitz, a indústria naval alemã se organizou em prol de construir embarcações para alcançar a razão de 2:3 em relação a frota britânica. Em seguida, com a aprovação das Leis Navais de 1898 e 1900, fixou-se, não somente a produção de novas frotas, mas também a substituição de esquadras após um ciclo de vida de 25 anos (BEST, et al., 2015; MENNING, 2018). Para Murray (2010), essa estratégia naval foi projetada com base na capacidade marítima da Grã-Bretanha, visto que Berlim almejou conferir danos contra a *Royal Navy*. Contudo, Tirpitz alertou para a finalidade defensiva da política naval alemã, uma vez que a *Weltpolitik* exigia, por natureza, o reconhecimento dos direitos alemães. Döpcke (2008) indica que Tirpitz visou diminuir a capacidade de resposta direta da Grã-Bretanha frente aos planos imperiais alemães.

Para Tirpitz, a Alemanha deveria estar preparado para disputar uma guerra de maneira concentrada, no caso, uma luta contra a *Royal Navy* no mar do Norte (SELIGMANN, 2012). Segundo Barber (1972), essa noção de Tirpitz se baseia na estratégia mahaniana do comando do mar e a concentração marítima, ao passo em que o mar é compreendido como uma unidade indivisível, logo, o comando naval também é; ao mesmo tempo em que o objetivo maior da estratégia naval militar é manter a sua força concentrada, para expandir o grau de mobilidade entre as linhas de comunicação. De acordo com Maurer (1992; 1997), com base nos projetos de lei organizados sob a orientação de Tirpitz, que fundaram uma base legal para o programa naval alemão, ocorreu a disputa marítima anglo-alemã, haja vista o compromisso de médio e longo prazo da Alemanha em favor da sua marinha. Em resposta, sob o comando do almirante John Arbuthnot Fisher (1841 – 1920), Londres deu cabo a uma corrida industrial e tecnológica para expandir a sua força naval, construindo novos navios de guerra, resultando no modelo do *Dreadnought*, o encouraçado de padrão mais elevado da época. Introduzido pela *Royal Navy* em 1906, o HMS *Dreadnought* deu vantagem aos britânicos, tanto no número

absoluto de sua frota, como na tecnologia utilizada para a sua produção (BEST, et al., 2015; DÖPCKE, 2008). De acordo com Herwig (1991), os alemães enfrentaram um dilema com a entrada dos britânicos na competição armamentista, posto que, por décadas, a marinha britânica se amparou na ideia de não introduzir uma inovação que tornasse os seus navios existentes obsoletos. No entanto, em 1905, a marinha de Londres optou justamente pelo contrário, definindo um plano robusto para promover a sua tecnologia e prevenir o surgimento de tecnologias rivais. Segundo Hoerber (2011), o HMS *Dreadnought* revolucionou o panorama marítimo, impondo um novo conceito de encouraçado, em razão de sua dimensão física, velocidade, capacidade de fogo, resistência às agressões e aptidão para realizar manobras em alto-mar. Assim, a reforma naval planejada por Fisher, simbolizada pelo HMS *Dreadnought*, expôs a vantagem britânica contra a posição alemã (SELIGMANN, 2008a).

Figura 40. Fotografia do HMS *Dreadnought*.



Fonte: Encyclopedia Britannica (1906)³⁵.

³⁵ Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Dreadnought-British-battleship/images-videos#Images>> Acesso em julho de 2022.

Tabela 1. Gastos militares estimados na Alemanha e na Grã-Bretanha (1890 – 1914) em milhões de £.

	Exército ALE	Exército GB	Marinha ALE	Marinha GB
1890	24,2 (84%)	17,6 (56%)	4,6 (16%)	13,8 (44%)
1900	33,6 (82%)	21,4 (42%)	7,4 (18%)	29,2 (58%)
1910	40,8 (66%)	27,6 (40%)	20,6 (34%)	40,4 (60%)
1914	88,4 (80%)	29,4 (38%)	22,4 (20%)	47,4 (62%)

Fonte: Murray (2010, p. 670).

Tabela 2. Tipologias e números absolutos de navios de guerra que compunham as frotas da Alemanha, França, Grã-Bretanha e Rússia entre 1900 e 1914.

	ALE		FRA		GB		RUS	
	1900	1914	1900	1914	1900	1914	1900	1914
Encouraçados	12	37	33	21	45	68	17	8
Cruzadores	20	48	38	30	126	110	14	14
Destroyers	-	142	-	83	-	218	-	105
Torpedeiros	4	47	21	153	34	70	9	25
Submarinos	-	27	-	70	-	76	-	25
Total	36	231	92	357	205	542	50	177

Fonte: St. John (1971, p. 74).

Nessa linha, nota-se a intensificação dos gastos militares em favor do poder marítimo no cerne da corrida naval anglo-alemã, sobretudo na década de 1910. Para Murray (2010), com o ingresso do HMS *Dreadnought*, a rivalidade naval entre Londres e Berlim perdeu força, visto que os alemães não possuíam o *know-how* e a capacidade produtiva marítima dos seus rivais. Como Menning (2018) diz, além do aspecto tecnológico, a aptidão britânica em alocar receitas e custear gastos militares permitiu que o país suportasse por mais tempo o desgaste imposto por uma corrida naval que a Alemanha. Em suma, após a queda de Bismarck e a ascensão do Kaiser Guilherme II, a política externa alemã adotou uma nova postura, marcada pela assertividade e aspirações coloniais. Por meio da *Weltpolitik*, visou-se fortalecer a indústria e a marinha alemã, ampliando a sua capacidade de conquistar colônias e ocupar uma

posição de destaque na mesa das potências. Entretanto, essa política externa se mostrou insuficiente, pois, do ponto de vista tecnológico, a introdução do HMS *Dreadnought* impôs um revés insuperável ao plano naval de Tirpitz. Do ponto de vista territorial, a política imposta pela *Weltpolitik* significou a conquista de algumas ilhas no Pacífico, como as Ilhas Carolinas, parte do território de Samoa e o porto de Kiauchau, no nordeste da China.

4.2 Alianças e o isolamento alemão

Bönker (2012) pontua que a política externa expressa na *Weltpolitik* mesclou interesses coloniais e industrializantes, acirrando a competição imperialista entre as potências. O plano do almirante Tirpitz buscou gerar uma infraestrutura marítima, fortalecer a colonização e controlar esferas de influência para garantir mercados protegidos para os setores comercial e industrial, definindo áreas estrangeiras para atrair capitais e investimentos do país. Para Murray (2010) e St. John (1971), Tirpitz defendeu que o poder marítimo é chave para que um Estado conquiste o seu lugar ao Sol. Para isso, a sua política naval manteve três princípios basilares: a definição automática da obsolescência e a substituição programada de navios; a fixação de um número específico de embarcações e oficiais para uso da marinha; a estratégia da teoria do risco, visto que o país buscou ter maior poder de barganha contra a Grã-Bretanha. McNeill (1982) mostra que a estratégia de Tirpitz contava com uma possível distração britânica por sua disputa contra franceses e russos. Todavia, contrariando a premissa alemã, ocorreu uma aproximação relativa entre britânicos, franceses e russos.

Ressalta-se que o início do novo século apresentou uma série de agitações militares e diplomáticas entre as potências, tendo em vista a ascensão imperial alemã, a disputa do *Grande Jogo* na Ásia Central e as disputas por poder no Pacífico. Nesse contexto, Mackinder apresentou a ideia do sistema político-fechado, em que cada movimento realizado por uma potência iria afetar e induzir a ação direta de outra (MACKINDER, 1904). Para Sheehan (2005), no auge do Concerto e da diplomacia bismarckiana, pragmática e adepta a lei da compensação territorial, as potências planejavam obter vantagens marginais; ou seja, entre os rivais, não havia um plano de aniquilação direto. Mas, o acirramento imperialista deu luz a um sistema de poder de “soma zero”, no qual um lado adquire poder às custas de outro. Bem como argumenta Albretch-Carrié (1968), observando esse cenário, a Grã-Bretanha iniciou, gradativamente, o processo que deu fim ao Isolamento e a adoção de uma postura mais assertiva sobre o continente europeu.

Em resposta à ameaça alemã provocada no centro da Europa, antigos rivais, britânicos e franceses, se uniram na criação da *Entente Cordiale* (BEST et al., 2015). Mackinder

(1911a) diz que *Entente Cordiale*, formalizada em 1904, compôs um acordo de suporte recíproco entre os países, mesmo que, em contrapartida, tenha exigido que ambos superassem algumas disputas coloniais, sobretudo ao norte da África, na bacia do rio Nilo e no sudeste asiático. Deste modo, os britânicos reconheceram o domínio da França no Marrocos, já os franceses reconheceram a ocupação britânica no Egito (DÖPCKE, 2008; LESSA, 2008). De acordo com Bridge & Bullen (2005), Théophile Delcassé (1852 – 1923), Ministro das Relações Exteriores da França, operou de modo realista ao ceder em relação ao interesse britânico no Egito, visto que, por outro lado, o país garantiu o controle da região mais setentrional do continente africano. Bartlett (1996) e Dijk (2015) argumentam que a *Entente Cordiale* pode ser vista como uma tentativa de resolver contestações fronteiriças entre posses coloniais, amenizando, assim, a possibilidade de guerra entre ambos. Segundo Best et al. (2015), a *Entente* simbolizou uma mudança de posição notável dos britânicos com a aproximação de rivais outrora insuperáveis. No mandato de Edward Grey (1862 – 1933), o Secretário das Relações Exteriores, foi estabelecida uma relação de confiança entre Londres e Paris, a partir de suas afinidades políticas e estratégias comuns.

Figura 41. John Bull e a francesa Marianne em oposição ao Kaiser.



Fonte: Punch Magazine (1905)³⁶.

³⁶ Disponível em < <https://magazine.punch.co.uk/image/I0000AbNwcY7Cv2M>>. Acesso em julho de 2022.

Pode-se dizer que, embora as políticas definidas por Delcassé e Grey atendessem as suas agendas particulares, aceitou-se ainda a coexistência pacífica entre os dois Estados, pois foram valorizados argumentos de caráter estratégico e geopolítico (CANUEL, 2018). Portanto, nota-se o desenvolvimento das relações anglo-francesas, mesmo após a consolidação da aliança entre a Grã-Bretanha e o Japão, situação que comprometeu, de certo modo, a segurança colonial da França no Sudeste Asiático. Porém, Londres e Paris notaram que possuíam temores similares, como a intenção de impedir a escalada da guerra Russo-Japonesa no Pacífico. Assim, a *Entente Cordiale* pode ser considerada o ponto inicial da ativa cooperação diplomática anglo-francesa (VENIER, 2004; 2005). Para Dijkink (1996), ao confirmar a *Entente* e a aliança anglo-japonesa, a política do Isolamento Esplêndido se encerrou. Para Seligmann (2008b), além da disputa no campo econômico e industrial, a diplomacia, as táticas e as tensões da geopolítica influenciaram a mudança da posição geoestratégica dos britânicos no mundo.

Segundo Bartlett (1996), sob Grey, a política externa britânica observou com cautela a falta de equilíbrio na Europa, dada a ascensão alemã, a derrota russa na guerra contra o Japão e a revolução popular ocorrida na Rússia em 1905. Sobre o panorama russo, Sanborn (2014) diz que, com o surgimento e a supressão de instituições políticas e forças de massa, pelo acelerado processo de industrialização e urbanização do país, ocorreu uma crise doméstica, em razão da rápida transformação socioespacial em um curto espaço de tempo. Hodge (2008) expressa que, somado ao volátil clima interno, o fracasso da política externa no Pacífico e a consolidação da *Entente Cordiale*, São Petersburgo temeu a contínua exposição das suas vulnerabilidades. Com base nisso, o país se abriu a discussão e formalização de acordos com outras potências. Segundo Heffernan (2000), o cenário de incertezas na Europa deu força a cristalização de novos arranjos diplomáticos, superando antagonismos tradicionais para, entre outras razões, evitar a expansão alemã no centro do continente. Conforme Mackinder defende (1904), para impedir a expansão do poder terrestre, o poder marítimo deve estabelecer uma política de contenção. Venier (2004) mostra que a disposição britânica de construir alianças permitiu que o país projetasse poder na região periférica do *crescente interno*, refletindo, em certo grau, a relevância da reflexão feita por Mackinder.

Williamson (2009) pontua que, por décadas, a Grã-Bretanha desempenhou a política do apaziguamento, visando estabilizar as tensões entre as potências. Para Kennedy (1976b; 1987), pela diplomacia do apaziguamento, Londres articulou o relaxamento entre antagonistas, apesar da participação britânica na guerra dos Bôeres na África do Sul. Sob ordens de Grey, a política externa britânica se amparou no poder da diplomacia para solucionar os

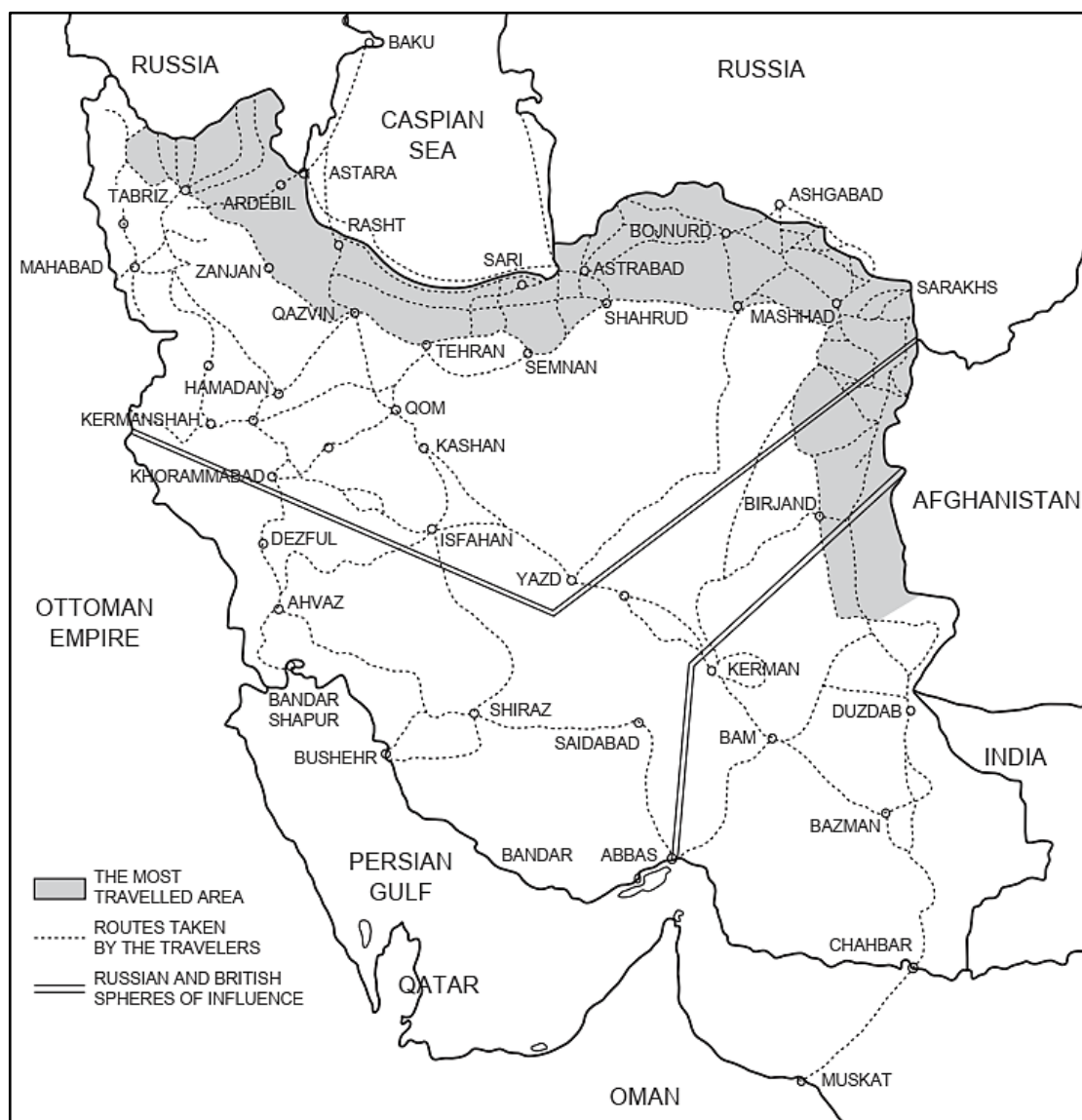
complexos temas da geopolítica mundial mais convenientes. Hugues (2009) pontua que a aproximação anglo-russa se inspirou na *Entente Cordiale* de 1904, na medida que os governos aceitaram definir acordos coloniais em áreas sensíveis da Ásia, nos moldes da *Entente* anglo-francesa. Dessa maneira, a consolidação da *Entente* anglo-russa em 1907 isolou a Alemanha de três potências ocidentais, Grã-Bretanha, França e Rússia, aliviando a pressão dos russos sobre o Afeganistão e o norte da Índia, área estratégica do poder britânico, amenizando, portanto, a debilidade interna da política russa. Bartlett (1996) diz que, liderada por Alexander Izvolsky (1856 – 1919), a diplomacia da Rússia realizou maior diálogo entre as potências, ajustando o país ao seu novo papel no plano internacional, dado o revés sofrido no extremo oriente e a revolução popular interna.

De acordo com Lobanov-Rostovsky (1948), após a derrota para o Japão, a Rússia agiu para proteger suas esferas de influência, definindo objetivos realistas e consolidando o acordo anglo-russo para diminuir a tensão entre os países, tendo em vista a ascensão alemã no centro da Europa. Segundo Neilson (2011), a aliança anglo-russa representou o ápice do esforço para criar um entendimento diplomático mais amplo entre ambos. Sob Izvolsky, a política externa russa foi revisada, recuperando as relações diplomáticas entre o país e outras potências. Logo, além do plano de Izvolsky, a atuação de Grey permitiu a evolução da relação entre os países. Do ponto de vista geoestratégico, a Grã-Bretanha observou que, por sua condição insular, não possuía condições de agredir diretamente o seu histórico rival terrestre, nem mesmo se proteger do avanço russo sobre a Índia sem o apoio de aliados. Ao planejar uma solução viável para o antagonismo anglo-russo, os britânicos se beneficiaram da ascensão japonesa e da sua vitória contra a Rússia no Pacífico, pois, os russos derrotados perderam influência no extremo oriente para o Japão, aliado britânico desde 1902, restando ao poder czarista se aproximar de Londres para estancar a sua vulnerabilidade. Segundo O'Hara & Heffernan (2014), a Rússia se espelhou na formação da *Entente Cordiale* para superar a rivalidade histórica contra a Grã-Bretanha e se pacificar no curto e médio prazo. Para Dijkink (1996), após o fracasso da guerra no Pacífico, a Rússia perdeu prestígio na Europa, conjuntura que influenciou a formalização da *Entente* anglo-russa em 1907.

Em efeito da aliança anglo-russa, o tabuleiro de poder na Eurásia se modificou. Black (2008) diz que britânicos e russos delimitaram as suas esferas de influência na Ásia, anexando territórios sem o consentimento dos governos locais, como a China e o Irã. Dijk (2015) defende que, primariamente, buscou-se frear a influência alemã na região do Golfo Pérsico. No caso do Irã, o país foi repartido em três grandes regiões: uma zona russa ao norte,

uma zona neutra ao centro e outra porção britânica ao sul, área que conteve o território afegão em seus limites para diminuir as chances de uma invasão russa na Índia. Em suas áreas de influência, as potências garantiram vantagens político-econômicas, como concessões para a realização de investimentos na infraestrutura bancária, de transporte e comunicação, como ferrovias e redes de telégrafos. O'Hara & Heffernan (2014) pontuam que, com a partilha do Irã, a Grã-Bretanha protegeu seus domínios na Índia, mas não só, pois a sua presença permitiu a exploração de petróleo na região do Cáucaso. Com a descoberta de campos petrolíferos no Cáucaso na década entre 1890 e 1900, a região assumiu valor geoestratégico, pois, além de proteger a rota para a Índia, essa área se tornou o local de extração sistemática de recursos naturais para alimentar o desenvolvimento industrial britânico.

Figura 42. Representação geográfica da partilha do Irã após a Entente Anglo-Russa de 1907.



Fonte: Andreeva (2007, p. 202).

Para Langhorne (1981), em razão das alianças diplomáticas entre britânicos, franceses, japoneses e russos, o poder alemão se isolou no plano internacional. Charmeley (2004) diz que o isolamento alemão resultou, além de um plano naval arriscado guiado por Tirpitz que, ao fim, não se sustentou, de uma equivocada premissa estabelecida por sua política externa, que previa a eclosão de um conflito anglo-francês ou anglo-russo, pelo acúmulo de tensões na Europa. De acordo com Neilson (2011), tendo em vista a força econômica e militar alemã, além de sua ação mais agressiva na política externa, outras potências entenderam ser necessário frear a ascensão da Alemanha, evitando uma disputa marítima no mar do Norte, na visão britânica, bem como a expansão territorial alemã ao leste e oeste, segundo a visão russo-francesa.

Logo, se por um lado, o despertar alemão instigou incertezas sobre a manutenção do *status quo* e da paz na Europa, por outro, a agressividade do *Reich* possibilitou alterações nas políticas externas das potências, posto que relações outrora contenciosas se transformaram em aproximações estratégicas. Para Sheehan (2005) e Williamson (2009), em virtude dessa nova composição diplomática, dois blocos de poder foram fundados no continente europeu nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial: a Tríplice Entente, composta pela Grã-Bretanha, França e Rússia; e a Tríplice Aliança, formada entre Alemanha, Itália e Áustria-Hungria. Após a partilha de poder por blocos, cristalizou-se um sistema bipolar instável distinto da política do Concerto e do sistema bismarckiano, uma vez que a própria França, antes isolada pela política de Bismarck, se incorporou ao sistema de alianças. Nesse sentido, iniciou-se um processo de polarização com menor possibilidade de contato entre os polos de poder distintos, resultando em maior possibilidade de desacordo e conflito.

4.3 Mackinder e a Conferência de paz de Versalhes

Para Hobsbawm (2014b), a Primeira Guerra Mundial se destaca por sua singularidade histórica, pois, entre 1914 e 1918, envolveu todo o grupo das grandes potências. Em seu início, a disputa entre a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança ocorreu na Europa Ocidental. Entretanto, o desenvolvimento do conflito arrastou o combate até os Balcãs, como a Sérvia e a Turquia, se expandindo e envolvendo nações do extremo oriente, como o Japão, até os Estados Unidos da América. Derrotado, o plano alemão teve como primeiro alvo a conquista da França, ao oeste, para depois avançar sobre a Rússia, ao leste. Best et al. (2015) e D'Agostino (2012) dizem que, encerrada a guerra de trincheiras, os líderes das potências ocidentais se reuniram em Paris, em janeiro de 1919, para negociar a paz, em seus termos. Anfitriã, a delegação francesa foi liderada pelo Primeiro-Ministro Georges Clemenceau (1841 – 1929),

enquanto a diplomacia de Londres e Washington foi representada, respectivamente, por Lloyd George (1862 – 1945), o Primeiro-Ministro líder dos liberais, e o presidente democrata Woodrow Wilson (1856 – 1924). Além da presença de inúmeros políticos e diplomatas de Estados aliados na guerra, a aliança tríplice entre Londres-Paris-Washington deliberou para reorganizar o mundo ocidental europeu. Atento ao movimento de reconstrução da Europa, Mackinder (1919) diz que a Grande Guerra resultou da intensa acumulação de tensões. Em sua visão, após a explosão das tensões, abre-se espaço para a formação da *détente*, graças ao relativo relaxamento da crise internacional e uma busca por paz, na época simbolizada pelo Congresso de Versalhes. Porém, Mackinder diz que, com o tempo, novas crises internacionais iriam surgir, em razão da acumulação de novas tensões no plano internacional. Para Jones et al. (2014), Mackinder reflete sobre as questões de estratégia global e o equilíbrio de poder entre os Estados, pois são temas que melhor se adequavam aos interesses da política externa britânica.

MacMillan (2004) diz que a paz de Paris começou com uma visão conflitante entre as delegações de britânicos e franceses. Na Grã-Bretanha de Lloyd, assumiu-se a necessidade de derrotar a Alemanha, não destruir o país rival por completo. Em linhas gerais, Londres protegeu a sua estrutura imperial e comercial, utilizando a força naval para patrulhar os mares e equilibrar o poder na Europa. Na visão de Lloyd, uma aniquilação alemão daria vantagem ao projeto de poder dos russos, ainda que o país estivesse instável pela ascensão bolchevique em 1917. Em sua vez, a França defendeu a contenção da política bolchevique no Ocidente e exigiu a retomada da região da Alsácia e Lorena, para garantir ao poder de Paris maior segurança territorial. Sem a mesma urgência territorial que a França, a Grã-Bretanha herdou a esquadra do Kaiser, além de estações carvoeiras, postos telegráficos, portos e colônias ultramarinas. Para Fettweis (2003), dado esse cenário diplomático-militar, a concepção do poder terrestre de Mackinder almejou orientar as discussões políticas em *Downing Street* e Versalhes. Blouet (2020) indica que, como membro do Parlamento entre 1910 e 1922, Mackinder esteve ciente da visão da política externa britânica e a extensão das ambições alemãs, algo que influenciou, de certo modo, a sua produção geopolítica.

Sobre o Congresso de Paris, D'Agostino (2012) diz que, se o Congresso de Viena de 1815 evitou o revanchismo e beneficiou a manutenção do equilíbrio de poder no continente, a paz de Paris puniu severamente o poder alemão, sobretudo pela influência de Clemenceau. Não obstante, MacMillan (2004) expõe que a França apoiou a separação dos Estados da Alemanha e da Rússia, por meio da criação de um cordão sanitário entre ambos, designando um contrapeso territorial contra o poder alemão. Ó Tuathail (2005) argumenta que, para

Mackinder, o estopim da guerra é um exemplo da luta eterna por poder e a busca por sobrevivência dos Estados; logo, a guerra é inevitável. Na concepção de Mackinder, a Grande Guerra resultou do crescimento desigual entre os países, uma vez que o crescimento desigual se deve a distribuição, igualmente irregular, de recursos estratégicos no planeta. Portanto, a natureza não oferece condições iguais de crescimento para as nações. Gray (2005) diz que Mackinder refletiu sobre o seu tempo e o seu lugar. Em 1904, a Rússia assumiu o papel de ameaça terrestre potencial. Em 1919, se temeu o poder organizacional e militar dos alemães, tornando o país uma ameaça terrestre concreta.

Desse modo, para evitar o fortalecimento do poder terrestre da Alemanha, Mackinder apresenta em 1919 uma nova disposição geográfica da *área pivô*, até então localizada somente no interior da Ásia Central (MACKINDER, 1904). Em 1919, em seu livro *Ideais Democráticos e Realidade* (MACKINDER, 1919), Mackinder abole o conceito de *área pivô* em favor de um novo conceito, o *coração continental*, onde insere a Europa Central, região que não constava no artigo de 1904. Conforme o próprio Mackinder apontou em 1943, no artigo *Mundo Redondo e a Conquista da Paz* (MACKINDER, 1943), em seu artigo do pivô geográfico de 1904, o termo *coração continental* aparece de forma descritiva, apenas. Mas, em 1919, o conceito de *coração continental* foi alçado a categoria de ser geoestratégico. Caracterizado pela sua drenagem ártica, incluindo a maior planície do mundo, o coração da Eurásia engloba a bacia dos mares Báltico e Negro, a região da Ásia Menor e o planalto iraniano, a Mongólia e a cadeia do Tibete. Em sua área interior, se situa o território alemão da antiga Prússia e na área mais ao norte, próxima ao porto de Hamburgo, se localizam domínios austro-húngaros e russos. Aron (2002) pontua que o *coração continental* cobre o interior e a parte setentrional da Eurásia, se estendendo do litoral ártico aos desertos da Ásia Central. Wu (2018) indica que a Eurásia possui a maior parcela da população mundial, bem como reúne as maiores fontes de recursos naturais da Terra. Para Costa (1992), Mackinder transforma a *área pivô* em *coração continental* quando adiciona territórios que extrapolam o território russo.

Figura 43. Mapa do *coração continental*, segundo Mackinder.

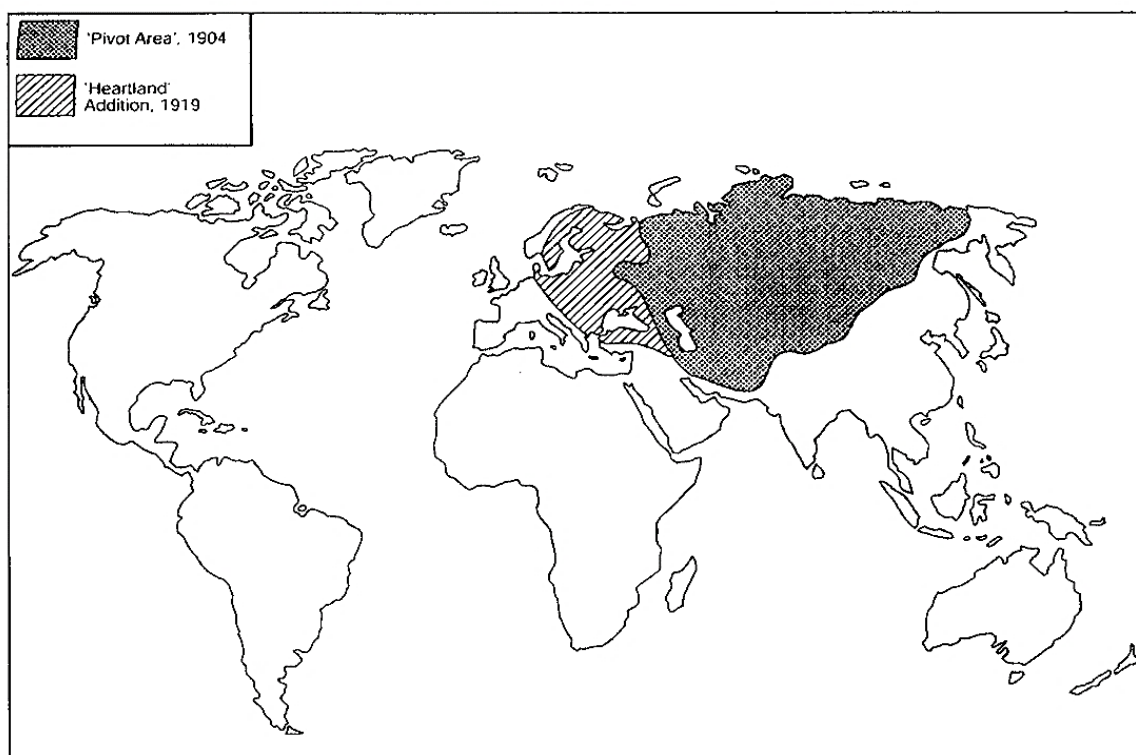


Fonte: Mackinder (1919, p. 135).

Conforme Agnew (2002) e Sloan (2013) expõem, o *coração continental* de Mackinder exibe a posição estratégica da Europa Centro-Oriental na disputa por poder na Eurásia entre os poderes marítimo e terrestre, tornando essa região uma área central para o equilíbrio global de poder. Nota-se, portanto, uma inflexão na teoria geopolítica de Mackinder, pois, como Blouet (2004; 2020) aponta, no modelo da *área pivô*, a ameaça terrestre deriva da Ásia Central, de suas estepes e áreas semiáridas. Contudo, no modelo do *coração continental*, embora a Ásia Central mantenha uma posição estratégica, o epicentro do poder no continente se desloca para a Europa Central e Oriental. Após a Grande Guerra, Mackinder observou a baixa efetividade da aliança militar anglo-francesa nos Estreitos e nos mares Báltico e Negro, visto que, como Williamson (2009) aborda, os britânicos tentaram tomar o estreito de Dardanelos, de domínio turco e, com isso, avançar sobre a Rússia e distribuir suprimentos de guerra para as tropas da *Entente*. Porém, um ataque preventivo de forças aliadas impediu a

execução surpresa dos britânicos; restando-lhes deixar a região após alguns meses de conflito nas trincheiras. Com base nisso, Mackinder modifica a sua perspectiva geoestratégica de poder, indicando para um núcleo de poder interno na Eurásia que pode ser utilizado como base para um projeto de poder hegemônico em larga escala. Logo, a Europa Centro-Ocidental é considerada por Mackinder (1919) como a região que permite ao poder terrestre se expandir em direção à Ásia e ao *coração continental*.

Figura 44. Mapa comparativo entre a *área pivô* de 1904 e o *coração continental* de 1919, segundo Mackinder.



Fonte: Heffernan (2000, p. 35).

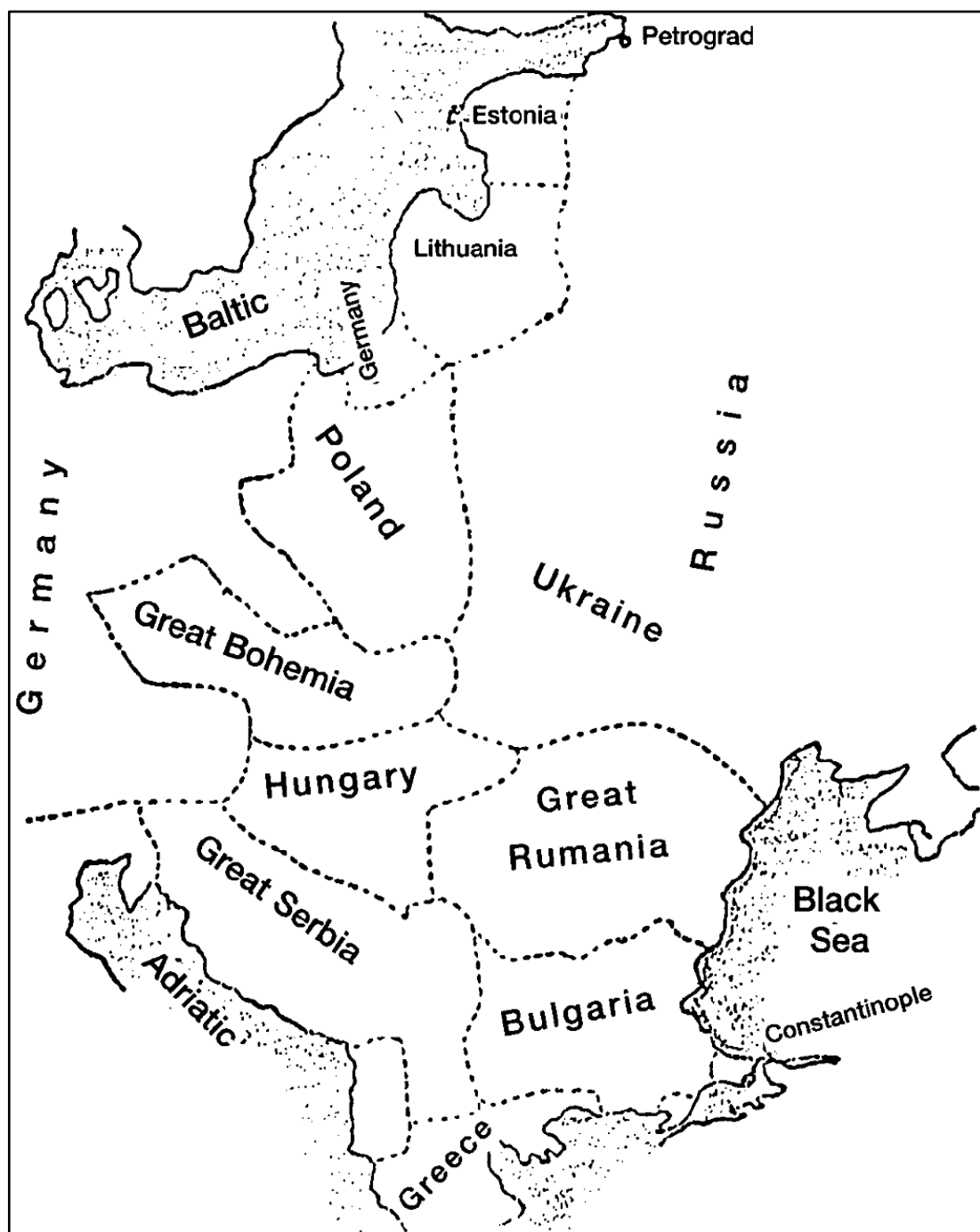
Segundo Mackinder (1919), no século XIX, a Rússia expandiu o seu território pela área interior do *coração continental*, ameaçando, potencialmente, alcançar as regiões costeiras da Eurásia. Porém, a partir da ascensão econômica e militar alemã, o país se tornou um concorrente capaz de subjugar os povos eslavos e, partindo da Europa Centro-Ocidental, iniciar o seu projeto de expansão e ocupação do *coração continental*. Ao observar o estabelecimento de colônias em Kiauchau e na África Oriental, Mackinder nota que a Alemanha esboçou a criação de terminais para as suas rotas terrestres entre a China e o Oriente Médio. Em suma, Mackinder percebe que, no apogeu do *Grande Jogo*, a Rússia foi considerada a força melhor preparada para organizar o seu poder terrestre e avançar sobre a Eurásia. No entanto, a superação da política de Bismarck e o tensionamento acumulado até a eclosão da Grande Guerra

permitiram que o centro do poder no leste europeu migrasse de São Petersburgo para Berlim. No olhar europeu ocidental, restava se opor ao poder que pudesse organizar os recursos da Europa Centro-Oriental e, em seguida, todo o *coração continental*. Nessa linha, Ó Tuathail (2005) diz que o modelo geoestratégico do *coração continental* visou influenciar a estratégia britânica na paz de Versalhes.

Para Gray (2005), a teoria geopolítica de Mackinder lida com o conflito entre os Estados sob a ótica de grande escala, para identificar e explicar os padrões de comportamento entre eles. Desse modo, mediante o contexto da paz de Versalhes, Mackinder (1919) argumenta que cabe aos poderes ocidentais resolver a questão alemã e dos povos eslavos na Europa Centro-Oriental, conduzindo o poder de Berlim para a sua posição adequada, ou seja, reduzir o poder territorial alemão. Para resolver essa questão geopolítica, Mackinder recomenda fragmentar o centro da Europa em vários Estados independentes, uma vez que, através do corredor composto por novas nações, seria possível irradiar estabilidade no rearranjo territorial do leste europeu. Heffernan (2000) diz que, para evitar a expansão da Alemanha na Europa Central, Mackinder defende que os aliados construam na região uma zona de Estados-tampões entre o país e a Rússia, evitando, assim, uma possível união entre as duas forças terrestres. Segundo Wu (2018), apesar do triunfo das forças aliadas na Grande Guerra, o quase sucesso da campanha alemã na Europa Centro-Oriental reforça o argumento de Mackinder pela criação de um compromisso continental entre as potências ocidentais. Nessa linha, Mackinder enfatiza a importância de construir um sistema de segurança eficaz no leste europeu, especialmente uma fileira de Estados autônomos entre a Alemanha e a Rússia, atuando como amortecedor estratégico entre ambos.

Blouet (2005; 2020) diz que, a partir da zona amortecedora arquitetada por Mackinder, seria possível frear a expansão alemã para leste, além de solucionar a questão da Europa Centro-Oriental, região marcada por inúmeros conflitos territoriais, em parte pelo enfraquecimento das forças turco-otomanas e a instabilidade do império austro-húngaro. Nesse sentido, Mackinder (1919) propõe a criação da Áustria, Bulgária, Hungria, Grécia, Sérvia, Polônia, Romênia e os países bálticos, Estônia e Lituânia. Para diminuir o grau de vulnerabilidade desses Estados em relação aos alemães, sobretudo, Mackinder recomenda a criação de ferrovias para conectar os mares Adriático e Negro. Para além da infraestrutura, Mackinder aponta para a necessidade de se criar uma patrulha do poder marítimo nesses mares sob o comando do ocidente.

Figura 45. Representação geográfica dos Estados-tampões propostos por Mackinder em 1919.



Fonte: Heffernan (2000, p. 39).

Salienta-se que a ideia de Mackinder sobre a criação de um cordão sanitário entre russos e alemães se baseia, em certo grau, na influência da biologia nas ciências da época, visto que, para Acharya & Buzan (2019), a raça foi compreendida como um elemento chave nas reflexões políticas e geopolíticas da época, se aliando ao darwinismo social e a luta entre os europeus, considerados civilizados, contra os povos “bárbaros, em um ato de julgamento da cultura e do suposto estágio de civilização de sociedades distintas. Para Mackinder, a

superioridade do povo britânico era expressa em sua cultura e na valorização da democracia, mas também em termos marciais (KEARNS, 2006). Para Geulen (2007), utilizou-se a raça para conferir certa ordem ao conflito por poder entre as potências imperialistas, criando uma hierarquia entre os povos, mas garantindo aos europeus ocidentais um lugar de destaque. Ó Tuathail (2005) diz que, através da teoria de Darwin, se justificou a superioridade das raças brancas europeias, dando fôlego para práticas imperialistas e a intervenção das potências em territórios estrangeiros. Segundo Hughes & Heley (2015), a geopolítica de Mackinder incorporou noções da seleção natural e da luta por sobrevivência para fundamentar a formação de forças hegemônicas no sistema internacional e a sua imposição sobre outros Estados. Kearns (2013) pontua que Mackinder compreendeu ser natural o uso da força pelas civilizações europeias para garantir o seu crescimento e mecanismos de defesa contra outros Estados.

Conforme Kearns (2003; 2009) indica, Mackinder utiliza a biologia darwinista em sua reflexão geopolítica, pois crê que o indivíduo se relaciona com os aspectos naturais presentes em seu ambiente. Para Mackinder, povos de países temperados, como os britânicos, defendem a civilidade, a liberdade e ideais democráticos, enquanto os povos originários das estepes russas e do centro-leste europeu, os eslavos, assimilam de forma mais natural a imposição de valores despóticos e autoritários. Nesse sentido, Mackinder compreende que a variedade dos ambientes físicos contribui para a formação de diferentes sociedades humanas, raças e nações. Percebe-se que o discurso geopolítico de Mackinder expressa uma visão racista e negacionista em relação à diferentes culturas e organizações de sociedade. Mackinder (1887; 1905) corrobora esse ponto ao dizer que a natureza é implacável, visto que molda a sociedade em sua luta por território e sobrevivência, logo, em sua visão, deve-se considerar a influência da localidade na produção de reflexões geopolíticas.

Em outro artigo, Mackinder (1908b) indica que o caráter de John Bull, a figura histórica de representação do britânico, é resultado da condição insular britânica, já ambientes diferentes formaram tipos humanos influenciados por elementos políticos presentes em suas fronteiras políticas; portanto, há um contraste entre britânicos e os povos continentais. Na Grã-Bretanha, devido ao seu clima e os ventos oceânicos, a produção agrícola e industrial ocorre durante todo o ano e, em linhas gerais, não há longas geadas e extensos períodos de seca. Para Mackinder, o ambiente britânico produz um efeito moral baseado na continuidade climática, ou seja, as raças são formadas e influenciadas pelas características próprias de cada ambiente.

Figura 46. Representação de John Bull atirando em balões dirigíveis na Grande Guerra.



Fonte: Punch Magazine (1916)³⁷.

Segundo Kearns (2009), Mackinder vê a história humana como a história da luta entre nações e raças, ordenando-as hierarquicamente. Na lógica da luta entre os poderes terrestre e marítimo, Mackinder identifica o conflito entre os anglo-saxões, insulares, e as raças capazes de dominar o *coração continental*, os teutões, alemães, e os eslavos russos. Para Mackinder, o povo eslavo é produto das vastas estepes eurásianas, que, ao longo da história, são guiados por líderes autoritários. Já os teutões, ainda que tenham uma origem racial próxima da anglo-saxã, dada a sua localização geográfica continental, não desfrutaram das vantagens da insularidade, mantendo impulsos expansionistas e não necessariamente ligados aos princípios democráticos. Ao estruturar a sua teoria geográfica pela oposição entre terra e mar, Mackinder compreende que:

³⁷ Disponível em < <https://magazine.punch.co.uk/image/I0000QiZ8VE8V3us> > Acesso em julho de 2022.

Esses dois elementos – a terra e a água – parecem simbolizar duas maneiras de ser do homem, que o levam a duas atitudes típicas. A terra pertence sempre a alguém, a um proprietário, individual ou coletivo; o mar pertence a todos, porque não é propriedade de ninguém. O império das potências continentais se inspira no espírito de posse; o das potências marítimas, no espírito do comércio (ARON, 2006, p. 266).

Para Mackinder (1919), a Europa Centro-Oriental é o palco das disputas por influência entre os alemães e russos, visto que, além da língua alemã, os poloneses, tchecos, croatas e os eslavos do sul seguem a fé católica ocidental, reforçando a influência da religião alemã contra a igreja ortodoxa russa. Além disso, a própria nomenclatura de São Petersburgo, cidade criada por Pedro I, o Grande, reflete a ascendência alemã sobre a esfera de poder russa. Desse modo, Mackinder defende que a Europa Centro-Oriental ilustra a intersecção de culturas e interesses diferentes, ainda que os alemães consigam influenciar com maior força uma parcela notável da população eslava. Aron (2002) indica que, na visão de Mackinder, os eslavos se tornaram parte necessária da política imperial alemã, tendo em vista a produção de alimentos na região e o consumo de produtos industriais alemães. Logo, Berlim compreendeu ser imperativo assegurar o domínio dos eslavos para a manutenção do seu poder na Eurásia. Pode-se considerar, portanto, a Grande Guerra como consequência da resistência eslava frente a tentativa de dominação dos alemães na região. Segundo a teoria de Mackinder, os fatores históricos-geográficos compõem as *realidades geográficas*. Nessa linha, a sugestão geopolítica de Mackinder para a construção do cordão sanitário entre Alemanha e Rússia se baseou nas *realidades geográficas* identificadas por ele na região.

Costa (1992) diz que a criação do corredor de Estados-tampões permitiu aos britânicos e aos franceses a possibilidade de firmar alianças bilaterais para ampliar as suas influências na Europa Centro-Oriental até o Oriente Médio e o norte da África, dissolvendo, por outro lado, a influência das potências terrestres. Jones et al. (2004) e Sloan (2020) dizem que a participação de Mackinder na paz de Versalhes como integrante da diplomacia britânica deve ser recordada como um feito importante na carreira política do autor. Contudo, o estabelecimento da zona de Estados-tampões não se deve exclusivamente ao papel de Mackinder, pois havia, em certo grau, sobretudo na delegação francesa, o desejo imediato de punir a força derrotada, enfraquecendo-a territorialmente.

Segundo Bassin & Aksenov (2006) e Botic (2013), o cordão sanitário estabelecido nas discussões da paz de Versalhes se situou em uma área de predomínio étnico-cultural eslavo e germânico. Mackinder (1924) mostra que, para efetivar a zona amortecedora entre Alemanha e Rússia, foram criados Estados fronteiriços do Báltico, ao norte, até os mares Adriático e Negro, ao sul. Nessa linha, foi imposta a perda de territórios alemães da Bélgica à Dinamarca,

passando pela Alsácia e Lorena e a bacia do rio Sarre, utilizada para a extração de carvão de uso industrial; ao leste, formou-se um Estado polonês autônomo, bem como se estabeleceu o domínio neutro da província prussiana de Gdansk, para possibilitar o comércio polonês por meio de um porto marítimo no Báltico. Não obstante, criou-se, ao norte, a Finlândia, além de outros três Estados próximos à Rússia: Estônia, Lituânia e Letônia; ao sul, no centro da Europa, surgiu o Estado da Tchecoslováquia, atual área da Tchéquia e Eslováquia; além da Áustria e da Hungria; por fim, a Iugoslávia, que corresponde a área da atual Bósnia, Croácia, Sérvia, Eslovênia e Macedônia do Norte.

Para Agnew (2002), mesmo após a construção da zona de Estados-tampões, o centro da Europa se manteve instável. Botic (2013) diz que, por meio da política do cordão sanitário, foi criado um espaço periférico excluído do jogo de poder europeu. Sloan (2020) argumenta que a proposta de Mackinder considerou tornar os novos Estados entidades independentes. Mas, além disso, Mackinder enfatizou a necessidade de produzir uma integração econômica entre as novas unidades territoriais e o poder ocidental, instituindo também um sistema ferroviário do Báltico ao Adriático, permitindo a vigilância e a presença militar do ocidente na região, algo favorável ao senso de segurança coletivo no continente europeu. Blouet (2020) defende que Mackinder considerou os novos países vulneráveis e expostos à instabilidade da região. Wu (2018) diz que, no plano de Mackinder, era necessário desenvolver uma cooperação entre os Estados-tampões, além de obterem suporte das potências marítimas. Ou seja, não bastava criar o cordão sanitário, mas também definir auxílio econômico e militar das potências ocidentais, sobretudo o poder britânico, francês e norte-americano. A recomendação de Mackinder convergiu com a política externa britânica exercida por Lloyd em Versalhes, visto que o líder liberal buscou conquistar o suporte de outros Estados para equilibrar o poder no continente (MACMILLAN, 2004). Para Mackinder (1924), após as negociações em paz em Paris, as fronteiras europeias exibiram uma divisão em duas partes através do mar Báltico, contornando o rio Reno e indo em direção ao Adriático. A oeste, se situaram os vencedores do conflito; ao leste, aqueles que sofreram o revés da guerra.

Figura 47. A nova geometria territorial da Europa após a Grande Guerra.



Fonte: Best et al. (2015, p. 39).

Best et al. (2015) diz que a paz de Versalhes deliberou sobre a questão alemã na Europa Centro-Oriental. Nessa linha, visando evitar um contragolpe alemão e diluir a influência direta dos bolcheviques na região, as potências ocidentais cortejaram os Estados da Europa Central, oferecendo-os uma relativa independência, visto que, por fim, a estratégia central dos líderes vencedores era conter o poder de Berlim e bloquear uma possível aliança russo-alemã. A partir disso, as fronteiras da Europa foram redefinidas. Com o interesse direto da Grã-Bretanha e da França, os poloneses, tchecos e aliados da Entente, como os sérvios, romenos e gregos, foram beneficiados territorialmente. Já os derrotados, como os alemães, austríacos, húngaros, turcos, búlgaros e russos, sofreram perdas territoriais consideráveis. É válido argumentar que a paz de Versalhes lidou apenas com a questão alemã, posto que outros tratados de paz definiram outras reparações de guerra e rearranjos territoriais, como a paz de Saint-Germain, que lidou com a questão da Áustria, e o tratado de Trianon, que tratou a questão húngara e o tratado de Sèvres, que tratou da Turquia. Para Acharya & Buzan (2019), Mackinder observou o potencial do poder alemão, situado no coração da Eurásia, na construção da sua concepção geopolítica, enquanto percebeu a movimentação do sistema internacional no centro

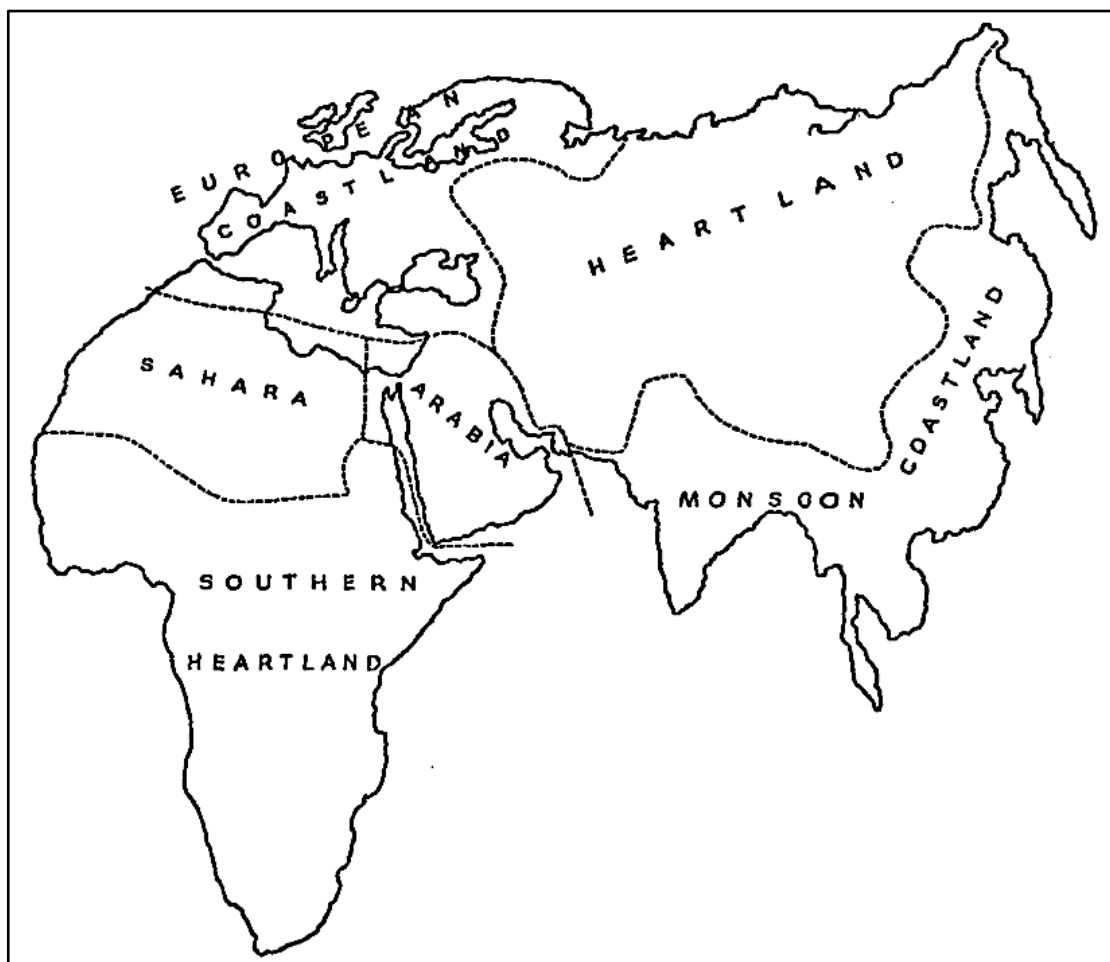
de um sistema político-fechado. Salienta-se que Lênin (2008) [1917] utiliza uma noção próxima à ideia de Mackinder quando discorre sobre a partilha direta do mundo imposta pelo capitalismo financeiro. Compreende-se que, encerrada a conquista de espaços abertos, amplia-se a disputa pela posse de territórios já controlados por terceiros, reforçando o clima de tensão no panorama internacional.

Mackinder (1917) argumenta que, mesmo após a definição de Estados-tampões entre as fronteiras alemãs e russas, o poder alemão se manteria como uma potência ativa no centro da Europa. Tendo em vista a luta secular entre os poderes terrestre e marítimo, Mackinder diz que, caso a Alemanha tivesse vencido a Grande Guerra, o país teria as condições de, a partir do seu poder terrestre, se fortalecer a ponto de construir uma esquadra e se tornar uma força marítima, compondo um poder híbrido. Aliando essa força militar anfíbia e a sua capacidade industrial, a Alemanha teria condições de conquistar toda a Eurásia e, em seguida, dominar a *ilha-mundial*, originalmente citada por Mackinder como *World-Island* (MACKINDER 1919). Wu (2018) diz que a teoria de Mackinder se fundamenta na ideia de que para vencer o poder marítimo, o poder terrestre deve possuir uma força continental incontestável, ao ponto de lhe permitir utilizar os recursos necessários para a criação do seu próprio poder marítimo. Na visão de Mackinder, para evitar esse cenário, cabe ao poder marítimo se opor a qualquer força que almeje conquistar o coração da Eurásia, pois, ao comandar a *ilha-mundial*, o poder terrestre estaria apto a utilizar recursos naturais, industriais e humanos preciosos e inigualáveis para consolidar sua força. Em linhas gerais, formada pela Eurásia e a África, a *ilha-mundial* é a última entidade geoestratégica (ASHWORTH, 2013; 2014; BLOUET, 2014). De acordo com Mackinder, a *ilha-mundial* pode ser controlada a partir do *coração continental*, pois:

Who rules East Europe commands the Heartland; Who rules the Heartland commands the World-Island; Who rules the World-Island commands the World (MACKINDER, 1919, p. 194)³⁸.

³⁸ Quem governa a Europa Oriental comanda o coração continental; quem comanda o coração continental comanda a ilha-mundial; quem comanda a ilha-mundial comanda o mundo (MACKINDER, 1919, p. 194, tradução nossa).

Figura 48. Mapa da *ilha-mundial*, segundo Mackinder.



Fonte: Mackinder (1919, p. 100-1).

Segundo O'Hara et al. (2005), a concepção geopolítica de Mackinder se baseia em três fatores de relevância chave: a posse e controle de recursos, o desenvolvimento de tecnologias de transporte e a inacessibilidade do poder marítimo no *coração continental*. Para Wu (2018), Mackinder observa que a relativa falta de mobilidade do poder terrestre impediu que os antigos impérios continentais conseguissem dominar o *coração continental* e, posteriormente, a *ilha-mundial*. Contudo, o aumento da oferta de mão de obra industrializada e a expansão de ferrovias transcontinentais na Eurásia removeram, de certo modo, esses obstáculos ao poder terrestre. O início do século XX proporcionou os meios necessários para o fortalecimento do poder terrestre, sobretudo pela expansão das ferrovias. Esse cenário expôs o conflito central da reflexão feita por Mackinder: as potências marítimas contrárias ao concorrentes terrestres situados no centro da Eurásia. Mackinder (1904) diz que os poderes terrestre e marítimo se enfrentam no *crescente interno*, a região de contato entre os poderes. Para impedir a expansão do poder terrestre, cabe ao poder marítimo controlar a área do

crescente interno, mantendo o poder terrestre confinado no interior da Eurásia. Na *ilha-mundial*, a área do *crescente interno* contém a Europa Ocidental e o Sudeste Asiático, além do Oriente Médio e o norte da África, que marca o limite entre o *coração continental* eurasiático e o *coração continental* ao sul, situado na África. No interior da Eurásia, o poder terrestre pode se deslocar em direção ao planalto iraniano, após cruzá-lo, está o vale do rio Eufrates, que permite a entrada no *coração continental* ao sul, por meio do vale do Nilo e as estepes da porção mais central da África (MACKINDER, 1919).

Mackinder (1919; 1924) entende que a ameaça terrestre alemã se estruturou em alguns elementos fundamentais: a localização do país, que, situado na faixa central da Europa, pode se expandir ao leste, a Ásia e ao Oriente Médio, tomando o controle do *coração continental*; a sua cultura e organização interna, pautada pela industrialização e o fortalecimento do capitalismo sob o controle estatal, além do estímulo à ciência e o ensino de geografia de fins pragmáticos; e a sua força militar e infraestrutura de transporte. Sobre as redes de transporte da Alemanha, é importante recordar que, sob o comando de Tirpitz, o país investiu na construção de uma frota naval na região do mar do Norte. Contudo, o Estado alemão também atuou em prol do poder terrestre, compondo, na visão de Mackinder, uma política territorial duvidosa e vacilante. Para benefício dos poderes ocidentais, a Alemanha enfrentou um dilema em seu projeto de expansão imperial: privilegiar o poder marítimo ao norte ou arquitetar uma força terrestre ao sul, com destaque para o projeto da ferrovia transcontinental Berlim-Bagdá. Para Lênin (2008) [1917], a expansão alemã em direção ao Oriente Médio representa a natureza inerente do capitalismo, uma vez que as potências visaram anexar não só regiões de caráter agrário, mas também regiões industrializadas e ricas em recursos naturais para a sua utilização fabril.

Bartlett (1996) pontua que o projeto da ferrovia Berlim-Bagdá deriva da época em que Guilherme II ascendeu ao trono, pois o Kaiser ostentava a imagem de líder amigo e protetor do povo turco na região. Segundo D'Agostino (2012), o expansionismo alemão não se limitou ao Pacífico e o leste da África, visto que competiu por influência em áreas otomanas na Anatólia e região dos rios Tigre e Bagdá, do Eufrates ao Basra até o Golfo Pérsico, uma área sensível aos interesses britânicos e russos, rivais que não desejavam outro adversário na região. Para Blouet (2020), a ferrovia Berlim-Bagdá compôs o plano alemão de controlar a Europa Centro-Oriental, dos Balcãs à Turquia, formando um corredor entre Berlim e o Golfo Pérsico. Na visão alemã, era fundamental possuir e controlar jazidas petrolíferas, em prol da ativa industrialização e urbanização do país. Hochberg & Sloan (2017) dizem que Mackinder compreendeu o esforço

alemão em proteger seus interesses econômicos nacionais através da atuação estatal, auxiliando a sua indústria e infraestrutura. Rezun (1986) pontua que, de todo modo, o projeto da ferrovia transcontinental Berlim-Bagdá foi utilizado como balão de ensaio pelo Kaiser para estimular a maior participação alemã no plano internacional, ao se infiltrar na região de maior influência externa britânica e russa, o Oriente Médio.

Aron (2002) diz que a teoria geopolítica de Mackinder possui um elemento constante: a aversão histórica entre os poderes terrestre e marítimo, além de outros três aspectos variáveis: a tecnologia utilizada no deslocamento marítimo e continental, os recursos humanos e naturais extraídos e utilizados pelos países em sua luta por poder e a atuação da política e diplomacia. Em relação ao aspecto diplomático, nota-se, no contexto da Grande Guerra, o tom beligerante e o acirramento entre as potências, por suas demandas internas e a compreensão da guerra como meio natural de fortalecer e selar o destino das nações. Sobre a tecnologias de deslocamento e o uso de recursos naturais e humanos para a construção de uma força militar, Sloan (2013) diz que a introdução de ferrovias transcontinentais e a extração dos recursos do *coração continental* permitiria, ao Estado dominador da Europa Centro-Oriental, fundar uma nova realidade global, transformando a geopolítica e encerrando a hegemonia do poder marítimo. Segundo Wu (2018), Mackinder se interessa pela interação entre os meios de transporte e geografia, e quais são as implicações geopolíticas e estratégicas que resultam dessa interação. Com base no avanço da tecnologia de transporte terrestre e a expansão de ferrovias transcontinentais na Eurásia, a sua teoria lida com a mudança no equilíbrio entre os poderes terrestre e marítimo, visto que o poder continental se apropriou da expansão ferroviária para construir uma vantagem geoestratégica sobre o seu poder rival marítimo. Para Gray (2005), Mackinder assume que cada século possui uma perspectiva geográfica própria. Em boa parte do século XIX, tendo em vista o contexto do *Grande Jogo*, a maior ameaça do poder terrestre derivou da Rússia. Já no novo século, após as tensões provocadas pela Grande Guerra, Mackinder apontou para a ameaça concreta exercida pelo poder alemão.

Em suma, Hugill (2005) diz que Mackinder compreende a Grande Guerra como efeito do esforço da Alemanha em subjugar os povos eslavos e controlar o leste europeu. Desse modo, russos e alemães pleitearam a autoridade do *coração continental*. Para impedir o predomínio terrestre na Eurásia, as forças marítimas se uniram em batalha. Costa (1992) pontua que a união anglo-francesa na paz de Versalhes permitiu a criação do corredor de Estados-tampões entre a Alemanha e a Rússia. Para Wusten & Dijkink (2002), o apetite territorial alemão, aliado à sua localização central na Europa, infringiu temor em seus inimigos. Segundo

Mackinder (1919), cabe ao poder marítimo ocidental manter o poder terrestre encurralado no interior da Eurásia, impedindo-o de avançar sobre o *crescente interno*. Nessa linha, percebe-se que os vencedores da Grande Guerra visaram impedir uma união russo-alemã e, conseqüentemente, bloquear os planos de dominação do *coração continental* e da *ilha-mundial*. No olhar liberal britânico, a consolidação de uma força terrestre como potência hegemônica baseada nos recursos da *ilha-mundial*, iria impor, de forma decisiva, a ruína do poder marítimo ocidental.

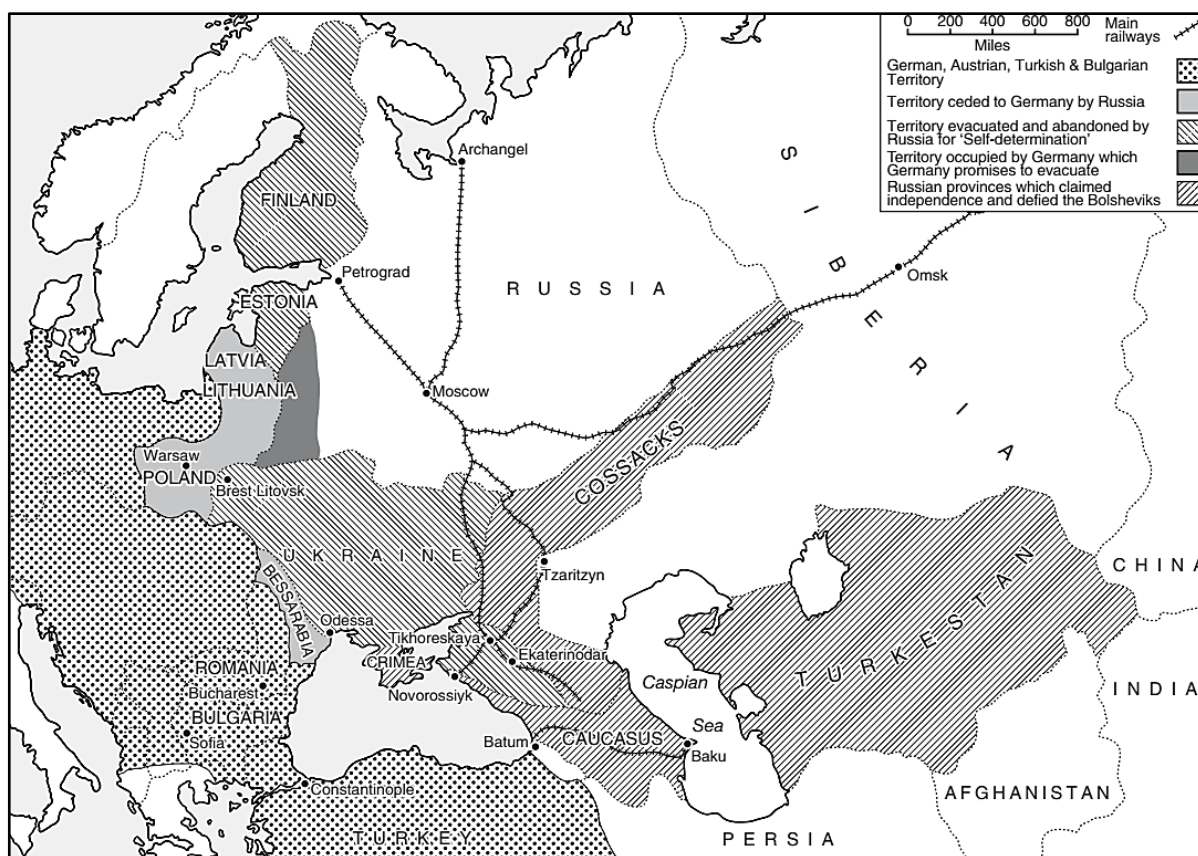
4.4 Mackinder e a questão do Cáucaso

Vale a pena destacar que, após a paz de Versalhes, Mackinder e a sua teoria geopolítica se envolveram, de certa maneira, na geoestratégia de dois Estados terrestres que, em sua visão, infligiam risco ao equilíbrio europeu e a hegemonia do poder marítimo: a Rússia e a Alemanha, reorganizada como República de Weimar após a Grande Guerra. Sobre a Rússia, Coones (2005) e MacMillan (2004) dizem que, em razão da instabilidade interna e das alterações fronteiriças na Europa após Versalhes, o país perdeu posses no Báltico e os atuais domínios do Azerbaijão, Armênia, Daguestão, Geórgia e Ucrânia. Para Kearns (2009), a teoria de Mackinder reforça que as relações entre os Estados se baseiam pela força e pela capacidade de projetar força. Portanto, Mackinder compreendeu ser natural o esforço das potências de garantir o controle de territórios dotados de recursos necessários para a manutenção do seu poder, como os combustíveis fósseis. Nessa linha, a região situada entre a bacia do mar Cáspio e o golfo Pérsico se tornou uma área de intensa disputa por poder. Segundo O'Hara (2004), áreas de extração petrolíferas do Cáucaso assumiram, nesse contexto, um importante valor geoestratégico. Ao mesmo tempo, sob ordens de George Curzon (1859-1925), com o fim da Grande Guerra, a Grã-Bretanha organizou uma política de patrulha antirrevolucionária, pois se temia a expansão de ideias de teor comunista e aspirações anti-imperialistas (BLACK, 2016; SLOAN, 2013). Nesse sentido, o poder ocidental agiu para impedir a expansão do poder terrestre na Eurásia, enfraquecer a posição bolchevique e proteger áreas de interesse imperial para a sua indústria.

Em 1919, dada a influência de Curzon, Mackinder foi nomeado alto comissário no sul da Rússia. Em sua missão, Mackinder ofereceu suporte estratégico as forças do general russo Anton Denikin (1872-1947), o líder da força “branca”, aliado do poder czarista, na região do Cáucaso (BLOUET, 2020; SLOAN, 2013). Para Blouet (1976), no âmbito da Grande Guerra, tropas aliadas foram alocadas próximas à Murmansk e Archangel, ao norte da Rússia, na região do mar Branco e do Ártico, além de Vladivostok, no extremo leste da Ásia, bem como

no sul da Rússia, para proteger o envio de suprimentos militares ou impedir a exploração da região por alemães. Ao sul do vasto território russo, no Cáucaso, as forças de Denikin lutaram contra os bolcheviques. Para cruzar as fronteiras do *coração continental*, Mackinder se deslocou por uma ferrovia que atravessou os Balcãs até Constantinopla, para de lá navegar do mar Negro ao porto de Novorossiisk. Diretamente no Cáucaso, Mackinder se reuniu com a liderança britânica dos povos transcaucasianos da Armênia, Azerbaijão e Geórgia. Blouet (2014) diz que, em sua missão, Mackinder tentou obter a cooperação de forças polonesas, búlgaras e romenas em apoio as tropas de Denikin. Frisa-se que, com o rompimento dos povos transcaucasianos com o poder imperial russo, Mackinder se posicionou favoravelmente pela independência azeri, armênia e georgiana. De todo modo, os britânicos se comprometeram a apoiar as tropas de Denikin para impedir a expansão das forças bolcheviques, sobretudo em direção à Índia.

Figura 49. Mapa do contexto militar do sul da Rússia ao Cáucaso entre 1918 e 1920.



Fonte: Kearns (2009, p. 199).

Kearns (2014) diz que, para manter a Rússia contida no interior da Eurásia, os poderes ocidentais planejaram fragmentar territórios russos em alguns Estados autônomos na região da Transcaucásia. Portanto, no plano britânico, esses novos Estados se tornariam atores-

chave no jogo de poder da região, ainda que Denikin tivesse suas próprias aspirações, tendo em vista a ocupação liderada por suas forças em Baku, no litoral do Azerbaijão, e na Geórgia. O'Hara & Heffernan (2014) dizem que o plano britânico buscou formar uma rede de Estados que atuassem como uma zona amortecedora entre a Rússia e o subcontinente indiano, utilizando o seu poder militar e imposição política no Cáucaso. Segundo Pelizza (2015), Mackinder se deslocou para o Cáucaso para argumentar com Denikin, convencendo-o a cooperar com seus vizinhos, mesmo aqueles com aspirações nacionalistas, para, em conjunto, expedir o perigo comunista da região. Ao mesmo tempo, Mackinder evitou respaldar o poder imperial russo na região sob o preço dos novos Estados independentes. Percebe-se, deste modo, que a Transcaucásia assumiu um valor geoestratégico para os britânicos, sobretudo como posto defensivo para a proteção da Índia.

Após retornar do Cáucaso, Mackinder produziu um relatório para o Parlamento, no qual defendeu o fim do auxílio financeiro britânico as forças brancas de Denikin. Para Mackinder, tendo em vista a situação geopolítica da região, era necessário conter a influência comunista, cujo poder se situava em Moscou e Leningrado, a antiga cidade de São Petersburgo (BLACK, 2016). Para Sloan (2013), o relatório de Mackinder indica que Denikin e o almirante Alexandr Kolchak (1874 – 1920), opositor do poder bolchevique na Sibéria, eram incapazes de derrotar os bolcheviques sozinhos. No entanto, era vital formar um sistema de alianças defensivas, bem como estabelecer uma barreira entre o mar Cáspio, a oeste, e as montanhas do Cáucaso, ao leste, para conter o poder bolchevique. Na barreira Transcaucasiana, para Mackinder, era importante formar uma área propícia ao exercício do poder militar e econômico britânico. Para garantir aos britânicos essa estratégia, Mackinder propõe a criação de Estados-tampões, caso da Armênia, Azerbaijão, Daguestão, Geórgia, a Rússia Branca, ao norte, próxima da Polônia, e a Rússia do Sul, entre os mares Cáspio e Negro. De acordo com Blouet (1976), Mackinder indica uma maior compartimentação da área centro-oriental europeia, visto que, em sua visão, ao definir grupos nacionais independentes e periféricos, há uma menor possibilidade do poder russo se expandir em movimento centrífugo.

Figura 50. Mapa dos Estados-tampões propostos por Mackinder entre a Europa Oriental e o Cáucaso em 1919.



Fonte: Blouet (1976, p. 234).

Sloan (2013) diz que os Estados-tampões de Mackinder, situados entre os mares Negro, Cáspio e Báltico, são reflexos de uma proposta por estabilidade territorial entre a Europa e o *coração continental*. Como reforça Blouet (1976), a teoria de Mackinder compreende o interior da Eurásia como a área central de controle do poder terrestre. Para impedir o domínio do poder terrestre na região, a paz de Versalhes agiu para impedir o acesso alemão a área centro-oriental da Europa. Mediante o contexto russo no Cáucaso, Mackinder concebe o modelo dos Estados-tampões para amenizar as tensões da região, caracterizada pela luta de diversos grupos étnicos por reconhecimento e autonomia, do Báltico ao Cáspio. Para Mackinder, a Rússia bolchevique possuía meios para explorar os recursos geoestratégicos do *coração continental*. Para impedir esse cenário, Mackinder exhibe um esquema geopolítico que prevê a cooperação

entre as forças antibolcheviques, da Finlândia ao Cáucaso (BLOUET, 2014). Para isso, Mackinder defende a criação de bases britânicas no porto de Batumi, no mar Negro, e em Baku, no Cáspio, além do controle britânico de linhas férreas das cidades portuárias referidas. Para Kearns (2014), a teoria do *coração continental* compreende a Ásia Central e o Cáucaso como a sede natural de diversos recursos; trata-se de uma região de elevado *potencial* geoestratégico. Logo, Mackinder entende que as potências ocidentais devem atuar para isolar o poder bolchevique da porta do *coração continental*. Pelizza (2015) pontua que Mackinder prega a substituição da tradicional estrutura imperial do centro-leste europeu por uma constelação de países menores, apoiando os anseios nacionalistas do leste europeu para conter o expansionismo russo-alemão. Não só, Mackinder diz que o ocidente deve oferecer suporte para os países do cordão sanitário do leste europeu e no Cáucaso, para torná-los atores funcionais no sistema internacional, em contraponto ao poder russo-alemão.

Kearns (2014) indica que a missão de Mackinder no sul da Rússia atendeu os interesses particulares da política externa britânica, como a defesa da agenda anticomunista e o desejo de manter a Rússia afastada do Mediterrâneo e do oceano Índico, protegendo as fronteiras da Índia. Por fim, por meio da política de Lloyd e a reflexão geopolítica de Mackinder, Londres garantiu para si territórios do antigo império russo, sobretudo as regiões de potencial petrolífero, como o Cáucaso. Para O'Hara & Heffernan (2014), já na segunda década do século XX, os campos petrolíferos do Cáucaso se tornaram a maior fonte de exploração energética de toda a Europa Centro-Oriental. Após a derrocada czarista e a revolução bolchevique, os britânicos miraram não apenas impedir que seus inimigos tivessem acesso aos campos petrolíferos, mas também garantir acesso estratégico e controle de toda a cadeia produtiva da *commodity*. Para MacMillan (2004) e O'Hara (2004), a possibilidade de alemães e bolcheviques garantirem acesso as fontes de petróleo de Baku fez com que o ocidente intervisse militarmente na região, os afastando e bloqueando o acesso aos insumos produzidos ali. O'Hara et al. (2005) pontua que, já em 1900, Baku produziu praticamente a metade do petróleo negociado no mercado internacional. Ciente da potencialidade de Baku e a posse de outros recursos minerais e agrícolas situados na Ásia Central, como carvão e ouro, Mackinder (1911a) apontou para a região e sua elevada relevância estratégica, sobretudo por sua alta capacidade produtiva.

Por fim, apesar de Mackinder expressar a necessidade geopolítica de estabelecer uma zona de contenção do poder bolchevique na Europa Centro-Oriental, até mesmo em um discurso ao Parlamento em 1920, a classe política britânica compreendeu que a situação não

favorecia novas intervenções estrangeiras, dado o custo econômico e social gerado pela Grande Guerra. Apesar do cenário geopolítico ponderado por Mackinder, o Parlamento optou por não utilizar o esquema de Estados amortecedores, tendo em vista a atmosfera doméstica e sua indisposição para financiar intervenções militares no exterior (BLOUET, 1976; SLOAN, 2013). Em virtude do enfraquecimento de suas tropas, Denikin se retirou do Cáucaso em 1920 e, dada a influência britânica, mais favorável ao isolamento político dos bolcheviques no cenário internacional, os aliados europeus encerraram suas intervenções militares na região (MACMILLAN, 2004).

4.5 A recepção de Mackinder por Haushofer

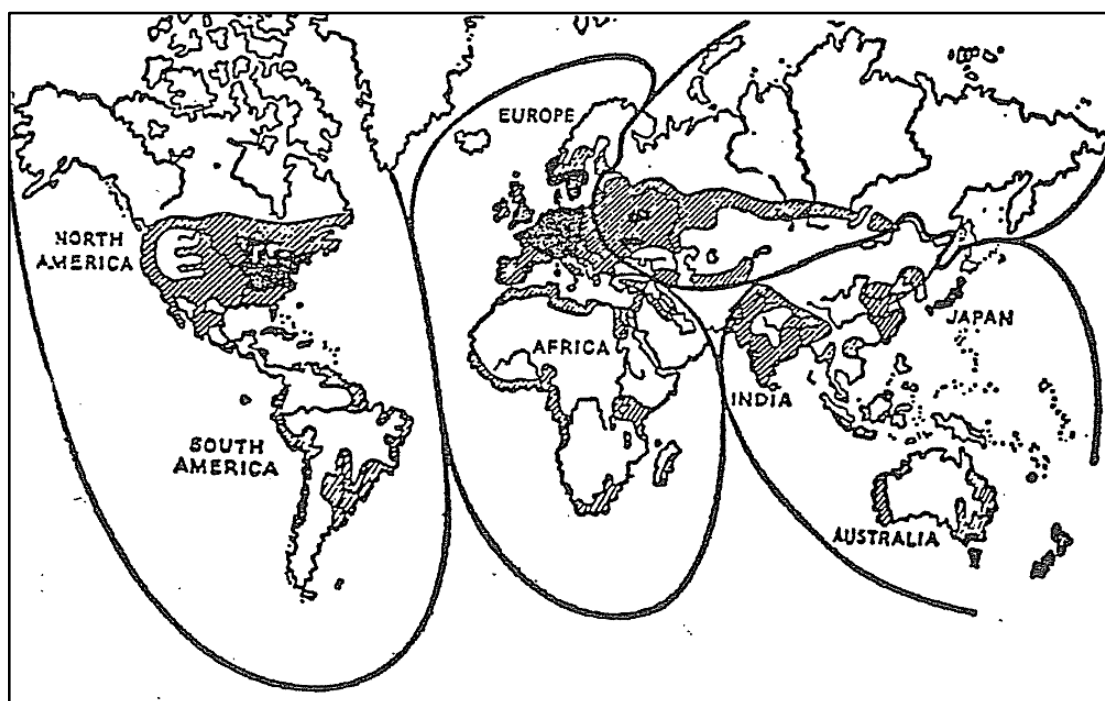
Costa (1992) pontua que, após a derrota alemã na Grande Guerra, a sua unidade imperial costurada por Bismarck foi desfeita. Com a queda do *Reich*, formou-se a República de Weimar, Estado que já nasceu atrelado aos custos da guerra e as perdas territoriais impostas pela paz de Versalhes. Dijkink (2005) mostra que, no viés territorial da virada de século, perdas de território eram comparadas como uma “mutilação” do corpo do Estado nação. Nessa linha, a força de um país era medida pela sua área e acesso às riquezas nela contidas. Para Jones (2014), a política interna de Weimar compreendeu a perda de territórios, em decorrência da Grande Guerra, como uma mutilação territorial exagerada, pela perda de colônias ultramarinas e parte de suas posses na Europa Centro-Oriental. Mackinder (1924) lembra que o país recuou tanto em suas fronteiras ocidentais quanto orientais, perdendo a Alsácia e Lorena e sua parte do território polonês. Para Mackinder, todavia, apesar da humilhação sofrida em Versalhes e o enfraquecimento territorial imposto ao país, a unidade alemã foi mantida. Wusten & Dijkink (2002) dizem que, em resposta ao recuo territorial alemão, se instaurou uma discussão sobre o futuro do país e a necessidade de reconstrução do seu poder econômico e militar.

Enfraquecida territorialmente, a República de Weimar influenciou o desenvolvimento de estratégias geopolíticas para fortalecer a nação alemã, sobretudo após a criação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Costa (1992) diz que esse ambiente favoreceu a disseminação do nacionalismo solidário ao império alemão forte de outrora. Além disso, havia a insatisfação dos prussianos, ao leste, que sofreram significativas alterações territoriais, bem como a formação do “corredor polonês”, que cortou a Prússia para garantir acesso ao Báltico aos aliados. Em suma, formou-se um sentimento anti-francês pela ocupação de um trecho do Reno e a retomada da Alsácia e Lorena. Nesse cenário, o general Karl Haushofer (1869 – 1946) apresentou uma concepção geopolítica com base nas teorias de Mackinder e Ratzel, priorizando a geografia política e a questão militar e a realidade alemã.

Retomando o conceito ratzeliano de *Lebensraum*, Haushofer funde-o a teoria malthusiana, que relaciona o crescimento demográfico e a produção de alimentos, justificando a criação de uma análise geopolítica de mundo fiada a distribuição dos espaços disponíveis na terra. Logo, a teoria de Haushofer reverbera a pretensão de uma participação da Alemanha na repartição dos territórios da Europa Centro-Oriental, visto que, para o general alemão, a geopolítica deve ser útil ao poder do Estado, organizando as bases de sua política externa.

Para Mello (1999), essa reflexão de Haushofer o aproxima de Mackinder, mesmo que a sua teoria possua outro olhar. Para Mackinder e sua visão de mundo britânica, era fundamental impedir que a hegemonia do poder marítimo fosse ameaçada pela emergência do poder terrestre sediado na Rússia e na Alemanha. Para Haushofer, contudo, dada a sua visão de mundo alemã, era vital consolidar uma aliança russo-alemã para pavimentar a restauração do poder territorial alemão na Europa. Salienta-se que Haushofer compreendeu a Rússia como uma aliada natural dos alemães, de modo que o território russo poderia ser o elo entre a Alemanha e a Ásia Indo-Pacífica. Desse modo, uma união russo-alemã seria fundamentada pela situação geográfica de ambos no interior do *coração continental*, poderes terrestres que se opunham ao poder marítimo britânico, mesmo diante das políticas distintas no cerne de cada Estado – o bolchevismo russo e o nazismo alemão. Para o general Haushofer, além da aliança russo-alemã, o Japão deveria se somar e compor um bloco transcontinental eurasiático. Em sua teoria, Haushofer divide o mundo em três unidades supercontinentais, chamadas pan-regiões: a *Euráfrica*, que engloba a Europa, África e o Oriente Médio, área de influência alemã; a *Pan-Ásia*, que abrange a China, o Sudeste Asiático e a Oceania, área de influência japonesa; e a *Pan-Rússia*, bloco terrestre composto pela Rússia, Irã e Índia, submetida ao domínio russo. Em oposição, havia uma quarta pan-região, a *Pan-América*, que envolve o continente americano sob o domínio dos Estados Unidos.

Figura 51. Mapa das pan-regiões, segundo Haushofer.



Fonte: Mello (1999, p. 81).

A pesquisa cita a teoria geopolítica de Haushofer para corroborar o impacto da teoria de Mackinder em Weimar, ainda que Mackinder não tenha refletido sua geopolítica por uma ótica alemã. Nota-se que a geopolítica produzida na Alemanha, em especial por Haushofer, absorve conceitos de Mackinder e Ratzel para sanar, de algum modo, a questão territorial imposta pela paz de Paris. Heffernan (2000) diz que, além de justificar a ação expansionista do imperialismo, as obras de Ratzel e Mackinder expõem uma postura ansiosa da Europa sobre o seu destino em um período de intensas transformações socio-territoriais. Para Agnew (2002), as concepções de Mackinder e Ratzel podem ser consideradas um guia para seus Estados lidarem com os desafios geopolíticos impostos ao *status quo*. Sobre Mackinder, percebe-se que o seu modelo geopolítico se norteia a partir do conflito secular entre os poderes terrestre e marítimo, oferecendo pistas para a Grã-Bretanha se manter soberana frente a ameaça do poder continental da Eurásia. Bem como diz Gray (2005), Mackinder tece a sua teoria em meio ao temor sobre a segurança e a prosperidade britânica no novo século. Na visão de Kearns (2014), já que Mackinder conceitua o poder terrestre como uma força expansionista por natureza, o autor torna-o diretamente oposto ao poder marítimo. Logo, a teoria de Mackinder nega a possibilidade de coexistência pacífica entre os poderes, pois, restava ao poder marítimo frear a expansão centrífuga do poder terrestre.

CAPÍTULO 5 – A CRISE DO SISTEMA BRITÂNICO E A ASCENSÃO GEOECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS

A teoria de Mackinder reflete a ascensão de um sistema político-fechado que permite a dominação mundial do poder terrestre através de vantagens proporcionadas pelo transporte em escala transcontinental (SLOAN, 2013; WU, 2018). Nesse ambiente, Estados competem entre si, objetivando controlar cada vez mais recursos e projetar maior força. *Pari passu* a introdução de novas tecnologias na infraestrutura de transporte, o surgimento de novas potências no palco internacional e a nova partilha de continentes para a exploração de recursos naturais e humanos, compôs-se uma noção geopolítica fundamentada no Estado, que, por sua vez, adquire poder e relevância dada a sua localização, extensão, posse de recursos e orientações estratégicas melhor definidas. Mackinder (1919; 1943) diz que, a partir desse sistema fechado, toda ação gera uma reação; nada é alterado sem se alterar tudo. Portanto, a geopolítica deve preparar o Estado para os desafios impostos pelo instável sistema internacional.

Para Agnew & Corbridge (2003), Mackinder entendia a economia britânica como uma unidade orgânica, enquanto percebe o papel do império para a manutenção da base econômica e militar que possibilita a sobrevivência nacional. Assim, na medida que as áreas territoriais da Eurásia e das Américas foram incorporadas a economia mundial, o controle de um território foi entendido como um requisito crucial para suscitar o desenvolvimento econômico. Na visão de Mackinder, a era colombiana, que tanto havia favorecido a economia britânica, era passado. A partir da adoção de novas tecnologias de transporte, a própria noção humana do espaço e tempo foi desafiada, pois criou-se, de fato, um efeito de mundo fechado, no qual os Estados notaram a necessidade de aumentar a sua produtividade contra a competição imposta por seus rivais. De acordo com Mackinder (1914), a noção de *espaço* foi aniquilada pela comunicação espontânea e a redução expressiva do tempo de deslocamento pelo mundo. Ashworth (2014) diz que, por meio do comércio, indústria e imperialismo, aspirações imperiais assumiram um caráter global, mais amplo. Para Knutsen (2014), esse cenário formou a ideia que a sociedade opera como um organismo complexo e dinâmico frente aos desafios impostos por um mundo cada vez “menor” e mais tensionado pela expansão terrestre na Eurásia.

Além do conceito do sistema político-fechado, a teoria de Mackinder aborda a questão econômica do final do século XIX, em razão do enfraquecimento da política de livre mercado britânica pelo fortalecimento de políticas protecionistas da economia dos Estados Unidos e da Alemanha (AGNEW & CORBRIDGE, 2003). Segundo Kennedy (1987), o relativo declínio da economia britânica fomentou o temor pelo futuro do poder do país, tendo em vista

a queda dos seus índices de produtividade e competitividade industrial. Para fins de comparação, em 1880, 22, 9% da produção industrial global foi de origem britânica, contra 13,6% em 1913, bem como a sua participação no comércio mundial caiu de 23,2% em 1880 para 14,1% em 1913. Naquele momento, a força de uma nação era mensurada pelo seu nível de produtividade industrial e as práticas científicas utilizadas em sua produção. Analisando os indicadores da produção de aço e ferro, fatores-chave na projeção de poder industrial e militar das potências no período, nota-se a ascensão da indústria alemã, até a Grande Guerra, e a expansão industrial e econômica dos norte-americanos.

Tabela 3. Produção de ferro e aço em toneladas das potências imperialistas entre 1890 e 1920.

	1890	1900	1910	1913	1920
Alemanha	4,1	6,3	13,6	17,6	7,6
EUA	9,3	10,3	26,5	31,8	42,3
França	1,9	1,5	3,4	4,6	2,7
Grã-Bretanha	8	5	6,5	7,7	9,2
Japão	0,02	-	0,16	0,25	0,84
Rússia	0,95	2,2	3,5	4,8	0,16

Fonte: Kennedy (1987, p. 200-1).

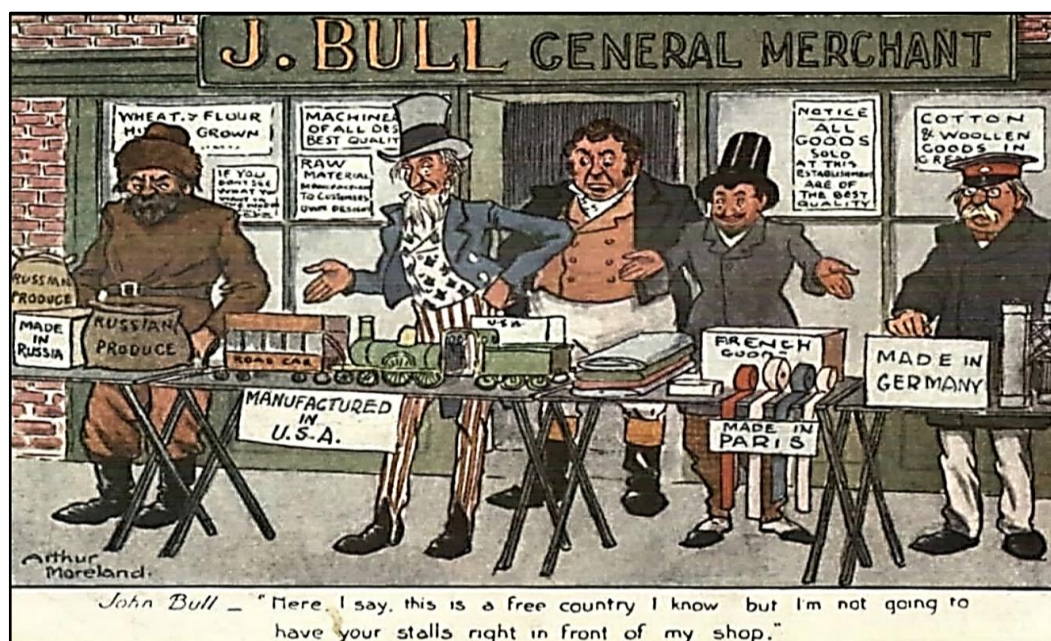
A industrialização das potências foi possibilitada pela utilização de fontes energéticas relativamente modernas, como o petróleo, gás natural e energia elétrica. Aron (2002) indica que Mackinder inspirou nessa perspectiva ao comparar uma nação a um empreendimento industrial, pois, para Mackinder, um país rico deve possuir altos índices produtivos e de trabalho. De certo modo, essa visão de Mackinder industrializa a natureza da sociedade. Nesse sentido, segundo Mackinder (1914), o Estado moderno possui um sistema complexo, em que o trabalho, sob as orientações da indústria, produz uma força mecânica capaz de transformar a superfície da Terra, ao ponto em que o poder mecânico e a capacidade de organização são os dois principais fatores do mundo contemporâneo. Taylor (1993) diz que, para manter o seu papel de líder hegemônico, a potência deve proteger e estimular as condições econômicas que fortalecem o seu poder, vide a imposição da política do livre mercado pela Grã-Bretanha ao longo do século XIX. Contudo, com o recrudescimento da disputa imperial, as potências optaram por blindar as suas indústrias nacionais da concorrência externa,

consolidando a aversão à prática do livre mercado britânico (AGNEW & CORBRIDGE, 2003; LESSA, 2008).

Para Black (2008), enquanto a economia da Grã-Bretanha se estruturou por sua indústria de base, do aço e do ferro, além do setor estaleiro, ferroviário e têxtil, países como a Alemanha e os Estados Unidos, que ascenderam no auge da Segunda Revolução Industrial, aproveitaram o crescimento da indústria química e dos derivados de petróleo, permitindo a adoção de novas tecnologias fabris e crescentes aportes de capital. Heffernan (2000) indica que o protecionismo econômico se aliou ao nacionalismo, criando projetos para a consolidação de grandes unidades geopolíticas com economias autônomas. Por exemplo, o cenário norte-americano foi utilizado como modelo a ser seguido, dada a sua força econômica estruturada pela sua riqueza natural, fonte de insumos, e o seu mercado interno em constante expansão. Para Knutsen (1992), a ideia de formar “mercados protegidos” compôs parte dos objetivos das potências, pois, com a posse de colônias e a industrialização interna da metrópole, seria cristalizada uma unidade comercial autárquica, protegida da concorrência externa por meio de tarifas protecionistas.

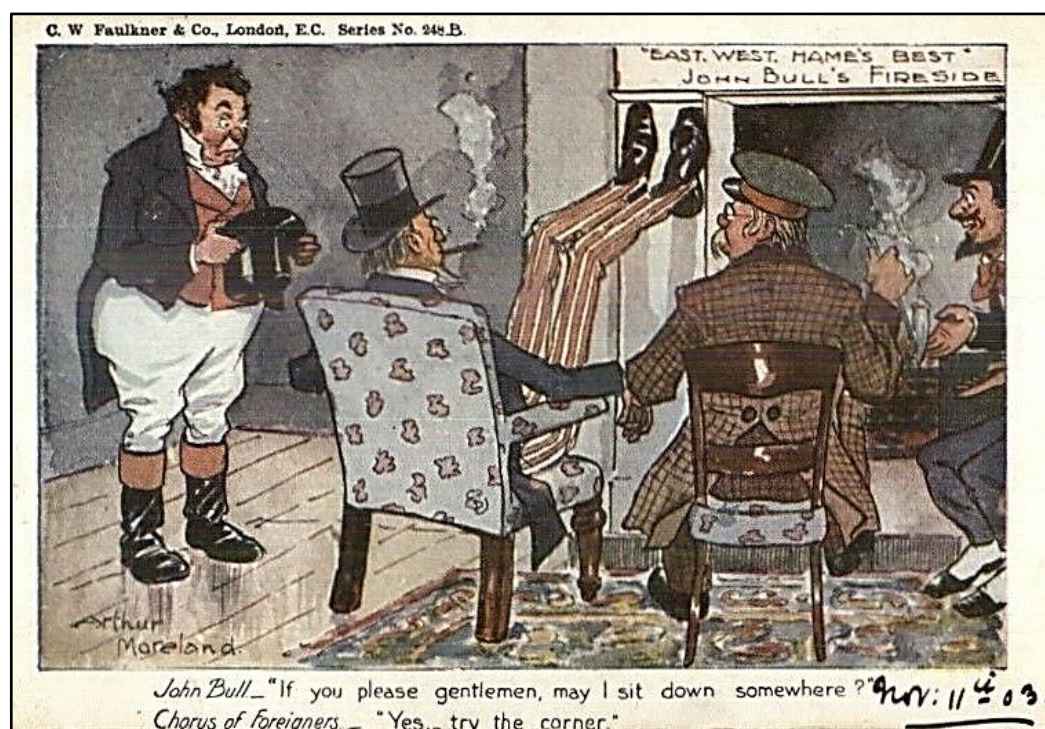
No século XIX, Londres defendeu a política do livre mercado para enfraquecer o ímpeto imperial de seus concorrentes, contendo-os econômica e territorialmente. Ao expandir a prática do livre mercado e a sua pauta industrializante para todo o mundo, a Grã-Bretanha consolidou uma posição de consenso no cenário internacional, prometendo décadas de paz e prosperidade. Contudo, para Mackinder (1919), a realidade apresentada pelo século XX confirmou que outras potências podem acumular poder financeiro, industrial e militar para se impor e projetar força. Após a Grande Guerra, o centro econômico do mundo se deslocou de Londres para Washington, pois, como sequela da guerra, o mercado norte-americano participou de 37% das exportações internacionais, contra 33% do mercado britânicos e 14% do francês (CERVO, 2008). Nota-se, portanto, uma inversão do poder econômico das potências, sobretudo o declínio britânico, como os cartuns abaixo ilustram. No primeiro, John Bull se espanta com a competição comercial de produtos de origem alemã, francesa, norte-americana e russa. No segundo, enquanto Tio Sam, expoente do poder norte-americano, e outros estrangeiros estão sentados ao lado de uma lareira, John Bull está em pé, questionando se poderia sentar-se.

Figura 52. Sátira sobre John Bull e a concorrência econômica na Europa.



Fonte: Arthur Moreland (1903)³⁹.

Figura 53. Sátira sobre o declínio do poder britânico.



Fonte: Arthur Moreland (1903)⁴⁰.

³⁹ Disponível em <gettyimages.co.nz/detail/News-photo/satirical-print-by-arthur-moreland-commenting-on-the-news-photo/526922158> Acesso em julho de 2022.

⁴⁰ Disponível em <<https://www.alamy.com/stock-photo-picture-postcard-john-bulls-fireside-by-arthur-moreland-postally-used-24408946.html>> Acesso em janeiro de 2023.

Percebe-se que, *pari passu* ao receio britânico sobre a expansão do poder terrestre e a nova configuração geopolítica mundial após a Grande Guerra, houve o deslocamento do centro do sistema-mundo, da Europa para a América. Wallerstein (1984; 2000) indica que a economia-mundo se formou a partir do século XVI, enquanto um sistema histórico que possui ciclos de vida determinados. Para Taylor (1991; 1993), o sistema-mundo moderno é capitalista, visto que garante a acumulação de capital pela concorrência constante entre Estados por acesso ao capital. Segundo Acco (2018), a economia-mundo refletida por Wallerstein surge com pela criação de fluxos de capital e trabalho e a transição do mercado de bens de luxo para produtos essenciais, permitindo a contínua reprodução do sistema-mundo. Nesse sentido, o sistema-mundo moderno se constrói por uma economia-mundo em expansão; soma-se a isso a estrutura política de atores nacionais soberanos que competem no sistema interestatal. Porém, com a constante acumulação de capital e as crises interestatais, o sistema-mundo se modifica. Como pontua Mariutti (2004), os Estados atuam no cerne do sistema-mundo para modelar o sistema em seu proveito. Portanto, a partir do declínio do poder britânico, outro poder ascendeu para exercer influência no plano internacional, os Estados Unidos da América.

Costa (1992) pondera sobre o projeto de poder norte-americano, projeto caracterizado pelo anseio de projetar poder pela adoção de políticas expansionistas. Em 1867, o país adquiriu dos russos o território do Alasca; em 1877, foi estabelecida uma base naval no Havaí, anexando o território em 1898, mesmo ano da guerra contra a Espanha pelo controle de Cuba, impondo a ilha a condição de protetorado, além de tomar dos espanhóis os arquipélagos de Porto Rico, as Filipinas e Guam. Destaca-se que, após garantir a sua independência contra a Grã-Bretanha em 1776, o poder de Washington organizou a expansão do seu território continental, da costa leste, banhada pelo Atlântico, para a costa oeste, banhada pelo Pacífico. Hopkins (2016) diz que, sob a liderança do presidente republicano William McKinley (1843 – 1901), o país buscou gerenciar seus conflitos internos e consolidar o processo de independência pela bandeira do nacionalismo.

Nesse contexto, vale a pena discorrer sobre o Destino Manifesto norte-americano. Para Lessa (2008), a política externa dos Estados Unidos agiu para expandir o seu território, seja por uma motivação diplomática ou belicosa, mas que atendesse às estratégias territoriais da nação. Morgenthau (2003) argumenta que a doutrina do Destino Manifesto justificou a necessidade de expansão territorial em larga escala, em nome da liberdade, civilização e democracia. Segundo Cervo (2008), a nação norte-americana já nasceu expansionista, interessando-se por territórios próximos do Pacífico e da Ásia. Em meio século, os Estados

Unidos assumiram o controle dos Estados da Flórida e Texas, do mesmo modo em que impôs um golpe territorial imenso ao seu vizinho meridional, absorvendo domínios ao norte do rio Grande, como a Califórnia, Arizona, Nevada, Novo México e Utah⁴¹. Avançando sobre o golfo do México, a costa oeste e a América Central, os Estados Unidos utilizaram a doutrina do Destino Manifesto como verniz moral para justificar o atrito gerado pelo alargamento de suas fronteiras nacionais, sobretudo o genocídio de populações indígenas. Salienta-se que a política externa dos EUA foi adaptada à necessidade de modernização interna, organizando a estratégia de expansão das fronteiras nacionais, aliando o expansionismo territorial ao ímpeto industrialista da época.

Figura 54. “*American Progress*”.



Fonte: John Gast (1872)⁴².

Concebida pelo presidente Jason Monroe (1758 – 1831), a doutrina Monroe representa outro importante aspecto da política externa norte-americana, compreendida como

⁴¹ Assinado em 1848, o Tratado de Guadalupe-Hidalgo impôs a paz entre os Estados Unidos e México, em razão do fim da Guerra Mexicano-Americana (1846 – 1848). O tratado definiu a absorção de territórios ao norte do Rio Grande pelos Estados Unidos (CERVO, 2008).

⁴² Disponível em <<https://www.americanyawp.com/reader/manifest-destiny-2/>> Acesso em janeiro de 2023.

mecanismo de defesa do país frente o imperialismo europeu na América (MACKINDER, 1911a). Segundo D'Agostino (2012) e Harvey (2014) dizem que, através da doutrina Monroe, os Estados Unidos garantiram que o espaço americano ficasse livre da influência europeia. De qualquer maneira, a doutrina Monroe replicou o modelo europeu ao estabelecer uma esfera de influência própria, legitimando a projeção do seu poder externo. Döpcke (2008) pontua que a doutrina Monroe se tornou uma ferramenta da política externa norte-americana contra a concorrência das potências europeias, oferecendo suporte militar e econômico na América. Para Bönker (2012), a doutrina Monroe reforçou a visão dos Estados Unidos em prol de construir um legítimo poder político-militar no Ocidente.

A pesquisa defende que, além da ascensão econômica e territorial dos Estados Unidos, a própria participação do país em Versalhes, após a Grande Guerra, refletiu o seu novo *status*, destacadamente mais envolvido na geopolítica e diplomacia internacional. De acordo com Best et al. (2015), o presidente Woodrow Wilson se apresentou na França como representante de um poder associado, não necessariamente um aliado da *Entente*, defendendo a paz liberal regulada pela segurança coletiva e a autodeterminação dos povos. Cervo (2008) diz que a diplomacia de Wilson visou inaugurar uma era no plano internacional, suplantando o modelo de equilíbrio de poder entre as potências por uma maior atuação do debate público nas relações exteriores. Para Harvey (2014), esse quadro apresentado por Wilson mostra a tentativa norte-americana, apesar de velada, de se impor enquanto potência, conquistando territórios sob a ideologia da liberdade universal. Segundo Kearns (2003), Wilson argumentou que países de cultura e estrutura interna coesa podem se defender com forças próprias, atuando como Estados autônomos de fato. Uma vez independentes, esses Estados poderiam adotar práticas e absorver ideias análogas ao padrão norte-americano. Para Smith (2014), a política wilsoniana promoveu os Estados Unidos como um exemplo universal, inspirando o mundo do pós Grande Guerra. Wallerstein (1992) diz que a diplomacia wilsoniana se baseia em ideais liberais e universalistas, pois compreende que os seus preceitos se aplicam de forma idêntica em qualquer lugar; assim, se transporta o princípio da autodeterminação individual ao nível dos Estados no sistema internacional. Portanto, Wilson aborda o conceito da autodeterminação com base no esfacelamento territorial da Europa Centro-Oriental, uma região periférica aos grandes centros de poder ocidental, como Londres e Paris.

Figura 55. Representação gráfica do Tio Sam e John Bull “guiando” o mundo.



Fonte: Visualizing Cultures (1898)⁴³.

Na esteira das discussões do pós-guerra, Wilson se posicionou como fiador da Liga das Nações, órgão internacional concebido pela diplomacia presente na paz de Versalhes em 1919. Kearns (20013) indica que a Liga das Nações teve, na visão de Wilson, a função de

⁴³ Disponível em <https://visualizingcultures.mit.edu/civilization_and_barbarism/cb_gallery.html> Acesso em julho de 2022.

reconhecer a solicitação de povos que desejavam formar Estados-Nação de direito, estimulando acordos de nível multilateral entre os membros da Liga. Segundo Ashworth (2010), a partir da desordem provocada pela Grande Guerra, formou-se um ambiente propício para a correção da ordem no plano internacional. Para Wilson, George Lloyd e mesmo Mackinder, a Liga assumiu o papel de reorganizar o mundo. Mamadouh (2005) alega que, mediante a revolução russa e o ingresso definitivo dos Estados Unidos na mesa das potências, o mapa da ordem geopolítica mundial foi transformado. De acordo com D'Agostino (2012), o sistema de segurança coletivo organizado pela Liga almejou substituir a lente europeia, considerada conservadora por Wilson, pela visão norte-americana, instituindo a definição legal de agressão por meio dos seus membros. Percebe-se, portanto, a alteração da noção de agressão e posterior compensação territorial, consagrada pelo Concerto Europeu e a *Realpolitik* de Bismarck. Para Mackinder (1919), a luz da destruição provocada pela Grande Guerra, era essencial construir uma ferramenta capaz de sanar, se não atenuar, as crises internacionais, evitando guerras futuras. Todavia, na visão de Mackinder, para que a Liga das Nações se tornasse de fato um instrumento viável, era necessário reconhecer as *realidades geográficas*.

Para Black (2016), ao não considerar as *realidades geográficas* e suas tensões, as ideias liberais de Wilson eram ingênuas. Segundo Heffernan (2000) e Painter (2008), em oposição ao idealismo de Wilson, Mackinder concebe uma obra marcada pela visão realista⁴⁴ da geopolítica. Segundo Ashworth (2010), embora tenha se oposto ao idealismo wilsoniano, Mackinder agiu em defesa da Liga das Nações, pois Mackinder apoiou a formação de um sistema interacional em torno da Liga, uma Liga de Estados, para oferecer segurança conjunta e maior conciliação entre os seus pares. Desse modo, Mackinder crê no papel da Liga enquanto fonte de estabilidade no plano internacional. No olhar de Mackinder, a Liga poderia atuar para amenizar a lógica da competição estatal, tecnológica e localizacional que favorece o poder terrestre na Eurásia. Logo, Mackinder postulou que a diplomacia de Versalhes observasse as realidades do poder terrestre, sobretudo a questão territorial da Europa Centro-Oriental, região que impôs maiores desafios à Liga. Vale recordar que, para Mackinder, não bastava apenas estabelecer o corredor de Estados-tampões entre as fronteiras da Alemanha e Rússia; era vital

⁴⁴ Segundo Morgenthau (2003), o realismo nas relações internacionais (RI) acredita que a sociedade é guiada por leis objetivas. Pelo realismo político, a política externa é baseada pela razão, visto que uma política externa racional minimiza riscos e maximiza vantagens. Para Wu (2018), as teorias realistas das RI supõem a anarquia do sistema internacional, que, por sua vez, implica em caos ou desordem; para os realistas, o conflito entre os Estados compõe um jogo de soma zero. A geopolítica clássica, refletida por Mackinder, Ratzel e Mahan, assume que as relações internacionais estão situadas em um cenário de guerra como um todo. Painter (2008) diz que o idealismo reconhece a possibilidade de uma ordem internacional fundamentada por princípios universais. Na teoria idealista, há uma visão relativamente otimista da natureza humana, em oposição à natureza hobbesiana dos realistas.

que a Liga atuasse na região, dando suporte político e militar para os países recém-formados, diluindo tensões internas e o seu grau de vulnerabilidade frente ao poder russo e alemão.

Sobre as *realidades geográficas* citadas por Mackinder, Knutsen (2014) pontua que se trata da relação entre Estados territoriais que possuem amplos recursos naturais e humanos. De acordo com Mackinder (1919), é papel da civilização dominar a natureza e controlar os ímpetos da própria sociedade, mantendo a humanidade protegida. Após a Segunda Revolução Industrial e a intensa luta por poder entre as potências, foram promovidos projetos imperiais com agendas próprias, visando ampliar a coesão interna de territórios, ampliar o acúmulo e a exportação de capitais para mercados estrangeiros. Em resultado, surgiram atritos pela partilha territorial do mundo entre as potências e seus monopólios do capital financeiro (HARVEY, 2004; LÊNIN, 2008 [1917]). Sloan (2020) diz que a teoria de Mackinder insiste que os Estados devem criar normas e regras que respeitem as *realidades geográficas* existentes, criando bases estratégicas concretas. Para Mackinder (1924), de certa maneira, a falta de realismo político na proposta da Liga de Wilson resultou na recusa do Senado norte-americano em confirmar a participação do país como membro da Liga. Kennedy (1976b) e Smith (2014) expõem que o projeto de Wilson se estruturou em uma bússola moral e idealista. Contudo, na visão de Mackinder (1904; 1919), não há lugar para moralismos e idealismos, pois a geopolítica demanda uma visão realista. Com base na teoria de Mackinder, percebe-se que o autor não acredita em igualdade na relação entre as nações, visto que, por uma *realidade geográfica*, há disparidade na oferta de espaço e recurso entre os Estados. Portanto, segundo Mackinder, o idealismo deve ser temperado com o realismo geopolítico, sobretudo pela formação do sistema político-fechado na virada do novo século.

Para Mackinder (1919), o realismo na geopolítica deve se unir aos valores democráticos, pois, após as transformações socio-territoriais ocorridas na Europa, como a unificação territorial da Alemanha e a Revolução Francesa, os ideais de liberdade e igualdade foram alterados, bem como os ideais nacionalistas, através da organização de líderes como Napoleão e Bismarck. De acordo com Costa (1992), Mackinder entende que somente as nações livres, caracterizadas por seus valores democráticos, são capazes de enfrentar o pragmatismo político alemão e os valores soviéticos na Eurásia. Bem como Ashworth (2010; 2013; 2014) mostra, Mackinder indica em sua reflexão geopolítica dois tipos ideais no palco da política: o *organizer* e o *idealist*, expressos aqui como organizador e idealista, respectivamente. Em relação ao organizador, Mackinder diz que trata-se de um especialista, um profissional de um campo específico; no campo político, o organizador é realista, pois age em defesa do Estado,

organizado seus recursos eficientemente, definindo estratégias para promover o seu desenvolvimento. O tipo organizador de Mackinder entende as *realidades geográficas*, sendo que, pela geografia e cartografia, conhece o valor do conhecimento. Para Mackinder, os políticos da elite alemã ilustram bem o tipo organizador, já que a Alemanha educa sujeitos treinados para atingir objetivos específicos, por meio do ensino técnico e estratégico. Porém, o organizador é incapaz de encontrar soluções para além da força militar.

Por sua vez, o tipo idealista de Mackinder é um pensador que preza pela autorrealização humana, imaginando um mundo diferente. Para Mackinder, os idealistas impedem a estagnação da civilização e dão cabo ao progresso. Segundo Mackinder, os idealistas são encontrados nas democracias do *crescente interno*, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, regiões marcadas pela educação liberal. Logo, o idealista reflete a partir de princípios, não em termos estratégicos. Isto posto, no campo da estratégia, o idealista possui desvantagem em relação ao organizador, ainda que seja mais inventivo e compreensivo. Para Costa (1992), Mackinder entende Bismarck como produto do materialismo cultural alemão, sendo o maior representante dos organizadores. No caso alemão, Mackinder nota a ação histórica do Estado em defesa da cultura materialista, a *Kultur*, que, ligada as questões nacionais e, somada ao serviço militar universal, compõem os pilares da cultura nacional alemã. Mackinder diz que, através da *Kultur*, é possível formar uma mentalidade estratégica nos indivíduos, sobretudo pela educação e o ensino de geografia. Tendo em vista o exemplo alemão, Mackinder advoga pelo ensino de geografia imperial em território britânico, dando ênfase na finalidade prática da geografia para a defesa da nação. Hugill (2005) diz que a sociedade guiada pelo organizador define o indivíduo como razão para a existência do Estado. Pelizza (2015) diz que o Estado liderado pelo tipo organizador pode sacrificar alguns aspectos de sua liberdade em prol de obter maior poder, tornando-o um possível poder militar e autárquico, desafiando o sistema conduzido por idealistas democráticos. Segundo Mackinder (1919), o organizador se distingue por ser hábil em sua capacidade de visualização, para fins estratégicos, embora possa ser “desumano”, pois se afasta da subjetividade pessoal ao enfrentar questões mais amplas; para o organizador, o indivíduo é um instrumento de uso do Estado.

Mediante a reflexão sobre os tipos ideais da política, Mackinder discorre que a qualidade de vida é melhor nas democracias idealistas. Contudo, em um cenário de conflito internacional, o líder idealista não é capaz de organizar suas forças contra o poder de organização de potências autocráticas. Portanto, a concepção geopolítica de Mackinder sugere que as potências liberais precisam atuar sob um viés mais realista, utilizando elementos da

cultura do organizador. Para Ashworth (2010; 2013; 2014), Mackinder compreende que sociedades democráticas idealistas impõem pouco risco à ordem global, resultando em uma visão relativamente positiva sobre o papel dos Estados Unidos da América no plano internacional. Em linhas gerais, a teoria refletida por Mackinder expressa o temor britânico em relação ao poder terrestre eurasiático, pois, guiado por organizadores, essa força terrestre pode encerrar a estabilidade necessária ao funcionamento do sistema internacional, segundo o ponto de vista das potências ocidentais. Percebe-se que, na concepção geopolítica de Mackinder, o autor acredita na capacidade de cooperação entre a visão estratégica do organizador e a ética humana do idealista, para que, em conjunto, o estrategista possa compreender as *realidades geográficas*, habilitando-o a resolver os desafios impostos no sistema político-fechado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas observações realizadas nesta pesquisa, podemos dizer que a concepção geopolítica de Halford Mackinder estava organizada em torno de um sistema político-fechado, caracterizado pela interconexão econômica e militar na superfície do globo. Para Sloan (2013), Mackinder compreendeu o impacto estratégico do desenvolvimento dos meios de transporte e da indústria armamentista, haja vista a ampliação do poder geoeconômico e militar de potências imperialistas europeias continentais, cujo exemplo eram o império alemão e russo. O nicho da teoria geopolítica de Mackinder foi o acirramento da disputa imperialista, além das revoluções nos sistemas de comunicação e transporte e a cristalização do sistema político-fechado (WU, 2018). No cerne desse sistema, Mackinder apontou para o fortalecimento da luta por eficiência nacional entre as potências, transformando a geografia em instrumento de uso do imperialismo (Ó TUATHAIL, 2005). Nesse cenário, Sloan (2020) diz que a eficiência nacional dos Estados sobre a sua força econômica e militar se tornou pré-requisito para o exercício ativo de poder na escala global. Portanto, pode-se dizer que, pela agenda particular defendida por cada potência, instruídas a proteger e ampliar seus poderes no plano internacional, foi suscitada uma percepção de insegurança entre elas.

Kearns (2006; 2009; 2013) diz que o conceito de sistema político-fechado concebido na teoria de Mackinder reforça que estratégias outrora nacionais se tornaram globais, restando as potências se adequarem a esse cenário. Nele, estratégias geopolíticas necessitam considerar todo o planeta, tendo em vista a ausência de novos territórios para conquistar, marcando o fim da era colombiana. Para Mackinder, o mundo é composto por territórios distintos entre si. Pela composição entre diferentes culturas e povos, o desenvolvimento de uma civilização ameaça a existência de outra. Nessa visão, não há espaço para a convivência pacífica entre as diferentes civilizações históricas, sobretudo os povos continentais e marítimos. Ó Tuathail (1992) diz que, no momento em que Mackinder refletiu sobre a formação do sistema político-fechado, ocorreu a abertura comercial da China, a emergência do Japão no Pacífico e a ascensão do poder militar e industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, transformando o mundo pela ampla circulação de indivíduos, bens e capital, alterando a disposição do espaço-tempo com a difusão de novas tecnologias e padrões de comércio. De acordo com a teoria de Mackinder, com a introdução de inovações tecnológicas, as estratégias da política externa das potências foram modificadas, pois o poder terrestre se beneficiou da expansão das ferrovias transcontinentais e das modernizações oriundas da Segunda Revolução Industrial.

A concepção de Mackinder se fundamenta pela visão histórica da luta por poder entre os poderes marítimo e terrestre, desde a antiguidade, da Grécia contra Creta, até a Grã-Bretanha contra as forças continentais da Eurásia. No período medieval, a era pré-colombiana, formou-se um sistema político-fechado, marcado pela supremacia do poder terrestre e as suas cavalarias e incursões no interior da Eurásia. Na era colombiana, o poder migrou em direção aos mares e oceanos, possibilitando a formação dos primeiros impérios hegemônicos. Contudo, na era pós-colombiana, não havia novas áreas para conquistar; com isso, a geopolítica clássica, ilustrada pela obra de Mackinder, Mahan e Ratzel, trabalhou com a questão do controle e ocupação física dos territórios já ocupados (MELLO, 1999). Nesse sentido, a competitividade imperial deriva da procura por segurança econômica e militar das potências (WILLIAMSON, 2009). Em relação ao avanço do poder terrestre pela expansão de ferrovias transcontinentais, é válido destacar que a relevância das ferrovias na teoria de Mackinder não deriva só pela questão do deslocamento, mas também por representar um considerável lócus de acumulação de capital, tendo em vista o esforço do Estado para construí-las, vide a ferrovia Transiberiana no governo do czar Alexandre III e do Ministro Sergei Witte (Ó TUATHAIL, 1992).

No começo do século, Mackinder (1904) entende que a Rússia ocupa o lugar chave na unidade geoestratégica da *área pivô*. Considerada a sede do poder terrestre, a *área pivô* possui uma grande extensão territorial, acumulando recursos naturais e humanos, elementos vitais para a construção de uma força imperial. Porém, nota-se na teoria de Mackinder que a Rússia exibe um poder *potencial*, em razão do relativo atraso do processo de industrialização do país. Apesar da sua potencialidade, o poder terrestre russo não superou o desafio imposto pelo poder japonês no Pacífico, restando-lhe se unir ao poder anglo-francês e formar a Tríplice Entente. Destaca-se que essa inflexão, marcada pela aproximação de rivais europeus históricos, ocorreu mediante a ascensão imperial da Alemanha, um Estado unificado tardiamente, embora constituído sob a Segunda Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico e científico no interior das suas fronteiras. Sob a influência da *Weltpolitik*, a Alemanha utilizou o seu desenvolvimento militar e industrial para desafiar o grupo das potências, lançando-se a corrida por territórios e criando o seu poder naval, segundo a orientação do almirante Tirpitz e a teoria geopolítica de Mahan. No entanto, após a eclosão da Grande Guerra e os desdobramentos do conflito, coube a paz de Paris estabelecer as bases da reconstrução europeia.

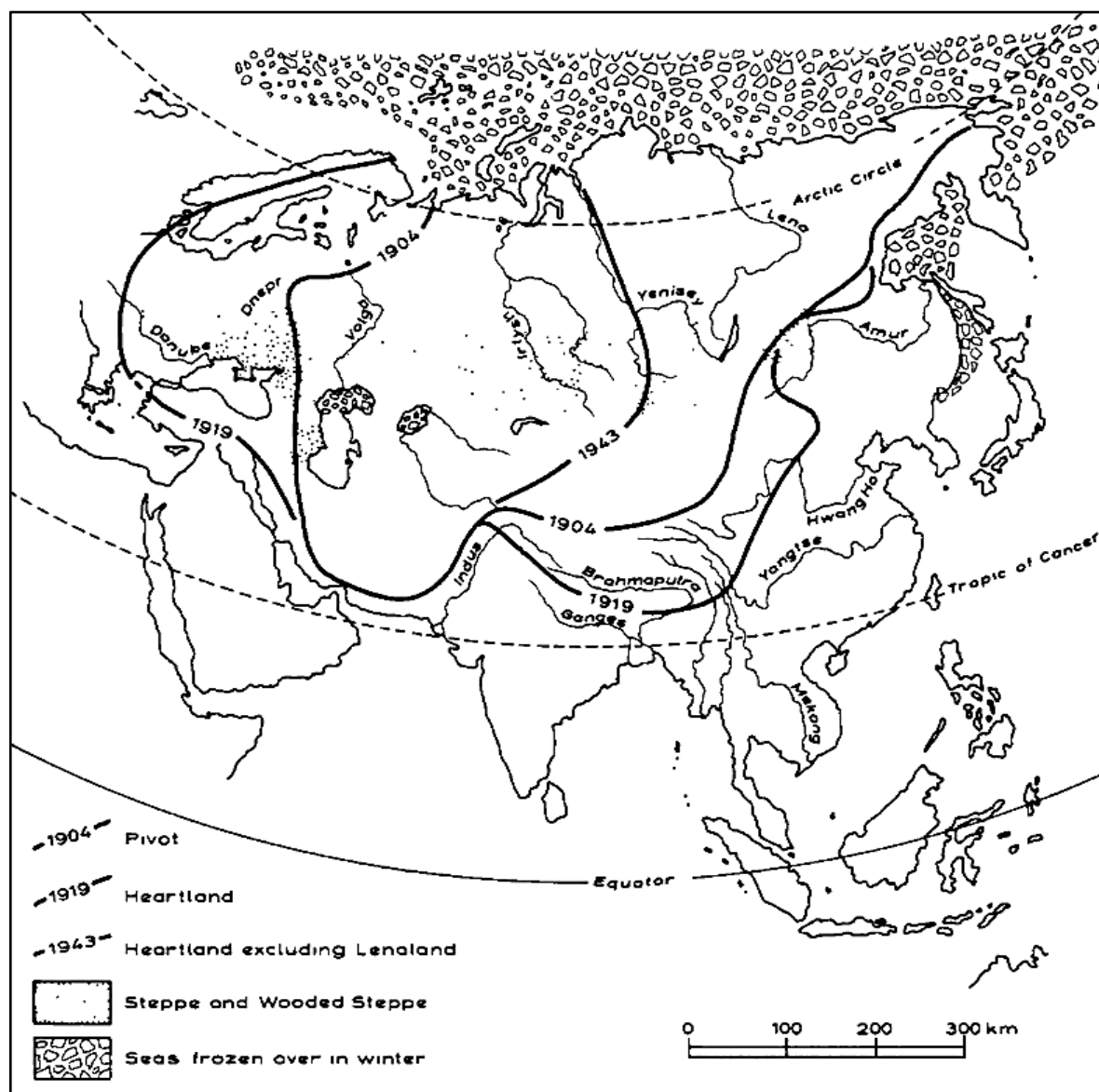
Conforme Mackinder (1919) aponta, do ponto de vista realista na geopolítica, a paz é mantida somente pela compreensão das *realidades geográficas*. Desse modo, a geopolítica deve considerar a unidade do *coração continental*, região do poder geoestratégico terrestre que

reúne territórios da Europa Centro-Oriental ao extremo oriente. Em sua obra, Mackinder argumenta que, pela organização interna do território alemão, o país poderia expandir suas fronteiras pelo *coração continental*, absorvendo territórios da Europa Centro-Oriental e a Ásia Central. Costa (1992) diz que Mackinder pensa sobre a eficácia nacional e indica a disputa entre a *Kultur* alemã e os valores democráticos britânicos, visto que a sociedade alemã foi construída por pretensões estratégicas e militares, sobretudo o sangue e ferro do organizador Bismarck. Para Mackinder (1914), pela *Kultur*, os alemães reconhecem as *realidades geográficas*. A partir da compreensão das *realidades geográficas*, a política alemã pode refletir e estruturar o território segundo suas necessidades. Daí procede à preocupação de Mackinder sobre a educação geográfica britânica e a obrigação de formar uma visão geográfica escalar nos cidadãos do império, em via de tornar mais eficaz o modo de pensar da sociedade democrática.

Com base na obra produzida por Mackinder, argumenta-se que sua teoria reverbera uma visão realista da geopolítica. De acordo com Jones (2004) e Megoran & Dalby (2018), essa leitura realista de Mackinder se baseia na ideia de que os Estados são atores soberanos no palco das relações internacionais. Competindo, os Estados defendem os seus interesses particulares, como a segurança nacional contra hostilidades externas. Daí deriva a necessidade de controlar extensos recursos e territórios. Para Grã-Bretanha, e o próprio Mackinder, a paz, mantida pelo uso da força, significava a manutenção do seu *status* de grande potência contra os seus rivais continentais. Nessa linha, Mackinder produz a sua teoria ao compreender que o poder resulta da posse de territórios e recursos, tornando esses elementos uma condição determinante para o exercício do poder. Em sua geopolítica, a luta entre os poderes terrestre e marítimo é dominante se impõe sobre qualquer outro tema (WU, 2018).

Por fim, uma vez que a pesquisa propôs analisar a evolução do modelo geoestratégico presente na teoria de Mackinder (1904, 1919), é válido discorrer sobre a reflexão realizada pelo autor já no contexto da Segunda Guerra Mundial. Segundo Mackinder (1943), a teoria do poder terrestre manteve a sua relevância mesmo após os eventos históricos da Segunda Guerra, visto que o *coração continental* continuou sendo a grande fortaleza natural da Terra. Para Mackinder, o modelo do *coração continental* não admite uma definição precisa no mapa, pois se baseia em três aspectos distintos da geografia física que, embora se reforcem, não são coincidentes. Nessa região, localiza-se a maior planície do mundo; ali, correm grandes rios navegáveis, alguns com drenagem orientada para o norte, em direção ao Ártico, outros correm para o interior, para mares fechados; há também uma zona de pastagem, área ideal para o avanço da mobilidade terrestre.

Figura 56. Representação geográfica da evolução do *coração continental* de Mackinder.

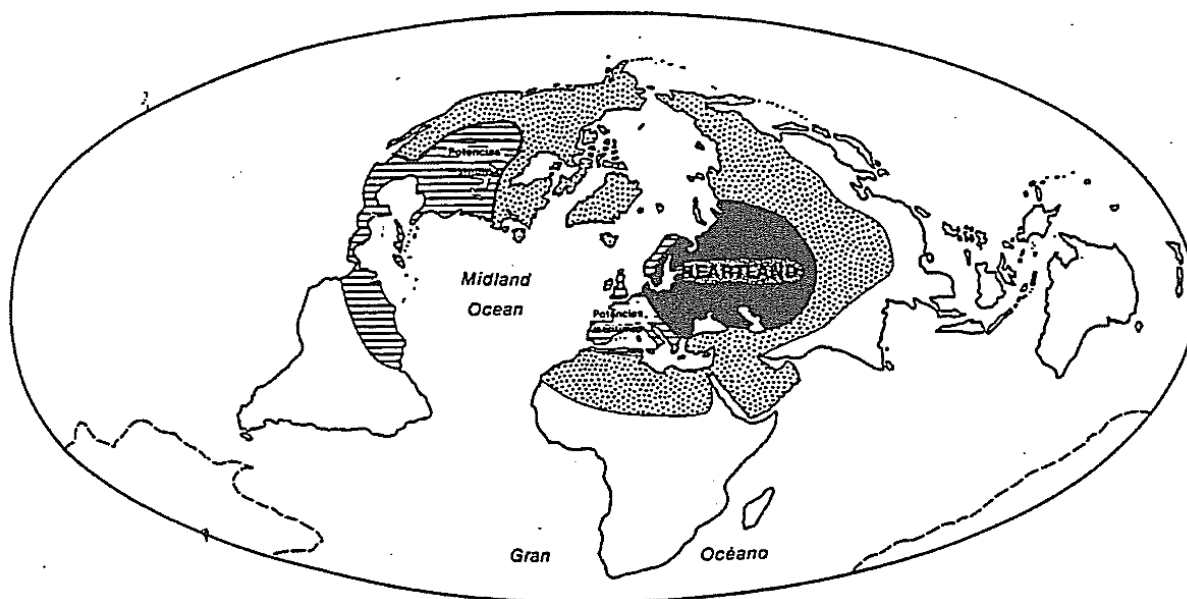


Fonte: Parker (1985, p. 123).

Mello (1999) indica que, se comparado às versões anteriores, o modelo apresentado em 1943 apresentou o *coração continental* com sua área reduzida, a leste, pois Mackinder excluiu toda a região da Sibéria situada a leste do rio Ienissei, área nomeada pelo autor de Lenalândia. Contudo, frisa-se que a redução espacial do coração continental não alterou a sua natureza, visto que se trata de uma ideia estratégica, ainda marcada pela amplitude continental, topografia plana e o isolamento marítimo. Não só, Mackinder introduziu o conceito geoestratégico do *Midland Ocean*, aqui traduzido como *Oceano Central*. A unidade do *Oceano Central* continha as águas do Atlântico Norte e seus mares subsidiários, Caribe, Báltico e Mediterrâneo, áreas insulares, como a Grã-Bretanha, Islândia e Groelândia, as regiões

marginais da Europa Ocidental e o leste da América do Norte. Nota-se que o *Oceano Central* surge em oposição direta ao domínio do poder terrestre na Eurásia. Entre essas duas unidades geoestratégicas, Mackinder (1943) indicou a presença de um cinturão de areia e gelo, pois cruzava áreas desérticas, como o Saara, regiões montanhosas, como o Tibete e a Mongólia, até chegar as áreas polares da Lenalândia siberiana. Esse cinturão transcontinental isolava o hemisfério norte, isolando-o do hemisfério sul.

Figura 57. Mapa do *coração continental* e o *Oceano Central*, segundo Mackinder.



Fonte: Mello (1999, p. 67).

Em suma, Mackinder apontou para a relação próxima entre a ocupação do território e o ganho de poder político-econômico que deriva dessa interação. Segundo Black (2016), na ótica de Mackinder, as potências disputam o jogo por poder em um tabuleiro global, em que há um grande oceano e as disposições continentais possibilitam oportunidades aos jogadores. Nota-se que Mahan, Ratzel, Kjellén e Mackinder expressam em suas teorias o tensionamento provocado pela agenda imperialista e a competição econômica e militar no plano internacional. Logo, as teorias produzidas pela geopolítica clássica reverberam o ponto central de sua época: adquirir territórios em um espaço que não possui áreas abertas para expansão. Mello (1999, p. 74) indica que a geopolítica lida com as “relações e mútuas interações entre o Estado e a sua geografia. Esta disciplina possui um acervo de conhecimento teóricos e empíricos que pode ser utilizado no planejamento da política de segurança de um país no tocante a seus fatores geográficos”.

Em síntese, é válido destacar a presença da geografia na obra de Mackinder, desde suas formulações acerca da educação geográfica, compreendida pelo autor como uma ferramenta de caráter imperial, fundamental para estabelecer uma capacidade de reflexão e domínio de amplos territórios, até as categorias analíticas de *localização* e *situação geográfica* explorados em seus inúmeros artigos e livros sobre a geopolítica, abrangendo os desafios impostos pela condição geopolítica da época. É possível observar, portanto, a partir da reflexão da obra de Mackinder, a relevância da geoestratégia e dos aspectos histórico-geográficos na formação das políticas territoriais dos Estados-Nação.

REFERÊNCIAS

- ACCO, Marco Antônio. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4, p. 708-730, 2018.
- ACHARYA, Amitav, BUZAN, Barry. **The Making of Global International Relations: Origins and Evolution of IR at its Centenary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- AGNEW, John. The territorial trap: The geographical assumptions of international relations theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.
- AGNEW, John. **Making Political Geography**. Londres: Arnold, 2002.
- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. **Mastering Space: Hegemony, territory and international political economy**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2003.
- ALBRECHT-CARRIÉ, René. **The Concert of Europe**. Londres: Palgrave Macmillan, 1968.
- AMES, Edward. A Century of Russian Railroad Construction: 1837-1936. **The American Slavic and East European Review**, v. 6, n. 3-4, p. 57-74, 1947.
- ANDERSEN, Morten Skumsrud. Balance of Power. **The Encyclopedia of Diplomacy**, p. 1-12, 2018.
- ANDREEVA, Elena. **Russia and Iran in the Great Game: travelogues and orientalism**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 1. Ed. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ARQUILLA, John; NOMURA, Ryan. Three Wars of Ideas about the Idea of War. **Comparative Strategy**, v. 34, n. 2, p. 185-201, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. The Three Hegemonies of Historical Capitalism. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 13, n. 3, p. 365-408, 1990.
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times**. Londres: Verso, 2010.
- ASHWORTH, Lucien M. Realism and the spirit of 1919: Halford Mackinder, geopolitics and the reality of the League of Nations. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 2, p. 279-301, 2010.

- ASHWORTH, Lucien M. Mapping a New World: Geography and the Interwar Study of International Relations. **International Studies Quarterly**, v. 57, n. 1, p. 138-149, 2013.
- ASHWORTH, Lucien M. **A History of International Thought: From the origins of the modern state to academic international relations**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014.
- AYDIN, Cemil. A Global Anti-Western Moment? The Russo-Japanese War, Decolonization and Asian Modernity. In: CONRAD, Sebastian; SACHSENMAIER, Dominic (orgs.) **Competing Visions of World Order: Global Moments and Movements, 1880s-1930s**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007, p. 213-236.
- BANERJEE, Anindita. The Trans-Siberian Railroad and Russia's Asia: Literature, Geopolitics, Philosophy of History. **Clio**, v. 34, n. 1-2, p. 19-40, 2004.
- BARBER, James A. Mahan and Naval Strategy in the Nuclear Age. **Naval War College Review**, v. 24, n. 7, p. 78-88, 1972.
- BARNES, Gregory Fremont. **The Anglo-Afghan Wars 1839 – 1919**. Oxford: Osprey, 2009.
- BARTLETT, Christopher John. **Peace, War and the European Powers, 1814-1914**. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.
- BASSIN, Mark. Imperialism and the nation state in Friedrich Ratzel's political geography. **Progress in Human Geography**, v. 11, n. 4, p. 473-495, 1987a.
- BASSIN, Mark. Race contra space: the conflict between German Geopolitik and National Socialism. **Political Geography Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 115-134, 1987b.
- BASSIN, Mark. Expansion and colonialism on the eastern frontier: views of Siberia and the Far East in pre-Petrine Russia. **Journal of Historical Geography**, v. 14, n. 1, p. 3-21, 1988.
- BASSIN, Mark. Inventing Siberia: Visions of the Russian East in the Early Nineteenth Century. **The American Historical Review**, v. 96, n. 3, p. 763-794, 1991.
- BASSIN, Mark. Politics from Nature: Environment, Ideology, and the Determinist Tradition. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gearóid (orgs.) **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 13-29.
- BASSIN, Mark. **Imperial Visions: Nationalist Imagination and Geographical Expansion in the Russian Far East, 1840-1865**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BASSIN, Mark; AKSENOV, Konstantin E. Mackinder and the Heartland Theory in Post-Soviet Geopolitical Discourse. **Geopolitics**, v. 11, n. 1, p. 99-118, 2006.

BERMAN, Sheri E. Modernization in Historical Perspective: The Case of Imperial Germany. **World Politics**, v. 53, n. 3, p. 431-462, 2001.

BERRYMAN, John. Geopolitics and Russian Foreign Policy. **International Politics**, v. 49, n. 4, p. 530-544, 2012.

BEST, Antony et al. **International History of the Twentieth Century and Beyond**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015.

BIESTEKER, Thomas J. State, Sovereignty, and Territory. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A (orgs.) **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE, 2013, p. 245-272.

BILBAO, Abraham Paulsen. Los aportes de Friedrich Ratzel y Halford Mackinder en la construcción de la geografía política en tiempos de continuidades y cambios. **Revista de Geografía Espacios**, v. 5, n. 9, p. 64-81, 2015.

BLACK, Jeremy. A Post-Imperial Power? Britain and the Royal Navy. **Orbis: FPRI's Journal of World Affairs**, v. 49, n. 2, p. 353-365, 2005.

BLACK, Jeremy. **Great Powers and the Quest for Hegemony: The world order since 1500**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2008.

BLACK, Jeremy. **Geopolitics and Quest for Dominance**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2016.

BLOCK, Fred. Expanding Capitalism: The British and American Cases. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 15, p. 138-165, 1970.

BLOUET, Brian. Sir Halford Mackinder As British High Commissioner to South Russia, 1919-1920. **The Geographical Journal**, v. 142, n. 2, p. 228-236, 1976.

BLOUET, Brian. The political career of Sir Halford Mackinder. **Political Geography Quarterly**, v. 6, n. 4, p. 355-367, 1987.

BLOUET, Brian. The Imperial Vision of Halford Mackinder. **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, p. 322-329, 2004.

BLOUET, Brian. Halford Mackinder and the Pivotal Heartland. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 1-16.

BLOUET, Brian. Mackinder: Imperialism, the Empire of India and Central Asia. In: MEGORAN, Nick; SHARAPOVA, Sevara (orgs.) **Central Asia in International Relations: The Legacies of Halford Mackinder**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BLOUET, Brian. From the Pivot to the Heartland: Halford Mackinder and World War I. **Geographical Review**, p. 1-19, 2020.

BÖNKER, Dirk. **Militarism in a Global Age: Naval Ambitions in Germany and the United States before World War I**. Cornell University Press, 2012.

BÖNKER, Dirk. Global Politics and Germany's Destiny "from an East Asian Perspective": Alfred von Tirpitz and the Making of Wilhelmine Navalism. **Central European History**, v. 46, n. 1, p. 61-96, 2013.

BOTIC, Jurica. Europe-in-Between through the eyes of Cohen and Dugin. **Dela** 40, p. 163-178, 2013.

BRAUN, Bruce. Theorizing the Nature-Society Divide. In: COX, Kevin R.; LOW, Murray; ROBINSON, Jennifer (orgs.) **The SAGE Handbook of Political Geography**. Londres: SAGE, 2008, p. 189-203.

BRENNER, Neil. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 16, p. 459-481, 1998.

BRIDGE, F. R.; BULLEN, Roger. **The Great Powers and the European States System 1814-1914**. Londres: Pearson, 2005.

BUSCH, Tracy Nichols. Connecting an empire: Eighteenth-century Russian roads, from Peter to Catherine. **The Journal of Transport History**, v. 29, n. 2, p. 240-258, 2008.

BUTLIN, Robin Alan. The Pivot and imperial defence policy. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 36-54.

BUZAN, Barry; LAWSON, George. The Global Transformation: The Nineteenth Century and the Making of Modern International Relations. **International Studies Quarterly**, v. 57, n. 3, p. 620-634, 2013.

CANUEL, Hugues. From a Prestige Fleet to the Jeune École: French Naval Policy and Strategy under the Second Empire and the Early Third Republic (1852-1914). **Naval War College Review**, v. 71, n. 1, p. 93-118, 2018.

CASSON, Mark. **The World's First Railway System: Enterprise, Competition, and Regulation on the Railway Network in Victorian Britain**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871); A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.) **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 59-95, 152-190.

CHARMLEY, John. Splendid Isolation to Finest Hour: Britain as a Global Power, 1900-1950. **Contemporary British History**, v. 18, n. 3, p. 130-146, 2004.

CHIANTERA-STUTTE, Patricia. Ratzel's stone guest: the art of politics in the work of Friedrich Ratzel. **Journal of Historical Geography**, v. 61, p. 91-96, 2018.

COHEN, Ariel. **Russian Imperialism: Development and Crisis**. Westport: Praeger Publisher, 1996.

COONES, Paul. The Heartland in Russian History. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 64-89.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

D'AGOSTINO, Anthony. **The Rise of Global Powers: International Politics in the Era of the World Wars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DEUDNEY, Daniel. Geopolitics as Theory: Historical Security Materialism. **European Journal of International Relations**, v. 6, n. 1, p. 77-107, 2000.

DICKINSON, Frederick R. The Japanese Empire. In: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (orgs.) **Empires at War, 1911-1923**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 197-213.

DIJK, Kees van. **Pacific Strife: The Great Powers and their Political and Economic Rivalries in Asia and the Western Pacific, 1870-1914**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

DIJKINK, Gertjan. **National Identity and Geopolitical Vision: Maps of pride and pain.** Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.

DIJKING, Gertjan. Soldiers and Nationalism: The Glory and Transience of a Hard-Won Territorial Identity. In: FLINT, Colin (orgs.). **The Geography of War and Peace: From Death Camps to Diplomats.** Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 113-132.

DODDS, Klaus. Halford Mackinder and the Geographical Pivot of History. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West.** Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 137-141.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.) **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2008, p. 96-151.

EDWARDS, Matthew. The New Great Game and the new great gamers: Disciples of Kipling and Mackinder. **Central Asian Survey**, v. 22, n. 1, p. 83-102, 2003.

EICHENGREEN, Barry. Financing Infrastructure in Developing Countries: Lessons for the Railway Age. **The World Bank Research Observer**, v. 10, n. 1, p. 75-91, 1995.

ELROD, Richard B. The Concert of Europe: A Fresh Look at an International System. **World Politics**, v. 28, n. 2, p. 159-174, 1976.

EPKENHANS, Michael. Krupp and the Imperial German Navy, 1898-1914: A Reassessment. **The Journal of Military History**, v. 64, n. 2, p. 335-369, 2000.

EPKENHANS, Michael. Military-Industrial Relations in Imperial Germany, 1870-1914. **War in History**, v. 10, n. 1, p. 1-26, 2003.

FERGUSON, Niall. **Empire: the rise and demise of the British world order and the lessons for global power.** Londres: Allen Lane, 2002.

FETT, Denice. Elizabethan Diplomacy. **The Encyclopedia of Diplomacy**, p. 1-9, 2018.

FETTWEIS, Christopher J. Sir Halford Mackinder, Geopolitics, and Policymaking in the 21st Century. **Parameters**, v. 30, n. 2, p. 58-71, 2000.

FETTWEIS, Christopher J. Revisiting Mackinder and Angell: The Obsolescence of Great Power Geopolitics. **Comparative Strategy**, v. 22, n. 2, p. 109-129, 2003.

FISHER, John. Crimean War (1853-56). **The Encyclopedia of Diplomacy**, p. 1-4, 2018.

FOUST, C. M. Russian Expansion to the East Through the Eighteenth Century. **The Journal of Economic History**, v. 21, n. 4, p. 469-482, 1961.

FRASER, T. G. Great Game in Asia. **The Encyclopedia of Diplomacy**, p. 1-5, 2018.

FROMKIN, David. The Great Game in Asia. **Foreign Affairs**, v. 58, n. 4, p. 936-951, 1980.

GEULEN, Christian. The Common Grounds of Conflict: Racial Vision of World Order 1880-1940. In: CONRAD, Sebastian; SACHSENMAIER, Dominic (orgs.) **Competing Visions of World Order: Global Moments and Movements, 1880s-1930s**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007, p. 69-96.

GOUGH, Barry M. Maritime strategy: The legacies of Mahan and Corbett as philosophers of sea power. **The RUSI Journal**, v. 133, n. 4, p. 55-62, 1988.

GRAY, Colin. S. In Defence of the Heartland: Sir Halford Mackinder and his critics a hundred years on. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 17-35.

GRAY, Colin S. **War, Peace and International Relations: An Introduction to Strategic History**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.

GRAY, Steven. **Steam Power and Sea Power: Coal, the Royal Navy, and the British Empire, c. 1870-1914**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

HAGAN, Charles B. Geopolitics. **The Journal of Politics**, v. 4, n. 4, p. 478-490, 1942.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Social Register**, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. Ed. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

HEADRICK, Daniel R. **The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

HEADRICK, Daniel R. **The Tentacles of Progress: Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850-1940**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

HEALY, Brian, STEIN, Arthur. The Balance of Power in International History: Theory and Reality. **Journal of Conflict Resolution**, v. 17, n. 1, p. 33-61, 1973.

HEFFERNAN, Michael. Fin de siècle, fin du monde? On the origins of European geopolitics, 1890-1920. In: DODDS, Klaus; ATKINSON, David (orgs.) **Geopolitical Traditions: A century of geographical thought**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 27-51.

HERB, Guntram H. The Politics of Political Geography. In: COX, Kevin R.; LOW, Murray; ROBINSON, Jennifer (orgs.) **The SAGE Handbook of Political Geography**. Londres: SAGE, 2008, p. 21-40.

HERWIG, Holger H. The German Reaction to the Dreadnought Revolution. **The International History Review**, v. 13, n. 2, p. 273-283, 1991.

HILL, Malcolm R. Russian Iron Production in the Eighteenth Century. **Icon**, v. 12, p. 118-167, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. 18ª Ed. Tradução: Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XIX 1914-1991**. 2ª Ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

HOCHBERG, Leonard; SLOAN, Geoffrey. Mackinder's Geopolitical Perspective Revisited. **Orbis: FPRI's Journal of World Affairs**, v. 61, n. 4, p. 575-592, 2017.

HOCHBERG, Leonard; SLOAN, Geoffrey. Discovering Contemporary Relevance in Mackinder's "Money-Power and Man-Power". **Orbis: FPRI's Journal of World Affairs**, v. 63, n. 2, p. 155-171, 2019.

HODGE, Carl Cavanagh. Introduction. Afghanistan. Afghan Wars. In: HODGE, Carl Cavanagh (orgs.) **Encyclopedia of the age of imperialism**. Londres: Greenwood Press, 2008, p. 10-11.

HOERBER, Thomas. Prevail or perish: Anglo-German naval competition at the beginning of the twentieth century. **European Security**, v. 20, n. 1, p. 65-79, 2011.

HOLBRAAD, Carsten. The Concert of Europe. **Australian Outlook**, v. 25, n. 1, 29-44, 1971.

HOLDAR, Sven. The ideal state and the power of geography: The life-work of Rudolf Kjellén. **Political Geography**, v. 11, n. 3, p. 307-323, 1992.

HOLMES, James. Mahan, a "Place in the Sun," and Germany's Quest for Sea Power. **Comparative Strategy**, v. 23, n. 1, p. 27-61, 2004.

HOOSON, David. The Heartland – then and now. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 165-172.

HOPKINS, Antony G. The Real American Empire. In: BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKHAM, Chris (orgs.) **The Prospect of Global History**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 146-159.

HOWARD, Christopher. ‘Splendid Isolation’. **History**, v. 47, n. 159, p. 32-41, 1962.

HU, Zhiding, LU, Dadao. Re-interpretation of the classical geopolitical theories in a critical geopolitical perspective. **Journal of Geographical Sciences**, v. 26, n. 12, p. 1769-1784, 2016.

HUGHES, Michael. Searching for the Soul of Russia: British Perceptions of Russia during the First World War. **Twentieth Century British History**, v. 20, n. 2, p. 198-226, 2009.

HUGHES, Gerald R.; HELEY, Jesse. Between Man and Nature: The Enduring Wisdom of Sir Halford J. Mackinder. **The Journal of Strategic Studies**, v. 38, n. 6, p. 898-935, 2015.

HUGILL, Peter J. Structural changes in the core regions of the world-economy, 1830-1945. **Journal of Historical Geography**, v. 14, n. 2, p. 111-127, 1988.

HUGILL, Peter J. Technology, its Innovation and Diffusion as the Motor of Capitalism. **Comparative Technology Transfer and Society**, v. 1, n. 1, p. 89-113, 2003.

HUGILL, Peter J. Trading States, Territorial States, and Technology: Mackinder’s contribution to the discourse on states and politics. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 107-124.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. 3. Ed. Tradução: André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUTTO, Noah S. German Unification through the Blueprint of Prussian Greatness: A Study of Similarities between the Prussians, Frederick the Great, and Otto von Bismarck. **Saber and Scroll**, v. 3, n. 4, p. 7-23, 2014.

JEFFREY, Alex. The State. In: AGNEW, John; MAMADOUH, Virginie; SECOR, Anna J.; SHARP, Joanne (orgs.) **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Oxford: Wiley Blackwell, 2015, p. 61-72.

- JONES, Heather. The German Empire. In: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (orgs.) **Empires at War, 1911-1923**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 52-72.
- JONES, Martin et al. **An Introduction to Political Geography: Space, Place and Politics**. Londres: Routledge, 2004.
- JOHNSTON, Ron; WILLIAMS, Michael. **A century of British geography**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- KAGARLITSKY, Boris. **Empire of the Periphery: Russia and the World System**. Londres: Pluto Press, 2008.
- KAPLAN, Robert D. The Revenge of Geography. **Foreign Policy**, n. 172, p. 96-105, 2009.
- KEARNS, Gerry. Imperial Geopolitics: Geopolitical Visions at the Dawn of the American Century. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gearóid (orgs.) **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 173-186.
- KEARNS, Gerry. Naturalizing Empire: Echoes of Mackinder for the Next American Century? **Geopolitics**, v. 11, n. 1, p. 74-98, 2006.
- KEARNS, Gerry. Progressive Geopolitics. **Geography Compass**, v. 2, n. 5, p. 1599-1620, 2008.
- KEARNS, Gerry. **Geopolitics and Empire: the legacy of Halford Mackinder**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.
- KEARNS, Gerry. Geography, geopolitics and Empire. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 35, n. 2, p. 187-203, 2010.
- KEARNS, Gerry. Beyond the Legacy of Mackinder. **Geopolitics**, v. 18, n. 4, p. 917-932, 2013.
- KEARNS, Gerry. Imperialism and the Heartland. In: MEGORAN, Nick; SHARAPOVA, Sevara (orgs.) **Central Asia in International Relations: The Legacies of Halford Mackinder**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- KENNEDY, Paul Michael. Mahan versus Mackinder: Two Interpretations of British Sea Power. **Militärgeschichtliche Zeitschrift**, v. 16, n. 2, p. 39-66, 1974.
- KENNEDY, Paul Michael. Idealists and Realists: British Views of Germany, 1864-1939. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 25, p. 137-156, 1975.
- KENNEDY, Paul Michael. **The Rise and Fall of British Naval Mastery**. Londres: Allen Lane, 1976a.

KENNEDY, Paul Michael. The tradition of appeasement in British foreign policy 1865-1939. **British Journal of International Studies**, v. 2, n. 3, p. 195-215, 1976b.

KENNEDY, Paul Michael. **The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. Nova Iorque: Random House, 1987.

KENNEDY, Paul Michael. Imperial Cable Communications and Strategy, 1870-1914. In: KENNEDY, Paul Michael (orgs.) **The War Plans of the Great Powers, 1880-1914**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014, p. 75-98.

KILLINGRAY, David. Imperial seas: cultural exchange and commerce in the British Empire 1780-1900. In: KILLINGRAY, David; LINCOLN, Margarete; RIGBY, Nigel (orgs.) **Maritime Empires: British imperial maritime trade in the nineteenth century**. The Boydell Press, 2004, p. 1-12.

KNUTSEN, Torbjörn L. **A History of International Relations: An Introduction**. Manchester: Manchester University Press, 1992.

KNUTSEN, Torbjörn L. Halford J. Mackinder, Geopolitics and the Heartland Thesis. **The International History Review**, v. 36, n. 5, p. 835-857, 2014.

KUBICEK, Robert. The proliferation and diffusion of steamship technology and the beginnings of “new imperialism”. In: KILLINGRAY, David; LINCOLN, Margarete; RIGBY, Nigel (orgs.) **Maritime Empires: British imperial maritime trade in the nineteenth century**. The Boydell Press, 2004, p. 100-110.

LAMBERT, Andrew. Great Britain and Maritime Law from the Declaration of Paris to the Era of Total War. In: HOBSON, Rolf; KRISTIANSEN, Tom (orgs.) **Navies in northern waters, 1721-2000**. Londres: Frank Cass, 2004, p. 11-38.

LANDES, David S. **The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor**. Nova Iorque: WW Norton & Company, 1998.

LANGHORNE, Richard. **The Collapse of the Concert of Europe: International Politics, 1890-1914**. Londres: Macmillan Press, 1981.

LARUELLE, Marlene. ‘The White Tsar’: Romantic Imperialism in Russia’s Legitimizing of Conquering the Far East. **Slavic Research Center**, v. 25, p. 113-134, 2008.

LE BILLON, Philippe. The Geography of “Resource Wars”. In: FLINT, Colin (orgs.) **The Geography of War and Peace: From Death Camps to Diplomats**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 217-241.

LEE, Chinyun. From Kiachta to Vladivostok: Russians Merchants and the Tea Trade. **Region**, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 3. ed. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008 [1917].

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIEVEN, Dominic. **The Cambridge History of Russia: Volume II Imperial Russia, 1687-1917**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LILIOPOULOU, Anastasia et. al. Trans-Siberian Railway: from inception to transition. **European Transport**, v. 29, p. 46-56, 2005.

LOBANOV-ROSTOVSKY, Andrei. Anglo-Russian Relations through the Centuries. **The Russian Review**, v. 7, n. 2, p. 41-52, 1948.

MACKINDER, Halford John. On the Scope and Methods of Geography. **Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography**, v. 9, n. 3, p. 141-174, 1887.

MACKINDER, Halford John. The physical basis of political geography. **Scottish Geographical Magazine**, v. 6, n. 2, p. 78-84, 1890a.

MACKINDER, Halford John. On the necessity of thorough teaching in general geography as a preliminary to the teaching of commercial geography. **The Journal of the Manchester Geographical Society**, v. 6, n. 4, p. 1-6, 1890b.

MACKINDER, Halford John. The Great Trade Routes (Their Connection with the Organization of Industry, Commerce and Finance). **Journal of the Institute of Bankers**, v. 21, p. 1-6, 137-155, 266-273, 1900a.

MACKINDER, Halford John. A Journey to the Summit of Mount Kenya, British East Africa. **The Geographical Journal**, v. 15, n. 5, p. 453-476, 1900b.

MACKINDER, Halford John. The Ascent of Mount Kenya. **The Alpine Journal**, v. 20, p. 102-110, 1900c.

MACKINDER, Halford John. **Britain and the British Seas**. Londres: Heinemann, 1902.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MACKINDER, Halford John. Man-Power as a Measure of National and Imperial Strength. **National and English Review**, v. 45, p. 136-145, 1905.

MACKINDER, Halford John. **The Rhine: Its Valley and History**. Nova York: Dodd, Mead and Company, 1908a.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Environment of Great Britain. In **The Americana: a universal reference library, comprising the arts and sciences, literature, history, biography, geography, commerce, etc., of the world**. Nova York: Scientific American Compiling Dept., v. 7, 1908b.

MACKINDER, Halford John. Geographical Conditions Affecting the British Empire. I. The British Islands. **The Geographical Journal**, v. 33, n. 4, p. 462-476, 1909.

MACKINDER, Halford John. **Eight Lectures on India Prepared for the Visual Instruction Committee of the Colonial Office**. Londres: Waterlow & Sons, 1910.

MACKINDER, Halford John. **The Nations of the Modern World: An Elementary Study in Geography**. 2nd ed. Londres: George Philip & Son, 1911a.

MACKINDER, Halford John. The Teaching of Geography from an Imperial Point of View, and the Use which Could and Should be Made of Visual Instruction. **The Geographical Teacher**, v. 6, n. 2, p. 79-86, 1911b.

MACKINDER, Halford John. **The Modern British State: An Introduction to the Study of Civics**. Londres: George Philip & Son, 1914.

MACKINDER, Halford John. Some geographical aspects of international reconstruction. **Scottish Geographical Magazine**, v. 33, n. 1, p. 1-11, 1917.

MACKINDER, Halford John. **Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction**. Londres: Constable and Company, 1919.

MACKINDER, Halford John. **The World War and After: A Concise Narrative and some Tentative Ideas**. Londres: George Philip & Son, 1924.

MACKINDER, Halford John. The Round World and the Winning of the Peace. **Foreign Affairs**, v. 21, n. 4, p. 595-605, 1943.

MACMILLAN, Margaret. **Paz em Paris 1919: A Conferência de Paris e seu Mister de Encerrar a Grande Guerra**. Tradução: Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. Londres: Sampson Low, Marston, Searle & Rivington, 1889.

MAHAN, Alfred Thayer. **The problem of Asia and its effect upon international policies**. Boston: Little, Brown, and Company, 1900.

MAMADOUH, Virginie. Geography and War, Geographers and Peace. In: FLINT, Colin (orgs.) **The Geography of War and Peace: From Death Camps to Diplomats**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 26-60.

MARIUTTI, Eduardo. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. **CEBRAP: Novos Estudos**, n. 69, p. 89-103, 2004.

MARTIN, Geoffrey J. **All Possible Worlds: A History of Geographical Ideals**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MARTINS, Luciana de Lima. Friedrich Ratzel hoje: a alteridade de uma geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 3, p. 105-113, 1992.

MAURER, John H. The Anglo-German Naval Rivalry and Informal Arms Control, 1912-1914. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 36, n. 2, p. 284-308, 1992.

MAURER, John H. Arms Control and the Anglo-German Naval Race before World War I: Lessons for Today? **Political Science Quarterly**, v. 112, n. 2, p. 285-306, 1997.

MAYHEW, Robert. Halford Mackinder's "new" political geography and the geographical tradition. **Political Geography**, v. 19, p. 771-791, 2000.

MCNEILL, William H. **The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society since A. D. 1000**. Chicago: Chicago University Press, 1982.

MEGORAN, Nick, DALBY, Simon. Geopolitics and Peace: A Century of Change in the Discipline of Geography. **Geopolitics**, v. 23, n. 2, p. 251-276, 2018.

MEINIG, Donald W. Heartland and Rimland in Eurasian History. **The Western Political Quarterly**, v. 9, n. 3, p. 553-569, 1956.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

- MENNING, Ralph. Anglo-German Naval Race. **The Encyclopedia of Diplomacy**, p. 1-9, 2018.
- MICHELSSEN, Henry. The Trans-Siberian Railroad. **Scientific American**, v. 81, n. 9, p. 136-137, 1899.
- MILLWARD, Robert. European governments and the infrastructure industries, c.1840-1914. **European Review of Economic History**, v. 8, n. 1, p. 3-28, 2004.
- MOISIO, Sami. Geopolitics/Critical Geopolitics. In: AGNEW, John; MAMADOUH, Virginie; SECOR, Anna J.; SHARP, Joanne (orgs.) **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Oxford: Wiley Blackwell, 2015, p. 220-234.
- MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- MORRISON, Alexander. Beyond the 'Great Game': The Russian origins of the second Anglo-Afghan War. **Modern Asian Studies**, v. 51, n. 3, p. 686-735, 2017.
- MOSER, Gabrielle. Photographing Imperial Citizenship: The Colonial Office Visual Instruction Committee's Lanternslide Lectures, 1900-1945. **Journal of Visual Culture**, v. 16, n. 2, p. 190-224, 2017.
- MUKHERJEE, Anindita; BANERJEE, Mallicka. Reconstruction of European Geopolitics with a Special Reference to Mackinder's Heartland Theory. **International Journal of Trend in Scientific Research and Development**, v. 2, n. 2, p. 291-298, 2018.
- MURRAY, Michelle. Identity, Insecurity, and Great Power Politics: The Tragedy of German Naval Ambition Before the First World War. **Security Studies**, v. 19, n. 4, p. 656-688, 2010.
- MUSCARÀ, Luca. Understanding Ratzel and the challenge of complexity. In: ANTONISCH, M., PAGNINI, P., KOLOSSOV, V. (orgs.) **Europe between Political Geography and Geopolitics, v. 1**. Roma: Società Geografica Italiana, 2001, p. 79-91.
- MUSCARÀ, Luca. The Banality of Empire. In: AGNEW, John; MAMADOUH, Virginie; SECOR, Anna J.; SHARP, Joanne (orgs.) **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Oxford: Wiley Blackwell, 2015, p. 324-338.

NAME, Leo. A natureza como o outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 15, n. 854, p. 1-14, 2010.

NAYAK, Anoop; JEFFREY, Alex. **Geographical Thought: An Introduction to Ideals in Human Geography**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2013.

NEILSON, Keith. **Britain and the Last Tsar: British Policy and Russia, 1894-1917**. Oxford: Oxford Scholarship Online, 2011.

Ó TUATHAIL, Gearóid. Putting Mackinder in his place: Material transformations and myth. **Political Geography**, v. 11, n. 1, p. 100-118, 1992.

Ó TUATHAIL. Gearóid. **Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005.

O'HARA, Sarah. Great game or Grubby game? The struggle for control of the Caspian. **Geopolitics**, v. 9, n. 1, p. 138-160, 2004.

O'HARA, Sarah et al. Halford Mackinder, the "Geographical Pivot", and the British Perceptions of Central Asia. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 90-106.

O'HARA, Sarah; HEFFERNAN, Michael. From Geostrategy to Geo-Economics: The "Heartland" and British Imperialism Before and after Mackinder. In: MEGORAN, Nick; SHARAPOVA, Sevara (orgs.) **Central Asia in International Relations: The Legacies of Halford Mackinder**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

OSTERUD, Oyvind. The Uses and Abuses of Geopolitics. **Journal of Peace Research**, v. 25, n. 2, p. 191-199, 1988.

OWENS, Mackubin Thomas. In Defence of Classical Geopolitics. **Naval War College Review**, v. 52, n. 4, p. 59-76, 1999.

OZOUF-MARIGNIER, M. V. ROBIC, M-C. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. **GEOgraphia**, n. 18, p. 7-31, 2007.

PAINE, S. C. M. The Chinese Eastern Railway from the First Sino-Japanese War until the Russo-Japanese War. In: p. ELLEMAN, Bruce A.; KOTKIN, Stephen (orgs.) **Manchurian Railways and the Opening of China: An International History**. Londres e Nova Iorque: M. E. Sharpe, 2010, p. 13-36.

PAINTER, Joe. Geographies of Space and Power. In: COX, Kevin R.; LOW, Murray; ROBINSON, Jennifer (orgs.) **The SAGE Handbook of Political Geography**. Londres: SAGE, 2008, p. 57-72.

PAPASTRATIGAKIS, Nicholas. **Russian Imperialism and Naval Power: Military Strategy and the Build-Up to the Russo-Japanese War**. Londres: I. B. Tauris, 2011.

PARKER, Geoffrey. **Western Geopolitical Thought in the Twentieth Century**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1985.

PELIZZA, Simone. The Geopolitics of International Reconstruction: Halford Mackinder and Eastern Europe, 1919-20. **The International History Review**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2015.

PERDUE, Peter C. Military Mobilization in Seventeenth and Eighteenth-Century China, Russia, and Mongolia. **Modern Asian Studies**, v. 30, n. 4, p. 757-793, 1996.

QUIJANO, A. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (orgs.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. The Territorial Growth of States. **Scottish Geographical Magazine**, v. 12, n. 7, p. 351-361, 1896.

RATZEL, Friedrich. Studies in Political Areas. The Political Territory in Relation to Earth and Continent. **American Journal of Sociology**, v. 3, n. 3, p. 297-313, 1897.

RATZEL, Friedrich. The Laws of the Spatial Growth of States. In: KASPERSON, R. E., MINGHI, J. V. (orgs.) **The Structure of Political Geography**. Routledge, 2011a, p. 17-28.

RATZEL, Friedrich. A relação entre solo e o Estado – Capítulo 1. O Estado como organismo ligado ao solo. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 1, p. 51-58, 2011b.

REZUN, Miron. The Great Game Revisited. **International Journal**, v. 41, n. 2, p. 324-341, 1986.

RIBEIRO, Guilherme. Geografias imperiais: o caso de Halford John Mackinder (1861-1947). **GEOgraphia**, v. 16, n. 31, p. 153-170, 2014.

ROCK, Stephen R. Risk theory reconsidered: American success and German failure in the coercion of Britain, 1890-1914. **Journal of Strategic Studies**, v. 11, n. 3, p. 342-364, 1988.

ROSENBAUM, Arthur Lewis. The Manchuria Bridgehead: Anglo-Russian Rivalry and the Imperial Railways of North China, 1897-1902. **Modern Asian Studies**, v. 10, n. 1, p. 41-64, 1976.

RUSSELL, Greg. Alfred Thayer Mahan and American Geopolitics: The Conservatism and Realism of an Imperialist. **Geopolitics**, v. 11, n. 1, p. 119-140, 2006.

RYAN, James R. Visualizing Imperial Geography: Halford Mackinder and the Colonial Office Visual Instruction Committee, 1902-1911. **Ecumene**, v. 1, n. 2, p. 157-176, 1994.

SANBORN, Joshua. The Russian Empire. In: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (orgs.) **Empires at War, 1911-1923**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 91-108.

SCHROEDER, Paul W. The 19th Century International System: Changes in the Structure. **World Politics**, v. 39, n. 1, p. 1-26, 1986.

SCHROEDER, Paul W. The nineteenth century system: balance of power or political equilibrium? **Review of International Studies**, v. 15, p. 135-153, 1989.

SCHROEDER, Paul W. Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power? **The American Historical Review**, v. 97, n. 3, p. 683-706, 1992.

SEARIGHT, Sarah. Russian railway penetration of Central Asia. **Asian Affairs**, v. 23, n. 2, p. 171-180, 1992.

SELIGMANN, Mathew S. Switching horses: The admiralty's recognition of the threat from Germany, 1900-1905. **The International History Review**, v. 30, n. 2, p. 239-258, 2008a.

SELIGMANN, Matthew S. New Weapons for New Targets: Sir John Fisher, the Threat from Germany, and the Building of HMS *Dreadnought* and HMS *Invincible*, 1902-1907. **The International History Review**, v. 30, n. 2, p. 303-331, 2008b.

SELIGMANN, Matthew S. **The Royal Navy and the German Threat, 1901-1914: Admiralty Plans to Protect British Trade in a War Against Germany**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SHEEHAN, Michael. **The Balance of Power: History and Theory**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005.

SLOAN, Geoffrey; GRAY, Colin S. Why Geopolitics? In: GRAY, Colin S.; SLOAN, Geoffrey (orgs.) **Geopolitics, Geography and Strategy**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2013, p. 1-11.

SLOAN, Geoffrey. Sir Halford J. Mackinder: The Heartland Theory Then and Now. In: GRAY, Colin S.; SLOAN, Geoffrey (orgs.) **Geopolitics, Geography and Strategy**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2013, p. 15-38.

SLOAN, Geoffrey R. Sir Halford Mackinder's Democratic Ideals and Reality: A Centennial Appreciation. **Orbis: FPRI's Journal of World Affairs**, v. 64, n. 1, p. 1-20, 2020.

SMITH, Woodruff D. Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum. **German Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 51-68, 1980.

SMITH, Leonard V. Empires at the Paris Peace Conference. In: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (orgs.) **Empires at War, 1911-1923**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 254-276.

SNOW, Karen A. The Russian Consulate in Singapore and British Expansion in Southeast Asia (1890-1905). **Journal of Southeast Asian Studies**, v. 25, n. 2, p. 344-367, 1994.

SONDHAUS, Lawrence. **Naval Warfare, 1815-1914**. Londres: Routledge, 2001.

ST. JOHN, Ronald B. European naval expansion and Mahan, 1889-1906. **Naval War College Review**, v. 23, n. 7, p. 74-83, 1971.

STEVENSON, David. War by Timetable? The Railway Race before 1914. **Past & Present**, v. 162, p. 163-194, 1999.

STOGIANNOS, Alexandros. **The Genesis of Geopolitics and Friedrich Ratzel: Dismissing the Myth of the Ratzelian Geodeterminism**. Springer, 2019.

STONE, James. Bismarck and the Great Game: Germany and Anglo-Russian Rivalry in Central Asia, 1871-1890. **Central European History**, v. 48, n. 2, p. 151-175, 2015.

STRACHAN, Hew. Maritime Strategy. **The RUSI Journal**, v. 152, n. 1, p. 29-33, 2007.

SUMIDA, Jon. Alfred Mahan Thayer, geopolitician. **Journal of Strategic Studies**, v. 22, n. 2-3, p. 39-62, 1999.

SURI, Jeremi. Rethinking Imperialism in a Comparative Context: Early Modern British and Russian Expansion in Asia. **Portuguese Studies**, v. 16, p. 218-239, 2000.

TARLTON, Charles D. The Styles of American International Thought: Mahan, Bryan, and Lippmann. **World Politics**, v. 17, n. 4, p. 584-614, 1965.

TAYLOR, Peter J. Political Geography within World-Systems Analysis. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 14, n. 3, p. 387-402, 1991.

- TAYLOR, Peter J. The Last of the Hegemons: British Impasse, American Impasse, World Impasse. **Southeastern Geographer**, v. 33, n. 1, p. 1-22, 1993.
- TAYLOR, Peter J. From Heartland to Hegemony: Changing the World in Political Geography. **Geoforum**, v. 25, n. 4, p. 403-411, 1994.
- TRIPODI, Christian. Grand Strategy and the Graveyard of Assumptions: Britain and Afghanistan, 1839-1919. **The Journal of Strategic Studies**, v. 33, n. 5, p. 701-725, 2010.
- VELDEMAN, Marie-Christine. Britain and Europe: From ‘Splendid Isolation’ to ‘Semi-Detachment’. **Équivalences**, v. 1-2, p. 39-58, 2012.
- VENIER, Pascal. The Geographical Pivot of History and Early Twentieth Century Geopolitical Culture. **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, p. 330-336, 2004.
- VENIER, Pascal. The Diplomatic Context: Britain and international relations in 1904. In: BLOUET, Brian (orgs.) **Global Geostrategy: Mackinder and the Defence of the West**. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 55-63.
- VENIER, Pascal. Main theoretical currents in geopolitical thought in the twentieth century. **L’Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique**, n. 12, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy. **Contemporary Marxism**, n. 9, Imperialism and the Transition to Socialism, p. 59-70, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Concept of National Development, 1917-1989: “Elegy and Requiem”. **The American Behavioral Scientist**, v. 35, n. 4, p. 517-529, 1992.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein**. Nova Iorque: The New Press, 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914**. Los Angeles: University of California Press, 2011a.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism: with Capitalist civilization**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2011b.
- WILLIAMSON, David G. **War and Peace: International Relations 1878-1941**. Londres: Hodder Education, 2009.
- WU, Zhengyu. Classical geopolitics, realism and the balance of power theory. **Journal of Strategic Studies**, v. 41, n. 6, p. 786-823, 2018.
- WUSTEN, Herman van der; DIJKing, Gertjan. German, British and French Geopolitics: The Enduring Differences. **Geopolitics**, v. 7, n. 3, p. 19-38, 2002.

YAPP, M. A. British Perceptions of the Russian Threat to India. **Modern Asian Studies**, v. 21, n. 4, p. 647-665, 1987.